Capitalismo e a Covid-19

Um debate urgente

AUTORES / AUTORAS

Adelino Francisco de Oliveira
Alessandro Cesar Ortuso
Américo Córdula
André Barbosa
Angela M. Schwengber
Antônio Albino Canelas Rubim
Camilo Gomes da Rocha
Casemiro Reis
Clarice Inês Mainardi
Daví Antunes
Dorian Azevedo
Fernando Augusto Mainardi Machado
Fernando José Pires de Sousa
Fernando Marcelo ArmijosBriones
Gaviota Karolina Tobar Casanova
Isabel Cristina de Moura Carvalho
Jorge Abrahão de Castro
José Machado
José Neivaldo de Souza
José Ricardo Maciel Nerling
João Claudino Tavares
João Césari Nardini Stefani
Jucimeri Isolda Silveira
Júnior Macambira
Leandro Salman Torelli
Lucia Cortes da Costa
Luciana Caetano da Silva
Lídia Rocha
Marcos Sorrentino
Maria Luiza Amaral Rizzotti
Márcia Helena Carvalho Lopes
Márcio Wohlers de Almeida
Neilson Xavier de Brito
Pedro Geraldo Saadi Tosi
Rodrigo Gallo
Thiago Mattioli
Vítor de Oliveira Pochmann

ORGANIZADORES:

Daniel Castro
Danillo Dal Seno
Marcio Pochmann

SÃO PAULO, MAIO DE 2020

Agradecimentos

Aos autores / autoras!

E a tod@s que fazem parte desta reflexão...

ou precisam fazer esta reflexão...

SUMÁRIO

SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A pandemia da COVID-19, que provoca a mais grave crise sanitária no mundo neste primeiro quarto do século XXI, gerou muitos e diversos debates. De um especialista a uma dona de casa, o assunto é o mais comentado. E cada um, a sua escolha, faz a defesa que tem mais proximidade com seu histórico de vida e relações pessoais.

Mas a COVID-19 traz a tona outro grande debate, este mais restrito, mas com o mesmo impacto. O tipo de desenvolvimento socioeconômico que o mundo quer para si. É um debate que parece apenas técnico, mas que nestes momentos de crise é fundamental e deve ser compartilhado por toda sociedade. No centro deste debate está o povo, o ser humano.

Mas a história registra que nestes momentos de crises há uma disputa sobre a realidade. O que de fato ocorreu. Assim a queda do Muro de Berlim, um dos acontecimentos mais marcantes do final do século XX, tornou-se um registro da decadência do bloco socialista que existia no Leste Europeu, o que culminou com a derrocada mundial do socialismo como alternativa de sistema econômico. Os capitalistas aproveitaram para decretar sua morte. E com ela avançaram na pauta neoliberal de globalização para os ricos e reformas para os pobres.

Mas o que é possível dizer sobre os EUA como líderes do sistema capitalista?

Os Estados Unidos foram o epicentro da crise que atravessou o mundo no início do século 21. Nos aspectos políticos, econômicos e sociais. E que culmina com a crise política e socioeconômica vivida pela pandemia da Covid-19.

O coronavírus promoveu a falência múltipla do sistema capitalista. O muro de defesa de suas ações caiu. A necessidade de reformas, de corte de gastos, a meritocracia e o empreendedorismo como alternativas ao trabalho regulado e justo, a falta de prioridade no combate as desigualdades – como ter um sistema de saúde público –, entre outras teses, deram lugar a pautas até então “socialistas”, como renda básica, um Estado forte e atuante...

Mas a defesa de um sistema soberano e coletivo ainda precisa ser escrita, debatida e compartilhada.

A sociedade precisa saber em que aspectos e como o capitalismo foi responsável por esta situação de terra arrasada. Em que países ricos, antes exemplos para os países pobres,

não possuem estruturas básicas de renda, sejam empresas ou trabalhadores. Não possuem capacidade industrial para produzir respiradores e máscaras. Não possuem poupança para sobreviver por dois ou três meses. Não possuem organização para administrar seus estados e municípios. Como de uma hora para outra, o sistema mais perfeito e democrático dos tempos modernos se dá o direito de confiscar produtos, romper com qualquer sistema mínimo de trocas legais.

A sociedade precisa entender que ações o sistema capitalismo adotou muito antes de o mundo conhecer a Covid-19: na área da saúde, nas finanças, na política, no trabalho, na educação, nas relações internacionais, no direito, na infraestrutura, nas tecnologias, na comunicação, nas artes, nas famílias, nos indivíduos, entre tantos outros aspectos.

Em função disso que o presente livro contribui com o debate ao buscar agregar o histórico da ruína do sistema capitalista, mais ou mesmo tempo mostrar que suas teses, que tinham apoio da maioria da sociedade, não são eficientes. E que o sistema capitalista não pensa no coletivo. E o mundo é coletivo e o capitalismo se tornou o epicentro político e socioeconômico da crise aberta pela pandemia do coronavírus.

O desafio desta publicação que se apresenta de maneira ensaísta ousa ir além das superficialidades atualmente existentes. Por isso, reuniu pensadores que produzam textos urgentes. Que entendam a urgente prioridade de se organizar o pensamento crítico e dar condições de a sociedade em geral não aceitar a continuidade e liderança do capitalismo acima dos países e das pessoas.

Com 27 artigos reunindo o coletivo de quase quatro dezenas de autores/autoras, o livro encontra-se constituído de três partes voltadas ao tratamento da Covid-19. Na primeira parte trata da diversidade de visões a explorar a pandemia do coronavírus em várias dimensões, seguida da segunda parte que busca analisar a diversidade de efeitos da Covid-19 sobre a sociedade, economia e política.

Por fim, a terceira parte explora as perspectivas possíveis a partir do mundo pós-pandemia do coronavírus. Dessa forma espera que esse debate necessário sirva também para se rediscutir a soberania de cada país nas escolhas do que é melhor para o coletivo dos seus povos. A busca da igualdade possível, sem o financeiro estar acima da vida. Boa leitura!

OS ORGANIZADORES

Visões da Covid-19

COVID-19 E CAPITALISMO: UMA VISÃO

JOSÉ NEIVALDO DE SOUZA[1]

Resumo

Muito se tem falado sobre o Coronavírus e a escassez de recursos na área da saúde para o enfrentamento da doença. Nosso propósito é contextualizar a pandemia em relação ao sistema capitalista e, mais especificamente na realidade brasileira em que a ideologia do lucro e da economia prevalece sobre os valores importantes da vida. No capitalismo a desigualdade social é gritante e sempre são os mais pobres que, além de perder direitos, pagam a conta. Quem vai pagar a conta do estrago a ser causado por esta pandemia? Eis o que pretende esta reflexão.

O propósito aqui não é ressaltar um sistema econômico ou político em detrimento de outro qualquer, mas fazer uma análise rápida, não tanto superficial, em tempos de guerra. Provavelmente, perguntarão: mas, estamos em guerra? Sim, estamos em guerra. Diante de uma pandemia como esta, que ameaça dizimar uma boa parte da população global, não podemos fechar os olhos ou fingir de cegos produzindo uma morte antes da morte onde se infere que não há razões para viver (ALVES, 2015). Além do inimigo invisível, o Covid-19, temos os inimigos visíveis e estes são os mais violentos: os que, em nome de um sistema econômico opressor, não se importam com a vida alheia; negam ou minimizam esta realidade, apesar das reações de pânico e medo em relação à contaminação. Quem vai pagar a conta? não são os poucos bilionários do Brasil e do mundo, mas a população oprimida, poucos com consciência crítica e muitos alienados, isto é, aqueles que, mesmo explorados, seguem o pensamento do explorador.

O objetivo desta reflexão é pensar a pandemia do Coronavírus no contexto capitalista e julgá-la à luz de uma consciência crítica e perseguidora de ações que valorizam a vida. O que é capitalismo e como se caracteriza? Como age a população diante deste mal invisível, o

[1] Mestre em filosofia e psicologia clínica. Doutor em teologia pela Universidade Gregoriana de Roma, é professor, escritor e psicanalista.

covid-19? Que relação há entre capitalismo e Coronavírus? Eis algumas perguntas a serem direcionadas ao texto que segue.

Capitalismo: um sistema propício à morte

O capitalismo é um sistema opressor. Eis uma afirmação nos ajuda a pensar se considerarmos que, acima de nós há uma força que nos catapulta ao espaço da insegurança, da falta de perspectiva e da confusão. Em outras palavras, nos lançam a um sacrifico que antecede a morte física exigindo o sangue dos oprimidos e, ofertando aos deuses do capital, a oferenda do enriquecimento exponencial de poucos. Neste sistema, o mercado, e uma de suas práticas mais ambiciosas, a especulação financeira, determinam o tipo de vida que as pessoas devem ter como modelo: levar vantagem em tudo e em curto prazo. Como nasceu o capitalismo e para que propósito se desenvolveu?

Historicamente, ele surge no início da Idade Moderna com a industrialização e ascensão da burguesia, cuja filosofia de vida considera o lucro em detrimentos de valores humanos como o direito à equidade social e à preservação da natureza. Marx e Engels, em *Ideologia alemã,* observou que é natural ao ser humano produzir e reproduzir, expressando o seu modo de vida, porém esta produção depende das condições materiais. Danilo Marcondes (2000, p.134), em seus *Textos de Filosofia*, traduz esta ideia:

> A maneira como os indivíduos expressam suas vidas é a sua maneira de ser. Assim, o que eles são coincide com sua produção, tanto com o *que* eles produzem, quanto com o modo *como* produzem. A natureza dos indivíduos depende, então, das condições matérias que determinam sua produção.

Seguindo este pensamento, não há dúvidas de que o ser humano é produtor e produto, porém o que interessa a Marx é a explicação acerca da separação entre as condições naturais de produção da existência humana e a existência ativa dos seres humanos que se realizam na relação trabalho assalariado e capital (BARBOSA, 2002, p. 192). A dependência do trabalho, a propriedade dos meios de produção e o lucro caracterizam o modo de produção capitalista. Este modo de produção se aliena como ideologia e o sentido do trabalho humano é invertido completamente.

Quais os valores deste sistema? Enquanto sistema de poder, o capitalismo valoriza a propriedade privada criando leis que, através do Estado, garantam o direito e o poder de uma classe, a burguesa, sobre a outra, a proletária.[2] Além disso, valoriza o domínio dos meios de produção, a exploração de mão-de-obra barata e acúmulo de capital. Não assegura

estabilidade econômica uma vez que o lucro não pertence à sociedade, mas a setores privados. Por conta disso, não gera bem-estar coletivo, pelo contrário, contribui para a desigualdade social.

No final do século XX o mercado, ligado às indústrias, passou a depender cada vez mais das instituições financeiras, inaugurando uma nova fase do capitalismo: a neoliberal. O capitalismo neoliberal defende o livre mercado e restringe a intervenção do Estado sobre a economia. Ciência, saúde, educação, segurança e outros serviços passam a depender, cada vez mais, dos investimentos privados. Neste estágio, ele adota a política do desmonte do Estado em prol das privatizações de bens e serviços públicos e a formação de uma reserva de mão de obra disponível. No que se refere à saúde, sem falar de outras áreas necessárias à produção da existência humana, é um negócio promissor para os investidores e, dependendo do tipo de governo, destituir e minimizar a atuação do Estado, favorece a este sistema e a crença nesta doutrina.

As consequências do sistema capitalista é a crescente desigualdade social e a exploração sem limites do trabalho humano e da natureza. Essa estatística aparece em relatórios confiáveis sobre o aumento da fortuna e do empobrecimento.

Segundo os dados do Oxfam a concentração de renda, nas mãos de poucos, aumentou exacerbadamente no começo de 2020: 2.153 bilionários do mundo são donos de uma fortuna que supera 60% da população mundial ou seja 4,6 bilhões de pessoas. Este abismo global se reflete no Brasil ao ser apresentado, pela revista Forbes, ainda com os dados de 2019, a lista dos 10 maiores bilionários brasileiros. Enquanto isso o jornal El País escancara a face de um Brasil com 13, 5 milhões de miseráveis.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU mostra como anda a qualidade de vida da população mais carente. Neste relatório a desigualdade tem um rosto e, no Brasil, se apresenta de forma escancarada: falta de acesso a uma educação de qualidade, desmonte do sistema de saúde, falta de saneamento básico, carência de transportes públicos eficientes, falta de salários dignos e de uma justa política fiscal. Por que não são tributadas estas grandes fortunas? Sobe aos céus o clamor das vítimas da injustiça que, cada vez mais, se tornam vulneráveis à qualquer tipo de doença.

As reações à pandemia da morte

É nesta realidade, sob esta forma capitalista de produção e reprodução do ser humano, que nos deparamos com uma pandemia que ameaça a vida: o Coronavírus. Apesar da ideia de que o vírus iguala a todos diante do contágio e da morte, sabemos que não é verdade. A população mais pobre está mais disposta à contaminação e à transmissão da pandemia, sem falar da falta de acesso aos equipamentos de proteção e às terapias necessárias ao tratamento.

Enquanto se discute e debate acerca do orçamento para a área de saúde, a fim de incentivar pesquisas e comprar materiais de proteção para as milhares de pessoas que serão internadas por conta da contaminação, nos confrontamos com duas distintas paixões que sofrem controle por parte do poder: o medo e a negação. Estas atitudes levam à duas tentações comuns diante desta realidade: a de ceder às profecias catastróficas do pânico ou se ajuntar aos negacionistas. A desorientação angustia e todos procuram uma resposta. Clarice Lispector (1991) dizia ter medo de viver o que não entendia, por isso preferia a falsa segurança de achar que tudo compreendia.

O medo, diante de qualquer desorientação, pode ser útil e pedagógico, porém enquanto neurótico e imaginário, desencadeia o pânico, obstruindo qualquer iniciativa mais corajosa. O pânico, o qual mártir Martin Luther King identificava como “correnteza” do medo, é imaginário. Diferente do medo real, ele aterroriza e paralisa a alma.

A negação, a outra face do medo, é uma reação da angústia à própria angústia. É um estado de espírito que precede qualquer acontecimento e se satisfaz com a divergência da verdade e dos fatos. Basta a antipatia com algo ou alguém para que a negação seja produzida. Quem vai ser simpático a um vírus carregado de morte? A negação é filha da vaidade e, como sabemos, os vaidosos são arrogantes quando se trata de algo que provoca indecisão. Uma das formas de matar a angústia é negar o que a provoca.

Recordando a fábula de Esopo sobre a “Assembleia dos Ratos”. Por medo do gato, os ratos resolveram se reunir e acabar com o pânico. Em meio às discussões, um deles teve a brilhante ideia: pendurar uma sineta no pescoço do gato, assim poderiam ouvi-lo quando estivesse por perto. Diante de uma sugestão tão ousada, um velho rato se levantou e fez a seguinte observação: quem vai pendurar a sineta no pescoço do gato? A assembleia ficou em silêncio. Poderíamos acrescentar à fabula a participação dos negacionistas. Os que não se preocupavam com o felino e o tratavam com indiferença e ironia, negando sua presença,

apesar de viver confortavelmente em suas tocas e depender daqueles que arriscam suas vidas para conseguir alimento para todos. Se déssemos continuidade à fabula não ficaríamos surpresos se os negacionistas, no comando da toca, decidissem quem iria morrer ou viver.

A pandemia do Coronavírus, assim como o gato, é comumente tratada com pânico ou negação. Assembleias acontecem a fim de encontrar respostas e sugestões diante deste mal invisível. Se os mais precavidos resolvem seguir as orientações de órgãos competentes como a OMS, há os que entendem que a economia e o funcionamento dos meios de produção não podem parar, ainda que custe caro aos trabalhadores. Não é pelo pânico e, tampouco pela negação, que vamos deter a curvatura, mas por valores como cuidado e solidariedade com aqueles que mais são prejudicados com esta situação: os pobres e os trabalhadores que dependem da venda de sua força de trabalho.

A humanidade já passou por vários flagelos e sobreviveu a eles. É preciso incentivar as pesquisas científicas, não basta a fé; urge apoiar o Estado e o investimento na saúde pública e não o seu desmonte em favor das privatizações dos serviços públicos que só prejudicam e aterrorizam a população mais vulnerável de nossa sociedade.

Resistência e visão no cultivo da esperança

O capitalismo tem o poder de controlar a maneira de ser dos indivíduos, o que produzem e o modo como produzem. Este controle se expande também na forma de pensar e de reproduzir a ideologia de classes. Como se dá este controle diante da ameaça real do Covid-19 e a necessidade de preservar a vida?

Há poder nas mãos dos que enganam, mas há também o poder dos que se deixam enganar, entendendo que a única forma de sobreviver é aceitar a ideologia dominante. Os que enganam sabem raras exceções, que estão impondo uma farsa e querem que todos acreditem; os que se deixam enganar justificam sua ignorância ao acreditar cegamente nos primeiros. A diferença é visível. Vivemos numa época, a pós-verdade, em que é preciso cultivar a capacidade de ver. A visão se tornou artigo de qualidade e se diferencia da cegueira quando se trata de enxergar a verdade e lutar por ela. Qual verdade? A que de fato liberta e não a que é manipulada em prol de um poder que exalta o mercado em detrimento da vida. O ensaísta

inglês, George Orwell, autor de "A Revolução dos Bichos" (2007), observou que numa época em que as enganações se tornam comuns, optar pela verdade é um ato de coragem. Para ele, mentiras e ódio geralmente vêm de pessoas que não se importam. Cultivar a visão e ampliá-la é uma arte que pode nos ajudar no cuidado.

Rubem Alves (2015) dizia que o ato de "ver" vai além do ato de enxergar. A que se referia? Segundo ele, o ato de ver precisa ser aprendido. Jesus, referindo-se à condução religiosa e política, se opôs ao sistema cruel das autoridades da época que lucrava com a alienação de um povo que, conduzido pelo medo, preferia a cegueira à visão. Cegueira é metáfora usada para a alienação: "porventura pode um cego guiar outro cego? Não cairão ambos no barranco?" (Lc 6,39). Quantos cegos não se vangloriam da própria cegueira? Podemos lembrar uma frase de Shakespeare em Rei Lear (2001): "Infeliz a época em que os cegos se deixam guiar pelos idiotas".

Pensando na realidade brasileira, é importante considerar outro grupo de pessoas: os que resistem ao medo e à enganação e teimam em ver a verdade e viver por ela. Há cegos guiando cegos e há os que lutam contra a cegueira mental e espiritual que leva à opressão e à morte. José Saramago em seu "Ensaio sobre a cegueira" (2008) observara que a cegueira, mais que uma condição física, é uma situação mental, pois impede de ver a realidade à nossa frente.

Considerações finais

Os oprimidos de hoje são os pobres, as maiores vítimas deste sistema que acorrenta, explora e leva à morte. Esta diferença de classe é gritante no Brasil e atualmente a desigualdade social é uma das maiores do mundo. Há uma imensa massa de desempregados e miseráveis vendendo sua força de trabalho por um salário de fome, enquanto poucos, detentores dos meios de produção e do capital, acumulam riquezas e influenciam, segundo os interesses econômicos, não só os poderes da república, mas uma grande massa disposta, pela cegueira, a viver segundo os interesses deste poder.

Há uma estória que me contaram: havia um guerreiro, temido por sua crueldade, onde passava deixava marcas de destruição e pavor. Um dia o seu exércitao invadiu uma aldeia pobre, deixando-a totalmente devastada. No meio das cinzas foi encontrado um velho que se

recusara a fugir e ao qual foi permitido o direito de expressar o seu último desejo antes de ser decapitado. O pedido do ancião deixou louco o violento comandante. Que pedido era este? O guerreiro devia cortar um galho de uma árvore e depois reintegrá-lo à mesma árvore. O general furioso, vendo que não podia satisfazer tal desejo, disse: “seu velho idiota, não sabe que isso é impossível?” O distinto miserável respondeu: “idiota é quem crê que o poder do ódio, da destruição e da morte é mais importante do que a capacidade de unir e devolver a vida”.

Um sistema que presa mais pela economia, o lucro e a acumulação de capital, age como aquele sanguinário, não se importam com a vida. Qual é o sentido da vida? Produzir e gerar riqueza? Para quem? Quando se trata de analisar o problema da pandemia numa sociedade capitalista neoliberal podemos inferir que os maiores afetados são os pobres, os oprimidos, os trabalhadores que nada têm a não ser a necessidade de sobrevivência e, por isso, se entregam numa produção que os desvalorizam. Quanto mais rico e poderoso o mundo exterior, mais impotente e pobre é o mundo interior (VASQUEZ, 1968). A pandemia veio para que pudéssemos refletir, avaliar a relação de produção humana. Quais são os valores que realmente interessam? O velho da parábola pode nos ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. *300 Pílulas de Sabedoria.* São Paulo: Planeta, 2015.

BARBOSA, Vilmar do Vale. “Materialismo Histórico” in REZENDE, Antônio. *Curso de Filosofia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, pp. 173-195.

ESOPO. *Assembleia dos Ratos.* Blumenau: Todolivro, 2010.

LISPECTOR, Clarice. *La Passione secondo G.H.* ALETTI, Adelina (trad.). Milano: Feltrinelli, 1991.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SHAKESPEARE, William. *Rei Lear.* São Paulo: L&pm, 2001.

VASQUÉZ, Adolfo Sánchez. *As Idéias Estéticas de Marx.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

Sites: acesso 19/04/2020:
https://www.brasildefato.com.br/2020/01/19/bilionarios-tem-mais-riqueza-que-60-da-populacao-mundial-indica-relatorio-da-oxfam.

https://www.jb.com.br/economia/2019/09/1017172-os-10-maiores-bilionarios-do-brasil-em-2019.html.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html.

https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-mantem-posicao-no-indice-de-desenvolvimento-humano-em-2019/.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL *VERSUS* SOBERANIA: OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA PANDEMIA PARA O SISTEMA INTERNACIONAL

RODRIGO GALLO[2]

THIAGO MATTIOLI[3]

Resumo

O objetivo deste capítulo é discutir como a crise de saúde pública do coronavírus se enquadra na lógica das Relações Internacionais, ao expor que a) existe uma dualidade entre a prática de cooperação internacional, adotada pela maioria dos países, e as decisões unilaterais, tomadas por nações que optam por buscar a própria sobrevivência ao invés de atuar de forma solidária, e que b) as políticas públicas promovidas pelos organismos internacionais afetam as políticas públicas de âmbito doméstico, levantando dúvidas sobre o conceito teórico de soberania. Trata-se de uma leitura fundamental para compreender o quanto o processo de globalização força as nações a buscar soluções inspiradas em iniciativas de outras nações, mesmo no caso de países teoricamente rivais, como China e Estados Unidos.

Introdução

A pandemia causada pelo novo coronavírus é um tema que entrou na agenda não apenas de estados e municípios, mas também dos organismos internacionais, que precisaram buscar meios coletivos de evitar o alastramento da doença, a partir inclusive da intermediação de soluções conjuntas entre países. Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) procurou se alinhar com governos nacionais para encontrar formas de conter o avanço do vírus no sistema internacional, principalmente após a doença se disseminar rapidamente na China, o primeiro epicentro do problema. Essa discussão, por si só, já abre um primeiro

[2] Cientista político, doutorando e mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), mestre em História Social pela USP e especialista em Gestão Pública pela Unifesp. Leciona nos cursos de especialização em Ciência Política e Relações Internacionais da FESPSP e na graduação de Relações Internacionais da FMU.

[3] Internacionalista, doutorando e mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e especialista em Filosofia Contemporânea e História pela Universidade Metodista. Leciona no curso de Relações Internacionais da FMU.

questionamento: o quanto as políticas públicas estabelecidas por um organismo internacional, como por exemplo a adoção do isolamento social, afetam as políticas públicas domésticas e, portanto, relativizam a própria ideia de soberania?

Em paralelo a essa questão, também é possível abrir um segundo debate, que opõe a perspectiva realista de soberania com a condição liberal de interdependência entre os Estados. Essa discussão nos leva a refletir que há, neste momento, uma dualidade latente que pode ser explicada pelas escolas clássicas das Relações Internacionais. De um lado, boa parte dos Estados aplica a lógica da cooperação internacional, cujo propósito é buscar soluções conjuntas para a pandemia, por meio de apoio técnico-científico, empréstimo de equipamentos e doações financeiras; de outro, há nações que deixam a cooperação em segundo plano e tomam a decisão de maximizar suas condições de sobrevivência em detrimento de qualquer possibilidade de ajuda ao exterior, decidindo reter equipamentos médicos dentro do próprio território, quebrando com as redes de comércio internacional, e cessando eventuais aportes financeiros feitos a outros países ou mesmo para organizações internacionais. Em ambos os casos, no entanto, é possível chegar a uma conclusão: nem mesmo as grandes potências, como Estados Unidos e China, são auto-suficientes, e portanto dependem daquilo que vem de fora das fronteiras. O que muda é a forma de reação diante da crise do coronavírus.

A hipótese deste artigo é que a globalização, por um lado, representa a maior possibilidade de integração econômica entre os Estados, mas por outro desencadeia a crise do Estado-nação e leva à fragmentação das capacidades dos países, que veem sua soberania ser diminuída para adotar uma política externa de cooperação, como forma de resolver parte dos desafios internacionais aos quais eles se deparam. Esse processo, logo, dá origem à necessidade de construção de relações multilaterais, por meio de acordos de cooperação internacional, como forma de maximizar suas condições de sobrevivência política e econômica, principalmente em momentos de crise, quando há influxo de comércio exterior e urge a dependência por apoio técnico para a superação do problema - no caso, a pandemia do coronavírus. Porém, ainda assim há Estados que atuam de forma a ignorar a cooperação para encontrar uma saída individualista para a pandemia, numa tentativa de reforçar sua capacidade soberana de agir.

Do ponto de vista metodológico, este capítulo considera a perspectiva clássica das Relações Internacionais[4], ou seja, as escolas liberal e realista, para analisar a crise do coronavírus e a reação dos Estados frente a esse desafio.

Estado, soberania e cooperação

A crise de saúde pública causada pelo aumento do volume de pacientes contaminados pelo coronavírus abriu uma série de debates na academia, inclusive acerca do modo como o sistema internacional foi atingido pela pandemia. Logo, devemos compreender que se trata de um problema multidisciplinar, uma vez que desafia diversas áreas do conhecimento. O impacto do novo vírus suscita não apenas uma discussão sobre as articulações internas ao país para combatê-lo, mas também sobre o modo como os Estados usam as redes de cooperação internacional para tentar encontrar soluções conjuntas para o problema - expondo, dentre outros fatores, o efeito das políticas elaboradas nas esferas dos organismos internacionais para as políticas públicas domésticas e a própria fragilidade do termo "soberania" para as Relações Internacionais contemporâneas.

É notório, para ao menos uma parte da literatura das RIs, que a globalização é um processo complexo, que força os Estados a atuar de modo interdependente (KEOHANE & NYE, 2012) e que impacta não apenas para as relações econômicas, mas também para temáticas ligadas à política e cultura.

Isto significa que, cada vez mais, os países devem levar em consideração a ação dos demais em seus cálculos e, no mesmo sentido, considerar os efeitos de suas ações perante o sistema. Portanto, a resposta de cada Estado para alterações no cenário internacional está relacionado à sua vulnerabilidade ou sensibilidade, o que significa que alguns países tendem a ser mais impactados por mudanças no curto-prazo e, portanto, mais sensíveis, enquanto outras nações possuem grandes custos em alterar suas políticas no longo prazo; logo, mais vulneráveis (KEOHANE & NYE, 2012).

Somado a isto, a participação em Organizações Internacionais e Regimes Internacionais faz com que tais custos aumente, criando constrangimentos para os atores que não seguem os conjuntos de normas, regras e métodos de tomada de decisão. Neste sentido, a

[4] Compreende-se como perspectivas clássicas o Realismo Clássico e o Neorrealismo, por um lado, e o Liberalismo e Neoliberalismo, por outro.

cooperação - vista como um jogo de soma positiva e que se repete - oferece, ao mesmo tempo, uma forma de alcançar benefícios mútuos, inalcançáveis pela atuação solitária e pressões externas que podem conter a ação dos países (KEOHANE, 1989; KEOHANE & NYE, 2012; KRASNER, 2012).

Isso implica verificar, conforme já antecipado, o desgaste do conceito de soberania, uma vez que dificilmente os países têm total autonomia e independência para tomar decisões domésticas, ou mesmo para formular sua política externa, sem sofrer a pressão de outros atores Estatais e não-estatais. Ainda assim, a ideia de soberania, bem como o próprio conceito de Estado, são dois dos marcos teóricos mais importantes para o campo de Relações Internacionais, embora sejam ideias dinâmicas, pois podem ser vistas de forma singular em determinados lugares ou em certos momentos da história do Ocidente (BIERSTEKER, 2002).

Essa visão teórica se opõe à outra escola clássica, de caráter realista, cujo pressuposto básico é que a tradição maquiaveliana e hobbesiana compreende as Relações Internacionais a partir de uma lógica estadocêntrica, sendo que o Estado seria inclinado a construir condições para sua sobrevivência (WOHLFORTH, 2008). Nesse contexto, o papel do governante seria garantir a integridade territorial (MAQUIAVEL, 2010), e somente a atuação de um Estado forte seria capaz de garantir a ordem interna à sociedade (HOBBES, 2017).

Desta forma, a noção da sobrevivência estatal e a lógica de segurança que a torna possível é essencial. Assim, cabe ao Estado se assegurar de tais objetivos, pelo custo que for necessário, desde que este custo não coloque a sobrevivência em risco. O realismo, nesse sentido, considera que nenhum país pode depender de outros, contando apenas com a ideia de auto-ajuda, uma vez que o sistema internacional é imperfeito e anárquico (NOGUEIRA & MESSARI, 2005) e, portanto, a cooperação internacional não seria uma alternativa segura (GRIECO, 1993; JERVIS, 1978; WALTZ, 1979).

Essa breve explanação indica que há, no campo das Relações Internacionais, duas escolas analíticas que permitem a compreensão do sistema e do papel do Estado por perspectivas distintas. Isso significa, na prática, que as nações podem adotar padrões de comportamento diferentes para atingir seus objetivos: por um lado, num momento de pandemia há aqueles que buscam na cooperação internacional o modo de satisfazer suas necessidades, enquanto por outro existem países que decidem não confiar na ajuda externa e, por isso, tomam decisões consideradas muitas vezes radicais.

A pandemia do novo coronavírus, mais do que levar os Estados a adotar iniciativas de políticas públicas propostas pela Organização Mundial de Saúde, também forçou os Estados a planejarem ações de cooperação internacional para buscarem a resolução para os diversos problemas relacionados à doença. Nesse sentido, mesmo as grandes potências se veem obrigadas a adotar esse tipo de estratégia para combater os efeitos do vírus.

Do ponto de vista prático, significa que a China, epicentro inicial da pandemia, se ofereceu para auxiliar as equipes de saúde pública dos Estados Unidos, outra nação gravemente atingida pelo problema. A argumentação chinesa é que, por enfrentarem o problema mais cedo, teriam desenvolvido uma *expertise* para lidar com a nova doença. E, neste sentido, a atuação chinesa, vista não apenas em relação aos Estados Unidos, mas também com países europeus e latino-americanos, representaria uma tentativa de cooperação para mitigar o problema, a partir da coordenação dos organismos internacionais, em particular a Organização Mundial da Saúde.

Entretanto, o auxílio oferecido ao governo norte-americano também atenderia a própria necessidade chinesa de contribuir para a recuperação da economia dos Estados Unidos, para não sofrerem um desgaste causado pelos efeitos sistêmicos e, neste sentido, ligado à sua necessidade de sobrevivência em termos mais gerais.

A reação norte-americana, por outro lado, demonstra uma visão mais realista: a partir das indicações do presidente Donald Trump, os Estados Unidos começaram a confiscar produtos destinados a outros países, inclusive de aliados europeus, para suprir sua crescente necessidade de aparelhos e equipamentos médicos. Isto, claramente, está relacionado ao imperativo da sobrevivência e, neste caso, no seu sentido mais literal. Neste mesmo sentido, a retirada do financiamento da OMS por parte dos Estados Unidos representa uma afronta e uma falta de confiança na coordenação internacional dos esforços contra o vírus, colocando em xeque a atuação multilateral

A questão que deve ser feita é se, ao utilizar de seu poder no cenário internacional para garantir sua demanda por tais itens, os Estados Unidos não estariam prejudicando seu posicionamento no sistema internacional - o que, no médio e longo prazo, poderiam representar prejuízos para o país.

Cabe reforçar que, ao discutirmos Estados Unidos e China, estamos tratando de duas das principais economias do mundo, além de serem dois membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Chineses e norte-americanos possuem um grande fluxo comercial

entre si, conforme demonstram os dados do censo americano e de seu escritório de análise econômica[5], e os efeitos de uma eventual crise econômica em um país certamente afetaria o outro de forma aguda.

Políticas públicas, cooperação e soberania

A globalização, que admitimos ser um conceito complexo e muitas vezes de difícil definição teórica, afeta as relações econômicas, políticas, sociais e culturais dos Estados (CHESNAIS, 1996; HELD & MCGREW, 2007; SOUSA SANTOS, 2002), também impactando diretamente para as localidades (BORJA & CASTELLS, 1997; SASSEN, 2000) e o processo de formulação de políticas públicas, porque insere variáveis não-tradicionais para a elaboração das políticas domésticas (HAY, 2006).

Nesse contexto, os atores subnacionais, ou seja, os estados e os municípios, se vêem diante da necessidade de agir rapidamente e de um modo cada vez mais descentralizado, inclusive como forma de atender às pressões internas (BORJA & CASTELLS, 1997; GOODIN, REIN & MORAN, 2006), embora também sejam obrigados a dialogar diretamente com as políticas públicas definidas pelas organizações internacionais.

Essa descentralização, por sua vez, implica no fato de que os atores subnacionais procuram satisfazer suas demandas muitas vezes a partir da adoção de estratégias próprias, que passam por cima das definições de política externa do próprio país. É mais um efeito da globalização, que contribui diretamente para o debate de cooperação descentralizada (HAFTECK, 2003; MALÉ, 2006; ROMERO, 2004). Significa dizer que, no limite, o Estado pode se comportar de forma realista e ignorar a cooperação com outros países, mas muitos municípios poderão tentar resolver seus problemas relacionados ao coronavírus fazendo acordos com cidades de outras nações - mesmo contrariando as atitudes do seu governo federal, utilizando, portanto, de atividades paradiplomáticas (TAVARES, 2016).

No caso específico da pandemia, significa dizer que o Estado é pressionado pelo público interno e também pela comunidade internacional a internalizar as soluções propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como a ideia de isolamento social. Diante disso

---

[5] Disponível em: https://www.bea.gov/data/intl-trade-investment/international-trade-goods-and-services. Acesso em: 19 de abril de 2020. E disponível em: https://www.census.gov/foreign-trade/index.html. Acesso em: 19 de abril de 2020

as cidades e os estados também passam a adequar sua gestão de saúde pública à lógica elaborada pela OMS, demonstrando o quanto as influências do plano externo impactam as políticas públicas nacionais e regionais.

Esse debate nos faz refletir sobre as relações entre os meios externo e doméstico para pensar no processo de formulação de políticas públicas, que ocorre num sistema de mão-dupla. A ideia é que as políticas públicas nacionais podem sofrer influência direta ou indireta das políticas públicas formuladas pelos organismos internacionais, por grupos de interesse, por empreendedores políticos e até mesmo a partir da política pública implementada por outras localidades ou países, demonstrando o quanto os atores internacionais interferem na implementação de estratégias domésticas (FINNEMORE & SIKKINK 1998; GILARDI, 2012; PORTO DE OLIVEIRA, 2013; STONE, 2000). Ainda assim, determinados Estados podem adotar políticas públicas que pautam até mesmo órgãos das Nações Unidas (RODRIGUES, 2006a, 2011; RODRIGUES, 2006b), o que demonstra o quanto a relação é complexa. De qualquer forma, a interpretação do caso do coronavírus mostra o quando os países são impactados pela lógica das organizações multilaterais e demais atores, e se veem obrigados a adotar tais medidas inclusive como força de dar respostas à opinião pública, que toma conhecimento das políticas públicas da OMS por meio da imprensa.

Neste sentido, a partir de uma perspectiva clássica do liberalismo e neoliberalismo nas Relações Internacionais, a cooperação, regimes e instituições internacionais são essenciais para que haja a convergência de medidas, políticas e expectativas entre os diferentes atores (KEOHANE & NYE, 2012). Por outro lado, a perspectiva realista e neorrealista compreende tais constrangimentos como uma possível fonte de perigos à independência e soberania no Estado, onde a cooperação pode ser utilizada, desde que não afronte com o objetivo principal: a segurança (GRIECO, 1993; JERVIS, 1978; WALTZ, 1979).

Considerações finais

Diante das reflexões feitas neste capítulo, podemos constatar que a primeira parte nos mostra que há uma dualidade entre cooperar e tomar decisões individualistas para obter a soberania. Ou seja, há uma oposição entre as atitudes de chineses, em termos gerais voltados à cooperação, e norte-americanos, voltados à reafirmação da soberania e através do unilateralismo, diante da pandemia. A segunda parte, por sua vez, nos indica que os atores subnacionais e organizações internacionais pressionam os Estados a agir de determinada

forma, em termos de políticas públicas - que muitas vezes estão atreladas às demandas das de convergência internacional e contrastam com as atitudes do governo central.

Assim sendo, podemos concluir que a globalização, representada aqui pela construção de políticas públicas no âmbito dos organismos internacionais e das relações entre atores subnacionais, levam à fragmentação da ideia de soberania, uma vez que boa parte dos países precisa cooperar, em múltiplos níveis, para resolver o problema global da pandemia - inclusive porque há pressões internas demandando que ele crie uma agenda de cooperação. Todas essas pressões levam, no fim, ao enfraquecimento do poder soberano do Executivo central. Ainda assim, a interpretação das ações dos Estados Unidos é a prova de que há, em alguns casos, o reforço da soberania por meio de reações realistas, embora sejam questionáveis os resultados dessas atitudes no sistema internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIERSTEKER, Thomas. State, sovereignty and territory. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thoma; SIMMONS, Beth (ed.). Handbook of International Relations. Londres: SAGE Publications, 2002, p. 207-235.

BORJA, Jordi.; CASTELLS, Manuel. Local and the Global: Management of Cities in the Information Age. Londres: Earthscan, 1997.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

FINNEMORE, M. e SIKKINK, K. International Norm Dynamics and Political Change, International Organization, vol. 52, no. 4, 1998, pp. 887–917.

GILARDI, F. Transnational diffusion: norms, ideas, and practices. In: WALTER CARLSNAES, T. R. A. B. S. Handbook of international relations. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. p. 453-77.

GOODING, Robert E.; REIN, Martin; MORAN, Michael. The Public and its Policies. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (ed.). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 3-27.

GRIECO, Joseph. "Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory", In: Baldwin, D.A, **Neorealism and Neoliberalism**: The Contemporary Debate. New York, Columbia University Press, 1993, pp. 301-338.

HAFTECK, P. An introduction to decentralized cooperation: definitions, origins and conceptual mapping. **Public administration and development**, v. 23, p. 333-345, junho 2003.

HAY, Collin. Globalization and Public Policy. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (ed.). The Oxford Handbook of Public Policy. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 587-604.

HELD, David, McGREW, Anthony. Globalisation Theory: approaches and controversies. Cambridge: Polity Press, 2007.

HOBBES, Thomas. Leviathan. Londres: Penguim, 2017.

JERVIS, Robert. Cooperation under the Security Dilemma. World Politics, v. 30, n. 2, 1978, pp. 167-214.

KEOHANE, R. O. International Institutions and State Power. Boulder, Co., Westview Press, 1989.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. Power and Interdependence. 4. ed. New York: Longman, 2012.

KRASNER, Stephen D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: Regimes como variáveis intervenientes. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 20, n. 42, p.93-112, jun. 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Penguin, 2010.

MALÉ, J.-P. Especificidades de la cooperación descentralizada pública: atores, contenidos y modelos. 1ª Conferência Anual do Observatório de la Cooperación Decentralizada - Unión Europea/América Latina. Montevideu: Decentralized Cooperation Observatory. 2006.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. São Paulo: GEN Atlas, 2005.

PORTO DE OLIVEIRA, O. Embaixadores da participação: A difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio Rodrigues. A Organização das Nações Unidas e as políticas públicas nacionais. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas públicas e direito. São Paulo: Saraiva, 2006a.

____. Democracia: nova fronteira da ONU. In: RODRIGUES, Thiago; ROMÃO, Wagner de Melo (org.). ONU no século XXI: perspectivas. São Paulo: Desatino, 2006b.

ROMERO, Maria. D. H. Una aproximación contextual y conceptual a la cooperación decentralizada. Valparaíso e Barcelona: Dencetralized Cooperation Observatory, 2004.

SASSEN. Saskia. Cities in a World Economy. 2º ed. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

STONE, Diane. Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas. London: Centre for the Study of Globalization and Regionalization, fev. 2000, pp. 1-43.

TAVARES, R. Paradiplomacy: Cities and states as global players. New York: Oxford University Press, 2016

WALTZ, Kenneth N. Theory of International Politics. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOHLFORTH, William. Realism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (ed.). The Oxford Handbook of International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 131-149.

OS SERVIÇOS NOS EUA DO SÉCULO XXI[6]

DAVÍ ANTUNES[7]

Resumo:

Este breve texto analisa a situação do mercado de trabalho dos EUA, especialmente do setor de serviços. A análise procura mostrar como a estruturação do mercado de trabalho foi afetada pelas transformações das últimas quatro décadas e os seus impactos sobre o setor de serviços. O texto trata das principais características do setor de serviços no mundo contemporâneo, a partir da análise do caso dos Estados Unidos.

A pandemia do COVID-19 de 2020 será um grande marco na história do século XXI. Este breve texto pretende contribuir para a compreensão dos seus possíveis efeitos ao analisar a situação do mercado de trabalho dos EUA, especialmente do setor de serviços.

Diversos analistas enfatizam a força do mercado de trabalho dos Estados Unidos, invocando a taxa de desemprego de apenas 3,6% em janeiro de 2020. Mas uma análise mais aprofundada mostra diversas questões inquietantes: a taxa de participação no mercado de trabalho, que cresceu ao longo de todo o século XX, é mais de 4 pontos percentuais menor que a de 2000, o que indica que muitas pessoas deixaram de procurar emprego[8]. O avanço do desemprego tecnológico na agricultura, da indústria e nos serviços ao longo das últimas décadas foi amplificado pela crescente integração da economia americana com o Leste Asiático, especialmente com a China, o que tornou a desindustrialização relativa particularmente grave[9].

A *gig economy*, também chamada de uberização, criou um mundo de trabalhos ocasionais, mal remunerados e instáveis para milhões de pessoas. Estima-se que 40% dos

---

[6] Este texto é uma versão atualizada do item 4 do capítulo da tese de doutorado do autor, Capitalismo e Desigualdade (2011).

[7] Professor das Faculdades de Campinas (FACAMP) e doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

[8] BUREAU OF LABOR STATISTICS (2020).

[9] A este respeito, ver ANTUNES (2011), cap. 2.

norte-americanos realize algum tipo de atividade remunerada através de algum aplicativo em 2020.

Estas indicações são apenas a face mais visível de uma estrutura de emprego que se deteriorou bastante ao longo dos últimos anos. Para entender a situação atual do mercado de trabalho dos EUA, deve-se observar os acontecimentos dos últimos 40 anos. O mundo passou por transformações de vulto: o **fim do acordo de Bretton Woods** e a **III Revolução Industrial**. Tais eventos alteraram radicalmente os rumos da estruturação da sociedade e levaram a uma grande regressão social. Estes acontecimentos criaram condições para a **afirmação do neoliberalismo**, restringindo a atuação do Estado na economia, que passou a desregulamentar os mercados, a cortar gastos não-financeiros e a gerar menos empregos. Concomitantemente, a III Revolução Industrial reduziu radicalmente a necessidade de trabalhadores, tanto na produção direta de bens como nos serviços associados à produção, graças à introdução das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A produção da subsistência de uma sociedade consumista como a dos Estados Unidos, ainda que haja alguma desindustrialização em curso e que as importações tenham peso crescente, passou a requerer parcelas cada vez mais diminutas da população economicamente ativa e menos ainda da totalidade da população. Do ponto de vista setorial, apenas 0,6% das pessoas ativas estão na agricultura e 13,9% na produção de bens (tabela 1). Em termos da população total dos Estados Unidos, somente 6,7% estão empregadas na produção de bens agrícolas ou industriais para a totalidade da população.

Tabela 1: Estrutura Setorial de Emprego, EUA, milhões de pessoas, 2019

	2019	% da PEA	% da Pop. Total
Agricultura (a)	983	0,6	0,3
Produção de Bens	21.011	13,9	6,4
Provisão de Serviços	129.271	85,5	39,4
PEA com agricultura	151.265		
População Total	328.240		

(a) Setembro de 2019. Os outros dados todos são relativos a dezembro de 2019.

FONTE: BUREAU OF LABOR STATISTICS (2020) E CENSUS (2020).

Elaboração própria.

Estes movimentos resultaram no deslocamento dos trabalhadores para a provisão de serviços às pessoas, o que foi facilitado pela expansão urbanização e pela desigualdade social – que se expandiu com grande velocidade ao longo das últimas décadas neoliberais. O mercado de trabalho ingurgitado obrigou enormes contingentes a se submeterem a uma concorrência cada vez mais acirrada e a trabalhos servis, ligados aos prazeres e às demandas dos relativamente mais ricos. Serviços, é importante frisar, bastante diferentes do que muitos imaginam: ao invés de trabalhadores sofisticados, de alta qualificação e com muita autonomia, o que se encontra é uma grande quantidade de pessoas submetidas a rotinas estafantes, repetitivas e servis, pessoalmente sem sentido, em condições de vida duras e vulneráveis – seja na entrega de produtos e pessoas, seja nos hipermercados ou no restaurantes de *fast-food*.

Diferentemente do trabalho industrial, o trabalhador dos serviços está sob uma dupla e contraditória compulsão: a obediência devida a dois senhores, o dono do negócio e o consumidor, ao mesmo tempo. As dificuldades de se padronizar a interação entre um trabalhador e um cliente são muito maiores do que a simples submissão de um trabalhador ao ritmo de uma máquina. A padronização dos serviços depende do grau de controle sobre o trabalhador, sobre o consumidor e sobre o encontro entre ambos.

A remuneração da grande maioria destas profissões é bastante baixa para os padrões americanos, o que o configura como um país de classe média baixa – as ocupações são típicas de classe média, pois não são ocupações manuais da produção, mas são posições da porção inferior da pirâmide ocupacional. Os avanços técnicos acabaram com a larga maioria dos trabalhos braçais, mas sua associação com um Estado que cria menos empregos implodiu as camadas médias e não levou ao surgimento de bons empregos, mas sim a uma forte polarização do mercado de trabalho[10] e a uma nova tendência de proletarização – os salários reais saíram de US$ 20,09 por hora em 1973 para US$ 26,53 em 2019 (32,1% em 46 anos) num período em que a renda per capita subiu 72,0%[11].

À medida que não ocorreram reduções significativas na jornada de trabalho e uma redistribuição social dos afazeres, a degradação dos empregos do setor de serviços foi

[10] "Um vasto golfo se abre entre a grande massa de desqualificados, majoritariamente feminina, de trabalhadores de escritório e a pequena elite de gerentes qualificados e profissionais da computação, em sua maioria homens" (KUMAR, 1995, 2005, p. 47).
[11] EPI (2020).

inevitável, dado o enorme excedente de trabalhadores à disposição[12]. Se a jornada de trabalho tivesse continuado sua trajetória de queda, a situação seria bastante diferente. Em 1970, os Estados Unidos tinham uma das menores jornadas de trabalho do mundo, mas, em 2018, o país tinha uma das maiores dos países desenvolvidos, sendo o que menos a reduziu (Tabela 2)[13].

Tabela 2: Jornada de Trabalho, Horas Anuais, Países Selecionados, 1970-2018

	1970	2018	Δ% 1970-2018
Estados Unidos	1.809	1.786	-1,3
Japão	2.186	1.680	-23,1
Alemanha	1.969	1.363	-30,8
Reino Unido	2.050	1.538	-25,0
França	1.956	1.520	-22,3
Itália	2.070	1.723	-16,8

FONTE: THE CONFERENCE BOARD (2012) e OCDE (2020). Elaboração própria.

Num contexto como este, a educação deixou de ser agente transformador da ordem social e pilar fundamental da sociedade civilizada. A educação se tornou apenas uma forma de organizar o acesso a empregos e ocupações, dado que os trabalhos em geral viraram atividades simples, em muitos casos penosas, sem sentido para as pessoas e ligadas ao consumo pessoal. A inflação de diplomas[14] levou pessoas com escolaridade avançada a fazerem qualquer serviço e suas qualificações não lhes proporcionam nada mais que um melhor lugar na fila[15].

---

[12] "Como a polarização de classe cresce, a postura clássica de submissão faz uma volta furtiva. 'Nós esfregamos os seus pisos à moda antiga', apresenta a brochura da *Merry Maids*, a maior das empresas de serviços de limpeza doméstica que surgiram nas últimas duas décadas, 'de joelhos e com as mãos'. (...) Mas em uma sociedade na qual 40 por cento da riqueza pertence a 1 por cento das famílias e os 20 por cento mais pobres têm ativos negativos, a degradação dos outros é comprada rapidamente" (EHRENREICH, 2002, p. 85).

[13] A respeito da jornada de trabalho entre os países desenvolvidos, ver MISHEL, BERNSTEIN & SHIERHOLZ (2009).

[14] Sobre a inflação de diplomas, ver COLLINS (1979), especialmente o cap. 7. Sobre as condições, altamente improváveis, de os EUA recuperarem seu papel através da educação, ver GOLDIN & KATZ (2008).

[15] "No final das contas, o que é aprendido na escola tem muito mais a ver com padrões convencionais de sociabilidade e propriedade do que com habilidades cognitivas e instrumentais" (COLLINS, 1979, p. 19). No que se refere à elite americana já dos anos 1960, os jovens "(...) buscam o diploma universitário como uma marca indispensável de *status* social e como requisito preliminar para qualquer

A situação de grande parte da população é bastante difícil e apertada. Nos 20 grupos ocupacionais que mais crescem, 18 estão no setor de serviços, no qual a larga maioria não precisa de ensino superior (14), tem pouca estabilidade e recebe baixos salários – apenas 7 ocupações tem rendimentos médios superiores à renda mediana (US$ 40.247,00).

Tabela 3: Os 5 Maiores Grupos Ocupacionais e o seu Salário Mensal, EUA, 2019

	Emprego (mi de pessoas)	Salário Mensal (US$)
Vendedor de Loja	4,5	US$ 2.104,17
Preparadores de Comida e Serviçais - Restaurantes	3,7	US$ 1.769,17
Caixa	3,6	US$ 1.970,00
Auxiliar de Escritório	3,2	US$ 2.836,67
Enfermeiras Registradas (2 a 4 anos de estudo)	3,1	US$ 6.108,33

FONTE: BUREAU OF LABOR STATISTICS (2020). Elaboração própria.

De acordo com BUREAU OF LABOR STATISTICS (2011), entre as 30 ocupações com maior expansão do volume de emprego no século XXI, apenas 7 precisam de diplomas de graduação e 23 não necessitam de mais que treinamento no trabalho, além de dar pouca ou nenhuma possibilidade de ascensão profissional (*dead-end jobs*)[16]. A alta rotatividade nestes empregos é explicada em boa parte pela baixa remuneração percebida, por serem empregos em tempo parcial e por não permitirem a sobrevivência de maneira consistente, dado que as comissões são baixas e muito variáveis[17]. O endividamento em ascensão foi uma das

tipo de emprego burocrático no mundo comercial, enquanto para as moças a freqüência da universidade é o melhor caminho para um casamento conveniente. Sem interessar-se por qualquer campo particular de especialização, a maioria desses alunos tende a escolher o que, na opinião predominante na universidade, seja 'uma barbada', e a limitar seus esforços ao mínimo exigido para conseguir uma aprovação digna de um cavalheiro nos exames finais. Entremeado de várias atividades esportivas e sociais, esse programa da divisão superior consiste em vários cursos cujo conteúdo é banido da cabeça do estudante tão logo ele conclui os exames finais, e que pouquíssima leitura (freqüentemente, apenas os livros didáticos) pouco acrescenta ao que já foi adquirido. Isso é válido pra os melhores cursos universitários do país (EUA); o que se aprende na grande maioria das faculdades é acentuadamente inferior" (itálicos dos autores) (SWEEZY & BARAN, 1966, 1978, pp. 322-323).

[16] HERZENBERG, ALIC & WIAL (1998), pp. 42-43.

[17] LEIDNER (1993), p. 95.

principais formas de compensar as baixas remunerações[18]. A outra, a busca de mais um emprego ou de mais aplicativos de entregas, de vendas etc.

Boa parte dos trabalhadores passou do assalariamento para o rendimento variável, dependente da demanda por seus serviços – ou melhor, da clientela construída. Mesmo na grande empresa produtiva, houve um movimento de desassalariamento e de transição rumo ao trabalho flexível, com a terceirização, contratação de consultores e micro e pequenas empresas.

O problema nos serviços é a variabilidade da demanda, posto que não se pode estocar serviços para atender momentos de maior aquecimento[19]. Isto significa que a companhia repassará a instabilidade para o prestador de serviço, que se encontra sob um regime de trabalho flexível: num dia é obrigado a trabalhar sem folgas e intervalos e, em outros, não terá nem trabalho e nem renda[20]. Ou seja, a sua condição de vida está submetida a grande vulnerabilidade e stress.

A situação dos trabalhadores do setor se agrava quando se leva em conta a baixa sindicalização destes ramos. Se os EUA foram marcados pelo peso relevante dos sindicatos na estruturação social, econômica e política do país no pós-guerra, com uma taxa de sindicalização de 30,4% em 1960[21], a situação mudou muito ao longo do período mais recente, ainda mais neste setor em que a adesão às *trade unions* é bastante menos significativa. A sindicalização vem caindo fortemente desde os anos 1970 e alcançava somente 10,3% dos trabalhadores no em 2019, sendo de 8,1% na saúde e de menos de 3% na

[18] "Em nenhum outro lugar a compressão da classe média é mais vividamente demonstrada do que no endividamento crescente. (...) A primeira, a relação dívida/renda, cresceu de 67% em 1983 para 100% em 2001 e então disparou para 157% em 2007! Esta nova dívida tomou duas formas principais. Primeiro, dado que os preços das casas subiram muito ao longo destes últimos anos, as famílias foram capazes de emprestar contra os agora robustecidos valores de suas casas ao refinanciar suas hipotecas e ao tomar empréstimos de *home equity* (linhas de crédito garantidas pelas suas residências). Na verdade, o débito hipotecário das casas em que moravam (apenas das residências principais) subiu de 29% em 1983 para 47% em 2007 e a propriedade do lar como parte dos ativos totais efetivamente caiu de 44% para 35% ao longo destes anos. Segundo, por causa de sua crescente disponibilidade, as famílias acumularam dívidas enormes em seus cartões de crédito" (WOLFF, 2010, p. 437). A respeito da deterioração dos padrões de vida nos EUA após a crise dos anos setenta, ver também LEVY (1987a).

[19] "Ao nível dos consumidores como um todo, a imprevisibilidade e a variabilidade existem no tempo e no nível geral de demanda. A falta de um amortecedor temporal entre a produção e o consumo nas organizações de serviços ao consumidor, ou a perecibilidade, significa que estas organizações são muito vulneráveis às consequências da imprevisibilidade e da variabilidade dos consumidores em geral" (KORCZYNSKI, 2002, p. 73).

[20] A este respeito, ver KALLEBERG (2011), cap. 8. Também na jornada de trabalho há polarização entre os melhores instruídos, que ocupam melhores cargos e trabalham mais, e os mais empobrecidos, menos qualificados e que têm dificuldades para manter uma jornada de trabalho que lhes permita uma sobrevivência digna.

[21] CARD, LEMIEUX & RIDDELL (2003), p. 41.

área de lazer e de outros serviços[22]. Fatores agravantes são os locais de trabalho menores e com menos trabalhadores sob o mesmo teto, a elevada rotatividade, o perfil da ocupação e a concorrência individual entre os próprios trabalhadores. Como as unidades de trabalho são pequenas, exceção feita aos grandes hospitais, grandes *shopping centers* e grandes hotéis, é muito mais difícil organizar os empregados e fazer frente à administração.

Ademais, a alta rotatividade e o fato de estas ocupações serem de tempo parcial, precárias e muitas vezes de jornadas intermináveis são forças que impelem os trabalhadores à dispersão. Num mundo orientado para o consumo voraz, os serviços têm que estar à disposição 24 horas por dia nos 7 dias da semana para que o consumo seja maior e mais tentador. Num cenário como este, os trabalhadores são concorrentes entre si, já que as comissões são dadas de acordo com o desempenho individual e a jornada de trabalho irregular só é ampliada para os melhores funcionários, o que também estimula a competitividade e a mesquinhez.

Há também a pesada obrigação de ser simpático e agradável durante toda a jornada de trabalho, mesmo sob as piores condições: sob ataques de raiva dos consumidores, gritos dos superiores etc. A supressão da raiva e dos sentimentos é uma necessidade deste tipo de função, mas têm graves consequências psicológicas, pois a personalidade vai se dissolvendo em meio aos interesses comerciais do empregador e a pessoa vai se esvaziando e se transformando em mero instrumento de geração de lucros, obrigada a aceitar ataques e humilhações sem poder reagir. No caso das mulheres, que nesta sociedade se encontram em posição inferior, a soberania do consumidor se associa a este caráter e permite uma utilização espúria de seus dotes físicos, de sua capacidade de manipulação, de sua docilidade e de sua capacidade de se submeter às afrontas de patrões e consumidores[23].

Percebe-se que as condições atuais de trabalho nos serviços finais são duras e extenuantes e que os trabalhadores, sem alternativa de melhores ocupações, são obrigados a realizá-los – como no caso das faxineiras, que têm que limpar o chão de joelhos e com as mãos[24] num país em que 14 milhões de robôs já aspiram e esfregam o chão[25]. A contradição

---

[22] BUREAU OF LABOR STATISTICS (2020).

[23] A respeito do trabalho feminino, ver HOCHSCHILD (1983).

[24] "Como meu entrevistador de grande fôlego na *Merry Maids* me avisou e como minhas colegas de trabalho da *The Maids* confirmaram, esta é uma ocupação fisicamente punitiva, algo que a destrói em alguns meses, não ano após ano. A limpeza de pisos ajoelhada danifica os joelhos, com ou sem almofadas; aspirar o pó pressiona as costas; a limpeza e a lavagem são convites às lesões por esforço repetitivo até mesmo nas mais jovens" (EHRENREICH, 2002, p. 98).

[25] A respeito dos robôs, ver STATISTA (2020).

maior é que, apesar da drástica redução do trabalho manual e, mais ainda, da diminuição radical das necessidades de trabalho, as pessoas tenham que se sujeitar a terríveis condições de trabalho.

Neste cenário, em que as ocupações necessárias à reprodução material da sociedade se estreitaram, ocorreu uma enorme concentração da renda e da riqueza: o 1% mais rico possuía 20,2% da renda dos EUA e 38,6% da riqueza em 2014, sendo que em 1980 tinha 10,7% da renda e 23,5% da riqueza dos EUA[26]. Os mais ricos passaram a amealhar uma participação desproporcional na renda e ainda maior na riqueza, só comparável ao período anterior à Grande Depressão, quando o Estado era pequeno, a tributação ínfima e o darwinismo social dominava. Tal concentração foi fruto dos recorrentes cortes dos impostos para os mais ricos[27], da aceleração dos ganhos financeiros (concentrados no tope da distribuição), da redução dos níveis intermediários e da piora do mercado de trabalho. O resultado destes movimentos foi o crescimento dos serviços ligados às necessidades e prazeres das pessoas mais ricas, dado o barateamento relativo de milhões de pessoas sem outras opções.

Se a III Revolução Industrial e o neoliberalismo foram desenvolvimentos gerais no mundo desenvolvido, a ampliação da desigualdade foi muito maior nos Estados Unidos: "de todos os grandes países industriais, os Estados Unidos são os que têm mais riquezas, mas são os que têm o sistema social menos generoso, a maior porcentagem de indigentes, uma distribuição da riqueza das menos igualitárias e (...) uma das taxas mais baixas de mobilidade social" [28].

Os mais ricos – apesar de em geral trabalharem bastante e de terem sucesso muitas vezes fugaz, visto que a concorrência é feroz e nem sempre é possível manter o ritmo de trabalho com o avanço da idade – podem incrementar a sua vida com novos serviços: se gosto de cachorros, posso ter vários, contratando passeadores de cães e tratadores; se eu gosto de viajar e não tenho tempo para arrumar as malas, contrato alguém para fazê-las; se não tenho tempo para fazer amigos, arrumo um *personal* amigo; se quero um sorvete *Ben & Jerry Chunky Monkey* no meu iate no Mediterrâneo no meio da madrugada, peço ao meu mordomo[29].

---

[26] WORLD INEQUALITY DATABASE (2020).

[27] "A participação do 1 por cento mais rico é altamente correlacionada com a progressividade do sistema de impostos" (SHAMAS, 1993, p. 428). Sobre o elevadíssimo impacto do Estado para a redução da desigualdade via transferências e gastos sociais, ver KACAPYR (1996).

[28] ARTUS & VIRARD (2009), pp. 63-64.

[29] FRANK (2008), p. 15.

Ou seja, a subida da renda absoluta e relativa permite que os seus detentores repassem o trabalho de satisfação das suas necessidades a inúmeros prestadores de serviços, que vão se acumulando em **círculos concêntricos de renda**. O mordomo precisa de pessoas para cuidar da sua casa, dos seus filhos etc. assim como os passeadores de cachorros, as empregadas e todos os outros trabalhadores dos serviços.

O resultado de todos estes processos foi um setor de serviços finais demasiadamente grande frente à extrema redução do emprego ligado à atividade produtiva – seja do operário, seja do *colarinho-branco*. O trabalhador típico é cada vez menos o empreendedor do conhecimento e de boa vida e mais o prestador dos serviços finais desqualificados e de baixa remuneração, fruto da crescente desigualdade social. Este imenso setor de serviços não precisava ser tão degradado e nem tão exigente, posto que o desenvolvimento da divisão do trabalho e a mecanização da produção avançaram a ponto de o trabalho vivo ter se tornado cada vez mais desnecessário.

E as perspectivas não são animadoras, dado que o progresso técnico tem se acelerado, permitindo a redução tanto dos melhores empregos como das ocupações inferiores. De acordo com diversos estudos, as máquinas destruirão nas próximas décadas de 47% a 70% das ocupações em todos os setores, sendo centenas de milhões de empregos qualificados[30].

Em suma, as ocupações de qualidade se tornaram escassas concomitantemente ao crescimento do excedente de pessoas qualificadas, o que mostra a irracionalidade da ordem social contemporânea e o quanto os movimentos recentes são incompatíveis com o desenvolvimento humano. A alocação livre das pessoas via mercado de trabalho obrigou enormes contingentes a se submeter a uma concorrência cada vez mais acirrada e a trabalhos servis, degradantes e desnecessários frente aos avanços da produtividade do trabalho[31]. A retomada da verdadeira face do capitalismo, após décadas de regulação econômica e de presença civilizadora do Estado, criou um mundo no qual o progresso técnico e econômico foi convertido em regressão social. Este é o quadro dos EUA às vésperas da crise econômica, social e sanitária de 2020.

[30] MANYIKA, CHUI, BUGHIN, DOBBS, BISSON & MARRS (2013), p. 43. Ver também FREY & OSBORNE (2013), WAY (2013). BRYNJOLFSSON & MCAFEE (2011) também percebem este movimento mas esposam a ideia de que a inovação e o empreendedorismo podem ser uma solução.

[31] Uma ideia importante para a sustentação desta desigualdade crescente é sua aparente inevitabilidade. Sobre as razões para a manutenção de uma ordem social estável, mesmo com grande desigualdade, ver MOORE JR. (1978(1987)).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Daví. Capitalismo e Desigualdade. Campinas: Unicamp, 2011. (Tese de Doutorado).

CARD, David, LEMIEUX, Thomas & RIDDELL, W. Craig. Unionization and Wage Inequality: A Comparative Study of the U.S., the U.K., and Canada. National Bureau of Economic Research, Working Paper n. 9.473, Cambridge, janeiro de 2003.

COLLINS, Randall. The Credential Society - An Historical Sociology of Education and Stratification. Orlando: Academic Press, 1979.

EHRENREICH, Barbara. Maid to Order. In: EHRENREICH, Barbara & HOCHSCHILD, Arlie R. (orgs.). Global Woman - Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy. Nova York: Metropolitan Books, 2002.

FREY, Carl B. & OSBORNE, Michael. The Future of Employment: How Susceptible Are Jobs to Computerisation? Oxford Martin Programme on the Impacts of Future Technology Working Paper, Oxford, setembro de 2013. Disponível na Internet via www. URL: http://bit.ly/IDpApG. Arquivo capturado em 01 de fevereiro de 2014.

GOLDIN, Claudia & KATZ, Lawrence F. The Race between Education and Technology. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2008.

HERZENBERG, Stephen A., ALIC, John A. & WIAL, Howard. New Rules for a New Economy. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

HOCHSCHILD, Arlie R. (2003). The Managed Heart. Berkeley: Universidade da California, 1983.

KACAPYR, Elia. Are You Middle Class? American Demographics, vol. 18, n. 10, Nova York, outubro de 1996.

KALLEBERG, Arne L. Good Jobs, Bad Jobs – The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s to 2000s. Nova York: Russell Sage, 2011.

KORCZYNSKI, Marek. Human Resource Management in Service Work. Nova York: Palgrave, 2002.

KUMAR, Krishan (2005). From Post-Industrial Society to Post-Modern Society. Malden: Blackwell Publishing, 1995.

LEIDNER, Robin. Fast Food, Fast Talk - Service Work and the Routinization of Everyday Life. Berkeley: University of California, 1993.

LEVY, Frank. The Vanishing Middle Class and Related Issues: A Review of Living Standards in the 1970s and 1980s. PS, vol. 20, n. 03, Washington, verão de 1987.

MANYIKA, James; CHUI, Michael; BUGHIN, Jacques; DOBBS, Richard; BISSON, Peter & MARRS, Alex. Disruptive Technologies: Advances That Will Transform Life, Business, and The Global Economy. McKinsey Global Institute Report, Washington, maio de 2013. Disponível na Internet via www. URL: http://bit.ly/1cSsdLV. Arquivo capturado em 15 de janeiro de 2014.

MISHEL, Lawrence, BERNSTEIN, Jared & SHIERHOLZ, Heidi. The State of Working America 2008/2009. Ithaca: ILR Press, 2009.

MOORE JR., Barrington. (1978). Injustiça. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHAMAS, Carole. A New Look at Long-Term Trends in Wealthy Inequality in the United States. The American Historical Review, vol. 98, n. 02, Washington, abril de 1993.

SWEEZY, Paul M. & BARAN, Paul (1966). Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WOLFF, Edward N. Rising Profitability and the Middle Class Squeeze. Science & Society, n. 03, vol. 74, Nova York, julho de 2010.

Dados

BUREAU OF LABOR STATISTICS. Site: www.bls.gov.

CENSUS. Site: www.census.gov.

EPI. Site: https://www.epi.org/data/#?subject=hours.

OCDE. Site: www.oecd.org.

STATISTA. Site: www.statista.com.

WORLD INEQUALITY DATABASE. Site: https://wid.world/country/usa/.

CORONAVÍRUS E TECNOLOGIA

VÍTOR DE OLIVEIRA POCHMANN[32]

Resumo

Atualmente, o mundo enfrenta uma nova crise sanitária que não está relacionada diretamente a ação humana, mas as consequências de sua intervenção no meio ambiente. A denominada pandemia do coronavírus e as consequências do seu enfrentamento pelos países impactam a economia e a sociedade que tornam a tecnologia mais presente ainda no cotidiano das pessoas.

A adoção de medidas direcionadas ao isolamento social tem sido acompanhada das novas tecnologias de informação e comunicação. Elas contribuem crescentemente nas ações de esclarecimento da população, no exercício do teletrabalho, no ensino à distância, entre outras atividades de relacionamento social e de entretenimento.

Em função disso, o presente artigo aborda, na primeira parte, a problemática do coronavírus. Na sequência, busca analisar a presença da tecnologia no cotidiano das pessoas.

Entendendo o vírus

No final do ano de 2019, precisamente em Dezembro, surgiram avisos sobre uma possível infecção na cidade de Wuhan, na China. Somente no mês de Janeiro de 2020, foi pronunciado mundialmente que um novo vírus da família Coronavírus estava se espalhando rapidamente entre os habitantes da região chinesa. Inicialmente, esse vírus detectado tinha uma estrutura semelhante aos SARS e MERS; cujo o código de identificação foi WHCV, passando para COVID-19. Mais tarde, junto aos estudos aprofundados, o vírus foi renomeado Sars-CoV-2[33].

---

[32] Engenheiro de Computação, mestrando em Sistemas Inteligentes na Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação da Unicamp. v.pochmann15@gmail.com

[33] GRUBER, Arthur. Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença. Jornal USP, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em: 18 de Abril de 2020.

Além disso, a origem deste novo vírus ainda segue desconhecida, acompanhada de importante polêmica. De um lado existem versões sobre o vírus ter sido criado em laboratório, seja chinês, seja estadunidense. Estas versões alimentam discursos políticos e econômicos de tensão entre os países potentes - Estados Unidos e China, bem como polemizam em postagens nas redes sociais, o possível responsável pela liberação do novo coronavírus[34].

De outro lado, difunde-se a hipótese do vírus ser uma doença zoonótica, isto é, um vírus de origem animal que sofreu mutações até poder afetar o ser humano. Dessa forma, existem pesquisas sem comprovação ainda que apontam o novo coronavírus com características semelhantes às encontradas em pangolins, animais comercializados ilegalmente nos mercados chineses. Essa hipótese do vírus ser originário de algum animal parece estar em sintonia com estudos realizados desde a década 1960.

Coronavírus é nome dado para um grupo de vírus que formava culturas localizadas nos órgãos traqueais embrionários humanos, identificado nos Estados Unidos nos anos 60. Essas culturas eram fortemente transmissíveis para as pessoas e dentre elas foram constatados três tipos de vírus: B814, 229E e OC43. Vários estudos, realizados nas Instituições de Saúde americanas, apresentaram resultados conclusivos de que estes vírus com os mesmos patogêneses eram enquadrados a um novo grupo chamado Coronavírus, devido ao seu formato de coroa. Ademais, o estudo deste novo grupo indicou uma enorme variedade de coronavírus em múltiplas espécies de animais com problemas respiratórios (ratos, galinhas, cães, gatos e porcos). Assim, as pesquisas sobre coronavírus de humanos e de animais classificaram em três categorias para facilitar o entendimento. Segundo Jeffrey Khan e Kenneth McIntosh (2005): "... o grupo 1 que continua o vírus 229E e outros vírus, o grupo 2 que continha o vírus OC43, e o grupo 3 que continha vírus que causava infecção na bronquite das aves..."[35].

---

[34] Em suas postagens no Twitter, o senador estadunidense de Arkansas, Tom Cotton suspeita que laboratório chinês Biossegurança Nível 4 (BSL-4) tenha proporcionado a liberação do novo coronavírus, enquanto as postagens do Ministro de Relações Exteriores da China, no Twitter também, Lijian Zhao suspeita que Estados Unidos podem ter criado este novo vírus, adicionando perguntas do porquê Estados Unidos não liberaram informações acerco de paciente-zero e dos primeiros incidentes.

[35] KAHN, Jeffrey S; MCINTOSH, Kenneth. History and Recent Advances in Coronavirus Discovery. The Pediatric Infectious Disease Journal, 2005. Disponivel em: <https://journals.lww.com/pidj/fulltext/2005/11001/history_and_recent_advances_in_coronavirus.12.aspx>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

Em virtude deste grupo poder estar presente em animais comuns a diversos países, ganha importância a versão do coronavírus apresentar uma série de mutações naturais capazes de infectar órgãos respiratórios dos humanos. Tanto assim que, em 2002, foi registrada no sul da China a presença deste vírus que causava a Síndrome Respiratório Aguda Grave (SARS) nas pessoas infectadas. Esse vírus pertencente ao grupo de Coronavírus (CoV) foi nomeado SARS-CoV, cuja abreviação resulta da combinação da síndrome SARS com o grupo CoV. No mesmo ano, mais de 20 países na Europa e na América notificaram sua presença, com quase oito mil casos de infecção e cerca de 800 mortes registradas. Na época, os estudos consideraram de alta relevância a origem de SARS-CoV em morcegos, pois continha mutação capaz de infectar pessoas e se reproduzir por transmissão entre seres humanos[36]. Os sintomas constatados eram similares aos de outras infecções respiratórias, como febre, dores de cabeça e dificuldade em respirar.

Outro registro de mutação foi percebido dez anos depois da SARS-CoV. Em 2012, um novo coronavírus foi identificado em pessoas infectadas com problemas respiratórios na Arábia Saudita. Na época, esse vírus foi denominado MERS-CoV (abreviação de Oriente Médio Coronavírus), tendo como hospedeiro primário uma espécie de dromedário[37]. Diferente do SARS-CoV, sem notificação desde 2003, o MERS-CoV permanece ainda ativo em cerca de 20 países no Oriente Médio e na Ásia. Por haver dificuldades de transmissão de animais para humanos e entre humanos, apresenta resultados contidos, com apenas 850 mortes registradas desde 2012[38].

Nos dias de hoje, encontra-se em curso uma nova manifestação do grupo Coronavírus. Inicialmente divulgado na China, o novo coronavírus denominado SARS-CoV 2, difundiu-se rapidamente em quase todos países. Apesar da sua origem desconhecida, apresenta estrutura parecida ao antigo coronavírus Sars-CoV, de 2002.

---

[36] MANUALMSD. Coronavírus e Síndromes respiratórias agudas (COVID-19, MERS e SARS). Manual MSD - Versão Saúde para a Família, 2020. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-pt/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/v%C3%ADrus-respirat%C3%B3rios/coronav%C3%ADrus-e-s%C3%ADndromes-respirat%C3%B3rias-agudas-covid-19,-mers-e-sars#v47616268_pt>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

[37] WHO 1. Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV). World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/middle-east-respiratory-syndrome-coronavirus-(mers-cov)>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

[38] WHO 2. Middle East respiratory syndrome coronavirus (MERS-CoV) - Results. World Health Organization, 2020. Disponivel em: <https://www.who.int/emergencies/mers-cov/en/> Acesso em: 16 de Abril de 2020.

A família de vírus HIV, SARS e MERS encontrava-se na natureza isolada do ser humano enquanto hospedeiro natural. Possivelmente a ação do homem a destruir do meio ambiente ou até mesmo a possível criação do vírus em laboratório podem ter ocasionando a pandemia do coronavírus em 2020. A rápida transformação da epidemia do novo coronavírus na China em pandemia mundial se deve à infestação patrocinada pela mobilidade de humanos entre regiões distantes por meio de aviões, navios e trens, sobretudo em plena globalização neoliberal. Assim, diversos centros mundiais se constituíram nos focos de difusão do coronavírus, repetindo trajetórias similares às verificadas anteriormente nas doenças ocasionadas por HIV, MERS e SARS[39].

Em síntese, o elemento humano assumiu a maior responsabilidade pela origem e contaminação da pandemia do novo coronavírus.

Pandemia, Isolamento Social e Tecnologia

Com o avanço das tecnologias de comunicação, o mundo se tornou mais conectado, possibilitando que as informações sejam em tempo real. Com isso, problemas como a epidemia do coronavírus identificados inicialmente na China fosse de conhecimento de praticamente grande parte da população mundial.

Nesse sentido, as autoridades governamentais ao tomarem conhecimento do novo coronavírus, teriam condições de antecipar medidas tanto preventivas quanto curativas. Uma das modalidades adotadas no enfrentamento da pandemia foi o isolamento social, visando impedir a continuidade do fluxo humano, ocasionador da difusão do vírus. Por conta disso, ganhou dimensão o exercício crescente de muitas atividades em casa. Nessas atividades, o trabalho, o entretenimento, educação, entre outros ampliaram o uso recorrente das tecnologias de informação e comunicação.

---

[39] Segundo o jornal inglês The Guardian (2020), o HIV, o SARS e o MERS eram vírus que estavam isolados do ser humano pela natureza e tinham seus hospedeiros naturais. Pesquisas e falas de autoridades apontam que a alteração do meio ambiente provocou oportunidades desses agentes encontrarem novos hospedeiros através de deslocamento de animais das florestas e criar aglomerações descontroladas ou controladas para as cidades, como casos dos morcegos e dos dromedários.

CARRINGTON, Damian. Coronavirus: ‘Nature is sending us a message’, says UN environment chief. The Guardian, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/25/coronavirus-nature-is-sending-us-a-message-says-un-environment-chief>. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

As firmas prestadoras serviços onlines desse setor passaram a ser ainda mais demandadas. Várias empresas têm adotado alternativas para atender seus clientes e não sofrerem prejuízos drásticos. Uma das alternativas tem sido o investimento na ampliação do plano de negócios, como serviços onlines operados por grandes corporações transnacionais (Apple, Disney, Amazon) através das plataformas de *streaming* (Apple TV, Disney Plus e Amazon Prime). Para essas empresas, o cenário da quarentena se revelou tanto uma oportunidade como um grande desafio. De um lado, as plataformas de *streaming* elevam os lucros, podendo conter parte dos prejuízos verificados no fechamento de lojas. De outro, a proliferação da demanda dos serviços por recente número de clientes indica a perda de qualidade, prejudicando os demais canais digitais já existentes[40].

Além disso, as medidas de isolamento social impostas pelos governos para combater o novo coronavírus foram acompanhadas da expansão do trabalho em casa (*Home Office*). Inicialmente, as empresas sem grande experiências na organização do trabalho à distância estabeleceram aos seus empregados a opção do trabalho em casa. Mas rapidamente, pelo sucesso alcançado, essas mesmas empresas passaram a tornar obrigatoriamente o exercício do teletrabalho. Ainda no período de pandemia, essa mudança no ambiente de trabalho terminou sendo difundida para as demais empresas de vários setores econômicos. Nesse sentido, grandes corporações transnacionais como Intel e AMD, por exemplo, rapidamente se reestruturaram na prevalência do trabalho de seus empregados na condição do *Home Office*[41].

É evidente que a organização do teletrabalho não se aplica generalizadamente a todos os setores de atividade econômica, como restaurantes, indústrias, agricultura e eventos culturais. No caso dos serviços de transporte e turismo, por exemplo, os prejuízos foram imediatos e profundos, sem permitir que o trabalho em casa pudesse evitar os constrangimentos gerados pelo SARS-CoV 2 e pela adoção do isolamento social[42].

---

[40] Em Março de 2020, a Amazon, a Disney e a Apple decidiram rapidamente reduzir a qualidade de vídeo dos seus serviços de *streaming* na Europa para que pudessem atender a demanda crescente desses serviços e manter a redes da Internet do continente com tráfego digital estável.

[41] Segundo os CEOs da Intel e da AMD, Bob Swan e Lisa Su, respectivamente, as empresas continuaram a produzir processadores e placas eletrônicas para atender a demanda, pois elas possuem cadeias de suprimentos bem globalizadas e, ao mesmo tempo, estruturas prontas para que os funcionários continuassem trabalhando sem risco de saúde. O contrário parece ter ocorrido em outras empresas como Amazon e Apple.

[42] Segundo Ibovespa, por exemplo, as companhias aéreas tiveram grandes quedas entre Fevereiro e Março: a GOL (GOLL4.SA) teve queda de cotação de R$34,00 para R$5,60, de 20 de Fevereiro à 18 de Março; a AZUL (AZUL4.SA), no mesmo período, tinha a cotação de R$54,40 para R$10,35. A companhia de viagens ,CVC, também apresentou queda, desde Janeiro até 18 de Março, a cotação foi de R$44,70 para R$6,49.

No que se refere à condição do exercício laboral em casa, começam a surgir os primeiros questionamentos. Inegavelmente, o *Home Office* constitui alternativa de manutenção do trabalho diante da prevalência de quarentena, impedindo que as empresas tenham ainda maiores prejuízos pela paralisação da produção.

Por outro lado, o trabalho à distância impõe novidades até então desconhecidas em relação ao controle da jornada laboral, intensidade de esforços e repercussões mais gerais relacionadas ao convívio doméstico e familiar. Um dos aspectos já identificado pelo *Home Office* é o uso excessivo de horas em atividades do trabalho, contraindo o tempo disponível para o livre arbítrio em relação à família e em outras possibilidades de convivência. Como o indivíduo não está presente no local tradicional de exercício de trabalho, o controle da jornada desaparece, passando ser constante demandado pelo teletrabalho e desconectado da relação da remuneração com a produtividade[43].

Ao mesmo tempo, constata-se também indícios de novas doenças profissionais. Em geral, associadas aos aspectos emocionais (frustração, estresse, cansaço) até então pouco identificados no tradicional exercício do trabalho fora de casa.

Por fim, a tecnologia de informação e comunicação não se encontra somente relacionada ao trabalho e ao entretenimento, mas também associada a praticamente todas as dimensões da vida humana. Exemplo disso pode ser percebido na esfera educacional, quando escolas e universidades passam a providenciar metodologias tecnológicas para o Ensino a Distância (Ensino Digital com uso de plataformas onlines que permite ter conversa com diversas pessoas) como forma de sustentar o processo de ensino e aprendizagem ao alunos.

De forma geral, o cenário da crise de pandemia parece compatível com a expansão do uso das redes sociais, cada vez mais importantes na manutenção da sociabilidade em condições excepcionais de isolamento social. Assim, o monitoramento do vírus possibilitado por diversas instituições, por exemplo, tem ajudado as pessoas estarem informadas sobre o contexto do mundo, bem como o acesso a informações que permitam proteger da transmissão e infecção do novo coronavírus[44].

---

[43] SOBRATT. TRabalhar em casa pode prejudicar sua saúde mental. Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades, 2018. Disponível em: <http://www.sobratt.org.br/index.php/24052018-trabalhar-em-casa-pode-prejudicar-sua-saude-mental/>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

[44] Por exemplo, a Google lançou uma plataforma para que as pessoas possam estar atualizadas sobre o evento do coronavírus, trazendo informações confiáveis e em tempo real, mesmo que ela esteja também na situação de quarentena.

Considerações Finais

Apesar da origem novo coronavírus ser ainda desconhecida, os seus efeitos têm sido dramáticos no mundo em geral. Ainda que alimente disputas políticas internacionais, revelam a distância que separa a produção científica das narrativas políticos eleitorais.

Além disso, a adoção do isolamento social como uma das modalidades de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus produziu impactos econômicos e sociais de grande magnitude em todos os países. Essa medida também está alterando mudanças no convívio social com a presença crescente do uso de dispositivos tecnológicos para tanto trabalhar e estudar, como também para o entretenimento. Mesmo diante da grave crise sanitária e de seus efeitos socioeconômicos negativos, a tecnologia tem sido reforçada, cujas repercussões ainda necessitam ser mais e melhores analisadas para a sua melhor compreensão.

COMUNICAÇÃO E COVID-19

ANDRÉ BARBOSA FILHO[45]

Resumo

Este ensaio discute o papel exercido pelos meios tradicionais de comunicação na cobertura da pandemia do Coronavírus que tem sido elogiado pela audiência em geral em razão de sua competente execução. Isto pode gerar a conscientização dos direitos inerentes a cidadania e o seu consequente exercício com a pressão sobre os poderes constituídos, através da ocupação dos espaços comunitários.

Mas por trás desta linguagem de viés social, as emissoras de TV, jornais e radio, que fazem parte um projeto liberal organizado que tem objetivo de retomar o patamar de credibilidade e o poder de influenciar a opinião publica.

1. A informação em tempos de pandemia

Com a situação inusitada, dentro da historia contemporânea, da propagação planetária do vírus COVID-19, uma das questões mais importantes no combate a esta pandemia é a informação. O esclarecimento da população, em relação a atitudes e comportamentos individuais e, especialmente, coletivos, salva vidas.

O jornalismo profissional, inserido nos veículos de comunicação tradicionais, como televisão, rádio e meios impressos, tem recebido atenção da audiência, mesmo diante da avalanche de noticias e mensagens das redes sociais, sites e portais hospedadas na Rede Mundial.

Esta cobertura aparece como verossímil para grande parte do publico, que vem percebendo o esforço de persuasão em relação aos cuidados que devem ser tomados para a

[45] Professor Doutor em Estética e Tecnologia da Comunicação pela ECA/USP, Mestre em Ciências da Comunicação pela UMESP, bacharel em Ciências Jurídicas pela FD/USP, musico, radialista, tem 6 livros publicados e diversos artigos publicados em português, inglês e espanhol.

obtenção de um menor contagio pelo vírus e os eventuais procedimentos de auxilio médico e que tem sido realizado com competência.

Todo este movimento tem o potencial de gerar, na população, um sentimento de mudança, historicamente causado na vigência de situações criticas e que demonstraria uma fadiga dos instrumentos político-ideológicos em vigor, através do esgarçamento da credibilidade no sistema capitalista que não gera confiabilidade e proteção a cidadania.

As teses levantadas pelos críticos do socialismo, apos os eventos de 1989 com a queda do Muro de Berlim e, posteriormente, com o desparecimento da União Soviética em 1991, revelaram algumas interpretações sobre a possibilidade de que a História havia chegado ao fim e, por conseguinte, o capitalismo vitorioso era a última forma de organização societária existente na face da terra, como afirmou o economista Francis Fukuyama[46]

Esta constatação tem sido rechaçada[47] apos crises econômicas sequenciais que tem deixado expostas as vísceras do neoliberalismo. Isto tem gerado uma visão de que o capitalismo, da seus últimos suspiros e que não da conta de manter a saúde financeira dos países industrializados diante da disruptura promovida pela economia digital e por não incluir bilhões de pessoas no mundo do consumo, base do pensamento clássico conservador. Isto enseja a que opções baseadas na distribuição de renda e amplas politicas sociais, ancoradas em ações que visem o progresso efetivo da coletividade, se tornem realidade.

Em oposição a verificação da impossibilidade de construir o convívio social proposta pelo liberalismo econômico, surge a possibilidade de aproveitamento, pela sociedade brasileira, da valorização de suas identidades e a reflexão sobre perspectivas futuras com o escopo de diminuir as distancias e instalar a justiça social através dos ideários de cunho social

As mudanças de alguns hábitos cotidianos, tornadas recomendáveis pelo distanciamento social, promove a qualificação de algumas relações sociais, efeito da solidariedade da população no atendimento aos mais vulneráveis. Tal cenário torna evidente a perplexidade do Estado diante da pandemia, dividido por discursos contraditórios, sem poder

[46] FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

[47] vide ANDERSON, Perry O *Fim da História: de Hegel a Fukuyama,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1992

planejar ações efetivas, por exemplo, pela falta de testes para constatação dos reais portadores do vírus, gerando o risco de um grande números de infectados e consequente o crescimento dos óbitos.

Uma comunicação honesta e imparcial, pode ensejar, pela população, a estratificação de comportamentos em favor do surgimento, dentro das comunidades, de uma mentalidade proativa que possa promover a consciência de que se deva exigir novas atitudes objetivas pelos poderes constituídos, voltadas para os interesses coletivos.

2. Os meios de comunicação profissionais e os ganhos de audiência

As medidas de isolamento social para conter o avanço de casos da Covid-19 no país fez crescer a audiência de TV no Brasil para nível recorde, destaca o Valor Econômico do dia 03/04. De acordo com levantamento da Kantar Ibope Media em 15 capitais brasileiras, 11 das 20 maiores audiências medidas nos últimos cinco anos foram observadas durante a pandemia. A audiência mais alta foi de 22,5 pontos, registrada no dia 24 de março. No dia 29 de março, último dia da medição, a audiência estava em 21,8 ponto. "Se pensarmos que em cinco anos tivemos Copa do Mundo [da Fifa] e Olimpíada, esse recorde mostra a preocupação e o interesse dos brasileiros pelo assunto", disse Melissa Vogel, presidente da Kantar Ibope Media no Brasil. [48] De acordo com a empresa de pesquisas, a TV é o meio mais usado pelos brasileiros para se informar, com uso em 92% dos lares em março. Para 79% dos entrevistados, também é o meio mais confiável. Entre os programas que mais cresceram em audiência estão filmes, com alta de36%, jornalismo (26%) e infantis (17%).[49] Com relação a TV por assinatura, (total de pessoas que são assinantes de TV paga), a quantidade de pessoas com a TV ligada (seja em canal aberto, seja pago) subiu 17% entre a semana pré-quarentena de 2 a 8 de março e a primeira semana de quarentena, 16 a 22 de março, passando de 38,94% para 45,73%. Já a audiência média da TV paga teve alta de 19% entre a semana de 9 a 15 de março (logo antes da quarentena começar) e a semana de 16 a 22 de março. Comparando somente os fins de semana desse intervalo, o crescimento foi de 25%.. O segmento de canais

---

[48] Valor Econômico BOUCAS, Cibelle -Audiência de TV é a maior em cinco anos. Recorde supera números da Copa do Mundo e da Olimpíada . São Paulo - Publicado em 03/04/2020. Acesso em 13/04/2020 as 12:47h - https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/03/audiencia-de-tv-eamaior-em-cinco-anos.ghtml

[49] Valor Econômico BOUCAS, Cibelle -Audiência de TV é a maior em cinco anos .Recorde supera números da Copa do Mundo e da Olimpíada . São Paulo - Publicado em 03/04/2020. Acesso em 13/04/2020 as 12:47h em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/03/audiencia-de-tv-eamaior-em-cinco-anos.ghtml

que mais se beneficiou dessa mudança de hábito no consumo de TV entre os brasileiros foi o segmento de notícias, que viu sua audiência subir 111% entre 9 e 22 de março.[50] O ganho das TVs, especialmente a aberta, já motivou o interesse das emissoras. Elas comemoram também que junto com esta audiência vem a questão da credibilidade nas informações que caracteriza uma confiabilidade direta nos conteúdos transmitidos pela radiodifusão neste tempos de crise. Um estudo global divulgado pela agência de comunicação Edelman mostra que em meio à pandemia de Coronavírus os veículos da grande imprensa aparecem como a fonte de informações mais confiável para 64% das pessoas. Antes da crise de saúde que atinge todos os continentes, havia uma tendência de baixa credibilidade do jornalismo e das fontes de conhecimento, como a ciência.[51] O levantamento foi feito de 6 a 10 de março, antes das principais ações relacionadas à pandemia, como fechamentos de fronteiras e orientações de isolamento. Foram entrevistadas 10 mil pessoas da África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido (mil por país) pela internet. Sete a cada dez entrevistados disseram estar acompanhando notícias sobre o Coronavírus na mídia pelo menos uma vez por dia e 33% dizem que estão checando várias vezes ao dia. Entre os brasileiros, pouco menos de sete entre dez entrevistados disseram acompanhar o noticiário, com 26% checando várias vezes durante o dia. O estudo também mostra uma preocupação mundial sobre *fake news* a respeito do Coronavírus. Porcentual de 74% dos entrevistados têm essa preocupação em relação às redes sociais - no Brasil, o medo chega a 85%. Jovens, diz o estudo, confiam igualmente nas mídias sociais (54%) e na mídia tradicional (56%), enquanto as pessoas com mais de 55 anos classificam a mídia tradicional como quase três vezes mais confiável do que as mídias sociais. Os porta-vozes sobre o Coronavírus, cientistas e médicos, contam entre os mais confiáveis, juntamente com funcionários da OMS. Entre os entrevistados, 85% afirmaram que querem ouvir mais os cientistas e menos os políticos. Como a aferição destes dados, podemos concluir que os veículos tradicionais, que mantem grupos jornalísticos profissionais, retomaram a preferencia das audiências, em todo o mundo, que lhes conferiram credibilidade e confiança.

---

[50] EXAME. DEARO, Guilherme Com quarentena, audiência da TV paga cresce 19A audiência média da TV paga teve alta de 19% na semana entre 9 e 15 de março. Publicado em 30 mar 2020. Acesso em 13/04/13:15h em https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/com-quarentena-audiencia-da-tv-paga-cresce-19%/

[51] R7 -Novo Coronavírus .Publicado em 13/03/2020. Acesso em 14/04/2020 as 15:27h em https://noticias.r7.com/saude/coronavirus

3. O Coronavírus e as mudanças de comportamentos e atitudes

Nesta situação de sacrifício e resiliência, a comunicação se soma a uma evolução de comportamentos e atitudes. Enquanto a informação sobre fatos tão poderosos esclarece e coloca as pessoas num dilema existencial, promovido pelos questionamentos sobre a realidade e tendo como pano de fundo o arquétipo da sobrevivência, vem a mente a adesão a novas posturas, ideias e ações, a quebra das reações mecânicas e uma oportunidade gerada por esta rara abertura para renovarmos posturas diante da vida. Quando realizamos atividades familiares, habitamos num mundo de certeza, com tradições e rotinas definidas que nos ajudam a simplificar as tomadas de decisão. À medida que aprendemos que aquilo funciona, o nosso comportamento torna-se mais irracional, reptiliano. Aprender a fazer algo é inicialmente uma decisão pessoal diante de um método não apreendido, mas à medida que o praticamos, as nossas atitudes tornam-se mais rotineiras/ automáticas, ou seja, passa a ser conduzido mecanicamente, pois apenas, o executamos. O Coronavírus tem causado agitação e criando um ambiente de instabilidade em todo o mundo. À medida que a doença se espalha, e a instabilidade se dissemina, outras áreas também se tornam incertas, sujeitas a alterações e a operações sem um contexto familiar e padrões previsíveis. As pessoas estão a adaptar-se a um contexto instável e de mudança, e estão a tomar decisões diferentes das habituais, não podem agir de acordo com mecanismos conhecidos. Neste cenário, diante de um contexto de instabilidade, há um papel para as ideias. É agora possível pensar um ideário libertador perante uma mudança de contexto e comportamento. O processo de tomada de decisão do individuo e a mudança de comportamento adaptam-se rapidamente à variedade de características individuais e contextuais. Existe, entretanto, neste processo de se aproveitar esta janela aberta na mente das pessoas, um medo saudável de ser visto como inadequadamente oportunista. Porem, as ações objetivas podem desempenhar papéis na vida das pessoas, durante um período em que devido à alteração do contexto, as mesmas mudam o seu comportamento para se manterem saudáveis. E, claro, ideias não são produtos. Ideias são mecanismos mentais cujo foco e o de compor e expor argumentos que possam significar a construção de mudanças reais e, por vezes, perenes na vida as pessoas. E diante da Ética, determina os princípios que tornam nobres, ideias de transformação baseadas em princípios de igualdade social, solidariedade e esperança nutridas pelo progresso coletivo, através do educação, da saúde e do trabalho. As ideias devem surgir, contrapostas ao pensamento hegemônico em vigor para propor sua modificação, diante das necessidade reais das pessoas e dos avanços do contrato social, neste tempo em que a consciência coletiva vive diariamente

a presença de uma possível fatalidade. Este ideário deveria estar presente, junto as criveis notificações sobre o Coronavírus pelos meios jornalísticos profissionais, apontando os equívocos indesculpáveis do poder publico e dos agentes privados. Destacar as diferenças entre o apoio dado por diversos Estados a sua população, para fazer frente ao desastre que a pandemia trouxe as famílias em situação de vulnerabilidade e fundamental para compor um espirito critico de sua realidade. Diante da perda de seus empregos, pelas condições desumanas de seu cotidiano, sem agua nas torneiras, sem um poço artesiano, com esgoto a céu aberto, morando em cubículos em que coabitam 8, 10 pessoas, e diante da recomendação de afastamento social, torna muito difícil a sobrevivência desta enorme faixa populacional em situação de abandono. E, por conseguinte, aponta a falibilidade extrema de um projeto politico que alimenta as diferenças, concentra renda e toma decisões unicamente amparada na preservação do capital e da propriedade privada. Porem, a realidade dos conteúdos transmitidos, mostra que, apesar das emissoras de TV estarem fazendo um cobertura completa sobre os dados e sobre os cuidados que o publico deve ter com o Coronavírus, a questão de fundo, o atual sistema politico econômico que tem causado todo este desastre social, não e devidamente exposto e assim, podemos enxergar os reais motivos que orientam os editores na cobertura das matérias sociais, e que podem equivocadamente serem percebidos como coincidentes com o pensamento de um jornalismo progressista e libertador. Mas nem tudo que reluz e ouro!

4. O que há por detrás das informações sobre o Coronavírus na mídia profissional?

O fato real e indiscutível de que as comunidades renovaram seu valor político e social tem o significado de ser o vetor fundamental como pressuposto da construção de uma nova de relacionamento social.

Sem desfazer da importância da discussão dos temas políticos e económicos, esta era será moldada sobre os valores intrínsecos as demandas da população. Isto e fundamental para que se entenda como agir, pois tudo se materializa a partir deste arcabouço de experiências.

A Era Neoliberal foi construída sobre um mito do indivíduo egoísta como fundamento dos valores. Como Margaret Thatcher declarou: “Não existe sociedade. Existem homens e mulheres individuais e há famílias.” [52]

Acreditar nesta afirmação e reforçar a destruição da comunidade como também se baseia numa atitude individualista, egoísta. Em sentido oposto,, De fato, uma visão progressista e revolucionaria tem como base um conjunto de ideias e ações de cunho social e que nos remetem a uma empatia com valores, princípios e indivíduos que advogam a conquista da justiça social e da cidadania e que colocam as propostas coletivas acima de interesses pessoais.

A solidariedade e o milhões de exemplos acompanhados pelo mundo através da TV e da Internet deixaram claro a dimensão de poder da sociedade civil na resolução da questão básica, a sobrevivência. A preocupação e assistencialista, as ações cobrem o dia a dia, mas preenchem o vácuo deixado pelo abandono do Estado as população em situação de vulnerabilidade.

E quando a onda Coronavírus passar, estaremos diante de uma população que, por meses a fio, esteve estreito contato, desta vez em confinamento, com sua dura realidade que, em verdade, representa um convívio diário com uma dezena de pessoas num único cómodo, por vezes com banheiro (sic!) externo de uso compartido com outras famílias, sem água nas torneiras e sem dinheiro para obter o viveres de primeira necessidade. E com a certeza de que o Estado nada fez para livra-los do Coronavírus

E, terão em mente, que os meios de comunicação, mais uma vez, mantiveram-se como seus companheiros fieis, trazendo informação diária de como se preservar. A cobertura que foi até as favelas para perguntar a moradora humilde, diarista, sem trabalho, se a patroa estava bancando seu afastamento, tinha clara tentativa de mostrar empatia com a situação e identificação com a audiência.

Este tom social, nem tão inusitado nas coberturas diárias das TVs, mascara todas as matizes do liberalismo que o conduzem, com o interesse de aproveitar-se da demanda popular

---

[52] **OPEN DEMOCRACY**. LENT Jeremy, Coronavirus spells the end of the neoliberal era. What’s next? Publicado em 12/04 2020. Acesso em 15/04/2020 as 13;17Hs. em https://www.opendemocracy.net/en/transformation/coronavirus-spells-the-end-of-the-neoliberal-era-whats-next/

por informações sobre o COVID-19, para produzir conteúdos que seguem o rastro do que tem proposto grupos e corporações igualmente liberais.

Exatamente como o fazem o Instituto Lehmann, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, Fundação Bradesco, e tantas outras instituições do terceiro setor, dirigidas sob a influencia dos ideais liberais e que, mantendo correspondência com astros da TV como Luciano Hulk, deputadas com discurso pretensamente contemporâneo, como Tabata Amaral ou influenciadores nas redes sociais como Felipe Neto, mostram um rosto progressista para manter um ideário conservador.

A era neoliberal estabeleceu o curso da civilização diretamente em direção a um precipício. Se quisermos realmente "desviar o curso de nossa trajetória fracassada", a nova era deve ser definida, em seu nível mais profundo, não apenas pelas escolhas políticas ou econômicas que estão sendo feitas, mas por uma revolução nos valores. [53]

O filosofo e linguista estadunidense, Naom Chomsky, em conversa com o filósofo e co-fundador do DiEM25 - Democracy in Europe Movement - Srecko Horvat, foi contundente ao afirmar: Devemos pensar sobre a origem desta crise, por quê há uma crise do Coronavírus? É uma falha colossal do mercado, leva direto a essência dos mercados exacerbados pelo neoliberalismo selvagem, a intensificação neoliberal, os problemas socioeconômicos. Um tempo extraordinário, na medida em que se deve aproveitar a cobertura do jornalismo profissional, independentemente dos objetivos subliminares, e que ganha credito junto a população pelo excelente trabalho e que desperta o espirito critico na população em geral em relação a sua condição de vida. Um momento singular que permite que o campo progressista deixe de lado posicionamentos que possam limitar quaisquer ideia ou desenvolvimento que possa trazer conscientização a este enorme contingente populacional excluído e abandonado para que, de posse dos argumentos em sua defesa, exerçam seu papel cidadão de escolher seus representantes e ocupar os espaços públicos para realizar a efetiva revolução social que represente, de fato, a concreta melhoria de suas condições gerais de vida. Vamos cada vez mais nos aproximar das comunidades, quebrando a crescente influencia das igrejas, fomentando a cultura popular, apropriando-se da comunicação comunitária e aumentando as atividades coletivas. Como fazia Marielle.

---

[53] **OPEN DEMOCRACY**. LENT Jeremy, Coronavirus spells the end of the neoliberal era. What's next? Publicado em 12/04 2020. Acesso em 15/04/2020 as 13;17Hs. em https://www.opendemocracy.net/en/transformation/coronavirus-spells-the-end-of-the-neoliberal-era-whats-next/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry O *Fim da História: de Hegel a Fukuyama*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1992

BOUCAS, Cibelle - Valor Econômico - Audiência de TV é a maior em cinco anos .Recorde supera números da Copa do Mundo e da Olimpíada . São Paulo - Publicado em 03/04/2020. Acesso em 13/04/2020 as 12:47h - https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/04/03/audiencia-de-tv-eamaior-em-cinco-anos.ghtml

EXAME. DEARO, Guilherme Com quarentena, audiência da TV paga cresce 19A audiência média da TV paga teve alta de 19% na semana entre 9 e 15 de março. Publicado em 30 mar 2020. Acesso em 13/04/13:15h em https://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/com-quarentena-audiencia-da-tv-paga-cresce-19%/

FUKUYAMA, F. O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

LENT Jeremy -OPEN DEMOCRACY- Coronavirus spells the end of the neoliberal era. What's next? Publicado em 12/04 2020. Acesso em 15/04/2020 as 13;17Hs. em https://www.opendemocracy.net/en/transformation/coronavirus-spells-the-end-of-the-neoliberal-era-whats-next/

OPERA MUNDI –Diálogos do Sul**.** Chomsky: "coronavírus é algo sério o suficiente, mas há algo mais terrível se aproximando” publicado em 06/04/2020 as 19:07h. Acesso 15/04/2020 as10:50h em https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/63998/chomsky-coronavirus-e-algo-serio-o-suficiente-mas-ha-algo-mais-terrivel-se-aproximando

R7 -Novo Coronavírus .Publicado em 13/03/2020. Acesso em 14/04/2020 as 15:27h em https://noticias.r7.com/saude/coronavirus

BEM-ESTAR SOCIAL DOS BRASILEIROS E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: RUIM E VAI FICAR PIOR

JORGE ABRAHÃO DE CASTRO[54]

Resumo

Este ensaio reconstrói as condições de vida e o correspondente bem-estar social da população brasileira, no momento de chegada do coronavírus no país, enquanto informação estratégica relevante da situação social dos brasileiros que sofrerá as consequências da pandemia. Constatou-se que nesse momento ocorria uma regressão no atendimento as necessidades sociais básicas da população, com o significado de uma redução do já rebaixado padrão de bem-estar social brasileiro. Conclui-se que a situação atual do bem-estar social dos brasileiros é ruim, o que é uma péssima base de partida para se enfrentar a pandemia, mas pior ainda são os prognósticos de futuro que pode ser vislumbrado pelas intenções políticas das elites do país, indicando que se pode esperar enormes sacrifícios e elevadas perdas de vidas humanas e difícil retomada econômica e social.

As relações sociais de produção dos países determinam condições de vida — necessidades sociais básicas da população — cuja síntese expressa o bem-estar social de suas populações em cada momento histórico. Seguindo essa perspectiva, este ensaio busca reconstruir as condições de vida da população brasileira no período que antecede a chegada da pandemia do coronavírus no país, com o objetivo de capturar a situação de bem-estar social da população do país no início da pandemia. Entende-se que o melhor/pior bem-estar social significará maior/menor dificuldades para enfrentar e superar a pandemia com mais/menos perdas de vidas. Tendo em vista essa situação, o enfrentamento da pandemia dependera das políticas públicas que serão implementadas e do comportamento da sociedade, considerando a necessidade de superação de restrições advindas das características do subdesenvolvimento do país e da ordem neoliberal vigente.

O conceito de condições de vida foi operacionalizado mediante a utilização de um conjunto de dimensões compostas por indicadores ligadas a fatores econômicos e sociais da população. A qualidade analítica das dimensões é determinada pela disponibilidade de dados

---

[54] Doutor em Economia. Faz parte da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia - ABED, foi diretor do IPEA e da Secretaria de Planejamento do Ministério do Planejamento.

e informações para construção de seus indicadores. Apesar de importantes, alguns recortes analíticos possíveis, tais como região, localidade, idade, gênero, raça/cor, não foram tratados de forma específica, mas apenas utilizados em algumas situações. Dessa escolha analítica derivou a especificação de oito dimensões: trabalho e renda, previdência social, pobreza, desigualdade de renda, saúde, educação, saneamento básico e habitação, segurança pública e violência. Utilizou-se, também, o binômio inclusão/exclusão como critério para caracterizar situações de atenção/desatenção, principalmente pela política pública as necessidades sociais básicas da população, relativas ao acesso à renda e aos bens e serviços sociais.

Para cumprir o objetivo proposto, em cada dimensão foram utilizados dados, indicadores e informações das políticas públicas para o período mais recente, compreendendo os anos da gestão Temer e Bolsonaro, e que demarcam um mesmo projeto de poder e de radicalização das teses neoliberais de abertura completa da economia, privatização, desestatização, redução do papel social do Estado, desmonte total da proteção aos trabalhadores, desprezo ao meio ambiente, mas com proteção ao agronegócio e ao rentismo.

Esse período e bastante conturbado em termos político, econômico e social. Em termos político ocorreu a interrupção forçada de um mandato presidencial legitimamente conquistado, em uma manobra mediático-jurídico-parlamentar conduzida pela junção de um conjunto de interesses políticos e empresariais de tomada do Estado. Isso levou a quebra do aparato/jurídico institucional duramente construído desde a nova república, com consequências danosas para a frágil e curta democracia do país. No campo econômico e social o projeto comum desses interesses de classe levou a uma radicalização das políticas neoliberais de austeridade fiscal, desestruturação do aparato institucional e reformas para redução do Estado social e privatizações, enquanto se ampliou a participação dos interesses das classes rentistas e empresariais. No entanto, o prometido crescimento não veio e a resultante é uma economia em crise permanente com a queda e estagnação do produto, em baixíssimo patamar, além do aprofundamento da desindustrialização, eliminação da construção civil pesada, entre outros graves problemas. Já situação social do período se associa as condições de vida e respectivo bem-estar social da população, representada nas dimensões e painel de indicadores sociais apresentados na Tabela, a seguir.

Tabela - Condições de vida: dimensões e painel de indicadores selecionados: 2014–2019.

Dimensões	Indicadores	Valores					
		2014	2015	2016	2017	2018	2019
Trabalho e renda	Nível de Ocupação da população (%)	56,9	56,1	54,4	53,9	54,1	54,6
	Taxa de desocupação na população >14 anos (%)	6,8	8,5	11,5	12,7	12,3	11,9
	Taxa de desocupação na população 14 a 29 anos (%)	13,0	16,3	21,6	22,6	22,3	nd
	Taxa de desalento na população >14 anos (%)	1,5	1,9	3,1	3,8	4,2	4,2
	Taxa composta de subutilização na população > 14 anos (%)	15,0	17,3	20,9	23,8	24,3	24,2
	Proporção da população > 14 anos ocupada em trabalhos informais (%)	39,1	39,0	39,0	40,7	41,5	41,1
	População > 14 anos ocupada em trabalhos informais (milhões)	35,9	35,9	35,4	37,1	38,3	38,4
	Rend. médio real do trabalho principal, hab. recebidos, pop. > 14 anos (R$1 médio de	2.264	2.234	2.191	2.217	2.249	2.254,0
	Rendimneto domiciliar *per capita* real médio (R$1 médio de 2018)	1.341	1.297	1.286	1.285	1.337	nd
	Taxa de sindicalização da população ocupada (%)	15,9	15,8	14,9	14,4	12,5	nd
Previdência social	População 16 a 59 anos ocupada e protegida (%)	72,5	72,5	72,2	70,9	70,3	nd
	População > de 60 anos protegida (%)	81,7	81,7	84,6	84,7	84,0	nd
	População > de 14 anos ocupada/contribuindo para prev. (milhões)	59,2	59,7	59,0	57,9	58,1	58,7
	População > de 14 anos ocupada/contribuindo para prev. (%)	64,6	65,1	65,6	64,2	63,5	62,9
	População com renda < 1/2 salário mínimo *per capita* - com renda da previdência (%)	24,2	26,2	30,5	31,3	30,4	nd
Pobreza	População com renda < 1/4 SM *per capita* (%)	9.6	10,3	11,7	11,6	11,8	nd
	População com renda < R$ 233 *per capita* (Linha FGV) (%)	8,4	10	10,8	11,2	10,9	nd
	População com renda abaixo da linha U$ 1,9 PPC *per capita* (%)	4,9	4,9	5,8	6,4	6,5	nd
	População com renda abaixo da linha U$ 3,2 PPC *per capita* (%)	9,9	10,7	12,1	12,3	12,4	nd
	População com renda abaixo da linha U$ 5,5 PPC *per capita* (%)	22,8	23,7	25,5	26	25,3	nd
Desigualdade	Desigualdade de renda, Brasil – Gini	0,526	0,524	0,537	0,538	0,545	nd
	Desigualdade de renda, Nordeste – Gini	0,532	0,533	0,544	0,554	0,545	nd
	Participação dos 1% mais rico na renda (%)	11,8	12,0	11,8	12,2	12,7	nd
	Participação dos 10% mais rico na renda (%)	42,3	41,5	42,2	42,2	42,9	nd
	Participação dos 40% mais pobres na renda (%)	13,0	13,2	13,2	13,2	12,7	nd
	Participação dos 10% mais ricos/ Participação dos 40% mais pobres	3,3	3,1	3,2	3,2	3,4	nd
	Razão 10/40 (renda média do 10% + ricos/ 40% + pobres)	15,1	14,9	16,2	16,4	17,0	nd
Saúde	Taxa de Mortalidade Infantil (por mil Nascidos Vivos)	12,4	12,4	12,7	12,4	nd	nd
	Taxa de Mortalidade na Infância (por mil Nascidos Vivos)	14,9	14,3	14,9	14,4	nd	nd
	Razão de mortalidade materna (por 100 mil)	58,4	57,6	58,4	58,8	nd	nd
	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	75,2	75,5	75,8	76,0	76,3	76,5
Educação	Taxa de frequência à escola (0 a 3 anos) (%)	nd	nd	30,4	32,7	34,2	nd
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (%)	nd	nd	7,2	6,9	6,8	nd
	Número médio de anos de estudos (população > 25 anos) (anos)	nd	nd	8,9	9,1	9,3	nd
	População > 16 anos com o ensino fundamental (EF) concluído (%)	73,4	74,9	74,9	75,9	nd	nd
	Taxa líquida de frequência ao ensino médio (EM) (%)	67,2	68,1	68,2	68,5	69,3	nd
	População 15 a 29 anos, jovem (sem estudar e sem trabalhar) (%)	21,3	22,6	21,8	23,0	23,0	nd
	População 15 a 29 anos, jovem (sem estudar e sem trabalhar) (milhões)	10,3	11	10,5	11,1	10,9	nd
	População >25 anos que não completou o Ensino Médio	nd	nd	54,9	53,8	52,5	nd
Saneamento básico e habitação	Proporção de pessoas em domicílios sem acesso à coleta de lixo, Brasil (%)	nd	nd	10,5	9,9	9,7	nd
	Proporção de pessoas em domicílios sem abastecimento de água, Brasil (%)	nd	nd	15,1	15,1	15,1	nd
	Proporção de pessoas em domicílios sem abastecimento de água, Norte (%)	nd	nd	40.3	41,2	41,8	nd
	Proporção de pessoas em domicílios sem rede coletora de esgoto, Brasil (%)	nd	nd	36,3	35,9	35,7	nd
	Proporção de pessoas em domicílios sem rede coletora de esgoto, Nordeste (%)	nd	nd	57,7	56,8	57,1	nd
	Déficit Habitacional relativo aos domicílios particulares (%)	9,1	9,3	nd	nd	nd	nd
Segurança pública e violência	Taxa de homicídio (por 100 mil)	29,8	28,9	30,3	31,6	nd	nd
	Taxa de homicídio por armas de fogo (por 100 mil)	21,1	20,5	21,6	22,9	nd	nd
	Taxa de homicídio na população 15 a 29 anos, homens (por 100 mil)	116,9	113,6	122,6	130,4	nd	nd
	Roubo e furto de veículos (mil)	513	514,5	557,5	544	491	nd

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016, 2019, 2020); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017, 2018a; 2018b); Fundação João Pinheiro (2018); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018); Forum Brasileiro de Segurança Pública (2019); Fundação Getulio Vargas (2018); Fundação Abrinq (2020); Brasil (2017, 2018); Waiselfisz (2016).

Para melhor compreensão e qualificação da situação do bem-estar social dos brasileiros que antecede a pandemia do coronavírus, analisa-se os resultados do painel de indicadores das dimensões das condições de vida no período escolhido.

Na dimensão do trabalho e renda os indicadores mostram uma situação muito ruim para a classe trabalhadora neste momento que antecede a chegada da pandemia, com prognostico que pode piorar. A Tabela mostra dados que evidenciam que a desocupação no período se ampliou fortemente, com a taxa média anual saindo de 6,8%, em 2014, e atingindo 11,9%, em 2019, o que corresponde a 12,6 milhões de pessoas e representa um dos maiores valores da taxa e do contingente de desocupados dos últimos anos. O emprego com carteira

de trabalho foi o mais penalizado, perdendo milhões de postos. O setor industrial, um dos mais formalizados, foi que mais perdeu postos de trabalho, assim como o setor da construção civil. Além disso, a desocupação atingiu fortemente os mais jovens, chegando a 22,3% da população juvenil, em 2018. Também, observa-se que o taxa composta de subutilização na população ocupada se elevou de 15,0% para 24,2%, o número de pessoas desalentadas mais que dobrou de tamanho, saindo de 1,5% para 4,2% da população maior de 14 anos. A informalidade que historicamente é muito elevada cresceu no fim do intervalo atingindo 41,1% dos ocupados. O rendimento médio do trabalho principal e o rendimento domiciliar caíram na maioria do período. A taxa de sindicalização se reduziu. Esses resultados indicam que as dificuldades gerados pela falta de crescimento econômico adequado, pela precarização das relações de trabalho resultante das propostas políticas de retirada de direitos e de amparos aos trabalhadores, com elevada redução da proteção ao trabalhador (seguro desemprego, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, descanso remunerado, 13ª salario, perda de centralidade da política de Salário Mínimo (SM), pisos salariais, aposentadorias e pensões), fragilizaram a sobrevivência e a proteção social dos trabalhadores e de suas famílias, podendo se agravar ainda mais com o conjunto de medidas que a gestão Bolsonaro tem apresentado, como por exemplo, a medida provisória da carteira verde amarela, que propõe uma reforma trabalhista que retira direitos, reduz salários, o FGTS, adicionais, entre outras medidas.

Na previdência social a situação também ficou pior, podendo piorar, para inativos e ativos. O processo de inclusão previdenciária foi rompido com a redução de contribuintes para o sistema e a perda de contribuintes foi uma constante, desde 2014, quando teve início a recessão econômica e as reformas trabalhistas. A Tabela mostra que 62,9% dos ocupados, ou seja, 58,7 milhões de pessoas contribuíram para a previdência, em 2019, o que representa em relação aos 59,5 milhões de pessoas que haviam contribuído em 2014. Caiu a proteção previdenciária para a população em idade ativa. O papel da previdência social em diminuir a pobreza se reduziu o que coloca em risco o bem-estar social de parte expressiva da população idosa. Esses dados são evidências de como a recessão econômica, austeridade fiscal e as políticas trabalhista tiveram como consequência a ampliação da desproteção social de ampla parcela da população, atingindo também a estabilidade e a segurança no financiamento da previdência social. Além disso, espera-se forte impacto negativo nessa dimensão a implantação da Reforma da previdência promovida pela gestão Bolsonaro, que aumentou o tempo de contribuição, ampliou a idade mínima, dificultou a aposentadoria em tempo integral, diminuiu os valores dos benefícios, entre outros pontos que prejudicam os trabalhadores. No limite o projeto é de mudança radical do sistema de aposentadorias e

pensões, introduzindo o sistema de capitalização, que significa a retirada total do estado do sistema e a entrega às forças de mercado a sua condução, com graves consequências para a maioria da população.

A pobreza da população brasileira que em anos anteriores vinha em queda, muda de sinal e volta a se agravar com os indicadores mostrando uma tendência de ampliação das situações de pobreza. De acordo com a FGV (2018), de 2014 até 2018, cerca de 6,3 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da pobreza e o número absoluto de pobres ampliou-se, atingindo 23,3 milhões de pessoas. Todas as demais linhas de pobreza que são apresentadas na tabela corroboram essa tendência de crescimento da pobreza no período. Várias causas explicação essa situação, entre elas: a crise econômica, com uma das maiores recessões da história do país; as medidas que facilitaram a precarização das relações de trabalho; as alterações na política de valorização do SM; a austeridade fiscal, principalmente a Emenda Constitucional nº95 (EC-95), de 2016, que induziu ao conter de gastos com o Programa Bolsa Família e demais programas sociais. A gestão Bolsonaro radicaliza ainda mais essa situação pois a assistência social aos mais pobres deve passar por congelamento, desfiguração e extinção de programas, principalmente com a redução do acesso e a diminuição do valor dos benefícios.

A desigualdade de renda do país, que é uma das maiores do mundo, está crescendo novamente, com reversão da tendência de redução do período anterior; a Tabela mostra que o índice de Gini da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos voltou a ter elevação. Esse índice para o Nordeste é mais elevado que o nacional e teve crescimento mais acelerado, piorando a desigualdade em uma das mais pobres regiões do país. A parcela do 1,0% com os maiores rendimentos da população ficaram com 12,7% dos rendimentos em 2018, igual ao dos 40% com os menores rendimentos. A participação do 1% e 10%, superior, na renda ampliou-se, enquanto a dos 40%, inferior, reduziu-se. A relação 10/40 ampliou-se. Tendo em vistas as diretrizes e ações da gestão federal em curso no país parece que esse é um resultado até desejado. No entanto, não é demais mencionar que a desigualdade brasileira é elevada e sua ampliação é péssimo sinal para o bem-estar social da maioria dos brasileiros.

Na dimensão da saúde a situação da maioria da população que já era muito distante da aceitável, mudou de direção e começou a ficar ainda pior. Observa-se na Tabela que ocorreu uma ampliação da taxa de mortalidade infantil, entre 2015 e 2016, fato extremamente negativo e que não havia ocorrido nos últimos 20 anos; o mesmo ocorreu com a mortalidade materna, que já era elevadíssima. Além disso, as desigualdades entre as unidades da federação nos indicadores de saúde são enormes. Fator preponderante dos últimos resultados

tem a ver com a política de austeridade fiscal, que enfraqueceu as políticas de saúde e coloca em risco a continuidade do Sistema Único de Saúde (SUS), com o crescimento real dos gastos na área de saúde no período sendo um dos menores dos últimos anos. A EC-95, que congela os gastos públicos durante 20 anos, anula quaisquer possíveis avanços futuros nos serviços públicos de saúde. A gestão Bolsonaro, com o proposito de favorecer o setor empresarial na saúde, efetuou ainda mais cortes de despesas e o desmonte de programas em linha com o desejo de precarização e extinção do SUS, daí a falta de remédios, médicos, enfermeiros e de atendimentos não realizados, indiferente ao sofrimento da maioria da população.

Na educação a escolarização, mantém-se a inércia de pequenos aumentos, que pouco arranha os problemas estruturais, como as dificuldades com a progressão escolar de parcela expressiva dos alunos, o analfabetismo — que parece não ter solução —, a baixa escolaridade média da população e as questões de qualidade. No ensino médio, apesar da taxa líquida de frequência ter evoluído um pouco, o valor atingido é ainda muito baixo diante das expectativas do Plano Nacional de Educação. Além desses problemas, a crise econômica traz consequências profundas para os alunos por causa de fatores externos à escola, tais como a ampliação das dificuldades econômicas das famílias que passam a conviver com desemprego, desalento, queda da renda, aumento da insegurança, entre outros fatores que prejudicam os alunos e os profissionais da educação e que acabam sendo levados para o ambiente escolar. A EC-95 terá efeito devastador sobre os serviços públicos de educação, indispensáveis para a maioria da população, além disso a gestão Bolsonaro pretende reduzir profundamente a ação do governo federal na educação básica, com sérias implicações para a efetivação do direito a educação, além de se articular o enfraquecimento e extinção de universidades públicas e de se pretender a condução do ensino superior por lideranças empresariais, reduzindo também as pesquisas e a pós-graduação.

No saneamento básico e habitação a situação para a maioria da população é bastante precária e observa-se nesse período, movimentos controversos no acesso aos bens e serviços da área. De um lado, o acesso aos serviços de lixo e esgotamento sanitário tiveram pequena ampliação; de outro, o déficit habitacional relativo aos domicílios particulares que já era enorme elevou-se mais ainda. Já a proporção da população sem serviço de água da rede geral não teve alteração, entretanto a população do Norte piorou sua situação, que já não era boa, ver Tabela. Em razão das conexões transversais da área, essa situação potencializa os problemas de saúde pública, a poluição dos recursos hídricos, entre outros problemas. Esses resultados espelham a desarticulação política e o baixo investimento público e privado na

área, com a política de Austeridade essa situação pode ainda mais piorar na gestão Bolsonaro, além dos esperados processos de privatização dos bens e serviços voltados ao abastecimento de água e de esgoto.

Na dimensão da segurança pública e violência, a vitimização e insegurança da população continuam elevadas, ver Tabela. Os homicídios estão em patamares elevados e continuaram a crescer neste período. A Taxa de homicídio atingiu 31,6 por 100 mil, em 2017, o que significava cerca de 170 homicídios por dia. O homicídio de homens jovens cresceu cerca 11% e atingiu 130,4 por cem mil, de 2014 para 2017. É o extermínio da população jovem/masculina/pobre/negra em marcha forçada. Esses números são recordes históricos e revelam que se matam mais pessoas no Brasil, do que em muitos países que estão atualmente em guerra. Essa situação relaciona-se ao padrão de exclusão social brasileira, de alta desigualdade, pobreza, desemprego, fragilidade das instituições sociais e descréditos das instituições de segurança pública e as dificuldades do Estado em administrar a repressão e a prevenção. Para piorar a situação a retorica anticrime da gestão Bolsonaro encoraja a polícia a usar força letal de forma desproporcional, pede mais impunidade policial e maior flexibilização no controle de armas, entre outras intenções. Essa é uma aposta, em uma estratégia repressiva e dura, que pode gerar efeitos de curto prazo, mas no médio e longo prazo pode ser contraproducente e levar ao aumento da violência letal.

A análise das dimensões das condições de vida que antecede a pandemia revelou que ocorreram regressões em quase todos os indicadores sociais, que mostram à rápida redução de renda e de poder de compra para a população em idade ativa, inativa e para os mais vulneráveis. O significado disso é um processo de ampliação da exclusão: no trabalho e na renda; na proteção previdência; e na proteção assistencial. Conjugou-se a isso a regressão institucional da cidadania e a diminuição da oferta em quantidade e qualidade, de bens e serviços públicos fundamentais às necessidades sociais da maioria da população, tais como a saúde e educação. Além da ampliação da violência e insegurança. Com isso, a pobreza e a desigualdade voltam a se elevar. Essa exacerbação da exclusão social e ampliação da violência significa o rebaixamento do bem-estar social da maioria da população, que já era bastante distante do razoável para a maioria da população, comparativamente a países em igual condição e com as riquezas do Brasil.

Para piorar a gestão Bolsonaro com a intenção deliberada de tensionamento social e que pouco se importa com a exacerbação da exclusão, desproteção e violência social, tem todos os ingredientes para elevar as perdas de renda e de acesso a bens e serviços para a maioria da população, criando uma massa de pessoas de difícil assimilação pelo sistema de

mercado, com a elevação das tensões, violências e inseguranças sociais. Isso significará profunda redução do já rebaixado bem-estar social da maioria da população, aproximando-se aceleradamente de uma situação de barbárie social, em um momento de chegada de uma das maiores pandemias que o país já enfrentou.

A situação atual do bem-estar social dos brasileiros é ruim, o que é uma péssima base de partida para se enfrentar a pandemia, mas pior ainda são os prognósticos de futuro que pode ser vislumbrado pelas intenções políticas das elites do país, indicando que se pode esperar enormes sacrifícios e elevadas perdas de vidas humanas e difícil retomada econômica e social.

Como canta Toquinho:

Lindo e Triste Brasil!

País do futuro.

Futuro que insiste em não vir por aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. **Informe da Previdência Social**, Brasília, v. 30, n. 1, jan. 2018.

______ Ministério da Fazenda. Secretaria de Previdência. **Informe da Previdência Social**, Brasília, nov. 2019.

______ Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais**, Brasília, v.21, n.249, jan. 2017c.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira – 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

______ PNAD continua retrospectiva 2012-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a.

______ Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

______ **Ipeadata 3.0**. Brasília. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/beta3/>. Acesso em: xx mês. 2020.

______ **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 5. ed. Brasília: IPEA, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOSE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília: INEP, 2018.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2019**. Brasil, ano 13. 2019

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da criança e do adolescente**. São Paulo: Fundação Abrinq. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>. Acesso em: xx mês. 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016:** Homicídios por armas de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/Brasil, 2016.

SAÚDE PÚBLICA E SUA IMPORTÂNCIA
NA LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

FERNANDO JOSÉ PIRES DE SOUSA (*)

FERNANDO MARCELO ARMIJOS BRIONES (**)

JÚNIOR MACAMBIRA (***)

Resumo: Este artigo procura evidenciar a importância assumida pela proteção social na mitigação da pobreza, com ênfase para a saúde pública. Esta oportunidade de se rediscutir a sociedade mundial e o rumo que tomará é crucial, dada a provação pela qual a humanidade vem passando com o contágio do coronavírus e a dimensão que assumiu de pandemia e de letalidade. Esta moléstia tem colocado em xeque os sistemas de saúde e os sistemas nacionais de proteção social indistintamente, tanto os públicos, universais e de maiores performances, quanto, principalmente, os de baixa cobertura pública e dominados pela iniciativa privada. Nesse sentido, constata-se que investimentos tanto na saúde preventiva e de atenção básica quanto na infraestrutura hospitalar e na pesquisa têm sido revelados como fundamentais para a garantia de preservação da saúde e para uma proteção social que realmente proteja todos, não somente ricos e abastados, cumprindo assim seu papel fundamental de atender os pobres e paliar a exclusão social.

Sem Saúde Pública não há Proteção social[1]

Uma das maiores proezas do após Segunda Guerra Mundialfoi a edificação dos sistemas nacionais de proteção social, como resultado do magnífico arranjo institucional regulatório, o famoso Acordo de Bretton Woods, idealizado para suavizar as crises do sistema do capital e assim lhes garantir um processo contínuo e estável de acumulação.

Mas sua construção só foi possível porque era uma fase atípica que forçou o regime capitalista se socorrer no Estado que, graças aos postulados keynesianos, promoveu forte e abrangente intervenção, direcionando o orçamento público para estimular a demanda agregada e, assim, gerar empregos e renda. Foi por meio desse processo que também foi edificada, sob a égide do capital, as sociedades assalariadas europeias, com elevado poder de compra.

A universalização do assalariamento da população economicamente ativa veio de mãos dadas com a universalização dos sistemas nacionais de proteção social. Com efeito, o pleno emprego e a elevação dos níveis salariais acompanhando o ritmo de crescimento da produtividade possibilitou uma expansão extraordinária da produção, consumo e arrecadação do Estado. O fortalecimento dos sindicatos e sua atuação exerceram papel decisivo para as conquistas no campo da relação salarial, com a elevação do salário direto e estabilização do emprego e, não menos importante, a constituição de um salário indireto por meio da disponibilidade de serviços públicos a toda a população, independentemente da existência ou não de vínculo empregatício.

Considera-se assim que,dos anos 1950 até o advento do neoliberalismo econômico, no final da década de 1970,verificou-se a fase de construção dos direitos sociais.Marshall (1967)creditou esse feito ao século XX, enquanto os séculos XVIII e XIX se encarregaram dos avanços nos direitos civil e político, respectivamente. Talvez, se tivesse havido a oportunidade de presenciar o desmonte de grande parte desse arcabouço de direitos sociais ainda no século passado, certamente teria sido relativizada sua afirmação.Mas a famosa universalização de diretos sociais deve muito ao campo da saúde, cuja oferta pública de atençãose tornou universale, portanto, socialmente inclusiva!

Ora, este foi um feito praticamente circunscrito ao espaço europeu, inclusive apresentando gradações, segundo áreas e países em termos de cobertura e de performance.Esping-Andersen (1991), na sua famosa tipologia de modelos de *welfarestates*, avança ao transcender este Continente ao caracterizar os sistemas de proteção social em três categorias: socialdemocrata, corporativista e liberal, conforme a menor ou maior mercantilização (ou desmercantilização) do "social" e a participação do Estado.É justamente nesse modelo liberal, que países como os Estados Unidos e os da periferia capitalista se enquadram, em particular os da América Latina, algunscom nuances para o corporativista.

O Brasil, graças à luta do movimento sanitário durante a redemocratização, conseguiu emplacar na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) o Sistema Único de Saúde (SUS),público e gratuito — portanto, "desmercantilizando" a saúde para os pobres —, regido pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade, hoje elogiado internacionalmente enquanto modelo de sistema de saúde pública, inclusive pelas Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Panamericana de Saúde (OPAS).Dessa forma, como ocorreu nos modelos de maiores performances em termos de proteção social, a universalização da saúde pública exerce papel crucial e lhes confere legitimidade pela função importante que exercem a atenção básica de saúde, a vigilância sanitária, os hospitais públicos e seus profissionais e investimentos e pesquisas científicas desenvolvidas pelas universidades, na maioria também públicas.

Não dá para imaginar o Brasil sem o SUS, pois, em dezembro de 2019, cerca de 156 milhões de brasileiros (nada menos do que 75% da população de 208 milhões) eram assistidos pela atenção básica de saúde. Na região mais pobre do país, o Nordeste, essa cobertura compreendia 48 milhões (85%) de 57 milhões de nordestinos (BRASIL, 2020). Tais dados, *per si*, já corroboram a magnitude da população pobre no país, considerando que a classe média e os ricos pagam seus planos de saúde ou pagam diretamente pelos serviços.

A relação entre proteção social e pobreza é evidente, com papel de destaque exercido pelos sistemas públicos e universais de saúde no amparo aos pobres e alívio de suas péssimas condições de existência. Nesse sentido, o desmonte da proteção social pelo neoliberalismo, ao restringir recursos aos sistemas, geraséria crise de legitimidade por não darem conta da luta contra a pobreza e a exclusão, o que termina por comprometer o próprio contrato social (SOUSA, 2006).

Despesas com saúde e Empobrecimento Familiar[2]

Apesar de ter garantido o direito à saúde de forma constitucional mediante o SUS, o Brasil ainda apresenta uma parcela da população que tem que encarar barreiras financeiras no acesso aos serviços de saúde. Uma amostra disso é que o sistema de saúde brasileiro é financiado de forma significativa pelo setor privado. Esse financiamento não é apenas o gasto feito com planos de saúde: o gasto direto em saúde, ou seja, o pagamento com recursos próprios, do próprio bolso, representa uma importante parcela desse gasto privado(OPAS, 2017).

Esse tipo de despesa é a razão do que é denominado pela OMS como Catástrofe Financeira e/ou de Empobrecimento Familiar em razão dos gastos com saúde. O primeiro é definido como adespesacom saúde que supera a percentagem mínima que uma família precisa para satisfazer as suas necessidades básicas. O segundo, são gastos com saúde que levam famílias à situação de pobreza, a se localizarem abaixo da linha de pobreza(OMS, 2010).

Para evitar esses tipos de gastos com saúde, os sistemas de saúde no mundo devem contar com Cobertura de Proteção Financeira, componente básico da Cobertura Sanitária Universal, segundo o conceito da OMS. No Brasil, a ideia da universalização da saúde nasceu antes da iniciativa da OMS. Atualmente existe uma interessante discussão sobre as definições de universalidade e o conceito da OMS que, segundo alguns críticos, incentiva o uso de sistemas privados de saúde. Porém, a cobertura de Proteção Financeira é um componente inerente a essa discussão e deve ser atingida em qualquer definição de universalidade da saúde. Diversos estudos têm demostrado como os gastos catastróficos e o empobrecimento familiar devido aos gastos com saúde afetamboa parte da população usuária do sistema (BARROS;BASTOS; DÂMASO, 2011; BOING; BERTOLDI; PERES, 2011; BOING; BERTOLDI; BARROS;POSENATO; PERES, 2014; BOING; BERTOLDI; POSENATO;PERES, 2014).

Briones (2019b), na sua pesquisa doutoral, corrobora esta assertiva, ao demonstrar que a destinação de parcelados parcos recursos financeirosdas pessoas e famílias mais carentes com a aquisição direta de determinados itens de saúde, notadamente medicamentos, contribui para o aumento da pobrezano Brasil, o que está relacionado à própria iniquidade no financiamento do sistema em geral. Para tanto, elerecorreu aosdados da última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF2008-9), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que constitui uma amostra representativa de todos os estratos e regiões do país, escolhida por amostragem aleatória simples em dois estágios. Nessa base de dados foi usada linhas de pobreza adotadapelo IBGE, a de USD 5,50 (dólares dos Estados Unidos)por dia, como renda per capita domiciliarconformea Paridade de Poder de Compra (PPC) 2011(IBGE, 2017). Segundo essa linha, apenas as pessoas que mantêm uma renda per capita superior a essa quantia são consideradas como não pobres. Também considerou o consumo per capita anual como uma medida que representa o estilo de vida da população para realizar a distribuição do gasto dentre os quintis de capacidade de pagamento.

Dessa forma, foi possível comprovar que a pobreza geral no Brasil, no ano da pesquisa da POF (2008-9), segundo a linha de pobreza usada no referido estudo, foi de

23,10%. Porém, quando se consideram os gastos com saúde na renda per capita familiar, a pobreza aumentou para 30,15%, ou seja, um aumento de 7,05%, devido aos gastos com saúde. Essa percentagem de aumento estevemais localizada no setor urbano (83,23%) do país e nas regiões Sudeste (43,09%) e Nordeste (27,66%).

Na distribuição dos gastos diretos com saúde ou pagamentos diretos, os gastos com medicamentos apareceram como uns dos maiores responsáveis pelo empobrecimento familiar. Os resultados mostraram que a proporção desses gastos corresponde aquase metade de todas as despesas em saúde das famílias(48,63%), e sua distribuição entre os quintis de consumo da população apresenta um maior peso no mais pobre, 9,64%, enquanto que no quintil mais rico representou apenas 3,96%, caracterizando, portanto, forte regressividade na distribuição dessas despesas por parte das famílias brasileiras. Na verificação da distribuição do segundo maior gasto dentre a população, o referente a planos de saúde, 29,78%, a distribuição foi de 0,27% no quintil mais pobre e 4,42% no mais rico. Assim, constata-se que ao se pagar diretamente por serviços privados de saúde, a distribuição se mostra progressiva, sendo notória a capacidade de pagamento que apresentam os quintis 3 e 4 destinada a esse item, de 1,58% e 3,09%, respectivamente.

De forma surpreendente, nos lugares onde mais aumentou a pobreza na população devido aos gastos com saúde, foi onde se verificou, segundo os dados da POF disponível,a maior demanda por planos de saúde no país (região Nordeste e Sudeste). Esse fato pode ser explicado por uma possível sinergia entre os dos principais gastos em saúde que acrescentam pobreza (despesas com medicamentos e com planos de saúde).

Ou seja, a combinação desses dois gastos parece ser a principal razão do empobrecimento por gastos com saúde, os quais, juntos, superam os 10% de gasto da capacidade de pagamento da população em saúde. Isso é consequência do fato de que os planos de saúde são liberados por lei - Lei nº 9.656/1998(BRASIL, 1998) - para não fornecer medicamentos aos seus usuários e esses terminam comprando os remédios necessários aos seus tratamentos, o que resulta num gasto duplo por parte da população que possui planos de saúde. Isto leva a crer que a parcela da população situada nos quintis 3 e 4 de consumo é a que está empobrecendo devido às referidas despesas, já que a parcela com menos recursos financeiros, que provavelmente é pobre, gastou menos de 1% em planos de saúde. Porém, esse último grupo de pessoas poderia se empobrecer ainda mais devido ao gasto com medicamentos, considerando que é justamente nos quintis1 e 2, onde os gastos nesse item são mais elevados, de 9,64% e 8,73% de suas capacidades de pagamentos, respectivamente.

Considera-se que para a promoção da universalização da saúde no Brasil seria necessária, além da cobertura de serviços de saúde, a garantia de cobertura de proteção financeira, independente de divergências de conceito de universalidade entre a definição explicitada na Constituição brasileira e a da OMS. É uma afronta ao direito à saúde que as pessoas tenham que destinar uma importante parcela dos seus recursos para satisfazer suas necessidades sanitárias, ao ponto de levar parcela da população ao empobrecimento, afetando ainda mais a problemática social brasileira.

Para garantir o direito à saúde é preciso aumentar o orçamento sanitário público, tornando-o mais representativo em termos de recursos destinados ao SUS. Para alcançar esse objetivo seria necessário cumprir o compromisso do Brasil com a OPAS em atingir 80% do gasto público, sobre o gasto total em saúde ou 6% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Porém, isto está longe de se tornar realidade em razão da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), uma política econômica pro-cíclica, a qual congela os recursos federais para o setor social, inclusive a saúde, para 20 anos.

É preciso também equiparar as "regras do jogo" entre o sistema público de saúde e o sistema suplementar. Não é justo que esse último não arque com todas as necessidades dos seus usuários e, pior ainda, que aprofunde os próprios gastos do setor público(PÚBLIO; COUTO; VALADÃO; REZENDE, 2014). É também injusto que existam incentivos e exonerações tributários na contratação e utilização de planos de saúde, o que reduz a arrecadação em cerca de até 240 bilhões de dólares ou 30% do orçamento anual do Ministério da Saúde(OCKÉ-REIS, 2018).

Resistir é Preciso, mas Avançar é Crucial[3]

Frente aos desmandos e desrespeito deste governo com as camadas mais desprotegidas e carentes da população evidenciados pela adoção mais radical do neoliberalismo econômico, ou melhor, ultraliberal de desmonte do Estado brasileiro, jamais experimentado por qualquer país, mesmo os mais vinculados à lógica excludente do mercado, acreditamos que a luta não deve se contentar em apenas resistir, mas principalmente em avançar!

Nesse sentido, é fundamental fortalecer o controle social e a participação massiva da sociedade para se livrar desse dogma ideológico que se traduz em prática destrutiva no exercício do poder que nega praticamente todos os preceitos morais, éticos, humanitários e mesmo normativos, ferindo, portanto, dispositivos legais garantidos pela Constituição Cidadã de 1988, em particular direitos e proteção social. Nessa escalada de destruição e exclusão, já conseguiram desmantelar todo um aparato jurídico e legal de proteção dos trabalhadores por meio de reformas, cujas mais impactantes foram a trabalhista e a da previdência, ao lado de medidas que prejudicam as demais dimensões sociais, como a saúde e a educação (PEC dos gastos), meio ambiente, segurança urbana e de trabalhadores do campo etc.

Assim, além de ações no atacado, também atuam no varejo como estratégia funcional por meio de normas e medidas pontuais em praticamente todos os ministérios, de difícil apreensão pela sociedade, mas cruciais para dar cabo à estrutura do Estado, abrindo, portanto, caminho exclusivo às forças do mercado como forma suprema de dominação. Esse fundamentalismo se apoia fortemente em interesses de segmentos, aqui compreendidos os que historicamente moldaram um país injusto, retratado pelos maiores índices de desigualdade do planeta, protagonizados por religiões, forças armadas, banqueiros, ruralistas, grandes empresários, classe média abastada e os ricos, que só enxergam os

trabalhadores como inimigos, incompetentes, preguiçosos, malandros e maiores responsáveis pelos problemas do país.

As elites, em geral cônscias de suas “virtudes”meritocráticas, creditadas a pseudointeligência, esperteza e antes de tudo a trabalho duro, acreditam fielmente que são injustiçadas e vítimas de um Estado que só beneficiam inaptos e preguiçosos.Que este suga suas rendas por meio dos impostos que são apropriados pelos pobres por intermédio das políticas e serviços públicos, como também pelos programas de transferência de renda aos mais necessitados.

Ora, o aprofundamento da injustiça e da exclusãosocialnão se resume ao poder executivo, temos no comando do legislativo, em suas duas presidências, na Câmara e no Senado, lideranças de um partido tradicionalmente de direita, o Democratas (DEM). Portanto, de mesma matiz ideológica do executivo, que não se diferencia em termos de propostas liberais, acolhendo programaticamente todas as reformas e medidas que lhes são encaminhadas.

Nesse processo, duas grandes reformas, a administrativa e a tributária, virão “completar” o cerco aos direitos trabalhistas e sociais assim que as coisas voltarem à “normalidade”- com a redução do contágio do coronavírus e suas consequências vitais -sendo prioridades de aprovação no Congresso Nacional, como prontamente afirmaram os dirigentes das duas casas legislativas. Vale ressaltar que se entenda como reforma administrativa nada mais do que o desmonte e a precarização do serviço público, jogando-o, para os segmentos que apoiam este governo e para a mídia, como o principal vilão da crise econômica, quiçá de todas as mazelas do país. A pecha de privilegiados pesa sobre a cabeça dos servidores públicos. Esperemos que esta pandemia (coronavírus), que aflige a humanidade, sirva como lição de que antes de tudo a sociedade em geral e, em particular, os mais necessitados, não podem ficar à mercê do mercado e dos interesses dos detentores do grande capital internacional e nacional.

À guisa de Considerações Finais: por um mundo melhor e socialmente justo

A humanidade vai mesmo continuar a ser guiada, conduzida pela perspectiva da continuidade, do continuísmo, da recuperação do antigo dinamismo e sua intensificação, pelo produtivismo e crescimento econômico a qualquer custo, enfim, pelo frenetismo da concorrência e da competitividade frente a nós mesmos, aos outros e às instituições, como bem nos inculcou e disciplinou esta cultura do modo de civilização capitalista? Será que este aviso que obrigou o mundo a ficar em casa, sem ver mais passar aviões, nem carros, nem gente, não vai servir pra nada?

Não podemos encarar o possível fim desta pandemia como *Retorno*, como simples volta à *Normalidade*, porque foi justamente esta pseudonormalidade que provocou toda esta *Anormalidade* sob cuja provação estamos. Portanto, não podemos ou devemos simplesmente esquecer tudo e continuar com uma normalidade que tudo destrói: o planeta, as relações, o amor, a esperança e a vida. Vamos todos gritar e dar as mãos e almas para a construção de

outra“normalidade” que tenha a emancipação, a igualdade, a justiça, a coletividade, a solidariedade, a fraternidade e a felicidade como princípios fundamentais de uma outra civilização, de uma outra existência.

Por que não encaramos esta chance da “fatalidade” como substância revolucionária global? A revolução seria justamente a recusa do retorno, de voltar à normalidade que nos destrói; é precisamente o grande medo que os poderosos do capital têm: o não retorno ao normal. Se dissermos não, aproveitamos esta grande oportunidade, pela sua dimensão global, a começarmos uma revolução, no sentido de um verdadeiro movimento contra-hegemônico.

Portanto, não basta apenas Resistir, pois isto passa um certo sentido de passividade ou resignação, de “impotência” frente a imposições e afrontas. Em alguma medida significa permanecer com o indesejável, limitando-se apenas a se opor a injunções não aceitáveis e propor correções, como se houvesse esperança de controlar e mesmo de reverter comportamentos e situações que possibilitassem transformar um governo fascista e retrógrado num governo democrático e progressista. Portanto, de imediato, urge tirar este governo e avançar para uma agenda que priorize a vida, os trabalhadores e as políticas sociais.

(*) Fernando J. Pires de Sousa, Professor titular do Departamento de Teoria Econômica e dos Programas de Pós-Graduação em Avaliação de PolíticasPúblicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenador do Observatório de Políticas Públicas da UFC.

(**) **Fernando Marcelo Armijos Briones**, Doutor em Saúde Pública, Professor Titular Principal, Universidad Regional Autónoma de los Andes, Carrera de Odontología, Ambato, Tungurahua - Ecuador, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5500-4768.

(***) **Júnior Macambira**, Analista de mercado de trabalho, atualmente coordenador da área de planejamento e negócios, ambos do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A. J. D.; BASTOS, J. L.; DÂMASO, A. H. Catastrophic spending on health care in Brazil: private health insurance does not seem to be the solution. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, p. S254-S262, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/hptJ2. Acesso em: 21 abr. 2020.

BOING, A. C.; BERTOLDI, A.D.; BARROS, A. J.D. de; POSENATO, L. G.; PERES, K. G. Socioeconomicinequality in catastrophichealthexpenditure in Brazil. **Revista de SaúdePública**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 632-641, ago. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/klwO6. Acesso em: 21 abr. 2020.

BOING, A. C.; BERTOLDI, A.D.; PERES, K. G. Desigualdades socioeconômicas nos gastos e comprometimento da renda com medicamentos no Sul do Brasil. **Revista de Saúde**

Pública, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 897-905, 5 out. 2011. Disponívelem: encurtador.com.br/gvyBW. Acessoem: 21 abr. 2020.

BOING, A. C.; BERTOLDI, A.D.; POSENATO, L. G.; PERES, K.G.The influence of health expenditures on household impoverishment in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 48, n. 5, p. 797-807, out. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/ekzQ6. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: encurtador.com.br/eorwE. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL.EmendaConstitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.Altera o Ato das DisposiçõesConstitucionaisTransitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dáoutrasprovidências.**DiárioOficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 16 dez. 2016. Disponívelem: encurtador.com.br/ahJP0. Acessoem: 21 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4 jun. 1998. Disponível em: encurtador.com.br/lu346. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cobertura da atenção básica. **e-Gestor AB**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/vTU68. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRIONES, F. M. A.**Inequidade nas contribuições das fontes de financiamento dos sistemas de saúde como uma das causas do aumento da pobreza no Brasil e Equador**. 2019. 219 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019b. Disponível em: encurtador.com.br/eFIP2. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRIONES, F. M. A. Despesas com saúde no Brasil como fator de empobrecimento familiar. **Observatório de Políticas Públicas**, Fortaleza,2019a.Disponível em:https://oppceufc.wordpress.com/2019/07/15/artigo-despesas-com-saude-no-brasil-como-fator-de-empobrecimento-familiar/. Acesso em: 21 abr. 2020.

ESPING-ANDERSEN, G. As trêseconomiaspolíticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, set. 1991. Disponívelem:http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf. Acessoem: 21 abr. 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/ipS15. Acesso em: 21 abr. 2020.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e *status*.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OCKÉ-REIS, C. O. Sustentabilidade do SUS e renúncia de arrecadação fiscal em saúde. **Ciência & Saúde Coletiv**a, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2035-2042, jun. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/CESY7. Acessoem: 21 abr. 2020.

OMS. **La financiación de los sistemas de salud**. [*S.l.: s.n.*], 2010. Disponível em: http://www.who.int/whr/2010/whr10_es.pdf?ua=1. Acesso em: 21 abr. 2020.

OPAS. Financiamiento de la salud en las Américas. **PAHO**, Washington, DC, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/lrwyD. Acesso em: 21 abr. 2020.

PÚBLIO, R. N.; COUTO, B. R. G. M.; VALADÃO, A. F.; REZENDE, E. M. Perfil das solicitações de medicamentos de alto custo ao Sistema Único de Saúde em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1567-1585, nov./dez. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/fjGNW. Acessoem: 21 abr. 2020.

SOUSA, F. J. P. de. Globalização e condicionantes da proteção social no Brasil. *In*: CARLEIAL, A. N. (org.). **Projetos nacionais e conflitos na América Latina**. Fortaleza: Edições UFC, 2006. p. 173-188.

QUARENTA DIAS EM SUSPENSÃO

AMÉRICO CÓRDULA[55]

As grandes crises sempre tiveram o poder de fazer o mundo se reinventar.

Na maioria das vezes para melhor.

Resumo

Esse ensaio foi entregue no 40º dia de meu confinamento (22 de abril de 2020), ainda não sabemos como terminará esse processo nem como será o DC - Depois COVID-19. Relatarei esse período durante o qual refleti sobre crenças, fatos, meditações, noticiários, conselhos, constatações, trocas, debates, delírios e sonhos, entremeados a *lives e* leituras que inspiraram esse texto que pretende contribuir com a reflexão sobre o capitalismo e a pandemia, os reflexos na cultura e proposições para o pós-confinamento.

A primeira impressão é de que vivenciávamos uma distopia real, com toques de irrealismo fantástico protagonizado pelo dirigente maior da nação brasileira, muito parecido com as séries que fazem sucesso nas plataformas de *streaming*. Essa inquietação me levou a revisitar o livro Utopia (1516), de Thomas Morus, onde foi cunhada a palavra que faz parte de nosso vocábulo como sonho impossível e confrontá-la com as reflexões de Ailton Krenak, que nos provoca com Ideias para Adiar o Fim do Mundo (2019). Esses dois livros, publicados com 503 anos de diferença, criticam o capitalismo, que surgiu pouco antes de Morus lançar seu livro, e que chega ao seu apogeu destrutivo quando Krenak publica o seu.

Não pretendo fazer uma análise comparativa, tampouco defender teorias e conceitos, apenas narrar como todas essas informações nesses quarenta dias me afetaram e transpor nessas páginas que me foram ofertadas.

---

55 Ator, mestrando no PPGHDL Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades na FFLCH-USP, professor em Gestão Cultural no Curso de Extensão PUC-SP e consultor em Políticas Públicas.

Capitalismo, Utopia e Confinamento

O capitalismo surge no século XV, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a partir da decadência do feudalismo e do surgimento de uma nova classe social, a burguesia.

Um século depois, o estadista, diplomata e filósofo inglês Thomas Morus escreve, em 1516, Utopia, título que batiza a ilha imaginária com a palavra grega "*outopos*" - tradução para "não lugar" – "lugar nenhum". Porém, o autor e seus seguidores utilizavam para designar um lugar onde tudo funciona perfeitamente. Há muito em Utopia, de Thomas Morus, a ser refletido sobre esse tema. Juntamente com a justiça, a paz não apenas interna, mas também entre os povos, é o bem supremo que norteia a exposição do autor inglês.[56]

O livro critica a Inglaterra pela maneira como se relacionava com os países vizinhos e as colônias. Incomodava ao autor a maneira como eram feitas as negociações e conquistas de territórios, os motivos para utilizar a força dos exércitos para atender interesses do rei e da burguesia, que crescia nesse período. Há uma passagem em que nobres visitam a ilha de Utopia vestidos em ouro, desprezado pelos *utupienses*, que não dão valor ao metal, assim como os povos originários do Brasil, como aponta Davi Kopenawa: "Os brancos não entendem que, ao arrancar minérios da terra, espalham um veneno que invade o mundo e que, desse modo, ele acabará morrendo."[57] Profético. Quantas batalhas, guerras e vidas não poderiam ter sido poupadas, lembrando que ainda hoje o ouro é um dos ativos preferidos do capitalismo.

Morus, portanto, talvez seja um dos primeiros críticos do capitalismo nascente, ainda que não tivesse ideia dos efeitos futuros. De qualquer maneira imaginou um lugar onde tudo funcionasse perfeitamente, embora, ao final do livro, quando ao comentar que há na República da Utopia muitas coisas que desejaria ver em "nossas cidades", conclui: "Coisa que mais desejo do que espero."[58]

Thomas Morus era um católico fervoroso e enfrentou o rei Henrique VIII, ao não reconhecê-lo como chefe supremo da Igreja. Acabou julgado e condenado por alta traição e foi decapitado em 6 de julho de 1535.

---

56 Almino Afonso in Morus,Thomas – Utopia – Editora UNB – 2004, pag. IX

57 Kopenawa, Davi – Albert, Bruce – A Queda do Céu – Companhia das Letras – 2015 – p.357

58 Idem pag. 132

O capitalismo, no entanto, avançou a passos largos com a Revolução Industrial. O sistema econômico se consolidava, baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua operação com fins lucrativos estabelece a propriedade privada, a acumulação de capital, o trabalho assalariado, a troca voluntária, um sistema de preços e mercados competitivos, implantação do sistema financeiro, amplia o seu domínio com a globalização, um complexo emaranhado de soluções que moldam a cultura do mundo e cria apenas três problemas que nunca foram resolvidos : as diferenças sociais, a pobreza e a fome.

No século XX o capitalismo produziria um desenvolvimento desenfreado que promoveu uma preocupação global relacionada com o equilíbrio do meio ambiente, atingido por destruições de florestas, emissão do gás carbônico e exploração de minérios, que proporcionam o aquecimento global.

Ambientalistas se manifestam há mais de 50 anos sobre os efeitos do desenvolvimento desenfreado e irresponsável. Dezenas de conferências, acordos e pactos foram realizados e jamais cumpridos, a desaceleração do desenvolvimento era premente, mas uma utopia.

Até que no começo de 2020 o médico oftalmologista Li Wenliang identifica a existência do surto do novo coronavírus e alerta as autoridades, a princípio definida com um tipo de *fluenza* batizada de COVID-19, muito contagiosa e mortal.

Isso aconteceu em Wuhan, considerada o centro político, econômico, financeiro, comercial, cultural e educacional da China Central. Importante centro logístico, com dezenas de ferrovias, estradas e vias expressas conectando-a a outras grandes cidades.

A China começa a tomar medidas de isolamento que viriam a impactar o sistema capitalista global com perdas econômicas avassaladoras, iniciada pelo *crash* da bolsa de valores em todos os continentes, seguido de diversas paralisações em consequência de desabastecimento de insumos chineses. O país também deixa de importar produtos e, no enfrentamento da epidemia, instala os primeiros confinamentos e fecha fronteiras. Mas a epidemia chinesa se espalha pelo mundo.

Em pouco tempo percebemos o quanto a economia global depende (e continuará) da China, fornecedor mundial de insumos e peças para a fabricação de boa parte dos produtos manufaturados no mundo.

Na sequência, o confinamento passa ser a principal estratégia para diminuir a curva de contágio e o colapso do sistema de saúde. A operação de guerra está montada, em pouco mais de um mês a epidemia se transforma numa pandemia e revela a falta de preparo sanitário para esse tipo de situação, além de infraestrutura médica, equipamentos básicos de proteção contra a contaminação, como a falta de EPI - Equipamento de Proteção Individual (máscaras e luvas, entre outros). De novo a China volta a nos salvar, com a capacidade de produzir massivamente esses produtos para o mundo.

A distopia capitalista se estabelece graças a governos neoliberais defensores do Estado mínimo, que ao repassar a função pública para o mercado, demonstrou, para usar uma nomenclatura deles, que não tem eficiência nem eficácia para resolver a crise, obrigando os governos a estatizarem hospitais e tentar resolver a questão.

Apesar de enormes esforços para solucionar a crise, e mesmo com alta tecnologia que consegue enviar sondas intergalácticas e criar laboratórios espaciais, não tinham equipamentos eletromecânicos suficientes como respiradores, essenciais nesse tipo de tratamento para salvar vidas.

O resultado: milhares de mortos, muitos deles enterrados em valas comuns, sem um ritual que permitesse que os parentes pudessem se despedir dos entes queridos. Talvez essa seja a imagem mais distópica desse cenário de impotência, de despreparo sanitário que assolou o planeta depois de 100 anos da gripe espanhola.

Trabalhadores confinados no Brasil

A primeira notificação da doença no país chega numa terça-feira de carnaval, 25 de fevereiro, com turistas vindos da Itália, e os primeiros confinamentos foram decretados a partir de 13 de março. São Paulo, a cidade mais populosa, com 12 milhões de habitantes, é o maior foco no país.

Fora as profissões essenciais, como as áreas médicas e sanitárias, serviços básicos de água, luz, limpeza, redes de suprimento de alimentos, remédios, postos de gasolina e a defesa civil, produtores de insumos, os demais trabalhadores estão vivenciando uma nova relação com a vida.

Entre as mudanças de hábito, algumas básicas como lavar as mãos, o uso de máscaras de proteção, que já é um hábito no Japão, manter distanciamento físico e higienização com alcool para evitar ou diminuir o contágio e possibilitar menos mortes, me fez lembrar da implementação do uso do cinto de segurança nos anos 1980 para diminuir as mortes causadas por acidente no trânsito, levou anos e muitas multas para a conscientização, hoje é um hábito.

Uma nova cultura se impõe dentro de casa, o *home office e home learning*, com teletrabalho, intermináveis reuniões, pedidos online de toda sorte, entregas de comida, *streaming* e acesso a portais de notícia, os pequenos separados dos colegas da escola, sem a possibilidade de se tocar, brincar, jogar e obrigados a tarefas virtuais. Casais passa a trabalhar em casa, escapar de suas estações de trabalho para fazer as refeições, limpeza, lavar e passar roupas, enfim o cotidiano pouco vivenciado.

Não podemos nos esquecer dos pais/avós, o maior grupo de risco e com cuidados e necessidades redobradas. Qualquer intercorrência poderá ser fatal se precisarem de um atendimento médico-hospitalar.

Tampouco dos *pets*, os últimos componentes da família, sortudos nesse momento porque essa pandemia felizmente só atinge humanos, mas corremos o risco de contaminação ao levá-los para uma volta e, no pequeno descuido, nos contaminamos.

Percebe-se que esse impacto tem causado sérios problemas nas relações familiares, muitos reclamam que não estavam preparados para isso, os pais da modernidade que tem trabalho fora de casa, em escritórios, não tinham contato com os filhos, que passavam a maior parte do tempo entre a escola e a casa.

A solução pela tecnologia parece razoável para esses casos, e pode ser que até se perpetue futuramente. A desigualdade social no Brasil, também causa reflexos quanto ao acesso a internet, embora existam mais celulares do que a população do país. Para a tele-educação e EAD (Ensino a Distância) no entanto, são necessários computadores e uma boa conexão que custa caro, e o povo não dispõe desses recursos; portanto a população, quando muito, acessa as redes sociais.

Os trabalhadores da cultura foram os que mais sofrearam, o maior impacto é não ter mais o público, bilheterias, salas de espetáculo com palco, refletores, som, artistas e técnicos, e o teatro só existe se houver plateia. Mas plateia preconiza aglomeração, e nesse momento

fica decretado o fechamento de salas de cinema, teatro, vernissages, lançamento de livros, concertos, circos, shows e festivais.

O setor cultural ocupava, em 2018, mais de 5 milhões de pessoas, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), representando 5,7% do total de ocupados no país e movimento R$ 226 bilhões em 2017[59].

As soluções em tempos de confinamento prejudica toda a magia proporcionada por esses trabalhadores quando são transferidas para telas de TVs, celulares e computadores que delimitam qualquer performance a um banquinho e um violão, sem maquiagem, figurino e glamour, apenas com os livros da biblioteca ao fundo, um inusitado choro de criança ou o desatento pet que atravessa a cena.

Reflexões em estado de suspensão

O freio do trem-bala do desenvolvimento foi puxado, essa paralisação forçada do planeta nos deixa em suspensão e nos causa a sensação de apavoramento e medo do que virá no futuro, da segurança do emprego, do que tínhamos nos tempos de AC (Antes COVID-19). Precisamos assimilar essa ausência de gravidade, a falta de oxigênio e olhar para baixo, para o entorno e principalmente para dentro de nós, ouvir esse silêncio que a Natureza pede.

A Cultura se estabelece na prática cotidiana, que é transmitida na sociedade por herança ou por assimilação. Esse último é o que nos provoca nesse momento, com novos hábitos e práticas cotidianas, para criá-las precisaremos questionar e desconstruir hábitos, tarefa que enfrenta resistência, muitas vezes relacionadas pela insegurança a mudanças.

Quando são exigidas das crianças e adolescente o cumprimento de tarefas que antes eram exigidas em sala de aula, nesse período de volta ao lar os pedagogos deveriam rever essas exigências e propor algo que incluísse a cooperação e envolvimento dos pais, inclusive aproveitando a rotina como elemento pedagógico, por exemplo da necessidade de separar o lixo, reciclar, produzir uma horta caseira, pode ser uma brincadeira para as crianças e uma forma prática de aplicar os conhecimentos aos adolescentes. Tarefas e desafios que proporcionem outros valores necessários para conectar essa geração que precisa se afetar com a preservação do meio ambiente de forma natural, desperdício de água, emissão de carbono, reciclagem, economia circular, solidária, criativa e colaborativa.

59 IBGE, consulta feita em 20/04/2020 https://bit.ly/3apTmeI

A virtualidade sempre precisará de conteúdos, formar criativas para comunicar, design, cenários, personagens, animações, enfim o espaço dos artistas parece garantido, embora o desafio pós-pandêmico será a volta das plateias, no teatro, cinema, circo e shows, que são experiências únicas, vivenciadas num espaço tempo que não pode ser revisto, ainda não existe *rewind* para esses momentos. O medo da contaminação até a criação e vacinação de todos levará um tempo de protocolos, diminuição e espaçamento das poltronas nas plateias, mas e o ar condicionado? E aquele ali que está sem máscara? Nossa esqueci o alcool em gel… a neurose perdurará.

Daí a importância dos fazedores de cultura, para contribuir com a reflexão desses tempos, produzindo o aumento do repertório de subjetividades da sociedade, tão necessário para criar censo crítico e não sermos manipulados pela ignorância reinante nesses tempos. Esse papel sempre foram dos poetas, autores, dramaturgos e roteiristas que são transformados pelos interpretes em multilinguagens.

“A função da arte se transforma em um mundo que se está transformando.” Bertold Brecht citado em Ernst Fisher[60]

Essa cultura renovada está lastreada na colaboração, e nesse momento de confinamento talvez seja um treinamento para o retorno, quando sairmos de casa e nos reencontrarmos com os outros.

Como estaremos depois desses meses em casa, da experiência com a família, do reencontro com os filhos, com os pais e familiares, com as perdas de entes queridos? Como estarão os outros aqui fora, daremos abraços, beberemos juntos, trocaremos afetos e sensações? As relações serão as mesmas, terei minha mesa de trabalho? Ainda teremos clientes, como estará meu chefe, terei o mesmo salário? E meus alunos, ainda estarão interessados em minhas aulas?

Muitos questionamentos e surpresas, boas e más, certamente uma nova cultura se estabelecerá, muitos estarão inseguros, estressados, com medo e esperando uma atenção mínima, teremos essa sensibilidade para perceber e atender essa necessidade?

As relações com instituições também serão questionadas, a escassez de dinheiro nos mobilizará a não aceitar taxas, impostos e serviços que se tornaram desnecessários, e nos tornaremos mais exigentes e atentos.

---

60 Fisher, Ernest – A necessidade da Arte – LTC 2014 – 9 ed, p. 16

Seremos mais preocupados com o próximo, não aceitaremos intolerância, racismo, preconceito e violência contra qualquer ser, pessoas em vulnerabilidade social, moradores em situação de rua (talvez o grupo que mais tenha morrido na crise) não poderão ser tratados da mesma maneira, isso se refletirá em qualquer instância, lugar e principalmente nos cargos e serviços públicos. Precisamos valorizar e exigir do Estado a atenção à saúde e à educação como declarado na Constituição Federal.

Novas formas de relacionamentos e pactos serão criados, menos exploração pelas instituições, mais responsabilidade com a relação com o cliente. O propósito será um quesito que determinará a escolha do produto.

Na volta do confinamento o ar estará mais limpo, assim como os rios e o mar, a natureza estará mais exuberante graças à diminuição da emissão de carbono, do aquecimento, do lixo produzido, dos ônibus e aviões circulando.

Nesse sentido a COVID-19, que nos parecia distópica pelo seu poder de contaminação e morte, por outro lado alcançou uma das utopias tida como impossíveis para muita gente: a diminuição do degelo do Ártico, a volta de peixes em Veneza, animais silvestres aparecendo em centros urbanos e até pandas de cativeiro cruzando sem os olhos curiosos dos visitantes.

Incivilizar a cultura regenerativa

Incivilizar, é o contrário de civilizar, aquele que vive na cidade e contrapõe o selvagem, aquele que vive na selva, a proposição é voltarmos a ser selvagem, preservando a selva. Difícil se adaptar a essa proposição, sentimos saudades da vida agitada que levávamos, sem tempo para refletir e pensar no que queríamos mudar. Pois agora temos esse tempo (40 dias já se passaram), precisamos responder o que precisa sair e o que precisa entrar na vida de todos, o que fazer com as pessoas que trabalhavam naquilo que desejamos que acabe, precisará se adaptar ao que queremos em nossa vida no DC (Depois COVID-19).

Absolutamente complexo, como é a vida. Abriu-se uma janela, não de oportunidade, com diria o mercado; prefiro janela de regeneração, tudo precisa ser criado de outra maneira.

Então você deve estar se perguntando onde entram os povos indígenas e as ideias do Ailton Krenak[61], que indiquei no começo desse texto. Deixei para o final porque acredito que

61 Krenak,Ailton – Ideias para adiar o fim do mundo – Cia da Letras - 2019

eles tem a chave da solução, afinal eles estão confinados desde quando os invasores chegaram aqui há 520 anos, mantêm suas práticas ancestrais e têm a sabedoria de aprender os truques da sociedade branca e conseguir avanços na sua resistência.

Precisamos aprender com eles algumas poucas, mas importantíssimas sabedorias, que nos tornarão uma sociedade melhor, mais justa e preocupada com todos. Esse é o primeiro saber - **somos coletivos** - ninguém fala por si, fala por seu povo. Então, e se nós falássemos pelo nosso povo, entendêssemos e compartilhássemos das mesmas ideias coletivamente? Poderia ser com a família, condomínio, bairro, cidade, estado, país e, numa utopia, o planeta. Sairíamos dessa posição individualista, egoísta, competitiva, insegura, arrogante e solitária que somos hoje.

Temos o segundo saber que se complementa ao primeiro - **nós somos o todo**. Isso também inclui os não humanos, o que chamamos de natureza, e que os povos originários chamam de Mãe Terra. É isso que precisamos assimilar pois, tal qual a superprodução Avatar (2009), que ilustra como tudo está interligado, e que levou o produtor James Cameron a se inspirar, precisamos ser responsáveis por qualquer criatura nessa vida.

Desta feita precisamos deixar de comer a Terra, desmatar, envenenar a água, explorar os minérios. Mas como fica a produção de smartphones com dez câmeras holográficas? Talvez seja um dos principais desafios responder à pergunta: Precisamos?

Pensar em produtos duráveis talvez possa contribuir com a solução, como os sapatos de cromo alemão de meu avô e que brilharam a vida toda, do qual trocávamos apenas a meia sola. Ou seja, que tal um celular que não precisa ser trocado, com baterias que não envenenam o planeta? Existem pessoas hoje no mundo, químicos e designers que dedicam suas vidas a substituírem todos os produtos tóxicos por outros não tóxicos ou orgânicos, e com design que possa durar a vida toda e se transformar em outros objetos. Se quiser saber mais, leia Cradle to Cradle[62]

O terceiro saber nos traz um desafio para repensar o sistema econômico e a proposição de um **desenvolvimento à escala humana**, conforme preconiza o economista chileno Max Neef[63], que tem uma máxima: "a economia está para servir as pessoas e não as pessoas para servir a economia", de acordo com a qual precisamos atender a nove fatores de

---

62 Braungart, Michael e McDonough Wiilian – Cradle to Cradle – criar e reciclar ilimitadamente – Editora GG 2013

63 Neef, Manfred – Desenvolvimento a Escala Humana – Ed. FURB – 2010 - 1ª ed.

satisfação: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Os povos originários cumprem essas satisfações de forma simples, precisam ter sua terra para plantar, um rio para pescar e caçar, comer, amar, cuidar dos filhos, dançar, cantar e contar histórias.

Como, na vida moderna, vamos viver com essa simplicidade? Esse é o segredo, então retomemos Ailton Krenak. Os povos originários estão resistindo há 520 anos, vivendo da mesma forma que seus ancestrais, conectados à Mãe Terra, respeitando, criando suas famílias, trabalhando juntos na roça, cantando, dançando e ritualizando, como nós nesses dias de confinamento. Parece utópico, mas precisamos nos incivilizar para regenerar o planeta, pois se retornarmos à "normalidade" não terá valido a pena as mortes morridas, o aprendizado do confinamento e as mudanças necessárias para um novo ciclo.

Não existe a palavra arte para os povos originários, porque não precisam criar uma palavra para a relação entre os seres viventes e a Natureza, o um e o todo, mas Ernest Fisher resume isso em nossa sociedade:

"A arte é o meio indispensável para essa união do indivíduo com o todo; reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e ideias"[64].

Penso que os povos originários dão a justa razão para a acepção da palavra Utopia de Morus, onde tudo funciona perfeitamente, assim também para o sentido grego de *"outopus"* - *lugar nenhum – não lugar* como a Mãe Natureza, uma não cidade, uma não civilização.

Precisamos criar uma nova cultura para a CO-VIDA, vida compartilhada, com valores que estavam perdidos e que precisam retornar junto com outros necessários para esses novos tempos vindouros. Coronavirus fazem parte do todo, talvez sejam anticorpos da natureza, para responder às atrocidades que cometemos. Chegou a hora de mudar, se não conseguirmos provavelmente virão outras ondas virais até aprendermos a nos comportar com responsabilidade.

Utopia? Quem viver verá!

64 Fisher, Ernest – A necessidade da Arte – LTC 2014 – 9 ed, p. 13

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Braungart, Michael e McDonough Wiilian – Cradle to Cradle – criar e reciclar ilimitadamente – Editora GG 2013

Kopenawa, Davi e Albert, Bruce – A queda do Céu – palavras de um xamã yanomami – Companhia das Letras – 2015 1ª ed.

Krenak, Ailton – Ideias para adiar o fim do mundo – Companhia das Letras – 2019 1ª ed.

Morus,Thomas – Utopia – Editora UNB – 2004

Neef, Manfred – Desenvolvimento a Escala Humana – Ed. FURB – 2010 - 1ª ed.

ENTRE A PANDEMIA E O PANDEMÔNIO

***ANTONIO ALBINO CANELAS RUBIM*[65]**

Vivemos tempos inusitados. Quem poderia imaginar que hoje milhões de pessoas em todo mundo estivessem de quarentena, quase isolados fisicamente do mundo? Parece um enredo de ficção, uma daquelas narrativas bem distantes da realidade. Mera fabulação elaborada talvez para aterrorizar, talvez para encantar os mortais e os imortais. O improvável aconteceu. O que parece obra de ficção se tornou realidade. Uma realidade inesperada. Uma dura realidade. Uma realidade que nos retira da realidade, de todas os registros que estruturam nossas vidas, nosso cotidiano, com suas regras imperativas. De uma hora para outra, bem rápido, a rotina, que nos orienta no mundo e na vida, sem mais, foi despedaçada. Quase nada restou dela. Não creio que ela tenha deixado saudades para muitos.

Tal cotidiano era obrigatório, independente de gostos e sentimentos. Simplesmente existia como estrutura organizada, como algo naturalizado, que impedia qualquer lampejo de alternativas. Nem a irritação, muitas vezes suscitada, nem o cansaço, muitas vezes presente, eram capazes de causar incômodos e estranhamentos. A naturalização do modo de vida o tornava único, automático. Como peixes vivíamos na água em naturalidade oceânica.

O capitalismo, depois de produzir seu modo de produção especificamente capitalista, destruindo as maneiras de produzir anteriores, alterou em profundidade o modo de vida. André Granou, decorridos quase 50 anos, anotou tal empreitada em seu livro Capitalismo e modo de vida. Em lugar da vida rural, com sua mansidão de ritmos e tempos, outro modo de viver o mundo cada vez mais urbano. Uma vida acelerada e aglomerada; de pressa constante; de falta de tempo para tudo; de busca desenfreada de consumir o necessário e para além do necessário; de impessoalidade e desatenção com os próximos; de concorrência desenfreada em todos os poros da sociedade. Prisioneiros, muitos sentem saudades da agitação, do esgotamento e da pressa. Qualquer calmaria parece incomodar. Este modo de viver o mundo, criado pelo capitalismo a sua imagem e semelhança, desmoronou, ainda que temporariamente, da noite para o dia ou do dia para a noite, tanto faz. O baque parece brutal.

- [65] Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex-Secretário de Cultura do Estado da Bahia.

Não só na economia e no aumento maior da desigualdade e da pobreza, faces onipresentes do capitalismo neoliberal, mas, com impacto imediato no modo de vida, radicalmente alterado pela prescrição da quarentena.

Como viver o novo cenário desconhecido? Um ambiente que coloca o lugar de moradia no centro da vida deixando em segundo plano, para muitos, o local de trabalho e/ou de estudo. Além do quase cancelamento do acesso aos espaços públicos de circulação e de vivência, todos eles já deprimidos pela sanha capitalista de controle e de exploração, pelo uso abusivo dos automóveis e pela insegurança pública. O estudo, o trabalho, o lazer fora do lugar de habitação agora estão todos eles obstruídos.

A quarenta, entretanto, é profundamente desigual, como são as condições de existência no sistema capitalista. A realização e a percepção da quarentena, por conseguinte, tornam-se também disformes. Para muitos, o desconforto de muitos amontoados em pequenos cômodos de uma casa pequena, sem garantia da sobrevivência, devido à informalidade do trabalho ou mesmo ausência do emprego, além do limitado acesso às redes digitais e suas modalidades midiáticas de televivência, de vida à distância. Para poucos, o conforto de residências amplas, acolhendo poucos, com sobrevivência mais que assegurada e com múltiplas possibilidades de televivência. Entre tais polos, talvez extremados, uma múltipla diversidade de situações existenciais. A quarentena será muitas a depender das condições sociais e econômicas de vida. De modo semelhante, as percepções acerca da quarentena igualmente serão marcadas à ferro e fogo pela maneira diferenciada de viver este momento singular da vida.

A experiência vivenciada da quarentena funciona como chave de leitura da mudança radical, ainda que temporária, do modo de vida. A quarentena pode ser sentida como momento denso de aflições, apreensões e atritos (familiares) ou como momento prazeroso de retomada da convivência familiar e de ruptura com o ritmo veloz e de tensões, imanentes à lógica de vida capitalista. Entre estes dois polos, novamente extremados, uma gama variada de maneiras de viver a quarentena.

No pós-pandemia, o retorno ou não ao modo capitalista de vida, com ou sem alterações, com pequenas ou grandes mudanças, depende da maneira como as pessoas, em sua diversidade, vivenciaram a singular experiência. Condições satisfatórias de viver esta difícil experiência ou condições degradantes de passar por ela determinarão a aderência ou não a um modo diferente da vida no capitalista. Caso a solidariedade social se estabeleça,

criando laços novos e mais humanos entre as pessoas, as chances de mudança se amplificam. Caso a experiência seja vivida como um salve-se quem puder, a perspectiva de retorno ao passado, ao estressante e competitivo modo de vida capitalista, será inevitável. A presença ou não de políticas públicas para acolher as pessoas nesse inusitado instante de vida torna-se vital para o que vai ocorrer no pós-pandemia.

O pós-quarentena deste modo será sobre determinado pela atuação competente das forças políticas, sociais e culturais que se movimentarem para dar conta do cuidado com as pessoas, em especial aquelas em situações mais vulneráveis, como as amplas populações brasileiras, que sobrevivem em degradantes condições de moradia e vida nas periferias urbanas e no meio rural. Tais atitudes e tais políticas serão vitais para acenar e fazer crer que outros modos de vida mais amorosas com os humanos e o meio-ambiente são possíveis. O papel do estado e suas políticas públicas aparece com centralidade, inclusive por sua capacidade de amenizar o provável alastramento da desigualdade e da pobreza, decorrentes da quase inevitável recessão econômica que virá no pós-pandemia.

O estado parece ser outro tema recorrente. Muitos anotam que na crise de saúde e econômica em que estamos submetidos fica nítido os limites de atuação do chamado mercado, ente neoliberal todo poderoso. Na crise, o estado é lembrado e chamado, em todos os países, neoliberais ou não, para socorrer a sociedade, as pessoas e as empresas. Neste momento, o recurso ao estado e às suas políticas públicas torna-se quase consensual. A necessidade de políticas públicas se consolida socialmente, a exemplo das tão agredidas políticas de saúde pública, com seu Sistema Unificado de Saúde (SUS), e das políticas públicas de pesquisa científica, tão perseguidas pela gestão Messias Bolsonaro. A afirmação da necessidade do estado e de políticas públicas e da incapacidade do mercado para resolver questões de grande envergadura, como pandemias e crises, marca tais instantes da história.

Nada assegura, entretanto, que este imaginário pró-estado e políticas públicas perdure no pós-crise e pós-pandemia. A crise econômica mundial, desencadeada a partir de 2008 nos Estados Unidos, para tomar um exemplo recente, demonstrou que o recurso abusivo ao estado para socializar os prejuízos e salvar grandes empresas, posteriormente não implicou em nenhuma mudança na visão neoliberal. A utilização desenfreada do estado e dos recursos públicos em nada mudou a postura neoliberal de defesa do estado mínimo. Nos tempos "normais" nada de estado ampliado para socializar os gigantescos lucros das grandes empresas multinacionais e, em especial, do capital financeiro.

Por conseguinte, nada assegura que o reconhecimento da importância do estado e das políticas públicas hoje existente no Brasil e em outros países seja garantia de uma mudança de longo prazo na maneira de percepção social do estado. O discurso neoliberal não se constrange em hipocritamente defender o estado mínimo e recorrer ao estado todas as vezes que as crises e as pandemias demonstram a incapacidade do mercado em enfrentar tais situações.

A capacidade camaleônica do neoliberalismo deriva, em boa medida, do seu controle dominante dos meios de produção e distribuição de bens simbólicos em nível planetário e nacional. Tal domínio impõe narrativas sempre favoráveis e fiéis do neoliberalismo. Suas contradições e erros são apagados a todo instante. Seus sucessos são vangloriados, mesmo que eles sejam à custa do aumento gigantesco das desigualdades sociais. O controle internacional e nacional das mídias pode, passada a pandemia, simplesmente invisibilizar toda atuação do estado e das políticas públicas e esquecer a incompetência do mercado em momento tão delicado da vida da sociedade.

Assim, não se deve nunca esquecer outro dado onipresente na contemporaneidade: a sempre presente sobredeterminação das narrativas acionadas sobre a realidade e a(s) quarentena(s) pelos meios de produção e distribuição de bens simbólicos. Tais meios envolvem a vida e os humanos na atualidade e fixam sentidos para o mundo, por sua capacidade de reiteração da agenda de temas a partir dos quais dá visibilidade ao mundo. Acrescente-se a fabricação constante de notícias orientadas ideologicamente e até falsas, de interpretações da realidade afinadas com os interesses das classes dominantes, além da utilização arbitrária de robôs distorcendo os processos de “comunicação”.

No caso brasileiro, a potência das mídias é gigantesca por um conjunto de variáveis, que marcam à ferro e fogo a realidade nacional. Dentre elas, destaque para a ausência da democratização da comunicação midiatizada. Poucas famílias monopolizam as grandes redes de comunicação e bloqueiam a pluralidade de visões sobre a realidade, atacando e inclusive silenciando todas as ideias divergentes das suas.

Mas, a quarentena tem propiciado aqui uma situação inusitada porque, diferente do que parece ocorrer no mundo. No Brasil as narrativas têm sido tensionavas pela disputa político-científico-ideológica acerca da necessidade ou não da quarentena na dimensão em que ela está sendo efetivada e considerada precisa no país. A irresponsável radicalização do tema deve-se ao jeito de fazer “política” de Messias Bolsonaro, que sempre entende a

“política” como guerra, como embate para destruir inimigos, e nunca como divergências legitimas entre adversários e busca, quando possível, de construção de algum consenso, como requer a vida democrática.

Difícil fazer previsões sobre o tema do modo de vida, diante do inusitado da pandemia e da espetacular alteração planetária da vida e da morte. Elas irão dependem muito da experiência vivida nos momentos de pandemia e quarentena e das iniciativas político-sociais-culturais que forem desenvolvidas então. Caso elas tenham lastro em outro modo de viver o mundo, como uma maior presença da solidariedade, parece possível, mas não provável, que tenhamos alterações no modo de vida e, por conseguinte, na cultura, dado que o estilo de viver é componente vital da cultura. Alterações no modo de vida tensionando ou não, o modo capitalista de produção.

Agora vivemos um mundo de incertezas, ainda que balizadas pelas correntes de ferro do capitalismo neoliberal, que têm a imensa capacidade de não se mostrar enquanto prisão, mas fantasiosa liberdade, que só pode ser vivida por poucos e vedada a muitos.

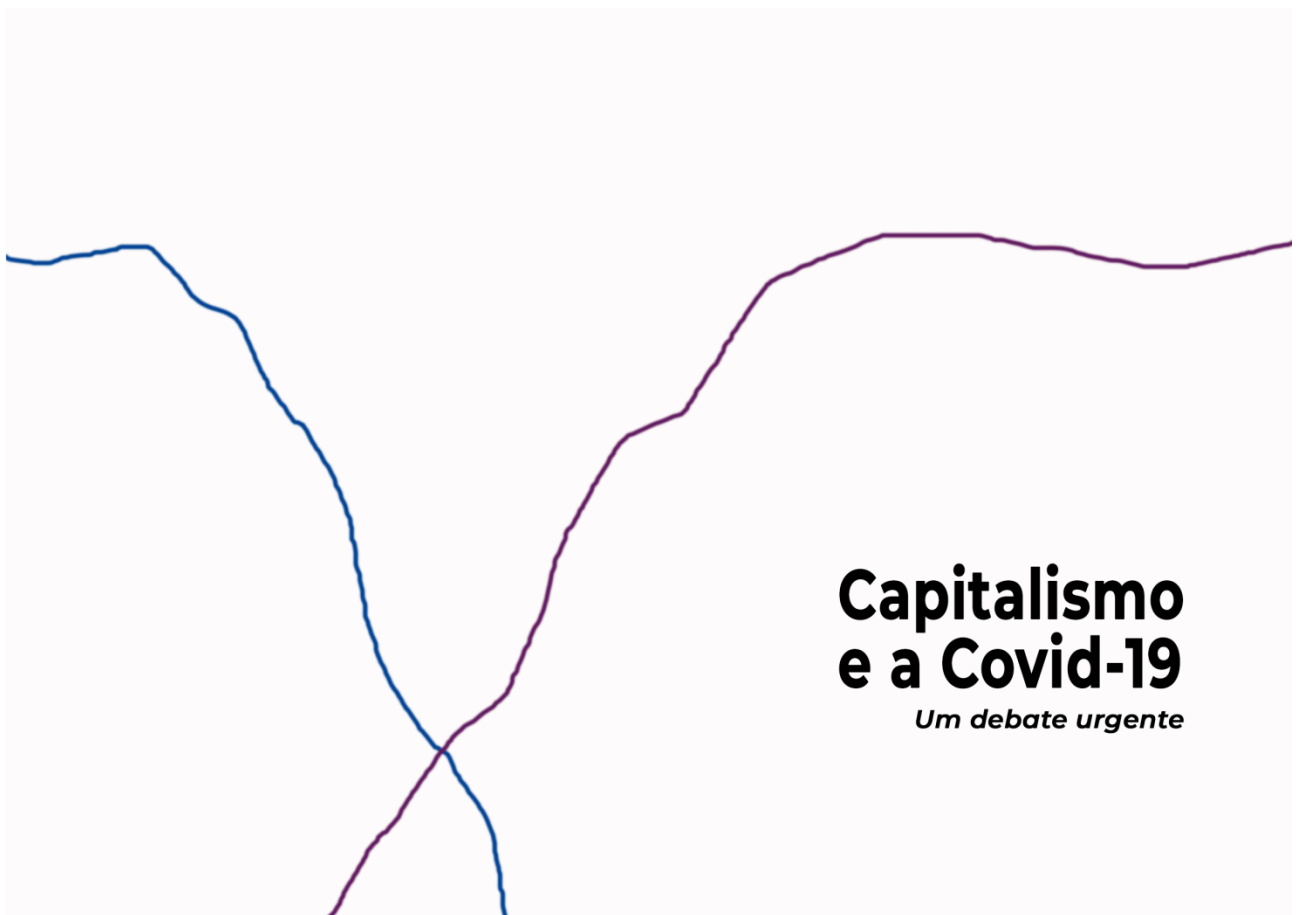
Talvez uma das mudanças, que podem persistir no pós-pandemia, seja a ampliação e a consolidação das modalidades de televivência, já possíveis ou ainda a inventar. Vida, trabalho, economia, política, ciência, cultura e lazer, dentre outros, exercidos à distância estão dando um salto exponencial em tempos de coronavírus. Antes exercidos quase sempre por meio apenas da recepção, com baixos índices de interatividade, os meios de vida e de trabalho à distância tornam-se cada vez mais familiares para muitos que permaneciam avessos e distantes de tais potencialidades tecnologias. A interdição da convivência faz explodir a busca de interações à distância, aqui denominadas de televivências. O isolamento físico, requerido pela quarentena, abriu espaço para as várias interações desenvolvidas virtualmente.

A sociabilidade contemporânea confirma-se como distinta da moderna. Nela, a centralidade quedava nos espaços geográficos de convivência: praças, ruas, parlamentos, mercados, feiras, escolas, centros e eventos culturais etc. Hoje, a contemporaneidade tem sua sociabilidade tecida sempre pela conjunção entre lugares geográficos e espaços ditos virtuais, produzidos pelas múltiplas redes midiáticas que envolvem o planeta. A singular sociabilidade característica da contemporaneidade nasce desta conjunção complexa e inédita na história da humanidade entre a convivência e a televivência, entre o local e o glocal, bem sintetizada na noção de glocal, tudo vivido de modo planetário e em tempo real.

A experiência que vivemos hoje, deprime os espaços de convivência e potencializa os espaços de televivência, ao impor, por prescrições de saúde, a quarentena. Desse modo, ela se configura como um instante também inusitado face à sociabilidade contemporânea, marcada pela conjunção estreita do convivencial com o televivencial. Tal disparidade de ênfases aponta como nunca as potencialidades do televivencial e todo seu aparato sociotecnológico que envolve hoje o planeta e o Brasil. Este, portanto, é um instante ímpar mesmo em termos de vivência contemporânea.

Cabe lembrar que a redes digitais, na sociedade capitalista, sofrem a imposição de seus interesses e determinantes. Suas imensas potencialidades de interatividade de muitos-para-muitos, tão celebradas em seus primórdios, se vêm cada vez mais enfraquecidas pela submissão a uma lógica de exploração mercantil, que leva à inevitável concentração. Some-se aos interesses de lucro o uso político das redes, que também buscam concentrar a emissão, inclusive por meio do uso abusivo de robôs, que distorcem as potencialidades democratizantes das redes.

Muitas são as tensões que permeiam o instante da quarentena. Alguns ficam mais em evidência no caso brasileiro: saúde pública x saúde privada; interesses públicos x interesses privados; políticas públicas x ausência de políticas públicas; comportamentos derivados do conhecimento, inclusive científico x terraplanismo, que constrói narrativa menosprezados os achados da ciência. Eles muitas vezes estão camuflados ou mesmo submersos à agenda saturada de coronavírus pela redundância da grande mídia brasileira, que não consegui informar a população de modo consistente sobre a pandemia. Hoje no Brasil, vivemos entre a pandemia, que invade perigosamente toda sociedade, e o pandemônio, causada a cada dia pelo desprezo à vida e ao conhecimento, instalados no (des)governo federal.

Efeitos da Covid:19

"EL LA NAVE VÁ": FELLINI, PANDEMIA E A VIDA NUA

ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO[66]

UNIFESP

Resumo

Este artigo analisa alguns dos efeitos da pandemia do novo Corona Virus para as sociedades capitalistas, tanto do ponto de vista das suas consequências para vida coletiva quanto para a experiências das pessoas. Toma como analogia o último filme de Fellini "El la Nave Vá", onde um cruzeiro luxuoso é surpreendido durante seu trajeto pelo início da Primeira Guerra Mundial. O artigo dialoga com publicações recentes sobre a pandemia, nas ciências sociais. Desenvolve como argumento central que a epidemia nos confronta com o que Agamben chamou de *vida nua*: a irrupção da vida biológica, de uma conexão natural desconhecida, que excede todos os cálculos da vida política e se impõem, num tempo curto, como uma fatalidade intransponíve. É neste ambiente que somos confrontados diuturnamente com a vida nua, a fragilidade das pessoas e a precariedade da sociedade. A queda dos ativos financeiros e a alta do dólar. A desaceleração da economia caminha lado a lado com as medidas de isolamento social e as projeções de colapso dos serviços de saúde, falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais da saúde e respiradores para os doentes. As medidas de contenção envolvem higiene e distanciamento social. Estradas barradas, cidades fechadas, voos cancelados, comércio suspenso, trabalho em casa e desemprego. Muito da vida pública foi transferida para dentro dos apartamentos. As janelas se transformam em espaços de sociabilidade, palco das manifestações políticas contra o governo e dos aplausos para os profissionais da saúde. O texto interroga sobre que efeitos podemos esperar após a epidemia. Haverá um futuro? Para quem e em que condições? O que se passará em sociedades tão desiguais como o Brasil? Haverá algum aprendizado social proveniente deste período de isolamento, mortes, lutos e medos? O que a *vida nua*, deste tempo de catástrofe, evocará como respostas?

---

[66] Isabel Cristina de Moura Carvalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFESP. Pesquisadora do CNPq. Pesquisadora Colaboradora do Laboratório de Estudos Avançados Multidisciplinares - LEAM/Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e do Núcleo de Saúde, Ciência e Espiritualidade - NUES/UNICAMP.

Texto Completo

Anunciada pelos cientistas, antecipada pelo cinema mas ignorada como realidade provável pela maioria dos governos e populações, a pandemia chegou, tornando-se um acontecimento de difícil contestação. Um de seus principais impactos foi abrir um intervalo incomum no tempo ordinário, e lançar, através de uma fenda abrupta, enormes contingentes populacionais numa grande pausa. É como se, de um instante a outro, passássemos a viver numa espécie de lado avesso do mundo, onde os sinais se invertem. O afastamento passou a ser a medida de segurança, o próximo, mesmo íntimo, deve permanecer distante. O espaço virtual se apresentou como um dos poucos refúgios seguros. O próprio corpo se tornou fonte e objeto de contaminação. Gestos espontâneos de auto contato têm que ser reprogramados. Os espaços públicos se transformaram em zonas de alto risco e o confinamento, obrigatório. As análises políticas e os pronunciamentos à nação deram voz à epidemiologistas, infectologistas, biólogos e matemáticos. Num mundo de grande mobilidade, deslocamentos foram impedidos e muitos ficaram onde estavam. Para diminuir a velocidade do contágio a Terra parou.

Um dos emblemas do início da pandemia foram os navios cruzeiros que, como no último filme de Feliini, *El la Nave Vá*[67], se converteram de um dia para outro, de atividade de luxo de uma elite a quem tudo é permitido[68], em embarcações apátridas, vagando em quarentena, impedidas de aportar, enclausurados com seus doentes. Embora o filósofo italiano Giorgio Agamben, em dois artigos recentes sobre a epidemia na Itália tenha preferido destacar os aspectos negativos do estado de exceção que permitiu ao governo o controle exacerbado dos corpos e comportamentos dos indivíduos, eu tomaria seu conceito de *vida nua,* proposto no ensaio sobre o *Homo Sacer,* para entender os efeitos, não apenas de exceção, mas sobretudo excessivos do que estamos vivendo. A pandemia nos confronta com a *vida nua:* a irrupção da vida biológica, o confronto com movimentos de uma natureza desconhecida e imprevisível, que excede todos os cálculos da vida política e se impõe, num

[67] Último filme de Frederico Fellini (1983), "El la nave vá", se passa em 1914. Um Cruzeiro (Glória N.) leva uma exótica elite artística europeia em direção à ilha Erimo, para jogar ao mar as cinzas de uma famosa cantora de ópera, Edmea Tetua. Personagem provavelmente inspirada em Maria Callas, falecida em 1977, cujas cinzas foram espalhadas no mar Egeu. Entre os passageiros desfilam matronas, cantores, palhaços, bufões, artistas de circo, um rinocenonte, e um jornalista, que deve registrar a viagem. Esta espécie de versão felliniana da *nau dos loucos* segue sua viagem até que o início da Primeira Guerra muda o curso da viagem. O navio é interceptado por náufragos sérvios que invadem o Cruzeiro, como um tsunami de realidade pobre e miserável submergindo o mundo luxuoso, exótico e delirante de Glória N.

[68] ZIZEK (2020), referindo-se aos cruzeiros e sua ostentação os considerou uma imagem obscena.

tempo curto, como uma fatalidade intransponível. Vivemos a primeira pandemia do século XXI. Uma onda gigante de contágio espalha a infecção e produz mortes em progressão geométrica. O vírus é invisível a olho nu e seus propagadores somos cada um de nós, agora convertidos em uma ameaça em potencial para nós mesmos e para todos os outros. Este temido agente epidemiológico atende pelo nome científico de Covid19.

Embora o filósofo italiano Giorgio Agamben (2020a e 2020b.), em dois artigos recentes sobre a epidemia na Itália, tenha preferido destacar os aspectos negativos do estado de exceção que permitiu ao governo o controle exacerbado dos corpos e comportamentos dos indivíduos, eu tomaria o conceito de *vida nua*, proposto em seu ensaio sobre o *Homo Sacer (2007),* para entender os efeitos, não apenas de exceção mas, sobretudo, excessivos do que estamos vivendo. A pandemia nos confronta com a *vida nua:* a irrupção da vida biológica, de uma natureza desconhecida e imprevisível que excede todos os cálculos da vida política e se impõe, num tempo curto, como uma fatalidade intransponível. Vivemos a primeira pandemia do século XXI. Uma onda de contágio espalha infecção e produz mortes em progressão geométrica. O vírus é invisível a olho nu e seus propagadores somos cada um de nós, agora convertidos em uma ameaça em potencial para nós mesmos e para todos os outros. Este agente atende pelo nome científico de Covid19.

É neste ambiente que somos confrontados diuturnamente com a *vida nua*. A fragilidade das pessoas e a precariedade da sociedade. A queda dos ativos financeiros. As reservas do combustível fóssil, que move as economias industrializadas, se acumulam para além da capacidade de estocagem dos países produtores. A desaceleração da economia caminha lado a lado com as medidas de isolamento social. Cresce o colapso dos serviços de saúde, a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais da saúde e respiradores para os doentes. As medidas de contenção envolvem higiene e distanciamento social. Estradas barradas, cidades fechadas, voos cancelados, comércio suspenso, as indústrias de serviços como o turismo e a cultura paralisadas, trabalho em casa, rápido declínio no uso do papel moeda e intensificação de uma economia digital, aceleração do desemprego e da precarização. Muito da vida pública foi transferida para dentro dos apartamentos. As janelas se transformam em espaços de sociabilidade, palco das manifestações políticas contra o governo e dos aplausos para os profissionais da saúde. O evento da Pandemia já foi chamado de um *acelerador de futuros* (MELO, 2020), tornando realidades, tendências que já estavam latentes. A questão é saber que futuros são estes e quem está incluídos neles.

São Paulo, por exemplo, mostra a sua cara: segregada. Dividida entre uma cidade dos que tem casas e janelas e outra que vive na rua. São Paulo contou a população de rua em 24.344 pessoas, no Censo da População em Situação de Rua, realizado pela Prefeitura Municipal no final de 2019. Uma população que, apesar de sua presença constante em todos os espaços da cidade, é solenemente invizibilizada. Existem, ainda, muitas outras cidades dentro da metrópole paulistana. As periferias e as favelas, por exemplo, onde o isolamento social e os cuidados de higiene têm que ser traduzidos para uma realidade sem saneamento básico, de baixa renda, e de grande aglomeração de pessoas que compartilham espaços precários e muito pequenos. A mesma população de baixa renda é a mais exposta ao vírus. É esta que continua se deslocando todos os dias, para manter seus empregos nos serviços essenciais que continuam funcionando como supermercados, farmácias, hospitais e limpeza urbana. Como sabemos desde os estudos de justiça ambiental, os riscos ambientais não se distribuem igualmente numa sociedade desigual, recaindo sobre os mais pobres, realidade que a Pandemia apenas reitera.

Parece que chegamos, pelas mãos de um vírus, ao cenário mais próximo do que há tempos vem sendo anunciado pelos cientistas sociais como a grande crise do capitalismo. Uma crise econômica e ecológica que evidencia uma profunda inflexão das nossas relações com o ambiente face à vulnerabilidade humana diante deste "nano" inimigo. Sua expansão parece ter tido origem num salto de sua origem em animais exóticos, onde é endêmico, para as biotas de hospedeiros humanos, seu território de conquista. O vírus é formado por uma estrutura simples e primitiva, constituída de um único filamento de RNA (ácido ribonucleico), envolvido por uma fina membrana esférica de gordura e proteína, ao ar livre, desidrata, seca e morre. No entanto, seu poder de disseminação e destruição nos organismos humanos, transforma este mínimo ente biológico no principal fator de colapso social do século XXI, só comparável a Primeira Grande Guerra Mundial, a Gripe Espanhola que a sucedeu e a grande depressão dos anos 30 do século XX. Como sugeriu Lilia Schwarcz (2020), a Pandemia pode ser o evento que, para além da cronologia, marca a experiência transição do século XX, um período de apostas nas tecnologias, para o XXI, nos remetendo às incertezas e aos limites dos nossos recursos técnicos e sociais.

Um momento doloroso para viver e raro para pensar. Afinal, como aconselhou o Papa Francisco (2020), não devemos desperdiçar estes dias difíceis. A grande pausa freou abruptamente o imperativo da rapidez, virtude máxima da produtividade. No rastro desta aterrissagem forçada e turbulenta do nosso modo de vida, emergem, desconcertantes, alguns

indícios daquele outro mundo possível que reivindicavam os Fóruns Sociais Mundiais, na virada do milênio. No entanto, neste caso, não se trata da utopia sendo realizada, mas de uma distopia que deixa todas as nossas expectativas em suspensão.

Com o avanço do contágio, os países afetados, cada um a seu tempo, foi parando. As imagens das metrópoles com suas ruas e pontos turísticos completamente vazios, se tornou recorrente. Também se fez notar a melhoria na qualidade do ar, em virtude da drástica redução das emissões de carbono na atmosfera. Os céus de Beijing, Nova Déli, Cidade do México, São Paulo, nunca estiveram tão limpos. Os canais de Veneza, sem o movimento turístico, exibem águas mais límpidas e calmas. A Bahia da Guanabara voltou a ser vista com águas calmas e, aparentemente, mais limpas. Os observatórios astronômicos mediram a diminuição do ruído da crosta terrestre, causado pelas movimentações humanas. Os astrônomos, agora, podem ouvir melhor a voz da Terra e acompanhar seus movimentos através dos ruídos sísmicos.

O centro de São Paulo silenciou e o viaduto Santa Efigênia foi fotografado, absolutamente vazio. Eu ouço da janela, pela primeira vez, os sinos da Igreja do bairro e o violino que a vizinha do prédio da frente, musicista da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – OSESP, ensaia todas as tardes. Estas cenas emitem, ao mesmo tempo, sinais reconfortantes e estranhamente ameaçadores. A realidade não é mais a mesma e produz mensagens de duplo vínculo, desconcertando-nos.

Governos, porta-vozes de políticas neoliberais, devem prover saúde e renda para os mais vulneráveis. Depois de pelo menos quatro décadas de neoliberalismo e desinvestimento em sistemas de saúde e seguridade social, o mundo dos negócios clama pela intervenção do Estado. Fala-se em um novo Plano Marshall, renda mínima, solidariedade, políticas distributivas. Neste contexto, muito do que estava abaixo da linha d'água, latente, emerge. Redes de apoio mútuo, atendimento psicológico gratuito para profissionais do Sistema Único de Saúde - SUS, produção solidária, trocas não mercantis, movimentos por códigos abertos, militantes do acesso livre estão trabalhando no sequenciamento genético do vírus e produção de máscaras 3D. Muitas trilhas de compartilhamentos e cooperação têm sido abertas. Pesquisas científicas nunca foram tantas e tão rápidas sobre os múltiplos aspectos do novo vírus.

Por outro lado, analistas mais céticos advertem que não nos iludamos. Para José Luis Fiori (2020), por exemplo, o prognóstico para o Brasil era ruim e só vai piorar, e menciona a

guerra por insumos, remédios e EPIs, reiterando a lógica egoísta de sempre. De fato, vimos nos noticiários das últimas semanas como os EUA agiram como piratas globais interceptando inúmeros carregamentos destes produtos, agora preciosos, desviando-os para os EUA, e deixando países como a Alemanha e o Brasil, sem as suas encomendas já realizadas destes bens.

Este raro momento, me faz pensar em Richard Sennett. Depois de ter escrito sobre os impactos sociais e emocionais dos processos de flexibilização do trabalho e precarização dos vínculos no novo capitalismo, ele concluiu que: "a ideia de encontrar uma alternativa não é um projeto utópico, mas algo que precisamos fazer porque esse sistema não funciona" (SENNET, 2012a)[69]. O Covid19, por onde passa, vai expondo, dolorosamente, esta desfuncionalidade do capitalismo, baseado na abstração do mundo financeiro, sem gente dentro, e na insustentabilidade nacional em setores como a produção de medicamentos, a pesquisa em ciência básica, e os serviços públicos de saúde. Todos os dias, como um pesadelo recorrente, contabiliza-se os infectados e os mortos. Os corpos são enterrados sem despedidas, em cerimônias fúnebres de uma hora, com um mínimo de familiares. Filmadas por drones, vemos as enormes valas comuns abertas no Bronx, na periferia de Nova Iorque, recebendo caixas de papelão com as vítimas da Pandemia, que se empilham, manejadas por guindastes. Forças-tarefa com roupas de astronautas e rostos cobertos trabalham para abertura de covas nos cemitérios de São Paulo. Cadáveres que excederam a capacidade do serviço mortuário são deixados na rua, em Guaiaquil, no Equador. A morte na pandemia não é uma morte bela, uma morte heroica, ou uma morte boa, entre os seus. É uma morte pária, sem contorno, tanto para os que se vão quanto para os que ficam[70]. A vida nua, sem retoques, desfigura a realidade e nos lança no deserto do real. *Tempos de catástrofes,* como nomeou Isabelle Stengers (2015). Tempos de uma nova classe de medo global, como analisou Gustavo Lins Ribeiro, sobre a epidemia:

[69] Richard Sennett, após mencionar que tinha concluído um ciclo de produções que denunciaram as falhas estruturais do capitalismo, empreendeu, durante as primeiras décadas dos anos 2000, um novo projeto. Desta vez, buscando um tom propositivo, produziu uma trilogia denominada "Homo Faber". Nestes livros ele se dedicou a pensar as habilidades que precisamos para seguir vivendo Juntos. Esta trilogia teve como seu primeiro livro "O artíficie" (2008), o segundo chamou-se "Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação" (2012) e o terceiro, "Construir e Habitar (2018).

[70] Sobre ao estatuto da morte na pandemia ver o excelente artigo de Carmen Rial (2020), no Boletim de Ciências Sociais.

> Um temor totalizante, sentido por todos os habitantes de um coletivo, na expectativa de uma enorme quantidade de mortes que potencialmente ou de fato atingirá a todos e acabará o mundo conforme foi conhecido até um determinado momento (...) envolvendo a sensação de fim de mundo, um verdadeiro fato social total, como diria Marcel Mauss, que condensa respostas fisiológicas, biológicas, psicológicas, culturais, políticas, econômicas, sociais e científicas (RIBEIRO, 2020, p. 1).

As ilusões de proteção e "imunidade", que mantinham o sentimento de *normalidade* cotidiana, vão se tornando cada vez mais difíceis de sustentar. A bolha burguesa e suas apostas na ideologia do aprimoramento individual, da vida saudável, dos cuidados em saúde e autoproteção, está por um fio, cada vez mais fina e esgarçada diante da pandemia, como alertou Fabíola Rhoden (2020).

Parodiando Felline, nos perguntamos: para onde "el la nave vá?". Que rumos nossa inconsequente embarcação tomará, depois de ter sido atingida pela catástrofe pandêmica? haverá um futuro? Para quem e em que condições? Como será o novo normal instaurado por um capitalismo de controle e vigilância exacerbados? O que se passará em sociedades tão desiguais como o Brasil? Haverá algum aprendizado social proveniente deste período de isolamento, mortes, lutos e medos? Qual o legado que estes dias difíceis trarão para o cenário de polarização, segregação e exclusão anterior à Pandemia? A recessão econômica, ao que tudo indica, se aprofundará. Já se fala em uma década perdida. O que a *vida nua*, que irrompeu neste tempo de catástrofe, evocará como respostas? Que marcas e cicatrizes restarão destes tempos? Ou enterraremos estas memórias em rápidas cerimônias, sem ritos e sem luto?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN. Giorgio. In: AGANBEN, Giorgio; ET ALII. *A sopa de Wuhan*. 1a. ed. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. P 17-20.

AGAMBEN, Giorgio. In: AGANBEN, Giorgio; ET ALII. *A sopa de Wuhan*. 1a. ed. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. P 31-34

AGAMBEN, Giorgio; BURIGO, Henrique. *Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BERGÓLIO, Francisco. Não desperdice estes dias difíceis. Entrevista concedida à Paolo Rodari, Jornal La Repubblica, 18/03/2020. Tradução disponível em : http://www.ihu.unisinos.br/597240-o-papa-nao-desperdicem-esses-dias-dificeis

FIORI, Jose Luis. Entrevista concedida à Elenora Lucena e Rodolfo Lucena.

Revista Tutameia, 10/04/2020. Disponível em https://tutameia.jor.br/prognostico-e-ruim-e-vai-piorar-diz-fiori/, acessado em 11/04/2020

ZIZEK, Slavoj. in: AGANBEN, Giorgio; ET ALII. *A sopa de Wuhan*. 1a. ed. Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020. P 21-28.

STENGERS, Isabelle. No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo (SP): Cosac & Naify, 2015.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Medo Global. *Boletim Ciências Sociais*: Cientistas Sociais e o Coronavírus. Boletim Especial n. 5, ANPOCS, 26/03/2020. Disponível em

http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2311-boletim-n-3-as-ciencias-sociais-e-a-saude-coletiva-frente-a-atual-epidemia-de-ignorancia-irresponsabilidade-e-ma-fe-3?idU=1&acm=_268 . Acessado em 12/04/2020.

RIAL, Carmen. Mortes Belas, Mortes Boas, Mortes Malignas e a Covid-19. *Boletim de Ciências Sociais*: Cientistas Sociais e o Coronavírus. Boletim Especial n. 20, ANPOCS, 14/04/2020. Acessível em: http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2333-boletim-n-20-mortes-belas-mortes-boas-mortes-malignas-e-a-covid-19. Acessado em 14/04/2020.

ROHDEN, Fabíola. As promessas de aprimoramento e o retorno à fatalidade. *Boletim de Ciências Sociais:* Cientistas Sociais e o Coronavírus. Boletim Especial n. n. 16, ANPOCS, 08/04/2020. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2328-boletim-n-16-as-promessas-de-aprimoramento-e-o-retorno-a-fatalidade?idU=1&acm=_268. Acessado em 10/04/2020.

SCHWARCZ, Lilia. Entrevista concedida à Camila Brandalise e Andressa Rovani. 100 dias que mudaram o mundo. UOL Universa. 9/04/2020. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/reportagens-especiais/coronavirus-100-dias-que-mudaram-o-mundo/#tematico-7 Acessado em 20/04/2020.

SENNETT, Richard. O artífice. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SENNETT, Richard; Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SENNETT, Richard. Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SENNETT, Richard. Juntos agora. Entrevista concedida à Giovanna Bartucci. *Jornal Valor*, seção Cultura & Estilo, Rio de Janeiro. 24/08/2012b. Disponível em: http://www.valor.com.br/cultura/2801450/juntos-agora. Acessado em 12/04/2020.

NEOLIBERALISMO EM XEQUE, MAIS UMA VEZ

LUCIANA CAETANO DA SILVA[71]

Resumo

Este artigo propõe-se a analisar os efeitos da Covid-19 no Brasil, tendo como plano de fundo um cenário marcado pelo recrudescimento das desigualdades econômicas e sociais a partir de 2015, quando se fez a escolha por um modelo de austeridade fiscal em nome da governança. Todavia, os donos do capital ansiavam por mais, visto que o projeto de governo aprovado pelas urnas nas eleições de 2014 era incompatível com o esvaziamento do Estado e a ampliação do capital privado na oferta de direitos universais, preconizados pela Constituição Federal de 1988. O golpe de 2016 revelou a essência do Congresso Nacional, seu pacto com o mercado e a fragilidade de uma classe trabalhadora fragmentada e desprovida de consciência de classe. A destruição de direitos sociais e trabalhistas, assim como o sucateamento da saúde e da educação públicas, a partir de 2016, são produtos dessa composição político-social. A Covid-19 expôs com maior nitidez as contradições e insuficiências do capitalismo de mercado, impondo o retorno do capitalismo de Estado, enquanto o socialismo parece muito distante.

1 Introdução

Em movimento cíclico, o capitalismo de mercado sempre tropeça nos próprios passos, guiado pela voracidade da acumulação desenfreada e deixando um rastro de desigualdade econômica, pobreza, devastação ambiental e instabilidade em escala global, sempre, com o aval do Estado. Se o capitalismo de Estado, consolidado após a Segunda Guerra, possibilitou a universalização de direitos democráticos e regulação dos mercados em um padrão relativamente civilizado, a ruptura desse pacto foi expresso pela transferência do protagonismo estatal ao capital privado, esvaziando o Estado de suas funções de regulação, distribuição e estabilização.

[71] Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas.

Entre os anos 1980 e 1990, o neoliberalismo avançou no mundo como um *tsunami*, possibilitando a apropriação de ativos estatais por empresas privadas e assegurando-lhes representação no Legislativo para aprovação de projetos e leis de interesse do grande capital. Incentivos fiscais, redução de direitos trabalhistas, flexibilização de legislação ambiental e menor custo de deslocamento para o capital fictício são algumas dessas conquistas. O grande capital materializou o esvaziamento das funções do Estado pelas mãos do próprio Estado.

O enfraquecimento do Estado afetou profundamente o mundo do trabalho. Influenciados pela teoria ricardiana, empresários ainda acreditam que "qualquer fator que aumente os salários necessariamente reduz os lucros" (RICARDO, 1982, p. 96). Nesse contexto, o Estado foi apenas um instrumento para o enfraquecimento da classe trabalhadora, em meio a um processo de reordenamento das forças produtivas, aqui, resumido em quatro pontos: i. fragmentação e pulverização das cadeias produtivas de elevado conteúdo tecnológico, distribuídas por diversos países, tornando dispensável larga escala de trabalhadores; ii. capital controlado, cada vez mais, por um número menor de proprietários, com o poder de influenciar processos eletivos para escolha de representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo das nações; iii. processo de desindustrialização em curso, acompanhado da expansão dos setores de comércio e serviços; e iv. surgimento e extinção de ocupações, dispersão salarial, terceirização, trabalho por conta própria e perda da identidade de classe como consequência dessas transformações, enfraquecendo a capacidade de organização e luta da classe trabalhadora.

A universalização de direitos sociais chegou ao Brasil pelas mãos da Constituição Federal de 1988, enfrentando a resistência de uma sociedade marcada por longo período de regimes autoritários, concentração fundiária, privilégios às velhas oligarquias, naturalização da miséria e preconceitos a pobres, negros e indígenas. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado em 1988, mas o Sistema Único de Assistência Social (Suas) só foi aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2005, sob críticas de uma sociedade indiferente à fome e à indigência, cuja narrativa aponta para a distribuição de benefícios assistenciais como mecanismo de produzir pessoas preguiçosas e indolentes. Posição semelhante foi adotada pela burguesia inglesa do século 19 em defesa da revogação da Lei do Pobres: "[...] depois da vitória política da classe média, em 1832, a reforma da Lei dos Pobres é aprovada numa versão extrema e aplicada imediatamente sem moratórias. O *laissez-faire* fora catalisado num impulso de ferocidade sem contemplações" (POLANYI, 2018, p. 306).

Após sua promulgação, a Constituição Cidadã – de 1988 – enfrentou um ambiente adverso, dominado por interesses contrários à consolidação do Estado social no Brasil. Apenas no período 2003 a 2015, constatou-se uma breve inclinação ao cumprimento da Carta Magna, não sem resistência, abrindo-se uma janela de oportunidade ao ponto de inflexão na trajetória do Estado democrático, abruptamente, interrompido com o golpe de 2016. Como afirma Pochmann, o país tem pouca experiência com democracia. “A ausência de democracia consolidada parece também ser a grande razão para a prevalência do conservadorismo e da concentração do poder. Dos mais de cinco séculos de existência, o Brasil não tem ainda 50 anos de regime democrático acumulado” (POCHMANN, 2015, p. 35).

No limiar da década de 1990, o Estado Nacional brasileiro acolheu o neoliberalismo como um passaporte ao estágio mais avançado do desenvolvimento capitalista, curvando-se ao grande capital e interrompendo a tardia consolidação do Estado social no Brasil, via: i. entrega do patrimônio nacional ao capital privado, financiado com fundos públicos, em leilões sob suspeita de fraude; ii. flexibilização e precarização das relações do trabalho com implantação da terceirização, do contrato temporário e da jornada de tempo parcial seguida da flexibilização de salários, a fim de reduzir custo de contratação, subtrair direitos adquiridos e transferir os riscos do empregador para o trabalhador[72]; e iii. desregulamentação generalizada, a fim de assegurar mais liberdade à movimentação do capital privado, nacional ou estrangeiro, nos setores produtivo e financeiro. O resultado é que, embora o Brasil tenha alcançado a posição de sexta maior economia do mundo, em 2011, seu melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi a 74ª posição, em 2013, caindo para a 79ª em 2019, graças às políticas de austeridade fiscal e ao desmantelamento do sistema de proteção social, implantados a partir de 2016. Em 2019, o Programa Nacional das Nações Unidas (Pnud) apontava o Brasil como um dos países com a maior concentração de renda, ressaltando que os 10% mais ricos concentravam mais de 55% do total da renda do país[73].

Após 6 anos de recuperação da massa salarial e redução da extrema pobreza, através de um projeto de desenvolvimento que incluía políticas de proteção social e ao trabalho, o Brasil se notabilizou por sua capacidade de enfrentar a crise de 2008 graças ao fortalecimento de seu mercado doméstico, via redistribuição de renda, sem perder de vista os investimentos

[72] Para mais detalhes sobre flexibilização e precarização do trabalho, ver Krein et al. (2018).
[73] https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/. Acesso em 17 abr. 2020.

diretos e os incentivos fiscais e creditícios ao setor produtivo. Enquanto a Europa, em resposta à crise financeira, partia para a segunda fase de reformas trabalhistas, o Brasil seguia firme com sua política de inclusão social, não apenas com a transferência direta de renda, mas com o fortalecimento do mercado de trabalho: criou o piso salarial nacional para professores dos ensinos médio e fundamental (2007); assegurou a trabalhadores/as domésticos/as, de baixa remuneração e predominância feminina, direitos trabalhistas já conquistados por outras categorias profissionais; elevou o poder de compra do salário mínimo e reduziu a taxa de desemprego a 6,5% até 2014; ampliou o acesso a habitação, educação, saúde, benefícios assistenciais e segurança alimentar a parcela expressiva da população brasileira, até então excluída (SILVA, 2019). Esses avanços resultaram na saída do Brasil do mapa da fome, na redução do Índice de Gini e na elevação do IDH.

Com mudança brusca de direção, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um regime de austeridade fiscal no país, sem ponderações acerca de seus efeitos colaterais sobre: i. população sem acesso a seguro saúde (mais de 75%); ii. população até 17 anos sem condições de acesso aos ensinos fundamental e médio na rede privada (mais de 80%); iii. população abaixo da linha da pobreza dependente da transferência direta de renda para sobreviver; e iv. sistema econômico, cuja vitalidade depende da redução da concentração de renda para estimular consumo e produção.

Os cortes nos gastos sociais elevaram as taxas de extrema pobreza e desigualdade social, além de aprofundar a desaceleração da atividade econômica, já desprovida da pujança do mercado consumidor doméstico. Na sequência ao desmonte da proteção social, a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, que, somada à elevada taxa de desemprego, acentuou a perda da capacidade de consumo das famílias. A riqueza e a pobreza ficaram mais polarizadas desde o golpe no Estado democrático, em 2016. Como bem ressalta Streeck (2018, p. 103), “o neoliberalismo [...] não é compatível com um Estado democrático”.

2 As limitações do pacote emergencial para enfrentamento da Covid-19

Escrever sobre a pandemia da Covid-19, neste momento, é como fotografar um pássaro voando. As atualizações sobre óbitos, infectados e capacidade de atendimento do sistema de saúde, no Brasil e no mundo, são constantes. Os primeiros registros da Covid-19

foram observados na China, espalhando-se através das rotas do turismo e do comércio internacional, a começar pela Ásia. Chegou ao Brasil em fevereiro, pelas mãos da classe média e da burguesia capitalista, encontrando no estado de São Paulo[74] sua principal porta de entrada. Até o dia 27/1/2020, o mundo registrou 2,8 mil casos confirmados, dos quais 98,7% na China. Em pouco mais de três semanas, esse número havia explodido, respectivamente, para 76,8 mil e 98,4%. A princípio, as autoridades públicas brasileiras subestimaram o poder devastador do vírus.

A velocidade com que os números evoluem é impressionante e assustador. Na primeira semana, a cada dois dias, a taxa de óbitos ficou em torno de 100%; nas duas semanas seguintes, a cada quatro dias a taxa de óbitos ficou acima 100%; na quarta semana, 103% em sete dias. Mas há um ponto cego demarcado pela subnotificação. Até a quarta semana, apenas 0,03% da população havia sido testada. É possível que o Carnaval tenha ampliando exponencialmente o ritmo e a área de contaminação, pois no dia 17/4/2020, a China havia passado do 1º para o 7º lugar, respondendo por apenas 3,7% dos casos confirmados e 3,1% dos óbitos. O número de casos explodiu no mundo, passando para 2,2 milhões de infectados e 150 mil óbitos, até aquela data, conforme tabelas 1 e 2 abaixo.

Ao fim do período de Carnaval (26/2/2020), o Brasil registrava apenas um caso confirmado e nenhum óbito; o primeiro foi registrado no dia 17/3, quando o número de infectados chegou a 291. Em um mês, o número de infectados havia aumentado 11.475%, passando de 291 para 33,68 mil e o número de óbitos, para 2,14 mil. O problema da velocidade da contaminação é que os números de leitos de UTI e profissionais da saúde são fixos, vindo, este último, a diminuir à medida que alguns profissionais vão sendo infectados e afastados, às vezes por óbito.

O Brasil já ocupava a 11ª posição em número de casos confirmados no dia 17/4, porém, com 210 milhões de habitantes, só havia realizado pouco mais de 63 mil testes, o que corresponde a 300 testes por um milhão de habitantes, enquanto a Coreia do Sul já havia ultrapassado 18 mil testes por milhão de habitantes. Para o Brasil chegar ao estágio da

[74] O boletim do Ministério da Saúde, de 13/4, registrou para o estado de São Paulo, com 22% de representação demográfica, 45,8% dos óbitos e 38% de pessoas infectadas pela Covid-19. No dia 3/4, o percentual de óbitos foi mais elevado, correspondendo a 61% dos casos registrados em todo o país. Outra importante referência é o coeficiente de incidência de casos confirmados por um milhão de habitantes. A média nacional é de 98/milhão; no estado de São Paulo, de 182/milhão; e no município de São Paulo, de 404/milhão. Fonte: https://coronavirus.saude.gov.br/. Acesso em 14 abr. 2020.

Coreia, teria que ter realizado 4 milhões de testes. A distância entre o que se fez e o que precisaria ter sido feito expõe a dimensão do ponto cego acerca do nível real de contaminação da população brasileira, comprometendo o êxito da política de contenção e incentivando os defensores do mercado a negligenciarem o isolamento social.

Tabela 1 - Covid-19 - Casos confirmados pela OMS, no mundo, até 27/1/2020

ID	PAÍSES	DATA DE PUBLICAÇÃO								TOTAL	
		05/01	21/01	22/01	23/01	24/01	25/01	26/01	27/01	n	%
1	China*	44	234	31	262	259	467	668	776	2.761	98,7%
2	Japão		1	1			1		1	4	0,1%
3	Coréia do Sul		1			1			2	4	0,1%
4	Vietnam				1		1			2	0,1%
5	Singapura				1		2	1		4	0,1%
6	Austrália						3	1		4	0,1%
7	Tailândia		2		2			1		5	0,2%
8	Nepal						1			1	0,1%
9	Estados Unidos da América				1		1		3	5	0,2%
10	França						3			3	0,1%
11	Canada								1	1	0,1%
12	Malásia							3	1	4	0,1%
Total		44	238	32	267	260	479	479	784	2.798	100%

Fonte: Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico[75].

[75] Fonte: https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20.pdf. Acesso em 15 abr. 2020.

Tabela 2 - Covid-19 - Óbitos e casos confirmados pela OMS, até 17/4/2020

ID	PAÍSES E TERRITÓRIOS	CONFIRMADOS		ÓBITOS		LETALIDADE	POPULAÇÃO	MORTALIDADE POR 1.000.000 DE HAB.
		N	%	N	%			
1	Estados Unidos	684.427	30,8%	35.463	23,6%	5,2%	331.915.000	107
2	Espanha	188.068	8,5%	19.478	13,0%	10,4%	4.6711.000	417
3	Itália	168.941	7,6%	22.170	14,8%	13,1%	60.250.000	368
4	França	165.027	7,4%	17.920	11,9%	10,9%	67.443.000	266
5	Alemanha	138.456	6,2%	4.193	2,8%	3,0%	82.678.000	51
6	Reino Unido	108.692	4,9%	14.576	9,7%	13,4%	67.224.000	217
7	China	82.692	3,7%	4.632	3,1%	5,6%	1.401.379.000	3
8	Irã	79.494	3,6%	4.958	3,3%	6,2%	83.993.000	59
9	Turquia	78.546	3,5%	1.769	1,2%	2,3%	84.339.000	21
10	Bélgica	36.138	1,6%	5.163	3,4%	14,3%	11.538.000	447
11	**Brasil**	**33.682**	**1,5%**	**2.141**	**1,4%**	**6,4%**	**212.559.000**	**10**
	Total	**2.222.699**	**100%**	**149.995**	**100%**	**6,8%**	**7.754.179.000**	**19**

Fonte: Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico nº 11[76].

Dados publicados por organismos internacionais acerca da testagem nos diversos países revelam, como já relatado por pesquisadores brasileiros no portal Covid-19 Brasil[77], que os países que realizaram testagem em massa registram taxas mais baixas de letalidade, destacando os bons resultados da Coreia do Sul. A China, epicentro original da pandemia, conseguiu conter o avanço do vírus graças a ações preventivas, incluindo testes em massa. No Brasil, ao contrário, constata-se total subordinação do presidente da República ao mercado, ignorando o grau de letalidade que já alcança 6,5%, a subnotificação e a incapacidade de atendimento do setor público aos infectados pelo vírus. Em algumas capitais, a ocupação dos leitos de UTI já se aproxima de 100%. Considerando que, no Brasil, 73% dos óbitos são de pessoas acima de 60 anos, maioria beneficiária do sistema de previdência social, é possível que o apelo à extinção do isolamento social seja um projeto de governo baseado na relativização de mortes de pessoas nessa faixa etária.

Diante da expansão territorial da Covid-19, os países adotaram estratégias de contenção, porém, com muita resistência do mercado. Os que cederam ao mercado pagaram um preço muito alto com vidas ceifadas, a exemplo de Itália e Estados Unidos. Os planos

[76] https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/18/2020-04-17---BE11---Boletim-do-COE-21h.pdf. Acesso em 18 abr. 2020.

[77] Fonte: https://ciis.fmrp.usp.br/covid19/testes-em-massa/. Acesso em 15 abr. 2020.

emergenciais tiveram formatos distintos, a depender do grau de discernimento e responsabilidade dos tomadores de decisão, na esfera política. No Brasil, Bolsonaro subordinou o país aos interesses do capital privado e a catástrofe estaria maior se o Supremo Tribunal Federal não o tivesse neutralizado. Isolado, demitiu o ministro da Saúde por estar alinhado à Organização Mundial de Saúde (OMS) e à comunidade científica, que contrariam os interesses do mercado.

Apesar dos esforços dos profissionais da saúde, de governadores e prefeitos, o país enfrenta grandes dificuldades frente ao avanço da Covid-19, que se expressa: i. na carência de equipamento de proteção individual (EPI) para profissionais da saúde, ocasionando o afastamento de muitos por contaminação; ii. na insuficiência de máscaras de proteção individual, imprescindíveis à contenção do vírus, para atender os profissionais de saúde e a população em geral; iii. na incapacidade de realização de testes em massa, levando instituições públicas a subestimarem a gravidade do problema e adotarem medidas insuficientes à contenção do vírus; iv. na morosidade burocrática do plano emergencial em resposta às necessidades de sobrevivência das camadas socialmente vulneráveis; e v. na demora para transferir recursos a estados e municípios frente à velocidade com que o vírus tem avançado. Os cortes orçamentários nas áreas de saúde, educação e assistência social, desde a aprovação do congelamento do teto dos gastos públicos (EC 95/2016), com propositral desestruturação dos sistemas públicos de educação e saúde, afetaram profundamente a produção de ciência e tecnologia e a capacidade de atendimento à população em geral pelo SUS.

O maior problema ao enfrentamento da Covid-19 no país ocupa a cadeira da Presidência da República. Contrariando a OMS, o Ministério da Saúde, os governadores de Estado e até mesmo sua base de apoio no Congresso Nacional, o presidente da República tem feito apelo à população para que retorne ao trabalho, alertando que o isolamento matará mais que o vírus. O *slogan* de sua nova campanha, repetido nas redes socias por meia dúzia de empresários e, nas ruas, por seguidores de campanha era "a economia não pode parar" e, mais recentemente, "eu assumo o risco das mortes".

A despeito da resistência do presidente e do ministro da Economia, o pacote emergencial defendido pelos parlamentares progressistas foi aprovado pelo Congresso graças ao enfraquecimento do governo em suas bases. Dividido em quatro eixos, o plano

emergencial está em fase de execução, todavia, com baixa efetividade em seus objetivos, dada a hostilidade do ambiente dividido entre defensores da saúde e do bem-estar social, de um lado, e defensores da austeridade fiscal, do outro. O ministro da Economia, por suas limitações, é incapaz de compreender a relevância da intervenção estatal para atenuar os efeitos da crise e criar o ambiente adequado à retomada da atividade produtiva e criação de expectativas favoráveis a novos investimentos. A preocupação ficou restrita a um cálculo contábil entre receitas e despesas fiscais. Nem os países mais neoliberais do mundo têm poupado esforços para socorrer a economia com o volume adequado de recursos e em tempo hábil. Se tem uma coisa que nunca funcionou em momentos de crise do capitalismo foi o liberalismo ortodoxo.

O primeiro eixo do plano emergencial, defendido pela ala pró-mercado, chegou pelas mãos da Medida Provisória 936/2020, autorizando a suspensão, por três meses, de contratos de trabalho e salário ou redução proporcional de jornada de trabalho e salário, mediante acordos individuais entre empregador e empregado. Na mesma linha, foi proposto projeto para redução de até 50% de salários de servidores públicos, por enquanto, rejeitado. A retirada de massa salarial do mercado tende a comprometer ainda mais a possibilidade de retomada da atividade produtiva que, numa projeção otimista, deve recuar aproximadamente 5%, em 2020.

O segundo eixo foi direcionado aos estados subnacionais pelo Projeto de Lei Complementar 149/19, após pressão dos entes federativos que estão enfrentando queda de receita fiscal superior a 25% em relação a 2019. O isolamento social paralisou grande parte das atividades produtivas, comprometendo a arrecadação de ICMS e ISS, enquanto os gastos de estados e municípios cresceram, especialmente, com saúde. Os recursos serão repassados como complemento dos fundos de participação a estados e municípios (FPE e FPM), a depender da insuficiência de arrecadação fiscal dos entes federativos, mês a mês, entre maio e outubro, com uma estimativa de, aproximadamente, R$ 80 bilhões.

O terceiro eixo (MP 944/20) corresponde à liberação de linha de crédito a empresas, sociedades empresárias e sociedades cooperativas para pagamento exclusivo de salários por dois meses. Os critérios estabelecidos foram: i. empresas com faturamento anual entre 360 mil e R$ 10 milhões, independente de pendências tributárias com qualquer esfera de governo e na condição de a empresa não demitir empregados por pelo menos dois meses após o

repasse da última parcela do empréstimo; ii. o valor do empréstimo cobrir até três salários mínimos por trabalhador, com taxa anual de juros de 3,75%; iii. operações executadas pelos bancos comerciais, porém, com 85% do montante de recursos ofertado por fundos públicos e 15%, por bancos comerciais.

O quarto eixo tem como público-alvo trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais com o propósito de assegurar-lhes condições mínimas de consumo e sobrevivência, por três meses, no valor de R$ 600,00 ou R$ 1.200,00, se for mãe chefe de família. A ação enfrenta três obstáculos de acesso ao benefício: i. parte do público-alvo é de moradores de rua e população periférica, alguns, sem CPF ativo, condição para liberação do benefício; ii. a inscrição é realizada por aplicativo e parte do público-alvo é desprovida das condições técnicas para lidar com tais ferramentas; iii. as secretarias estaduais e municipais de assistência social são desprovidas das condições necessárias à realização de uma busca ativa, privando muitos vulneráveis do benefício.

3 Efeitos colaterais da crise política

Já no primeiro ano de governo (2019), o presidente fez quatro trocas ministeriais além de diversas exonerações em clima de muita tensão, resultando na perda de força política na base de governo e ruptura com o partido que lhe deu vitória nas eleições de 2018. A cada pronunciamento, uma nova crise, às vezes, envolvendo importantes parceiros comerciais. No auge da crise pandêmica, com taxas médias diárias acima de 10% para óbitos e novos casos confirmados, descontadas as subnotificações, o presidente exonerou o ministro da Saúde, Luiz H. Mandetta, e nomeou Nelson Teich, médico ligado ao setor empresarial, mais alinhado a seu discurso de apelo ao fim do isolamento social.

Nesse capítulo de orientações desencontradas entre as instituições públicas, o presidente ameaçou baixar decreto para acabar com o isolamento social adotado por prefeitos e governadores de Estado, a Procuradoria-Geral da República posicionou-se favorável a seu pronunciamento, mas o Supremo Tribunal Federal, num raro golpe de lucidez, deu respaldo a prefeitos e governadores, neutralizando a insanidade do Poder Executivo. O Brasil é o único país do planeta a dar um encaminhamento bifurcado e confuso em relação aos procedimentos que devem ser adotados pela população no enfrentamento à Covid-19, influenciando negativamente boa parte da população.

A condução do processo de controle da pandemia no Brasil passou a causar preocupação em outros países, sobretudo nos que fazem fronteira. A evolução acelerada do vírus na Itália e nos Estados Unidos revelou os efeitos do isolamento social tardio naqueles países, movidos pelas determinações do mercado. A taxa de isolamento social considerada ideal é 70%, mas no Brasil tem ficado em torno de 50%, com risco de baixar à medida que o chefe de Estado segue estimulando as pessoas a romper o isolamento, tratando a saúde pública como um instrumento de disputa político-ideológica.

O pacote emergencial em execução, por sua vez, com uma morosidade burocrática proposital, tende a agravar os efeitos da Covid-19, sob vários aspectos. Quanto mais pessoas infectadas, maior a pressão sobre o sistema saúde de estados e municípios, com tendência a um ponto de estrangulamento, posto que o número de leitos e profissionais não se expande na proporção do número de infectados. À medida que o vírus ultrapassou a fronteira da classe média e invadiu a periferia, o grau de letalidade aumentou, dadas as condições precárias de moradia e acesso às condições materiais básicas de sobrevivência das camadas mais pobres.

Se o presidente da República estivesse unido a estados subnacionais e comunidade científica, o país estaria mais próximo de uma solução para lidar com os efeitos da Covid-19. Entretanto, sua fala contrária às recomendações da comunidade científica e a fidelidade de seus seguidores podem causar uma tragédia social de proporção imensurável. Não se mede a perda de vidas por projeção do PIB ou de ganhos financeiros. O desenvolvimento de uma nação é construído em função de seu povo, incluindo aposentados e beneficiários de programas sociais.

4 Considerações finais

Este artigo está sendo produzido enquanto a crise pandêmica, no Brasil, caminha em direção ao ponto mais elevado da curva e o sistema de saúde é nocauteado com a substituição abrupta do ministro da Saúde provocada por uma crise de ego do presidente da República, que, entoando o discurso “o mercado não pode parar”, provoca uma crise institucional que compromete os esforços de governadores e prefeitos para conter a Covid-19. Pouco a pouco, a capacidade de atendimento do sistema de saúde caminha para o limite, o isolamento social em algumas cidades tem ficado abaixo de 50% graças à morosidade do pacote emergencial, o

país continua com baixa capacidade de testagem e o número de óbitos e pessoas contaminadas não para de crescer; uma tragédia anunciada.

Nas cidades de maior densidade demográfica e econômica, o vírus tem se espalhado com maior velocidade e por maior raio de extensão. Nesses pontos territoriais, mais de 70% dos leitos de UTI já foram ocupados, mas há município que se aproxima do ponto de estrangulamento. No dia 16/4, vários municípios foram demandados a informar ao Exército Brasileiro o número de cemitérios e sepulturas disponíveis, prenúncio de uma tragédia em curso. Do dia 17/3 ao dia 17/4, o país acumulava 2.141 óbitos e 33.682 casos confirmados, com taxa diária de crescimento acima de 10% para as duas variáveis. Fazendo-se uma projeção para 60 dias, a partir de uma taxa diária de 10% de crescimento, teremos 651,9 mil óbitos e 10,2 milhões de pessoas infectadas, até 17/6/2020, a menos que a comunidade científica nos presenteie com uma vacina ou tratamento de cura, até esse prazo.

Os leitos de UTI não podem ser transferidos de uma cidade para outra, de modo que as cidades que não tiverem uma política eficaz de controle a partir do isolamento social irão enfrentar maiores problemas. Palestrando para investidores do mercado financeiro, o presidente do Banco Central ilustrou em gráfico a relação inversa entre salvar vidas e combater a recessão, ressaltando que para evitar ou diminuir a recessão é inevitável deixar que mais pessoas morram. Vale ressaltar que 73% dos óbitos estão concentrados entre pessoas acima de 60 anos, em grande parte, beneficiárias da previdência social. As declarações do presidente da República associadas às declarações do presidente do Banco Central revelam que o genocídio é um projeto de governo. Em um governo neoliberal sem compromisso com o bem-estar social da Nação, a realidade é observada apenas pelas lentes do mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KREIN, D. et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. Em: KREIN, D. et al. (org.). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas (SP): Curt Nimuendajú, 2018.

POCHMANN, M. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2018.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, L. C. **O elo entre desigualdade regional e desigualdade social**. Maceió: Edufal; Fundação Perseu Abramo, 2019.

STREECK, W. **Tempo comprado**: a crise do capitalismo democrático. Trad. Marian Toldy, Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

A PANDEMIA E A NECESSIDADE DE SOLIDARIEDADE: COMO PENSAR NO BRASIL?

LUCIA CORTES DA COSTA[78]

Resumo:

A pandemia do COVID-19 coloca em risco a vida de milhares de pessoas em todo o mundo. O contexto atual torna urgente repensar as formas de proteção social e os limites da economia capitalista para assegurar a sobrevivência das pessoas. A política neoliberal de corte de recursos para área social é questionada pela necessidade de combate à pandemia. Essa crise pode contribuir para a proposta de uma nova forma de viver em sociedade cujo valor vida seja superior à defesa da propriedade? A solidariedade como um valor social, ao questionar a lógica do mercado capitalista, pode gerar forças políticas que se oponham às políticas neoliberais.

1) **Problematizando em tempos de pandemia.**

O ano de 2020 nos colocou um tempo de reflexão através da necessidade de uma quarentena. A humanidade deve repensar sua forma de viver! Os riscos criados pelo desenvolvimento da economia de mercado tornaram evidente a fragilidade do edifício social do capitalismo, suas estruturas foram abaladas. A aparência de solidez e de ordem foi questionada e colocada à prova num momento em que a vida de milhares de pessoas está sob o risco iminente de morte. Somos capazes de nos proteger? A sociedade capitalista, com toda sua tecnologia e eficiência, é capaz de gerar segurança contra uma pandemia? Esses questionamentos foram colocados em evidência e, depois de alguns meses, contando com a experiência de vários países, podemos pensar sobre a sociedade brasileira, sua forma de reagir diante dessa ameaça. No Brasil, como reagir a uma pandemia tendo um nível de desigualdade social elevado e num momento em que a política e religião se confundem com o obscurantismo? Quais são os valores que orientam nossa sociedade? Vida ou propriedade?

[78] Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas e no curso de Serviço Social. Pesquisadora CNPq. Integra o GT Seguridad social y sistemas de pensiones – CLACSO.

Para que serve o Estado? O presidente Bolsonaro colocou o debate entre salvar a economia ou salvar vidas, com sua clara disposição de salvar a economia, demitiu o ministro da saúde que buscava manter as recomendações de isolamento social para reduzir as contaminações pelo Covid-19, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esse debate não deveria existir se os valores de solidariedade, defesa da vida, direitos humanos fossem o horizonte para as ações políticas do Estado e da sociedade civil. Precisamos pontuar que o conceito de sociedade civil, inaugurado pelas reflexões de Hegel, se refere à dimensão dos interesses privados, das carências e do mercado, esfera que ele chamou de sociedade civil burguesa[79]. Com Marx[80], o conceito de sociedade civil se refere ao espaço das lutas de classe, das disputas de interesses e da produção material. Já com Gramsci, esse conceito de sociedade civil ganhou maior complexidade, sendo o espaço de disputas pela hegemonia e com a possibilidade de formular resistências contra o domínio do capital, construindo a contra-hegemonia[81].

No Brasil, pensar a sociedade civil é um desafio teórico e político! Um país cuja história registra mais de três séculos de regime escravocrata, em que a população trabalhadora não tinha nem o reconhecimento de sua condição humana, falar em sociedade civil naquele momento da história do país era referir-se aos que tinham sua humanidade reconhecida, os dominadores, "as pessoas de bem", os brancos e mais especificamente o homem branco. Podemos dizer, mas isso é história! Já passou e agora todos são integrantes da sociedade civil, já que a nossa "constituição cidadã" reconhece a igualdade entre todos! Seria verdade se junto com a abolição do regime escravocrata e depois de mais de 100 anos, a Constituição cidadã tivesse força de um pacto político igualitário com o poder para desmontar as estruturas herdadas do período escravocrata. Mas, como podemos registrar a partir de vários indicadores sociais, isso esta no campo das ideias e não da realidade fática. Abolimos a escravidão sem abolir as estruturas herdadas da sociedade escravagista. Não promovemos nenhuma mudança estrutural na concentração da riqueza. Reforma agrária é um assunto vetado na sociedade de latifundiários, tema de "comunistas" e deve ser combatido pelos "homens de bem". Seguimos tendo uma estrutura fundiária marcada pela concentração da propriedade rural e voltada para o agronegócio, para plantar produtos que atendem o mercado externo. Esse foi o modelo de desenvolvimento econômico que marcou a entrada do

---

[79] Ver HEGEL, Filosofia do Direito, especialmente § 242 a § 246, p. 222 a 224.
[80] Ver MARX, Contribuição à critica da economia política. Prefácio.
[81] Ver COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Brasil no mercado mundial, exportador de produtos primários e depois de cinco séculos continua vigoroso. Interessante, nesse contexto de pandemia, registrar que os produtores rurais que cultivam alimentos, comida para o mercado interno, que são integrantes do Movimento Sem Terra no estado do Paraná, estão dando exemplo de agilidade, eficiência, para defender o valor da vida! As doações de alimentos dos produtores ligados ao MST têm contribuído para socorrer pessoas atingidas pela fome nesse momento de pandemia, devido à falta de ação do governo federal.

Voltemos então sobre o debate da sociedade civil no Brasil, quem são os seus integrantes? Os setores do comércio, apesar do risco da pandemia, clamam pelo retorno das atividades, alegando que devemos salvar a economia, pois conforme fala do Presidente Bolsonaro, o desemprego mata mais que o vírus! Essa fala do Presidente deveria ser capaz de gerar empregos em épocas sem pandemia, mas se o desemprego mata, como ele mesmo afirmou, a política econômica do governo Bolsonaro é uma sentença de morte para milhares de pessoas, uma vez que o desemprego é sua mais evidente consequência. O setor industrial, num país que virou montadora, não tem indústrias capazes de responder à demanda por equipamentos de saúde! Sem uma política de industrialização e com a transformação das indústrias em montadoras, a pandemia tornou mais evidente o nosso atraso tecnológico e os representantes das indústrias não tem destaque político e forte presença no congresso nacional, perdem para o agronegócio e para a bancada evangélica[82].

E os setores organizados da sociedade civil, quem são hoje no Brasil? Devido ao crescente poder das igrejas, há um retrocesso nas lutas emancipadoras em grande parte dos segmentos sociais que trocaram o discurso da luta política pela disputa da fé! Num governo que promove o obscurantismo, o terraplanismo, as lutas políticas são descaracterizadas de seu potencial civilizador e colocadas como campo de batalha para o preconceito, a ignorância e desrespeito ao outro, opositor de ideias ou de modo de vida. O retrocesso da participação de setores da sociedade civil no Estado é evidente no governo Bolsonaro, com o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que fechou espaços de conselhos que buscavam ampliar a participação popular no Brasil.

E para que serve o Estado? Recordando as proposições de Tomas Hobbes, o Estado deve ter como o dever supremo a defesa da vida, promover ações que preservem a vida. Caso o Estado descumpra esse dever, é justo romper o pacto social que o criou! Podemos alegar

---

[82] MARQUES, Rosa. “as chamadas bancadas informais (evangélicos, ruralistas, etc.) ganharam força desde o impeachment de Dilma...” (2019, pg. 29)

que há em Hobbes o direito à resistência quando o valor vida está em perigo. Mas, devido ao poder ideológico do liberalismo, esse direito de resistência é sempre atribuído a John Locke, que propunha o Estado liberal com o dever supremo de proteger a propriedade. Para os liberais, o direito de resistência é devido se o Estado não preservar a propriedade! Assim, nos países cujo capitalismo tem uma filiação forte ao ideal de livre mercado, EUA como exemplo típico, o Estado deve primeiro salvar o mercado, a economia, a propriedade, não a vida! Esse discurso aparece no governo brasileiro, mesmo que o Presidente nem faça ideia de quem foi John Locke, mas na sua tacanha forma de ver o mundo pelos olhos de Trump, não se cansa de falar sobre a defesa da propriedade e da economia. E a sociedade civil? Como reage a esse discurso? Ora, quem na sociedade civil tem poder de formar opinião pública num país extremamente desigual? A grande mídia está colocada sob o monopólio de grupos econômicos e de grupos religiosos, pense na concessão de rádio e TV para grupos evangélicos. A mídia tornou-se um foco de desinformação e de apoio aos setores dominantes, raras exceções se colocam na mídia comprometida com interesses coletivos, jornalismo crítico e que busca informar. A grande massa de trabalhadores, atingidos até a alma, pelo desmonte de seus direitos sociais, que fragilizou os sindicatos, submetida ao desemprego e ao medo da fome, torna-se alvo fácil de discursos fundamentalistas da fé, do preconceito que obscurece a realidade e veda os olhos de uma visão crítica. Nesse cenário, que é desalentador, como reagir? O que essa pandemia pode significar no sentido de promover ideias igualitárias? Quais forças podem surgir a partir dessa crise inédita da sociedade capitalista? O sentimento de vulnerabilidade, gerado pela pandemia que coloca o risco da morte de forma generalizada, pode ter um sentido a favor de uma nova solidariedade na sociedade? Podemos defender a vida acima da economia?

2) **Pensando a sociedade em tempos de pandemia.**

Se há algum sentido progressista que podemos construir nesse contexto de crise é repensar as estruturas de proteção social da sociedade capitalista. A forma de viver e produzir no capitalismo colocou a responsabilidade pela produção do bem-estar social nas esferas do mercado, família e mais tardiamente no Estado. As análises sobre os regimes de bem-estar, propostas por Esping-Andersen (2011), colocam ênfase na articulação entre essas três esferas para produzir bem-estar.

Nas sociedades em que o bem-estar é um dever do Estado, especialmente nos países que universalizaram serviços de saúde, educação e benefícios de proteção social, os riscos suportados pelas famílias são menores quando há falhas de mercado que inibem a capacidade da economia gerar emprego e distribuir renda através dos salários. Assim, os regimes de bem-estar socialdemocratas (Dinamarca é um exemplo), a proteção social é um dever do Estado para evitar que a população seja colocada em situação de vulnerabilidade e pobreza. A família segue sendo um espaço de proteção nesse regime de bem-estar, o mercado segue sendo um espaço de produção de riqueza e consumo, mas há um limite estabelecido a partir de decisões políticas sobre o nível de bem-estar e os interesses coletivos de proteção social. A ideia de seguridade social se estabeleceu a partir do sentimento de solidariedade, do sentido de partilha de vida e de destino coletivo da sociedade. A proposta da seguridade social é a universalização de um padrão de proteção social. Exige-se uma solidariedade vertical, na qual a tributação opera no sentido de assegurar a redistribuição da riqueza socialmente produzida por meio de oferta de serviços sociais universais (saúde e educação) e garantia de renda mínima para todos.

Nos países que adotarem um regime de bem-estar social tipo corporativo, a proteção social está vinculada ao contrato de trabalho. Assim, o seguro social é estabelecido como vínculo para os que estão integrados ao mercado de trabalho, seja como empregados ou como trabalhadores autônomos que se filiam ao sistema de seguro social. Nesse regime de bem-estar o acesso à proteção social é estabelecido a partir de duas condições, uma dada pelo trabalho e contribuição ao seguro social, outra, dada pela condição de necessidade que se deve provar como incapacidade para o trabalho. A proteção social se divide em previdenciária – para os trabalhadores/contribuintes do seguro social e, assistencial para os necessitados que comprovem não terem meios de sobreviver de seu trabalho. A família segue sendo um dos pilares do bem-estar e afeta de forma mais dura as mulheres que assumem as tarefas de cuidadoras e provedoras de serviços para a família, mesmo quando estão inseridas no mercado de trabalho. Esse regime de bem-estar, surgido a partir da experiência da Alemanha em 1883 – com Bismarck, espalhou-se por muitos países, colocando a ideia de seguro acima da seguridade. Nesse regime de bem-estar social a solidariedade é mais restrita, sendo mais forte de forma horizontal entre os próprios trabalhadores que contribuem para o seguro social, juntamente com os empregadores. Mas, a solidariedade é fraca para com os excluídos do mercado de trabalho, os necessitados. A solidariedade vertical é reduzida na medida em que não há forte redistribuição da riqueza socialmente produzida, sendo mantida

elevada a desigualdade social, especialmente quando há muitos trabalhadores informais. Quando há critérios rígidos para o acesso a benefícios assistenciais, muitas pessoas ficam desprotegidas, agravando as situações de exclusão e pobreza, como no modelo de proteção social do Brasil[83].

Já os regimes de bem-estar residuais ou liberais (exemplo dos EUA), o mercado é a esfera responsável pela produção do bem-estar, sendo incentivado o individualismo, a concorrência, o mérito pessoal e não a ideia de solidariedade. Nesses regimes de caráter liberal/residual os riscos do mercado são maximizados para os segmentos de trabalhadores em condições precárias, as famílias enfrentam os riscos de uma economia de mercado que subordina o consumo e acesso aos serviços fundamentais (saúde e educação) à renda. Para os que se declaram perdedores das disputas no mercado o Estado oferece uma proteção social mínima, que não desencoraje o indivíduo a persistir na busca de oportunidade no mercado, considerado o lugar privilegiado para se obter meios de vida. Nesses regimes de bem-estar residual a desigualdade e pobreza afetam grande parte da população, os riscos de exclusão social são evidentes e a vulnerabilização se dá como resultado da falta de acesso ao mercado. A solidariedade social é fraca e os valores do individualismo egoísta são reforçados pela ideia de mérito. A redistribuição de riqueza é reduzida e o sistema tributário fortalece os ganhadores da disputa no mercado, aumentando a desigualdade social.

Qual regime de bem-estar pode enfrentar de forma mais eficiente os riscos de uma pandemia? Como pensar que o mercado enfrente o risco de uma pandemia que impede a circulação de pessoas e restringe a atividade econômica? Se não há sistema de proteção social que assegure meios de vida fora do mercado, como fazer quarentena? Se não há saúde pública universalizada, como o mercado na área da oferta privada de serviços de saúde pode enfrentar uma pandemia? Não se trata de consumidores de planos de saúde, mas da necessidade de atender a todos, até porque se a atenção não for para todos, os riscos de contágio crescem, mostrando a insignificância de se ter um plano privado de saúde. O vírus mostra seu caráter “democrático” com o poder de contagiar a todos, mesmo considerando que para as pessoas que vivem em condições precárias de habitação, alimentação e trabalho, esse risco seja muito maior.

Os regimes corporativos, organizados a partir de seguros sociais, são capazes de garantir proteção social para todos? Como assegurar a renda para os que não são

[83] COSTA, L.C (2018)

contribuintes que tem capacidade de trabalho, mas, estão impedidos de trabalhar em razão da pandemia? Como fazer provas de meio de necessidade em casos de pandemia? Quem é o necessitado? O informal, o trabalhador precarizado, os uberizados, todos que não se incluem nas relações formais de trabalho. Como o Estado consegue identificar essas pessoas? A fratura entre os níveis de proteção social do seguro social e da assistência social se tornou mais visível. Mas o vírus tem caráter democrático, não pergunta se você é contribuinte para o seguro social e o risco de contágio deve ser contido mesmo para a população precarizada porque pode atingir os segmentos com melhores condições sociais.

No Brasil a fragilidade do sistema de proteção social é evidente. A pandemia apenas mostrou de forma dramática a cruel realidade da desigualdade social. Dos que não têm seguro social, dos que não têm contrato de trabalho, dos que não têm casa para ficar na quarentena e, dos que mesmo tendo casa, não podem ficar porque não há garantia de renda para sobrevivência. A pandemia mostrou a importância do sistema único de saúde, da necessidade de ser universal e igualitário. Numa pandemia não há como segmentar o acesso à saúde para o consumidor, isso é ineficaz mesmo que se tenha o melhor plano de saúde. O vírus mostrou que a saúde ou é para todos ou não será para ninguém! Assim, a política de austeridade fiscal, a EC 95/2016 que congelou os investimentos na área social, inclusive na saúde pública, foi derrotada pela realidade da pandemia. A crise na capacidade de atendimento na área da saúde pública fortalece o argumento político para declarar a inviabilidade da política de austeridade fiscal e exigir mudanças que fortaleçam a atuação do Estado na área social.

A pandemia colocou em discussão o papel do Estado na proteção social. O ataque que as políticas neoliberais fazem aos serviços públicos, a defesa ideológica do mercado como fonte de eficiência, mostrou sua incapacidade para enfrentar uma pandemia. É preciso Estado para enfrentar uma pandemia que coloca em risco a vida de todos. Nesse momento o Estado deve assumir que seu dever supremo é a defesa da vida, mesmo que o governo federal diga o contrário. O Estado não se reduz ao Presidente da República, é formado pelos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Ressalte-se que nossa constituição assegura a autonomia dos entes federados. Assim, o governo federal não pode agir de forma a limitar autonomia dos governos estaduais/municipais. A pandemia tem mostrado a importância da autonomia dos entes federados para divergir do governo federal e agir em defesa da vida. O federalismo cooperativo na área social é fundamental para articular as ações dos governos estaduais e municípios, enfrentando a posição do Presidente da República. O Legislativo e o Judiciário tem o dever de agir em defesa da vida, mesmo que o executivo federal siga no sentido

contrário. Limitar o poder de ação do governo federal, expresso pelo presidente da república, é um dever moral e uma necessidade urgente para assegurar a vida e combater a pandemia.

E a sociedade civil no Brasil? Seguiremos apenas com os "homens de bem" formando a sociedade civil, pedindo o retorno à atividade econômica para assegurar a saúde econômica e os lucros? Nesse momento é urgente fazer valer a voz dos segmentos organizados da sociedade civil que lutam por valores de solidariedade, de igualdade e direitos humanos. Nesse momento de crise a luta contra-hegemônica pode se fazer de forma mais evidente no Brasil, quando se colocam valores em disputa, vida ou propriedade/economia? É preciso a pressão de setores organizados da sociedade civil, mobilização por meios eletrônicos que destruam o poder ideológico das *fake news* e dos que defendem a economia contra a vida. Valores democráticos de igualdade e solidariedade podem prosperar se houver uma articulação política na sociedade civil. Essa mobilização poderá fortalecer os argumentos contra as medidas neoliberais do governo Bolsonaro, exigindo a atuação do Estado em defesa da vida.

Os limites do capitalismo como forma de vida, de consumo, de sociedade, estão evidentes. Os limites ecológicos e humanos estão colocados de forma dramática com a pandemia. Não é possível que a humanidade não consiga uma alternativa a essa forma de viver sem colocar em risco a sua própria existência. O capitalismo na sua fase neoliberal deve ser combatido sistematicamente. Nem tudo pode ser bem de mercado, nem tudo pode ser privado, a vida em sociedade exige solidariedade e partilha de valores, a consciência de um destino comum para a humanidade.

3) Para concluir, algumas ideias para uma sociedade solidária

Nem tudo pode ser mercadoria! Essa questão é evidente no caso da saúde, o setor lucrativo não pode enfrentar casos de pandemias, por um simples motivo, isso não é rentável. A indústria farmacêutica busca desenvolver medicamentos para o mercado e não para salvar vidas de quem não pode ser considerado um consumidor, não atende necessidades humanas sem a mediação do mercado. Assim, cabe ao Estado a tarefa de dar acesso aos medicamentos para todos, universalizar o acesso como um direito humano.

> A atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infra-estrutura de saúde pública internacional. Mas tal infra-estrutura nunca existirá enquanto os movimentos

> populares não quebrarem o poder da indústria farmacêutica e dos cuidados de saúde com fins lucrativos. (DAVIS, 2020, p. 12)

O trabalho não pode ser uma mercadoria! A sobrevivência não pode estar submetida ao mercado. O trabalho não pode estar desprotegido. A gravidade da situação de milhares de pessoas que não têm meios de sobreviver em uma quarentena, que dependem do trabalho informal como única fonte de renda, que não se enquadra nos rígidos critérios para acesso aos benefícios assistenciais, nos mostra que é preciso avançar na seguridade social. O seguro social, vinculado ao contrato de trabalho formal e às contribuições não pode assegurar a proteção social de todos em uma situação de pandemia. É preciso universalizar a proteção social, estabelecer como fonte de recursos a tributação da riqueza acumulada, especialmente da riqueza financeira que sobrevive de especular com a dívida pública. Precisamos de um modelo de sociedade que cumpra o princípio constitucional da dignidade humana e da defesa da vida.

Há um futuro pós-capitalista? Certamente o capitalismo não é o fim da história, mas a pandemia por mais que abale as estruturas da economia, por si só não tem o poder de superar o capitalismo. A possibilidade de construir uma nova sociedade depende da capacidade política na luta contra todas as formas de exclusão e desigualdades. Essa luta por uma nova sociedade deve repensar o mundo organizado por Estados nacionais que disputam espaços geopolíticos em defesa de interesses econômicos.

As políticas econômicas tentam remediar as falhas de mercado. Como avançar além dos constrangimentos de uma economia de mercado? O lucro privado não pode ser o principal argumento para a produção. As necessidades humanas, mesmo que não lucrativas – como no caso da pesquisa de vacinas e sua disponibilização para todos, deve ser a referência política para regular a produção. A produção e o consumo sustentável, que considerem os limites da natureza, os riscos ambientais.

> Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos. Não serão possíveis outras? (SANTOS, 2020, p.7)

Que da crise prospere a utopia que nos ilumine a encontrar outra forma de vida em sociedade, de consumo, de trabalho e de sociabilidade. Produzir para viver, não apenas para

lucrar, produzir para distribuir de forma igualitária e não para concentração de riqueza, que a produção esteja a serviço da humanidade e não a humanidade a serviço do mercado. Esse é o desafio que a pandemia nos coloca, ser capaz de salvar vidas e criar uma nova utopia realizável, um mundo melhor para todos. Isso não vem “naturalmente com o vírus”, é preciso ação consciente das pessoas em busca de outra forma de viver em sociedade. Conforme Ulrich Beck (1998),

> … el movimiento que se pone en marcha con la sociedad del riesgo se expresa en la frase: Tengo miedo! (…) En este sentido, el tipo de la sociedad del riesgo marca una época social en la que la solidaridad surge por miedo y se convierte en una fuerza política. Sigue sin estar nada claro cómo opera la fuerza adhesiva del miedo. (BECK, 1998, p. 56)

O futuro pós-pandemia segue sendo uma possibilidade política para civilização ou barbárie. Apostemos na civilização!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich.(1998) **La sociedad del riesgo**. Hacia una nueva modernidade. Barcelona: Paidós, 1998.

COSTA, L. C. A Previdência Social no Brasil: atores, teorias e a disputa de interesses. **Serviço Social em Revista.** , v.21, p.289 - 310, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. (2007) **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAVIS, Mike.(2020). A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (2011) **Fundamentos Sociales de las economias postindustriales**. Trad. Francisco Ramos. Barcelona: Editorial Ariel.

HEGEL, G. W. F. (1770-1831). **Filosofia do direito**. Trad. Paulo Meneses (et.al) São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2010.

HOBBES, Thomas. (1651) **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2001. Segunda parte – Do Estado.

LOCKE, John. (1690) O segundo tratado do governo civil. **Coleção Os pensadores.** São Paulo: Abril, 2001.

MARQUES, Rosa. (2019) Brasil: direita volver! **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** nº 52 / Janeiro 2019 - Abril 2019

MARX, Karl. (1859) **Contribuição à critica da economia política**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2020) **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra. EDIÇÕES ALMEDINA.

COVID19 E PROTEÇÃO SOCIAL:
A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES[84]

MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI[85]

Resumo

A análise que empreendemos neste texto tem como foco a exposição dos efeitos da pandemia do Covid19 no sistema protetivo brasileiro, considerando as iniciativas do governo atual e a estrutura já existente no Brasil no que concerne ao campo da seguridade social não contributiva. Para trilhar esse caminho analítico é fundamental recorrermos às principais características que marcaram o modelo protetivo no Brasil ao longo de sua história, na medida em que isso estampa a intrínseca relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Naturalmente, nessa esteira reflexiva, há que se voltar o olhar para a relação de dependência entre o modelo econômico e o social, cujo desenvolvimento de ambos tem ancoragem nas determinações políticas dos estados nacionais, além, é claro, do movimento e ritmo do capitalismo mundial.

O conteúdo aqui expresso tem como pressuposto a fundamental necessidade do Estado e da sociedade brasileira atentarem para o aprofundamento da desigualdade social e como medidas de proteção da vida e da dignidade humana, redividir o fundo público e proporcionar maior envergadura ao sistema de proteção social brasileiro, sobretudo ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Destaca-se que esse sistema congrega seguranças de renda (transferida); benefícios eventuais e a oferta de serviços que respondem pela atenção das consequências imateriais da vulnerabilidade e pobreza. Todos esses aspectos estão contidos numa proposição de enfrentamento da pandemia que nos assola.

---

[84] Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP. Professora aposentada pela Universidade Estadual de Londrina. Ministra do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010). Consultora nacional e internacional em Políticas Sociais. Coordenação da Frente Nacional do SUAS.

[85] Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora aposentada do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora Visitante na UFPB, com concentração de pesquisa na área de Gestão de Política Social.

Introdução

Os avanços ou retrocessos dos sistemas protetivos estão sempre vinculados às lutas e aos movimentos sociais que, em sua maioria, mesmo trazendo pautas específicas vão compondo um arcabouço de obrigações para o Estado. Desse modo, partimos do pressuposto de que não há avanços protetivos, sem lutas e processos de resistência e organização. Mesmo em tempos em que o desenvolvimento econômico não pode prescindir de medidas de caráter protetivas ou quando governos se conscientizam da necessária relação entre desenvolvimento econômico e social, ainda que seja apenas para não estampar as fissuras e maledicências do capitalismo.

Os Sistemas de Proteção Social estão plasmados com a trajetória econômica e ídeo-política dos estados e das elites, mas também com a capacidade de luta e resistência da sociedade civil organizada. Vale destacar que, no caso brasileiro, o modelo capitalista adotou sua forma mais perversa inspirado num misto de pensamento escravocrata, que ainda perdura, e num liberalismo, cuja tônica principal não é deixar o mercado ritmar a economia ou mesmo a égide do estado mínimo, mas se locupletar com a proteção estatal para os mais ricos.

Aqui, as elites, anunciam para a sociedade em geral, a máxima do *ethos* burguês sobre o sucesso individual, o aproveitamento das oportunidades, sobre "saber pescar" etc., cujo pano de fundo é – a classe trabalhadora não pode depender do Estado porque é indigno moralmente e resulta num peso para o desenvolvimento do país. Mas, ao mesmo tempo, os detentores do poder se locupletam no uso do fundo público para suprir seus interesses e manter seu lucro intacto. Esse cenário se repetiu no início da pandemia, quando o governo brasileiro socorre os mais ricos (bancos) para tardiamente e com muita má vontade, atender às demandas da pobreza e da vulnerabilidade. O estado mínimo, uma das premissas do modelo liberal, no Brasil ganha outra direção – mínimo para o social (Netto, 1993, p.94). Em tempos de Pandemia do Covid19, volta à tona as mazelas desse modelo econômico forçando os Estados a implantarem medidas protetivas, com importantes especificidades nos diferentes países. Em especial, o governo brasileiro resistiu ao máximo tomar medidas no campo protetivo que implicariam na ampliação do investimento na política de assistência social, no que se refere à renda emergencial[86]. Antes dessa medida, porém, adotou muitas outras, com forte conotação de dividir o ônus entre os trabalhadores.

[86] Destaca-se que a Lei Orgânica de Assistência Social (de 1993, com alterações em 2011) já previa o auxílio emergencial com ampla regulamentação, o que teria permitido o atual governo implantar imediatamente, sem dificuldades, a ampliação da transferência de renda emergencial.

O que estamos demarcando é que se têm hoje mecanismos e autorização legal para a adoção de medidas de proteção social sem grandes entraves, pois a Constituição Brasileira de 1988 e as regulamentações normativas que dela decorreram demarcaram uma ruptura com a trajetória histórica do campo protetivo, reconhecendo direitos de seguridade não contributiva. Durante os governos Lula e Dilma se deu concretude a esse modelo com a implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), espraiando por todo o território nacional uma rede nova de atenção e proteção à grupos e famílias em situação de vulnerabilidade social, como direito da população. Não só a implantação dos serviços socioassistenciais, mas também foi ampliada a segurança de renda, tanto pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), como pelo Programa Bolsa Família, unificado a partir de 2003, pela Medida Provisória 132 de 20/10/2003 e Lei Federal n 10.836 de 09/01/2004.

O aumento exponencial desse campo protetivo teve impacto na diminuição da desigualdade no período em tela, com a adoção de medidas essenciais como: a valorização do salário mínimo e seu poder de compra, a adoção de políticas transversais de atenção a segmentos específicos (mulheres, crianças e adolescentes, juventude, idosos, indígenas, quilombolas, etc.); e a universalização de acesso às demais políticas sociais (saúde, educação, assistência social – a quem dela necessitar; e segurança alimentar e nutricional). Essas iniciativas tiraram o Brasil do mapa da fome e mudaram a marcação dos indicadores de desigualdade social[87].

No entanto, nos anos que se seguiram (iniciados com o golpe de 2016) assistimos uma intentona contra esse modelo protetivo pela imposição das contrarreformas que vem impactando a oferta dos serviços públicos básicos, dentre elas: (i) a Emenda Constitucional 95 que congelou os gastos na área social; (ii) a diminuição de mais de 70% do investimento no SUAS; (iii) o desaceleramento da inclusão de famílias nos programas de transferência de renda, sobretudo no Nordeste (região com maior índice de pobreza; (iii) desmonte das políticas de proteção específicas e focalizadas em segmentos que sofrem agravos da vulnerabilidade como é o caso da população de rua, LGBT+, mulheres, negros/as, dentre outros; (iv) quebra do pacto federativo, demonstrado, sobretudo, pela diminuição dos repasses fundo a fundo para manter em todos os municípios brasileiros, os serviços funcionando; (v) descaso e desrespeito com as instâncias participativas e de controle social.

[87] Redução de 60% da mortalidade infantil, desnutrição, 38 milhões de pessoas saíram da pobreza.

Esse cenário demonstra que o Sistema de Proteção previsto na CF/1988 já estava ruindo e quebrado na sua espinha dorsal com o compromisso do governo Bolsonaro em dividir o fundo público em favor da voracidade da elite brasileira, o que agrava severamente a vida da população numa situação de calamidade pública como essa Pandemia.

Este capítulo se dedicará a tecer considerações sobre os impactos do Covid19 no sistema protetivo, com o olhar, tanto dos fundamentos e comportamento dos modelos protetivos nas crises mundiais, como para as opções e caminhos do atual governo, observando o peso do pêndulo entre a proteção dos ricos e dos pobres.

A Proteção Social no Brasil em tempos de Crise

Neste item nosso foco é tratar, ainda que com os argumentos possíveis neste momento, do sistema de proteção social brasileiro expondo suas fragilidades e fissuras como consequência das grandes investidas dos recentes desmontes e que tornam ainda mais difícil a adoção de medidas efetivas para enfrentar a dura realidade de aprofundamento da pobreza, desigualdade e vulnerabilidade que assola o Brasil, alcançando em torno de 100 milhões de pessoas.

Tem sido recorrente, o debate sobre as medidas que precisam ser adotadas no campo econômico, na saúde e na proteção social. Alguns analistas reconhecem a pertinência do receituário keynesiano nesse momento no que concerne às medidas econômicas. Além disso, também voltou à tona o debate sobre o modelo do Estado de Bem Estar Social[88], tornando urgente reconhecer que o Estado precisa ser o propulsor de medidas de contenção da crise (tanto na esfera econômica, como na social, além é claro, da evidência da ampliação das provisões em saúde). No caso brasileiro essa necessidade se torna ainda mais necessária, no entanto, tem encontrado dificuldades pela fragilidade do nosso modelo protetivo que nunca

---

[88] A definição de *welfare state* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprindo a sociedade com benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, P. 3).

chegou a se constituir, de fato, num estado social ou próximo das marcas do Welfare State[89], que dentre os motivos se destacam as características da elite brasileira e seu poder histórico sobre o Estado e o controle da sociedade.

Para a maioria dos estudiosos, o Estado de Bem Estar Social, foi demarcado apenas para o período de sua instalação e é resultante de um grande pacto entre as bandeiras da classe trabalhadora e as necessidades de reconstruir a Europa do período pós 2ª Guerra, com a manutenção do modelo capitalista de produção. A proposição de modelos de proteção social mais robustos estava circunscrita ao aprofundamento da democracia e num tempo em que não havia a predominância da financeirização do capital que solapa, de forma cruel, grande parcela da população do direito ao trabalho e ao salário.

Para compreendermos as dificuldades encontradas nos dias atuais no que concerne à atenção da classe trabalhadora brasileira neste tempo da pandemia do coronavírus, optamos por fazer uma rápida recuperação do comportamento histórico da elite e da sociedade civil organizada nas lutas por garantias civilizatórias e protetivas e do Estado, a partir do segmento que o dominou. Isso porque entendemos que as políticas sociais (onde se concretizam os direitos) sempre foram resultantes e demarcadas pela luta de classes e sua relação com o Estado, sem, contudo, desprezar, muito pelo contrário, a relação econômica que demarca as mudanças no sistema protetivo.

Em especial no Brasil sua marca histórica recai na concepção de seguro social, ou seja, uma proteção para o trabalhador formal, contributivo da previdência e para o mundo urbano. Além disso, vale destacar o modo como o Estado, considerando os grandes períodos de restrições políticas em suas diferentes ditaduras, dificultou a luta por direitos sociais e acesso universal às necessidades básicas.

Naturalmente há controvérsias nas interpretações sobre o peso das lutas sociais e a sua relação intrínseca com os avanços no sistema protetivo, no entanto, mesmo entendendo que os grupos detentores do poder econômico e político têm tido a capacidade de encontrar modos de se locupletar e incorporar os interesses econômicos, essa perspectiva política e ideológica coloca as classes subalternas como protagonistas políticos dessa incansável causa

[89] A leitura histórica e a análise das políticas sociais no Brasil apontam o período de 2003 a 2016 como o mais próximo do estado social, mas sem conquistá-lo de fato.

por melhores condições de vida. Ao mesmo tempo, nos obriga a olhar para a trajetória histórica da seguridade social brasileira considerando as características da elite sob o prisma de Florestan Fernandes (1975) que a caracteriza (a elite) como um segmento sem compromisso com a democracia e igualdade social e, ainda, tomando o pensamento de Caio Prado Junior (1961) na sua leitura sobre o poder repressivo do estado brasileiro.

As marcas históricas das políticas sociais expressam tais afirmações, pelas características de: seletividade, focalização, centralização, demarcando a fragilidade que, em termos de garantias protetivas, recaía apenas na reprodução da classe trabalhadora ou na desaceleração do seu desgaste pelas condições de vida e trabalho[90].

No entanto, é fundamental reconhecer a quebra de paradigma apresentada na Constituição Federal de 1988, sob o prisma da autorização legal, excetuando os governos democráticos populares, que incorporaram a perspectiva da seguridade social no lugar do seguro, que transita de um paradigma individual e contributivo para o coletivo e não contributivo. Dentre as perspectivas apontadas pelo capítulo da ordem social dessa carta constitucional, que introduz a Seguridade Social brasileira (artigo 194 – Saúde, Previdência e Assistência Social), tem-se o adensamento do campo protetivo não contributivo, sobretudo com a instalação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)[91], a ampliação da cobertura do SUS (Sistema Único de Saúde) e do fomento às políticas transversais que reconhecem as especificidades de grupos populacionais, identidades e territórios em todo o país.

As Marcas e Sustentabilidade do SUAS

Que raiz e origem tem o mais novo sistema público brasileiro – o SUAS? Importante demarcar que quanto mais se acirrava toda ordem de crise política, econômica e social, mais o Estado brasileiro explicitava sua visão privatista e de desresponsabilização na oferta de serviços sociais no âmbito do que se chamou depois, de proteção social não contributiva, já referida aqui.

[90] Os estudos sobre o sistema protetivo têm uma marca inicial nos anos 30 e mesmo com a instituição das seguranças trabalhistas e previdenciárias da lei Eloy Chaves.
[91] Esse tema será tratado com mais detalhes a seguir por ter relevância neste momento de crise pandêmica.

Um tempo longo em que a violação de direitos no Brasil, o não acesso às necessidades fundamentais, a destituição do pertencimento, a invisibilidade dos indivíduos e famílias, a apropriação da pobreza pelos governos conservadores e a reprodução das forças autoritárias se mantiveram, mesmo com o processo de abertura e de grande mobilização da sociedade civil, período em que os indicadores de desigualdade foram crescentes.

Nesse contexto e num cenário mais propício pós Constituição Federal de 1988, da promulgação das leis complementares, incluindo a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social (8.742 de 07/12/93), um intenso e difícil processo político se estabeleceu, inclusive em relação à construção da Seguridade Social e, particularmente, da assistência social, como política de Estado, muito em razão de sua tradição assistencialista, ou seja, o lugar do não direito, onde ações fragmentadas, assistemáticas, pontuais, guardavam relação com as práticas clássicas da filantropia e do voluntariado.

Sob a égide do novo marco legal, era preciso implantar um Sistema Público de Assistência Social, que passou a ser direito do cidadão e dever do Estado, no cumprimento das diretrizes constitucionais de Universalização de acesso, Descentralização e Participação Social. A partir de 1993, entra em ebulição um processo de debates e de construção nacional, mas somente em dezembro de 2003, a deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, pela criação e implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, no Brasil.

Nesse período, o IBGE apontava 14,2 milhões de famílias em situação de pobreza e que não era só por ausência de renda, mas um conjunto de direitos negados, desde a infraestrutura mínima, a moradia, alimentação, educação infantil, serviços de apoio à idosos e pessoas com deficiência, isolamento das comunidades rurais, indígenas, quilombolas, fenômenos de violência de gênero, trabalho infantil, abuso sexual, uma gama de necessidades não atendidas pelos serviços públicos ao longo de muitas décadas. E que era preciso, no âmbito da proteção social, definir e organizar benefícios e serviços da assistência social, construindo novas concepções e criando uma tipificação de serviços respondendo às demandas das diferentes realidades desse imenso país.

Foi preciso fundamentalmente demarcar o que comportava à assistência social ofertar, rompendo com a visão e com o modelo de gestão pública que atribuía e concentrava na assistência social, grande parte dos serviços públicos “aos pobres”, como o acesso à

medicamentos, órtese e prótese, cestas básicas, educação infantil, atenção aos usuários de drogas, entre outros direitos e necessidades que as políticas setoriais deveriam assegurar a população.

A partir da decisão de implantação do SUAS, foi possível e necessário, estabelecer esse campo da proteção social, com princípios, diretrizes, especificidades dos benefícios e serviços socioassistenciais, modelo de gestão compartilhada entre as três esferas, financiamento e todas as regulações compatíveis com um sistema público, permanente, contínuo, universal e com capilaridade em todo o território nacional.

O SUAS tem como funções precípuas, a Defesa de Direitos, a Proteção Social e a Vigilância Socioassistencial e está assentado no tripé da gestão pública, financiamento e controle social reafirmado por Lopes (2016), passando a organizar e regular todos os serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social no Brasil, integrando uma rede socioassistencial, que tenha unidade e identidade, respeitando as especificidades de cada região e território.

Conforme Couto (2009),

> O Suas está voltado à articulação, em todo o território nacional, das responsabilidades, dos vínculos e da hierarquia do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob o critério da universalidade e da ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (Couto, 2009,p. 209)

Se a gestão de um sistema público se faz complexa, porque exige planejamento, coordenação dos processos, implementação das provisões, gestão financeira, gestão do trabalho, regulação dos serviços e benefícios, articulação intergovernamental e intersetorial, sistemas de informação e tecnologias, monitoramento e avaliação, mais complexo ainda, é apreender, analisar, construir metodologias, serviços e benefícios que respondam as aquisições materiais e imateriais que o estado deve assegurar para o conjunto dos usuários da política pública de assistência social, de acordo com as particularidades dos seus direitos e necessidades.

Importante enfatizar que o SUAS no Brasil, por meio de unidades públicas e serviços locais, atende indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidades, pela ausência ou

insuficiência de renda e sobrevivência, situações de violências, abuso sexual, trabalho infantil, população de rua, abandono de idosos e pessoas com deficiência, migrantes, pop tradicionais e rural, que demandem de atenção e proteção social. De 2004 à 2016, o SUAS teve a adesão dos 5.571 municípios brasileiros mais o DF e os 26 estados, o que significa o compromisso com a implementação da Política Nacional de Assistência Social, execução dos planos decenais, cumprimento das deliberações das conferências nas três esferas de governo, apoio às instâncias de pactuação e controle social, mantendo em funcionamento os serviços públicos, pelos CRAS, CREAS, Centros de População de Rua, Abrigos, Acolhimentos e em articulação com os serviços da rede não governamental de assistência social.

Considerando que o Cadastro Único, executado pela gestão local do SUAS, tem hoje 29 milhões de famílias cadastradas no Brasil[92], equivalendo a 80 milhões de pessoas, além dos registros do Censo Suas e demais, estima-se uma demanda de cobertura de 100 milhões de brasileiros acessando os serviços e benefícios da assistência social. Benefícios são considerados os programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) e Benefícios eventuais (renda emergencial, auxílio natalidade e funeral, documentos, apoio nas situações de calamidade).

Nesse sentido, qualquer recuo, cortes no orçamento, descontinuidade na manutenção dos serviços e benefícios, ausência de gestão federal e não cumprimento das deliberações das conferências nacionais impactam, de forma desastrosa, em cada município brasileiro, a garantia da proteção social sob a responsabilidade do SUAS, aprofundando ainda mais, os processos de desigualdade e sofrimento humano, e que num contexto de pandemia, as consequências são irreparáveis.

As contradições do campo social para enfrentar a pandemia da Covid19

A condição primeira para se enfrentar uma pandemia de tal dimensão no Brasil, seria assegurar, constitucionalmente, a indissociabilidade entre as medidas de restrição à população (reguladas pela Saúde) e as medidas de proteção social, pelo tempo necessário, concebendo um sentido de segurança nacional no país.

[92] Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/.sagi/RIv3/geral/.index.php).

Nossa análise tem como pano de fundo o não compromisso desse governo com a classe trabalhadora e com a parcela mais vulnerável da população brasileira, o que está notadamente comprovado pelas inúmeras iniciativas de desmonte do sistema protetivo que se inicia com o golpe de 2016 e se aprofunda com a ascensão do governo Bolsonaro em 2019. Além da marca moralista e burguesa/liberal que inspira esse governo, concretamente houve importante retirada de recursos do financiamento das políticas socias, em especial do SUAS[93], que se destina à proteção das famílias e territórios com maior vulnerabilidade.

No que concerne especificamente às medidas na circunscrição da crise atual, vale destacar que há um retardo proposital em relação às medidas de proteção social, particularmente, da política de assistência social. No dia 18/3/20[94] o governo anuncia medidas em diferentes ministérios e áreas (Economia, Infraestrutura, Justiça, Relações Exteriores, Desenvolvimento Regional, Saúde, Defesa e Anvisa), mas sequer uma palavra sobre as medidas do Ministério da Cidadania que abarca, dentre outras áreas, a Secretaria Nacional de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Tal postura, já indicava preocupação com as áreas da economia e da saúde e total desprezo com o sofrimento de milhares de brasileiros marcados pela insuficiência de renda para a sobrevivência e proteção.

Neste quesito, vale destacar que o Brasil já dispõe de leis que permitem aos governos pagarem benefício emergencial (Lei 12.435/11), além de possuírem sistema informatizado de cadastramento (com certo nível de sofisticação) e com sistema bancário público com expertise nesse tipo de ação. No entanto, o atual governo mostra as suas garras e divide o “bolo” (para relembrar a máxima da economia da ditadura recente), oferecendo a fatia maior e mais recheada ao sistema financeiro e empresarial.

[93] Destaca-se que os Órgãos Colegiados da Política de Assistência Social vêm denunciando a drástica diminuição de recursos da instância Federal desde o ano de 2016, sobretudo os recursos destinados à manutenção dos serviços e das gestões municipais (rubrica denominada IGD/SUAS). Essa redução é um importante demonstrativo da visão encurtada do Ministério da Cidadania no que concerne a políticas sociais republicanas e perenes. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1MmJj1H4BZhjNnJyArAhGAbGvQ0iZ66Hp/view

[94] Disponível em https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/bolsonaro-detalha-acoes-do-governo-federal-de-enfrentamento-ao-coronavirus

Ressalta-se ainda que as medidas referentes ao campo protetivo não contributivo, só começaram a ser regulamentadas quase um mês depois que o Brasil já estava absorto na crise do Covid19, com duas alterações legais que demandaram muito esforço e que foram alvo de retardamentos na chancela do Poder Executivo. São elas: Lei 13.982 de 2/4/2020 que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (8742/93), para instituir o que já estava autorizado como benefício emergencial da assistência social, conforme disposto no art. 22 da referida lei. No entanto, a chancela legal, que tardiamente o presidente acolhe, ainda guarda um importante equívoco, pois altera o art. 20 que diz respeito a benefícios continuados e não a emergenciais. Mesmo em relação a esse equívoco destaca-se o silencio sepulcral do ministério da cidadania que permanece nessa condição mesmo diante dos desafios futuros no processo de efetivação do pagamento previsto na lei.

Destaca-se que o processo de inscrição e de pagamento aos milhões de brasileiros que serão alvo desse benefício tem outras nuances que demarcam as opções do atual governo. Uma delas diz respeito à obrigatoriedade de possuir CPF, condição que eliminará milhares de destinatários desse necessário benefício, que todavia poderia ser pago sem essa exigência, já que em todo município há serviços referenciados para essa população. Outro aspecto importante foi o desrespeito ao pacto federativo na integração da rede protetiva do SUAS em todo o território nacional. Os 8.370 CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e os 2.717 CREAS[95] (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), podem se integrar nesse processo de concessão, considerando sua propositura e sua expertise. No entanto, o que se vê, é a total desconsideração da estrutura federativa de proteção social do país, tratando como se fosse apenas uma ação federal e bancária. Esse modelo impacta diretamente no acesso efetivo ao benefício, na medida em que deixa a população totalmente desamparada tanto nas informações quanto na aproximação com a tecnologia exigida, sem falar das enormes filas para a regularização do CPF, o que contraria as orientações do MS sobre o afastamento da população e não aglomeração. O Ministério da Cidadania poderia coordenar esse processo com base na experiência do cadastramento no CadÚnico (sem CPF) existentes em todos os municípios brasileiros. Tais exigências revelam a falta de compromisso com as garantias sociais da Constituição Federal e o não reconhecimento do momento dramático vivido pela população.

[95] Dados disponíveis em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/pdf.php?rid=216c369d5ceda7bac4c895b19ea65073&ibge=0&mes_pesquisa=&ano_pesquisa=&area=0&mds=socio-demografico,cadastro-unico,beneficios,equipamentos,snas_novo,cisternas,equipamentos_sesan,cestas&fa=0&e=0&r=0&b=0

Outro aspecto importante diz respeito ao aporte de recursos. O governo anunciou noventa e oito bilhões e duzentos milhões de reais como crédito extraordinário pela Medida Provisória 837 de 02 de abril de 2020. No entanto, há 2 anos se vê um total desmantelamento do SUAS que se deu, substancialmente, pela interrupção do repasse regular e automático fundo a fundo, conforme previsto legalmente. Nos dois últimos anos houve um corte nos repasses de mais de 75%, sem reposição, tornando o funcionamento desse sistema público quase inviabilizado (que se mantém pela ação dos municípios e parcos recursos estaduais), levando ao extremo de fechamento de serviços e demissão dos profissionais da área. Ainda, de forma inequívoca, tem havido a quebra do pacto federativo, dos acordos e deliberações das instâncias participativas e de pactuação (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Comissão Intergestores Tripartite - CIT), assim como, falta de transparência na prestação de contas e atualização de informações, comprometendo o princípio da política de gestão republicana. Para agravar esse quadro, o atual governo vem tomando medidas de desqualificação dos sistemas públicos de gestão, paralisando e/ou desfinanciando os serviços continuados da assistência social e criando programas paralelos fora da tipificação e claramente, com apelo clientelista e de retorno à cultura do voluntariado capitaneado pelo Estado.

Considerações finais

A questão central do debate aqui colocado é que, em meio a uma pandemia jamais vivida, o país expõe e visibiliza o acirramento da desigualdade social de todas as formas mais estruturais de exclusão e o não acesso de um grande contingente da população brasileira às necessidades vitais de sobrevivência e pertencimento. A questão da FOME volta à cena cotidiana como um fenômeno coletivo, que vai assumindo proporções insuportáveis, lembrando a atualidade das reflexões de Josué de Castro (1959) em Geopolítica da Fome sobre as mazelas da fome e consequências para o desenvolvimento da humanidade.

Em período recente foi possível deflagrar metas para a erradicação da extrema pobreza, da ampliação de acesso à saneamento, energia, habitação, emprego e renda, agricultura familiar. E tensionamentos para enfrentar o racismo, a violência contra a mulher, discriminações e intolerâncias de grupos e segmentos da população, construindo referências, estatutos legais para um patamar civilizatório de sociabilidade.

No entanto, processos de alteração nas leis, nas decisões políticas e formas de gestão que retrocederam, associados aos efeitos nefastos do Covid19, têm emergido numa velocidade estarrecedora, resultando em indicadores e manifestações dramáticas das condições degradantes de vida de quase 50% da população brasileira. São 80 milhões de pessoas que vivem com renda per capita de até ½ salário mínimo, sem contar os atuais desempregados e autônomos sem renda. Ou seja, há uma demanda brutal nas mais diferentes necessidades e de acordo com a diversidade sócio territorial do país, exigindo políticas públicas amplas e ágeis na implementação, neste momento.

Como resposta, há um contrassenso no fato do Brasil ter bases para o aprofundamento do seu modelo protetivo no que concerne aos sistemas não contributivos a exemplo do SUAS e do SUS e o tensionamento do governo para que esse modelo se dilua, ou que o seu funcionamento deve se sustentar apenas durante esse período de exceção da vida social. Ou seja, esta seria a oportunidade para que se ampliasse o modelo protetivo universal, ao invés de jogar sobre ele a culpa da falência das contas do governo e sobre os pobres, o peso da crise. Trata-se de uma crise internacional que atingirá a grande maioria dos países do mundo com maior e menor intensidade e por um tempo incerto.

Se por um lado, a própria essência do capitalismo, numa situação de calamidade, parece se desmanchar no ar, mostrando as fragilidades, sob a condução do governo, criando todas as inseguranças do futuro, sejam econômicas, institucionais, da movimentação do capital estrangeiro ou nacional, das tendências do mercado reprimido, por outro, assistimos no país, a emergência de forças políticas que estão debatendo a conjuntura, enfrentando as realidades, construindo alternativas, discernindo a vida da morte e querendo enfrentar o mundo que virá depois, contando com parte dos legislativos, dos governos estaduais, municipais, de entidades de classe, religiosas, movimentos sociais, mídias e grupos autônomos que tem criado possibilidades e alternativas, reiterando a ciência, o conhecimento, as humanidades.

Se assim, não o for, o insuficiente debate no campo político e o retardamento da reação do movimento social organizado, pode nos levar na contramão dos modelos que ensinaram o mundo ao longo da história, onde se gastou muito mais com proteção e recuperação do acesso ao trabalho e aos bens de consumo, associado, então sim, ao modelo

de recuperação econômica. É tempo de se colocar na luta por não perder direitos e reforçar o que foi construído com sangue, suor e lágrimas da classe trabalhadora organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal,1988.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília/DF: Senado Federal,1993.

BRASIL. **Lei 10.836.** Cria o Programa Bolsa Família. Brasília/DF, 2004.

BRASIL. **Lei 13.982**. Brasília/DF: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Medida Provisória 937.** Brasília/DF: Senado Federal, 2020.

CASTRO, Josué. A Geopolítica da Fome. 1º Volume. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1959.

COUTO, B. R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, F. G. Conflito Social e W*elfare State*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. In **Revista de Administração Pública**. FGV: Rio de Janeiro, v. 40, n° (2), p. 201-36, Mar./Abr. 2006.

LOPES, M. H. C. Sistema Único de Assistência Social - SUAS, in FERNANDES, R. M.C, HELLMANN, A. (Org). **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil.** Porto Alegre, Ed UFRGS, 2016.

NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. **Coleção Questões da Nossa Época**. São Paulo: Cortez, 1993.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CENÁRIO DE ENFRENTAMENTO À COVID-19:
AGENDA PARA OS DIREITOS HUMANOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA DECOLONIAL

JUCIMERI ISOLDA SILVEIRA[96]

Resumo
Este texto reflete sobre os impactos das medidas ultraneoliberais nas políticas públicas brasileiras, tendo em vista seus efeitos de aprofundamento da desigualdade, especialmente social, étnico-racial e de gênero. A agenda regressiva em direitos humanos e políticas públicas, tem conformado o grave cenário de inviabilização do pacto federativo e social, dos sistemas estatais públicos, conjunturalmente demandados e visibilizados no contexto do novo coronavírus (Covid-19). A partir de uma concepção crítica e decolonial em direitos humanos, são abordados os desafios na afirmação da agenda política conduzida pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, na direção emancipatória, o que supõe a radicalização da democracia nas lutas sociais anticapitalistas, durante e pós Covid-19.

Introdução

Os movimentos sociais e as organizações em direitos humanos têm denunciado, de forma contundente, as medidas ultraneoliberais adotadas no Brasil, os efeitos da chamada PEC da morte, hoje Emenda Constitucional nº 95/16, que congelou os recursos para as políticas sociais por 20 anos. No atual momento da pandemia, de emergência e calamidade, de crise ocasionada pelo novo coronavírus (Covid-19), a situação brasileira torna-se ainda mais dramática e escancara a falência da programática neoliberal; os impactos nefastos do desfinanciamento das políticas públicas, da Seguridade Social pública; a ruptura do pacto social e federativo no âmbito do Estado Democrático de Direito; o aprofundamento da desigualdade com impactos incalculáveis nas populações que vivem em territórios mais desiguais e precarizados, excluídos do acesso aos bens, serviços, riqueza e renda.

---

96 Doutora em Serviço Social (PUCSP), Mestra em Sociologia (UFPR), professora do Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas e do Curso de Serviço Social da PUC-PR. Professora colaboradora do Doutorado em Humanidades da Universidade Católica de Moçambique.

O sistema de proteção social brasileiro, integrado ao sistema nacional e internacional de direitos humanos, foi arquitetado e construído, historicamente, a partir de princípios como a universalidade e integralidade; de diretrizes democratizantes; e de ordenamentos que demandam governanças deliberativas, sistemas estatais descentralizados e territorializados nas cidades. Entretanto, as medidas neoliberais adotadas, sobretudo as contrarreformas trabalhista e previdenciária, e o desfinanciamento das políticas socais, configuram um cenário de ausência do Estado quanto às responsabilidades Constitucionais, com progressiva inviabilização dos sistemas estatais.

O cenário de crise, de ruptura e de descontinuidade na implementação do Sistema de Proteção Social e dos Direitos Humanos no Brasil, reforça a urgência de novos padrões protetivos para a garantia e materialização dos direitos, o que requer, inevitavelmente, atitude decolonial com potencial de construir novos e superiores padrões de sociabilidade.

1. Desigualdade, precarização da vida e a falência do neoliberalismo: panorama e crítica a partir dos direitos humanos.

Abordar a centralidade dos direitos humanos no enfrentamento do Covid-19, requer o reconhecimento de que direitos não se reduzem às legislações, às normas, aos pactos produzidos nos limites de uma democracia formal. Os direitos humanos resultam das lutas emancipatórias concretas, na dinâmica da relação contraditória entre as classes sociais e destas com o Estado, no enfrentamento da questão social, da desigualdade em suas expressões cotidianas. As conquistas sociais em direitos humanos, por sua vez, conduzem processos de plena expansão dos sujeitos sociais, das subjetividades políticas dos sujeitos de direitos, tendo como horizonte uma sociedade humanamente livre e socialmente igualitária.

Direitos humanos expressam conquistas sociais em busca de igualdade e das liberdades para os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponeses, população LGBTI, população em situação de rua, mulheres, infâncias e juventudes, população negra, pessoas com deficiência, pessoas idosas, migrantes e refugiados, entre outros sujeitos de direitos. Portanto, a efetivação de direitos é uma demanda concreta e necessária para a ampla maioria da população, ou seja, aqueles e aquelas que resistem cotidianamente aos efeitos da retirada do Estado, do neoliberalismo, cuja ideologia sustenta-se na defesa do fim da história e das possibilidades de outros modos de produção, de sociabilidade, de emancipação humana.

O universo da defesa dos direitos humanos pode ser compreendido como uma travessia sócio-política, na direção de uma nova cultura, orientada por projetos societários e

coletivos que mobilizam novas práxis, por relações igualitárias e humanizadas. Tal processo, exige o reconhecimento das reais condições políticas e institucionais relativas à efetivação dos direitos. Daí a importância do debate e da incidência política por uma proteção social universal, redistributiva, integralizada e democrática, o que demanda orçamento público em volume suficiente para ampla cobertura em todo o Brasil.

Os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2019, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) [97], revelam que o Brasil ocupa a 7ª posição entre os países mais desigual do mundo, ficando atrás apenas de países africanos. O que se verifica, particularmente no caso brasileiro, é uma desigualdade histórica, engendrada no modelo de desenvolvimento capitalista, com marcas profundas do processo colonizador e da modernização conservadora que se mantém colonial.

O racismo praticado pelo Estado é estrutural, já que possui vínculos com o processo colonizador e vem sendo aprofundado pelo conservadorismo hegemonizado no Estado e na sociedade. A ideologização de uma racionalidade dominante, que inclusive justifique e naturalize as opressões, tem sua gênese na afirmação de verdades eurocêntricas engendradas na construção de um projeto de modernidade imposto para todas as sociedades exploradas. O que se identifica no processo colonizador é a imposição do domínio dos corpos pelo patriarcado, pelo machismo, pela imposição de um modelo e uma lógica de exploração do trabalho, da natureza. Trata-se de uma domesticação dos povos subalternos, de uma colonização do modo de ser, pensar e sentir da população indígena e escravizada. Assim, as hierarquias sociais que polarizam primitivo/civilizado, oriente/ocidente, moderno/colonial, branco/negro, rico/pobre, centros/periferias, entre outras classificações, estão presentes nas ideologias reproduzidas socialmente (QUIJANO, 2005).

O indivíduo, descaracterizado quanto às relações de classe é um preceito da meritocracia, que legitima, na diferenciação social imposta: oportunidades; vocação; dedicação; e aptidão. O merecimento acaba sendo, na constituição da sociabilidade moderna, o recurso individual pelo poder e "distinção social" defendida. É com base no princípio da meritocracia, tão propagada socialmente e requisitada pela sociedade, que as políticas sociais se estruturam, o Estado burocrático regula acessos e permanências no contexto social, nas políticas públicas, bem como justifica ideologicamente suas omissões. Dissemina-se, assim, a ideologia desenvolvimentista, sustentada numa ideologia evolucionista, cuja base está na

---

[97] Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>.

reprodução da desigualdade, na naturalização dos dispositivos que selecionam e até eliminam vidas.

Neste contexto de modernidade conservadora, de implementação de políticas residuais e de apelos pela meritocracia, que outros dispositivos são aplicados pelo Estado, e se caracterizam como verdadeiras tecnologias de produção e gerenciamento de vidas consideradas descartáveis. Tal assertiva, permite reconhecer nexos entre as ações do Estado de exceção em comunidades periféricas e a ausência de políticas protetivas em tempos de Covid-19, dadas as ausências do Estado, as ações que buscam inviabilizar o cumprimento das medidas sanitárias de isolamento e afastamento social, com provisões e serviços que viabilizem, especialmente, o acesso à saúde, às seguranças de renda, à moradia e habitabilidade, à acolhida para pessoas com direitos violados.

Neste contexto, a necropolítica e a necropoder permitem interpretar as formas atuais de sujeição e subjugação da vida ao poder da morte do Estado (MBEMBE, 2018). A vida humana, no contexto do estado de exceção, reveste-se de fragilidade e se torna objeto de controle, suscetível à suspensão de direitos humanos, tendo em vista a supremacia dos interesses econômicos e políticos hegemônicos, a aplicação de medidas opressoras e violadoras de direitos humanos, o que inclui, na reflexão em tela, a Emenda Constitucional nº 95/16, assim como demais medidas neoliberais.

É possível analisar o contexto de crise do Covid-19, a partir desta compreensão do papel opressor do Estado hegemonizado por um projeto político com traços fascistas, autoritários e neoliberais. Além da polarização ideológica entre *cidadãos de bem* versus inimigos do Estado, percebe-se que a ausência de proteção social universal, de direitos humanos, é um elemento fundante das novas e sutis formas de *eliminar vidas*, a partir dos parâmetros do capitalismo-colonial-patriarcal, as pessoas, os povos e populações vulneráveis, visando a manutenção da lucratividade, da produtividade, do trabalho explorado e precarizado, diante da desproteção social.

Percebe-se que a morosidade na garantia de políticas públicas indispensáveis e essenciais no enfrentamento do Covid-19, por parte do governo federal, além das barreiras no acesso aos direitos, como a renda básica emergencial, e a insuficiência na destinação de recursos públicos, compõem parte das *tecnologias governamentais que violam direitos*, o que impacta, de modo perverso, na população mais vulnerável, que vivencia as condições mais desiguais.

O processo histórico descolonizador e libertador das amarras do conservadorismo, do autoritarismo, do estado de exceção, do neoliberalismo, implica a superação do silenciamento

histórico e cotidiano dos subalternos; das opressões epistêmica, ideológica e política, que subjugam e violentam direitos da população destituída dos atributos e posições valorizados socialmente pelos parâmetros hegemônicos.

As políticas governamentais operadas a partir de 2016 aprofundam o neoliberalismo, com efeitos reprodutores da desigualdade histórica. Uma das medidas que exemplificam tal tendência, é o desfinanciamento acelerado das políticas sociais que inviabiliza serviços sociais públicos e o pacto federativo para a materialização de direitos sociais conquistados, como educação, saúde assistência social, trabalho. Inviabiliza, ainda, as políticas transversais, de defesa dos direitos para infâncias e juventudes, mulheres, população LGBTI, povos indígenas, população em situação de rua, migrantes e refugiados, entre outras populações que demandam políticas de direitos para atenção, proteção e enfrentamento de desigualdades e violações de direitos.

O que se verifica é uma tendência de redução drástica de políticas sociais de Estado, de dispositivos protetivos, de políticas de educação em direitos humanos, de reformas e políticas que reduzam desigualdade de gênero, social e étnico-racial, que combatam as violências e as opressões. Realidade que confirma a hegemonia de um projeto político que dissemina ideologias e mecanismos penalizadores da população em condição mais desigual.

O racismo de Estado se opera nos territórios habitados por sujeitos sociais com direitos negados. São territórios que particularizam desigualdades agravadas pelos efeitos da colonialidade, com consequente acesso desigual à renda, riqueza, bens produzidos socialmente e poder. Territórios estes, que experimentam, de modo dramático, o cenário grave crise do Covid-19.

1. Agenda de direitos no enfrentamento do Covid-19, por uma proteção social universal e democrática

A efetivação dos direitos humanos implica, dentre outros aspectos, a combinação “de um processo bastante complexo no qual se intervêm aspectos normativos, políticos, ideológicos, sociais, culturais e econômicos” (CARBALLIDO, 2014, p. 48). Portanto, a materialização dos direitos humanos requer a desconstrução da cultura de insensibilidade coletiva, da naturalização da desigualdade e de toda forma de opressão e silenciamento das classes e grupos subalternos.

Os direitos humanos são socialmente construídos e fazem parte das grandes conquistas nos contextos de lutas sociais pela dignidade, como afirma Herrera Flores (2009), contra os arbítrios, os autoritarismos e as arbitrariedades do Estado e das instituições. Direitos resultam das relações em sociedade nas dimensões, especialmente, da liberdade, da igualdade e da solidariedade. As lutas sociais, dinamizadas por um conjunto diverso de sujeitos coletivos, notadamente os movimentos sociais e populares, os sindicatos, as organizações da sociedade civil que atuam sobre temas sociais, engendram as conquistas normativo-jurídicas e a produção de novos sentidos e bens simbólicos, além da construção social e política de mecanismos que efetivem os direitos e materializem a dignidade humana, na direção de uma nova cultura e sociedade.

Uma postura decolonial requer, entre outros aspectos: i) o reconhecimento da lutas sociais, das formas de organização que favorecem novas hegemonias, impactos sociais e transformações; ii) a centralidade dos sujeitos de direitos e sujeitos coletivos, na conquista por direitos; iii) a produção de subjetividades políticas como processos abertos de afirmação das diferenças, das singularidades, da autonomia dos sujeitos de direitos, na direção da emancipação humana; iv) a visibilidade social e política das identidades e dos modos de pensar, ser, crer e viver; v) a defesa da interdependência entre os direitos de liberdade e os direitos de igualdade, tanto na análise das contradições entre previsões nacionais/internacionais e a realidade concreta dos grupos subalternos, como na identificação de caminhos para a efetivação dos direitos vocalizados pelos sujeitos de direitos; vi) a identificação e busca de condições políticas e institucionais para a efetivação dos direitos por meio de políticas públicas; vii) a materialidade dos direitos produzidos socialmente no âmbito do Estado ampliado, com impactos efetivos nas condições de vida e na reversão dos processos de subalternização, desigualdade e violações de direitos; viii) a educação em direitos humanos com difusão de novos valores, na direção de um padrão de sociabilidade, de conhecimentos e práxis efetivamente emancipadas; ix) a afirmação de uma direção emancipatória na orientação das práxis em sociedade, tendo por horizonte a construção de uma sociabilidade que efetive as liberdades e as diversidades, assim como relações justas e igualitárias (SILVEIRA, 2019).

Os direitos humanos são dotados de potencial democrático, por serem forjados nas lutas sociais, pela prática dos sujeitos coletivos, na explicitação de carecimentos e desigualdades nas democracias em construção. Destaca-se, assim, a importância da qualificação legal e institucional de garantias fundamentais, o que inclui a produção de legislações e a institucionalidade de políticas públicas, em resposta às necessidades humanas; e do

fortalecimento de organizações e sujeitos coletivos. Daí a importância dos movimentos sociais e da visibilidade das formas de resistência.

Dentre as bandeiras de luta e agendas em *Direitos Humanos e Seguridade Social* no enfrentamento ao Covid-19, é possível destacar a necessária revogação da Emenda Constitucional nº 95/16, com efetiva ampliação dos recursos para as políticas sociais, para a garantia de uma Seguridade Social universal, democrática e integralizada, para as devidas provisões e seguranças sociais. Neste sentido, o pacto federativo-cooperativo, com coordenação nacional, precisa ser restabelecido, o que supõe a garantia do orçamento público, para assegurar a efetivação dos direitos, serviços e benefícios de modo a enfrentar as desproteções, violações e desigualdades.

A capacidade do Estado precisa ser restabelecida, durante e após o Covid-19, o que implica atender de imediato milhões de cidadãos/ãs (estima-se 2 milhões) que estão na fila do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS aguardando a concessão de benefícios previdenciários e socioassistenciais. É preciso reduzir barreiras e garantir a plena universalização dos direitos, a exemplo do acesso à renda emergencial. Ao mesmo tempo, deve-se garantir a ampliação da renda básica emergencial, no que se refere ao acesso e tempo de execução, considerando a realidade de profunda precarização e desigualdade, de desemprego e ocupações precarizadas que atingem aproximadamente 100 milhões de pessoas.

A agenda de direitos, diante da crise do Covid-19, aponta, ainda, para a revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como a interrupção dos projetos de lei e medidas, que sob justificativa do ajuste fiscal reduzem direitos e o próprio Estado, colocam em risco o orçamento público e o pacto federativo, a exemplo das propostas de emenda constitucional números 186, 187 e 188. Tais iniciativas visam reduzir o papel do Estado e avançar nas reformas neoliberais, podendo resultar na redefinição de atribuições dos entes federados, na redução do acesso ao fundo público na inviabilização das políticas sociais.

Uma série de medidas para a proteção dos/as trabalhadores/as, com redução dos impactos da crise, são fundamentais, a exemplo da valorização do salário mínimo, da garantia da estabilidade no trabalho, nos setores público e privado; da suspensão de cobrança por serviços essenciais como de água, gás e luz, especialmente para pessoas e populações mais vulneráveis; do controle do aumento de preços de alimentos, medicamentos, material de limpeza e de higiene pessoal e outros que porventura sejam considerados essenciais para a sobrevivência e prevenção.

A agenda de direitos durante e pós Covid-19 requer a retomada de políticas públicas fundamentais em direitos humanos, descontinuadas pelo atual governo, como a promoção da reforma agrária e urbana; o restabelecimento da política de segurança alimentar e nutricional e das políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar; a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida; a efetiva demarcação de terras indígenas; os direitos de quilombolas e de povos tradicionais, com garantia de renda e acesso às demais políticas, especialmente saúde, considerando as diversidades culturais. É preciso, notadamente, retomar a implementação das políticas públicas para as mulheres; das políticas de igualdade racial; das políticas para pessoas com deficiências e pessoas idosas; das políticas para a população em situação de rua, para migrantes, refugiados e apátridas; das políticas para as infâncias e juventudes; das políticas para a população LGBTI; entre outras políticas que reduzem desigualdades e materializam direitos.

Em direitos humanos é fundamental, ainda, especialmente neste contexto, suspender o cumprimento de mandados de reintegração de posse, despejos e remoções determinadas em processos judiciais; adotar medidas de desencarceramento daqueles/as que estejam em condições de progressão de pena, bem como de cumprimento do princípio da excepcionalidade da medida socioeducativa privativa de liberdade.

Os planos de contingência para o enfrentamento do Covid-19 dependem, inevitavelmente, do reposicionamento do papel do Estado na garantia da soberania, na direção de um desenvolvimento econômico e social que garanta direitos humanos; de medidas urgentes que assegurem políticas de atendimento da população, com cuidado, proteção, promoção de autonomia e participação, o que requer a retomada da Seguridade Social pública, integrada com demais direitos e políticas sociais para a prestação de serviços e benefícios com qualidade e de modo universal. Significa, nesse sentido, a refundação do Estado, a superação da programática neoliberal, a adoção de medidas que interrompam as privatizações e transformem o privado em interesse público, a exemplo das disponibilidades das UTIs e demais recursos para o enfrentamento do Covid-19.

A agenda de direitos vocalizada pelos movimentos sociais supõe a construção de um projeto popular radicalmente democrático, o que conflita com o cenário atual. Este processo exige, sobretudo, a reconstrução do Estado Democrático de Direito, na direção de um Brasil efetivamente igualitário.

As ações e políticas em direitos humanos, durante e após o Covid-19, representam uma ampla agenda política, cujo desafio é interromper as medidas neoliberais e implementar políticas econômicas aliadas às políticas sociais, com centralidade dos direitos humanos na perspectiva da superação das desigualdades, com adoção de um modelo de desenvolvimento

ecologicamente sustentável, culturalmente diverso, com políticas que efetivamente superem as marcas e os efeitos atuais da colonização. Tal processo demanda a revisão dos padrões de sociabilidade e de proteção social, e exige a construção de novos laços de solidariedade, de convivência social, de afirmação de uma ética da coletividade, do interesse público, com defesa intransigente dos direitos humanos e da vida.

Considerações finais

O que se coloca como horizonte e processo, especialmente no cenário atual de enfrentamento ao Covid-19, é o fortalecimento de uma cultura dos direitos com valorização dos direitos humanos e das políticas públicas, o que depende de forte atuação de instituições defensoras de direitos e portadoras de futuro efetivamente democrático, na direção da radicalização da democracia, da efetivação dos direitos, com redução das desigualdades e das violações, respeito às diferenças e valorização das diversidades; com ampliação do papel de um sociedade civil com potencial de construir uma nova hegemonia.

A partir de uma visão contemporânea e decolonial, os direitos humanos podem ser compreendidos como processos sociais, políticos, econômicos e normativos que possibilitam tanto a abertura quanto a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana, orientados por projetos de sociedade e coletivos. Assim, a crítica aos efeitos do processo colonizador, da modernização conservadora e do avanço do conservadorismo nos marcos de um Estado racista e penal, particularmente diante da crise provocada pelo Covid-19, é parte fundamental de um de retomada das bases fundantes de um Estado Democrático de Direito, do pacto federativo, do projeto de Seguridade Social universal.

É preciso considerar que sob o paradigma da flexibilização dos direitos, da produção e do consumo, outras dinâmicas sociais são intensificadas, como o desprezo e a indiferença; o preconceito e a discriminação; a insegurança e o aprisionamento no *presentismo*; a disseminação de narrativas conservadoras e de valores regressivos que reforçam a violência, a opressão, naturalizam a desigualdade; a flagrante negação das alteridades, a anulação das diferenças e desvalorização social da diversidade. Ao mesmo tempo e neste cenário de crise tão adverso, novas possibilidades de sociabilidade são engendradas socialmente. É preciso identificar, potencializar, incidir, agir, tendo como horizonte uma nova cultura e sociedade, absolutamente humanizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARBALLIDO, Manuel Eugenio Gándara. Repensando los derechos humanos desde las luchas. *Revista De Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 15, n. 15, p. 41-52, janeiro/ junho de 2014. Disponível em: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/88>. Acesso em 20/09/2019.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A (re)invenção dos direitos humanos.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.* Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277. <http://www.sociologia.uff.br/wp-content/uploads2/2019/08/QUIJANO-An%C3%ADbal.-Colonialidade-do-poder-eurocentrismo-e-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>. Acesso em 15/04/2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica:* biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Direitos Humanos e Políticas Públicas: panorama e desafios. In: SILVEIRA, André B.; BONETI, Lindomar; SCHIO, Murillo A; BLEY, Regina B. (Orgs) *Educação em Direitos Humanos:* história, epistemologia e práticas pedagógicas. PG: Editora UEPG, 2019.

NEOLIBERALISMO EM TEMPO DE COVID-19

FERNANDO AUGUSTO MAINARDI MACHADO[98]

GAVIOTA KAROLINA TOBAR CASANOVA[99]

Resumo

O principal objetivo deste texto é fazer uma análise sobre a pandemia no cenário mundial, dado que o mundo está passando por um período de transição para uma nova maneira de viver ainda desconhecida, mas que de certa forma ela pode ser diferente do que estávamos acostumados. O principal problema abordado neste documento está relacionado às diversas crises que já existiam devido às políticas neoliberais e como elas estão se dinamizando pelo impacto da crise de Covid-19. Existe então o risco de que essa crise torne os direitos humanos mais flexíveis e prejudique a democracia na maioria dos países? Partimos da hipótese de que a crise que desencadeou o Covid-19 em grande parte do mundo traz à luz as fraquezas do sistema neoliberal e, com isso, a necessidade de encontrar uma alternativa viável, mais democrática e digna. Este texto também procura que os leitores tenham uma reflexão crítica sobre o momento que estamos vivendo, além de que ainda não possamos ter certeza das reais implicações que esse vírus pode trazer para nossas vidas e para nosso sistema econômico; isso então nos torna protagonistas, dadas as grandes possibilidades de contribuir para uma mudança necessária que nos permita avançar como sociedades, superando barreiras e limitações e construindo novos rumos para nossa sociedade.

A crise pandêmica desenrolada no final do ano de 2019, acentuou problemas já existentes na sociedade e trouxe à luz discussões dos mais diversos aspectos. Ancorados principalmente pelo medo na população mundial. Medo este, que mesmo dentro de pontos de vista distintos, coberto de uma cosmovisão individual e especifica, se representa do temor da perda de pessoas, vitimadas por um vírus desconhecido, ao medo de perder seus meios de sustento, sendo entregues a sorte no conhecido cenário famélico das crises da economia mundial.

---

[98] Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), graduado em Direito, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Advogado.

[99] Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Curso de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Graduada em Sociologia, pela Universidade de Nariño. San Juan de Pasto – Nariño, Colômbia. Socióloga

O mundo já estava passando por certas crises em suas esferas econômica, política e social; grandes mobilizações estavam se formando em vários países, exigindo dignidade, garantias de direitos, garantias trabalhistas, redução de impostos e responsabilidade política. Chile, França, EUA e na cidade de Tóquio no Japão, assim como outros países, manifestações estavam mobilizando milhões de pessoas diariamente, o que os governos locais não podiam controlar (a massa irada), quando de repente, o vírus se transformou num fantasma que ainda não conseguimos entender; nem mesmo neste período de informações velozes e à la carte, ele conseguiu esvaziar as ruas, lojas e locais públicos, contendo os saudáveis para que não fiquem doentes, ao melhor exemplo de o Ensaio sobre a Cegueira de Saramago.

Assim, nos deparamos com a demonstração de precariedade do sistema neoliberal, na ausência de estrutura, na garantia de qualidade de vida da população, na garantia dos direitos básicos que deveriam pautar qualquer Estado de Direito. A construção da falácia neoliberal se desmonta como um castelo de cartas, expondo cada vez mais sua matemática nefasta de controle e apropriação da vida humana.

É claro que essa sociedade líquida, onde tudo é resolvido ou descartado, não estava preparada para parar, parar por tempo indeterminado, mas determinada pelas características socioeconômicas de cada pessoa, característica que se torna importante porque a sobrevivência está em jogo, ou pelo acesso a alimentos ou por risco de contágio; e é aí que esse vírus silencioso não apenas conseguiu pausar nossas vidas, empregos e rotinas ocupadas, mas também conseguiu atrapalhar todas as esferas da sociedade, especialmente nos níveis econômico e político.

A contaminação pelo COVID-19 expôs a estrutura do sistema neoliberal e, contrariando a lógica com a qual o mercado sustentou a vida nestas ultimas décadas, de que esta racionalidade se colocaria como uma resposta aos problemas da modernidade, ela está nos levando a um cenário onde cada vez mais se verifica o enfraquecimento das instituições que protegem o indivíduo, em nome de fatores predominantes de fortalecimento desta própria racionalidade.

Essa pandemia conseguiu demonstrar que o vírus não discrimina, ataca igualmente ricos ou pobres, brancos ou negros, desempregados ou empresários, ataca exponencialmente e, dependendo da astúcia e interesse dos governos, é possível controlar o percentual de infecções e portanto, possível mortes. O que está claro é que aqueles que discriminam, como afirma Butler: "somos humanos, moldados como somos pelos poderes entrelaçados do

nacionalismo, racismo, xenofobia e capitalismo." (BUTLER, 2020, p. 62) e que sem dúvida, haverá comportamentos que serão reforçados nos países e que de fato, podemos ver exemplos claros em países como Estados Unidos ou Brasil, onde surgem correntes nacionalistas protestando a favor da economia e uma evidente rejeição aos riscos da pandemia e daqueles que defendem o isolamento em quarentena e preventivo, ou como os casos no México e no Chile, nos quais houve uma forte rejeição dos profissionais de saúde por medo de contágio.

Laval e Dardot, (2016), explica que o sistema neoliberal é formado de uma conexão de poderes, que se estruturam tanto em âmbito nacional quanto internacional, que conseguem elevar sua influência exercendo uma função política em todo mundo. Esta forma como o mundo passa a ser gerido, através de uma concorrência mecânica, leva a proposta do neoliberalismo para uma estruturação da subjetivação dos indivíduos. Acarretando nos efeitos que presenciamos hoje, em um aspecto de enfraquecimento dos espaços democráticos, que em algumas análises podem ser considerados como democracias de baixa intensidade ou como o autor mesmo trata, de “pós-democracia”. Desta forma, o resultado desse processo de egoísmo social como negação da solidariedade e da redistribuição, podem desencadear movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas.

Chomsy (1999), já alertava em suas obras, sobre a estruturação do mercado como forma de controle de democracias e sua baixa eficácia. A fragilidade das instituições democráticas fica a cada dia mais evidente, ao passo de que quanto mais a crise da pandemia se agrava, maior é a tentativa de governos na retirada de direitos da população.

No último mês, foi possível perceber que, diante do afastamento social como medida de prevenção para o atraso da doença, à presença de protestos espalhados em todo país, onde foi possível verificar que muitos empresários, que em outros momentos faziam frente a manifestações pedindo Estado Mínimo e redução da carga tributária, fizeram frente a solicitação de flexibilização das relações trabalhistas sob pretexto de garantir os postos de trabalho.

A economia no pré-crise que já se encontrava debilitada, revela uma estimativa de proporções gigantescas sobre o cenário de contração que será enfrentado em decorrência da pandemia. Dentro das perspectivas latino-americana a CEPAL apresentou relatório de estimativas (Relatório especial COVID-19 N^{0} 2, intitulado Dimensionar os efeitos da COVID-19 para pensar a reativação) onde foi realizado uma análise do impacto econômico na região, segundo o resultado, o cenário que já era desfavorável foi agravado, sendo

comparada a crise de 1929, quando ocorreu o crash da Bolsa de Valores de Nova Iorque (CEPAL, 2020).

Este fato se revela critico, sobre o ponto de vista da população atingida pelos reflexos da crise. É possível analisar, sobre a experiência de outras crises econômicas, que os efeitos catastróficos delas são cíclicos e acabam atravessando até mesmo gerações, mudando por completo rumos de sociedades inteiras. Muitos teóricos estão debruçados sobre análise de seus prognósticos da situação que está ocorrendo, mas dentro de todas essas vertentes um ponto específico de convergência é a mudança que ocorrerá no mundo no pós-contaminação.

O medo, portanto, desempenha um papel importante neste período de transição, mas, uma transição para o quê? Boaventura de Sousa Santos (2016), nos lembra que, a segunda década do século XXI está dominado de tal forma pela democracia de baixa intensidade que, pode ser facilmente confundida com antidemocrática e que vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas. Assim, é imprescindível que toda e qualquer mudança leve a um afastamento desta sociedade de ódio, individualista, estruturada pelo neoliberalismo.

Para uma nova maneira de ver a vida, de se relacionar e de controle social, obviamente. O medo é inevitável, pois enfrentamos um gigante desconhecido que aumenta vorazmente sua taxa de mortalidade, levando até o momento um percentual de 6,98% a aumentar à medida que as variações na chamada curva são apresentadas nos diferentes países de contágio, comparado com a taxa de 27,36% da população recuperada que, desde o início da pandemia, não excedeu esse número. Portanto, o medo desempenha um papel duplo, no qual a mídia é estrategicamente importante, pois, por um lado, gera essa ansiedade na população, o pânico coletivo e o medo como ferramenta de consumo. Enquanto, por outro lado, o medo é o melhor mecanismo para o controle da população, pois permite a redução das liberdades e torna possível a instalação de Estados de Exceção, se aproveitando do conceito de cuidado da população para se obter controle, como se fosse um panóptico Benthamiano invertido.

A manipulação da mídia contribui significativamente para a compreensão do controle e limitação das liberdades coletivas e individuais, como um sistema de proteção da população e que, por esse motivo, é facilmente aceito, uma vez que a necessidade de sobrevivência acompanha o ser humano desde o início de sua origem como espécie. Essas medidas, sem dúvida, variam de acordo com o território em que são aplicadas. Não podemos comparar os

impactos, das medidas e restrições de controle, em um país de "primeiro mundo" com os que podem ocorrer em um país de "terceiro mundo", porque os efeitos são obviamente diferentes, não apenas devido às características culturais dos países, mas também porque a romantização da quarentena pode ser um privilégio de classe, o que também destaca as grandes contradições de classe e com elas o acesso a alimentos, serviços básicos e, obviamente, acesso ao trabalho.

É claro que experimentaremos a maior recessão econômica dos últimos tempos, que afetará cada país de acordo com seu PIB, o aumento da dívida externa e a capacidade de circulação de capital. Podemos deixar o capitalismo para trás, no pior caso o neoliberalismo, e estabelecer um novo sistema socioeconômico? Estamos muito longe desse sonho. O capitalismo se apega à sobrevivência, especialmente as políticas dos governos neofascistas, que prestaram pouca atenção à pandemia e às repercussões que ela tem em seus países, já que salvar a economia é mais importante do que a vida das pessoas, especialmente se eles já são velhos. Certo?

São, por exemplo, os cargos do vice-governador do Texas, Dan Patrick, que no meio desta crise considera que existem coisas mais importantes que a vida, como salvar a economia e proteger o país para as gerações futuras. Essa ideia reforça o que Taro Aso, ex-ministro das Finanças do Japão, teria argumentado em 2013, que considera que os idosos geram muitos gastos públicos em seus cuidados, principalmente em cuidados médicos. Então, quem é mais voraz, o Covid-19 ou neoliberalismo?

> Lo que dije la última vez que estuve aquí [haciendo referencia a la entrevista realizada por Fox News el 23 de marzo del 2020] fue que había cosas más importantes que vivir. De que vale la pena salvar la economía y eso es salvar el país de mis hijos y de mis nietos, salvar este país para todos nosotros (...) No quiero morir, nadie quiere morir, pero tenemos que tomar riesgos para volver al juego y poner en marcha a este país (PATRICK, en Mundo LR, 2020, s.p.).

Os comportamentos desconcertantes para muitos são o resultado de uma cultura violenta, nacionalista e fascista, que vem se formando desde o início do plano condor, em toda a nossa região, para criar uma sociedade que rejeite tudo o que cheira a comunismo. E que coincidência, para muitos, o melhor argumento que se pode ter contra esse vírus é que ele veio da China e se espalhou por todo o mundo, atacando especialmente as potências mundiais

como uma espécie de guerra contra o capitalismo. Mas eles não poderiam estar mais errados, é graças ao fato de vivermos num mundo globalizado, justificado pelo hiperconsumo de cidadãos do mundo, que possibilitou este contágio em larga escala, transportando o vírus para as cidades mais importantes para a economia mundial.

O resultado produzido pela miséria, que será causada pelo efeito cumulativo da pandemia e das medidas tomadas pelos países, sobre a projeção de uma vertente neoliberal, pode ter um resultado desastro no desenvolvimento da sociedade. Agamben (2020), em uma análise, ressalta a possibilidade do risco de uma tirania ser formada a partir do medo de perder a vida e faz apontamentos pertinentes ao momento atual, no que trata da pandemia sobre o aspecto de que uma sociedade inteira se submeteu a interrupção de suas vidas sem maiores questionamentos, sem conflitos, para o autor é como se a praga já estivesse a muito instalada na sociedade precisando de um pequeno empurrão para se tornar intolerável e, que de certa forma pode ser o único fator positivo de toda essa crise, o fato de que futuramente as pessoas possam se questionar se o modo como viviam era certo.

> Perché non ci sono state, come pure era possibile immaginare e come di solito avviene in questi casi, proteste e opposizioni? L'ipotesi che vorrei suggerire è che in qualche modo, sia pure inconsapevolmente, la peste c'era già, che, evidentemente, le condizioni di vita della gente erano diventate tali, che è bastato un segno improvviso perché esse apparissero per quello che erano – cioè intollerabili, come una peste appunto. (AGAMBEN, 2020).

Como os países latino-americanos respondem à crise? Como eles poderiam garantir os direitos civis, especialmente para as populações mais vulneráveis? A crise provocada pelo Covid-19 agrava ainda mais as diferenças e desigualdades sociais em nossos países. A dependência econômica que se tem nos países do primeiro mundo nos sujeita mais a seus interesses econômicos, políticos e militares, especialmente os interesses dos Estados Unidos, que estão sendo atualmente os mais afetados pela queda nos preços do petróleo, da bolsa e da credibilidade do seu estado democrático. Mas nós como região, temos a possibilidade de criar uma carta, que usada estrategicamente nos permitiria reagir como um grande bloco e posicionar nossos países como potências agrícolas e de exportação de petróleo bruto. Assim, permitindo recuperar tudo o que temos perdido em termos de independência, soberania e espaço no mundo. Nós estamos preparados para isso? Pensar nessa possibilidade é ser

comunista? Na verdade, não, mas esse momento aqui pode ser decisivo para nossos territórios, no fim, o que nos traz o futuro próximo depende do comportamento dos nossos governantes e do nível de reflexão da população em geral, sobre esse momento que vivemos.

Zizek (2020), expõe igualmente preocupação em sua análise sobre a situação atual, afirmando que a pandemia revelou o que ele define como "vírus ideológicos" que estavam latentes na sociedade como notícias falsas, teorias conspiratórias, ações de racismo. Onde a necessidade mais fundamentada se encontra em estabelecer limites identitários, onde o isolamento deve ser feito contra os inimigos que ameaçam nossa identidade. O autor salienta ainda que existe neste cenário de catástrofe um potencial muito importante para o desenvolvimento social, e aqui não se trata de um prazer sádico em se satisfazer com a sofrimento generalizado, mas sim perceber a oportunidade transformadora que este momento oferece, refletir sobre essa catástrofe e repensar se essa é realmente a sociedade que queremos viver.

As reflexões de Zizek e Aganben, demostram com clareza a preocupação com os riscos dos efeitos que a crise da pandemia do COVID-19 vai nos trazer, mas sobretudo, em um meio de incertezas e do desespero que esta oferece, serve também como motivação a levantar forças e buscar construir a sociedade que queremos. E que para que isso seja possível, se torna necessário como lembra Laval e Dardot (2016), superar a racionalidade neoliberal e construir novas propostas urgentes, que demonstrem a falácia neoliberal como a única proposta possível de desenvolvimento. E que seja possível agir no presente, para que no futuro não tenhamos apenas mais memoriais para lembrar das vidas humanas perdidas nas crises da humanidade, mas que possamos viver em uma sociedade lastreada em dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Contagio. **Sopa de Wuhan**. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. **La invención de una epidemia**. **Sopa de Wuhan**. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

AGAMBEN, Giorgio. RIFLESSIONI SULLA PESTE. Quodlibet, 2020.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. **Sopa de Wuhan**. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global**. Tradução: Pedro Jorgensen Jr–. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 101, 2002.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación.** Santiago, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45445/S2000286_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y

DE SAN VICENTE, Iñaki Gil. **El COVID-19 y la cuestión del poder.** disponvel em: https://blogs.publico.es/vicenc-navarro/2020/03/17/las-consecuencias-del-neoliberalismo-en-la-pandemia-actual/

DE VERGARA OLMOS, Ekaitz Ruiz. **Filosofía de las pandemias & Pandemias de la filosofía**. 2020.

JACOBS, Didier; LAWSON, Max. Dignity Not Destitution: An '**Economic Rescue Plan For All'to tackle the Coronavirus crisis and rebuild a more equal world**. 2020.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINTO, Simone Rodrigues. O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu . **Soc. estado.**, Brasília , v. 27, n. 2, p. 337-359, Aug. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102699220120002000007&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Apr. 2020. https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200007.

PRECIADO, Paul. Aprendiendo del vírus. Sopa de Wuhan. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

RODRIGUES, João. Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra , n. spe2018, p. 189-216, nov. 2018 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352018000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 abr. 2020. http://dx.doi.org/10.4000/rccs.7834.

SANTOS, Boaventura De Sousa. **A difícil democracia.** São Paulo: Boitempo, 2016.

ŽIŽEK, Slavoj Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinvención del comunismo. **Sopa de Wuhan**. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Virus. Catastrofe e solidarietà.** Editora Ponte alle Grazie, Milão, 2020

AS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS DO CAPITALISMO
E A PANDEMIA DE 2020

MARCIO WOLHERS[100]

1 Antecedentes - A época de ouro do capitalismo

Ao antever o final da Segunda Guerra Mundial, cerca 700 delegados pertencentes a 44 países reuniram-se nos Estados Unidos (em 1944) para criar novas instituições destinadas a impulsionar a dinâmica capitalista no pós-guerra. Essas instituições ficaram conhecidas como o Sistema de Breton Woods, sendo criados o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), mais tarde (em 1995) transformado na Organização Geral do Comércio (OMC).

Além disso, diferentes instrumentos foram utilizados, particularmente os de origem keynesiana, como os gastos do governo ou estímulos fiscais, a queda da taxa de juros (EUA e Inglaterra) e, ainda, o Plano Marshall, que transferiu 14 bilhões de dólares (cotação da época) dos Estados Unidos para os países aliados europeus reativarem suas economias. A tabela 1, abaixo, ilustra os altos índices de crescimento do PIB em diferentes países, particularmente no Japão (9,2) e na Alemanha (6,0), configurando a denominada "época de ouro do capitalismo".

Tabela 1: Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (por período em %)

Países/Período	1950-1973	1973-1986	1990-1998
EUA	3,9	2,5	2,5
Grã-Bretanha	3,0	1,4	1,9
Alemanha	6,0	1,9	2,4
França	5,2	3,2	1,7
Itália	5,6	2,3	1,3
Japão	9,2	3,7	1,1

Fonte: Maddisson (1989); OCDE (para 1990-1998). Apud: MATTOS (2005)

[100] Engenheiro elétrico (USP); Mestre em Ciências Econômicas (Unicamp); Doutor em Ciência Econômicas (Unicamp); Livre Docente (Unicamp). Professor MS 5.1 da Unicamp. Experiência na área Econômica, com ênfase em Economia Industrial, atuando principalmente com o tema: Economia das Telecomunicações e da Internet.

Podemos ver na mesma tabela, após 1973, a deterioração das taxas de crescimento marcando o fim época de ouro. Dentre vários fatores que podem ter contribuído para esse movimento descendente, destaca-se o choque dos preços do petróleo no início da década de 1970. Diante do embargo às exportações de petróleo para países que apoiavam Israel, realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a produção foi reduzida em 4,4 milhões de barris ao dia entre setembro e novembro de 1973. Em janeiro de 1974, o preço do petróleo havia efetivamente dobrado. O PIB dos EUA entre 1973 e 1975 caiu 0,8% (Mohan, 2015).

No Brasil não houve um período de Golden Age do capitalismo, apesar da robustez de suas taxas de crescimento, particularmente entre 1950 e 1960 (vide tabela 2). Vale ressaltar que, entre 1930 a 1980, o Brasil constituiu uma economia e sociedade modernas, com base urbana e industrial, deixando para trás seu passado agrário, baseado em exportações primárias que predominaram até as primeiras décadas do século passado. Nessa transição, sob instituições republicanas, ainda que dificilmente democráticas, o país seguiu um caminho semelhante ao de muitas nações latino americanas, destacando-se entre os que mais avançaram no processo de industrialização, caso do México, Argentina, Chile e Uruguai. Essa conquista parece maior quando se consideram algumas características, entre as quais as dimensões continentais do país, a fragmentação espacial de sua antiga economia agroexportadora e a diversidade de sua população.

Tabela 2: Taxas de crescimento em anos selecionados

Ano	PIB (%)	PIB PER CAPITA (%)	INDÚSTRIA (%)	AGRICUTURA (%)	TAXA DE INFLAÇÃO (%)
1950	6,5	4,0	11,3	1,5	11,2
1953	2,5	-0,5	8,7	0,2	15,3
1955	6,9	3,7	9,9	7,7	16,3
1958	7,7	4,6	16,2	2,0	11,1
1960	9,7	6,6	9,6	4,9	26,3

Fonte: Ioris e Ioris (2013)

A modernização econômica, sustentada por um forte aumento do emprego urbano, traduziu-se em avanços sociais importantes, porém modestos se comparados a processos

similares no Uruguai, Argentina, Chile e México em muitos aspectos. A redução do nível de pobreza foi significativa e constante até a década de 1980, mas permaneceu em alta desde então. O período (1930-1980) apresentou melhorias persistentes e estáveis nos indicadores sociais gerais e melhor acesso aos serviços sociais básicos. Entretanto, o crescimento e a modernização ocorreram de forma contraditória, parcial e desequilibrada, tanto em seus movimentos quanto em seus resultados.

Nessa trajetória, houve boa oportunidade de se avançar a política econômica no Brasil. Com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, o processo de industrialização brasileiro aprofunda os projetos estatais. Getúlio já havia estruturado a Companhia Siderúrgica Nacional, entre os anos de 1942 e 1947, para fornecer insumos básicos, principalmente metais, ao sistema produtivo industrial.Estabelecera também a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Fábrica Nacional de Motores (1939), que inicialmente fabricava motores de aviões e, posteriormente, motores para automóveis e caminhões. Em 1952, criou o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE), por meio da Lei nº 1.628.

Em outubro de 1953, Vargas sancionou a Lei nº 2004, dispondo sobre a política nacional do petróleo, definindo as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e criando a estratégica empresa Petrobras. Maiores detalhes sobre a industrialização brasileira, consultar Tavares (1973).

2 Desregulamentação financeira Reagan e Thatcher

A desregulamentação financeira é o processo de eliminação de restrições e travas legais à atividade financeira, caracterizando o processo de alteração da regulamentação estrutural do sistema bancário.

Em maio de 1979, Margareth Thatcher foi eleita na Grã-Bretanha com a firme obrigação de reformar a economia, em particular adotar soluções monetaristas "do lado da oferta", abandonando o keynesianismo. Dessa maneira, pretendia retomar a economia inglesa de modo a solucionar a estagflação que marcara a economia britânica naquela década.

A economia "do lado da oferta" foi também uma marca do governo Ronald Reagan (1981-1989), que desmontou progressivamente as bases do que fora a política econômica e a regulação financeira desde os anos Roosevelt. Contudo, contraditoriamente ao discurso liberalizante em prol da livre iniciativa, o governo Reagan promoveu substancial elevação do déficit público nos EUA, puxado em especial pelo gasto militar.

A desregulamentação financeira promovida por Reagan e Thatcher levaram à eliminação da autonomia das políticas econômicas, particularmente nos países da América Latina. A visão de supremacia do mercado e o declínio da intervenção do estado deram origem às políticas neoliberais. Na América Latina, o modelo se destacou no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), e no Brasil - os exemplos mais marcantes foram os dos governos Fernando Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

3 A pandemia de 2020 - Impacto da COVID no mundo trabalho

Diante do insucesso das taxas de crescimento econômico no mundo ocidental desde a crise econômico-financeira de 2008, o impacto da COVID no mundo do trabalho é avassalador.

Recessão econômica mundial e redução dos postos de trabalho são as principais consequências atualmente observadas nessa esfera. É o que demonstra o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia da UNICAMP, no recente estudo "*Emprego, Trabalho e Renda para Garantir o Direito à Vida*".

O texto traz um resumo das condições precárias do trabalho no Brasil (págs. 6 e 7):

● No Brasil, 16,7 milhões de domicílios vivem com até dois salários mínimos. São milhões de pessoas que transitam entre desemprego aberto e oculto e trabalhos com horas insuficientes, por conta própria ou informais. Esse cenário se aprofunda quando se combinam dimensões como: gênero, raça, faixa etária e regiões;

● Em 2019, a população na força de trabalho somava 106,2 milhões, sendo que 11,6 milhões se encontravam sem ocupação (desemprego aberto) e outros 4,6 milhões tinham desistido de procurar trabalho (desemprego por desalento), o que totaliza 16,2 milhões de pessoas (dados do quarto trimestre de 2019 da PNAD - Continua);

● Do total de pessoas inseridas no mercado de trabalho, 29% recebiam até 1 salário mínimo. Lembrando que quem contribui para o sistema de seguridade com valor inferior a 1 salário mínimo (9,5% ou 8,7 milhões de pessoas recebiam até ½ salário mínimo) não tem o período computado para efeitos previdenciários e do seguro desemprego;

● Se considerarmos o trabalho por conta própria temos um total de 24,5 milhões de pessoas. Destes, aproximadamente 80% não contribuem para a Previdência Social e desempenham atividades bastante precárias. Encontra-se também grande contingente pessoas

com emprego privado sem carteira de trabalho assinada (11,8 milhões), com emprego no setor público sem registro (2,5 milhões) e com emprego doméstico sem registro (4,6 milhões). Tem-se, dessa forma, um total de 43,5 milhões de pessoas desprotegidas;

● Soma-se a isso os 6,8 milhões de subocupados, aqueles que trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, que gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas e que estão disponíveis para trabalhar mais horas. Em torno de 25,5% tinham jornada de até 14 horas semanais e, do total, 74% recebia até 1 salário mínimo. Sendo que entre as mulheres negras o percentual alcança 84,2%, indicando uma situação de não contribuição previdenciária;

● O país possui 26,1 milhões de trabalhadores subutilizados. No quarto trimestre de 2019, a taxa de subutilização da força de trabalho era de 23%. Entretanto, quando se analisam os dados por sexo e raça se identifica a prevalência das mulheres negras (33,2%), seguidas pelos homens negros (22,3%) e as mulheres brancas (20,7%), a menor taxa entre os homens brancos (14,2%). Quando se olha para os estados do Nordeste os números são ainda mais desfavoráveis aos trabalhadores(as);

● Entre as ocupações por conta própria se sobressaem aquelas que, diante da crise, expõe ainda mais a vulnerabilidade de trabalhadores, como: comerciantes de lojas; pedreiros; vendedores a domicílio; condutores de automóveis; motoristas de táxi; cabeleireiros; especialistas em beleza. São ocupações caracterizadas pelos serviços pessoais e as primeiras afetadas pelo afastamento social, destas 43,3% realizavam a atividade em local designado pelo empregador e 24,0% em veículo automotor e via pública. De todas as faixas de renda média mensal, a maior concentração de pessoas por conta própria se encontra no grupo de até dois salários mínimos. Além disso, as medidas de crédito anunciadas pelo governo contemplam apenas empresas com faturamento superior a R$ 360 mil o que exclui a maioria das micro e pequenas e a totalidade dos microempreendedores individuais cujo faturamento anual não pode exceder R$ 81 mil.6

● A situação pode assumir contornos dramáticos para as micro e pequenas empresas. Do total de 3,8 milhões em 2018 (dados da RAIS), 83,6% concentra até 9 empregados. Além disso, 47,7% dos trabalhadores formais se encontram em empresas de até 99 empregados. Contudo, quando incluídos os Micro Empreendedores Individuais (MEIs) fica-se com mais 9,4 milhões, segundo dados do Portal do Empreendedor, no final de 2019.

Os estímulos econômicos apresentados pelo governo são altamente insuficientes. No que se refere ao BNDES foram anunciadas quatro medidas

1) No dia 22 de março de 2020, o presidente Gustavo Montezano anunciou um primeiro conjunto de medidas, de caráter transversal, envolvendo a preocupação com a sustentação da liquidez e solvência das empresas, o direcionamento de recursos para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) – que tendem a ser mais afetadas pela crise – e a mitigação da queda do poder de compra dos trabalhadores e consequente estímulo ao consumo. O valor do apoio dessas medidas compôs um montante de R$ 55 bilhões. Em primeiro lugar, foram transferidos R$ 20 bilhões do Fundo PIS-Pasep para o FGTS, permitindo assim aumentar a capacidade de gasto dos trabalhadores e o consumo das famílias.

2) Uma segunda medida do BNDES envolveu a suspensão, pelo período de seis meses, do pagamento de juros e amortizações referente tanto a operações diretas (totalizando R$ 19 bilhões) quanto indiretas (no total de R$ 11 bilhões). Essas medidas são essenciais para dar mais fôlego financeiro às firmas, evitando, portanto, maior disrupção das atividades e preservando empregos.

3) Em terceiro lugar, houve uma ampliação da oferta de crédito para as MPMEs no montante de R$ 5 bilhões. Os empréstimos nessa modalidade terão 24 meses de carência e prazo total de 60 meses, com um limite por cliente de R$ 70 milhões. Uma característica importante desses aportes é que as firmas não precisam especificar a destinação dos recursos, ou seja, o crédito pode ser empregado para capital de giro, tão necessário para a sobrevivência dessas empresas, que são importantes geradoras de emprego.

4) Uma linha de R$ 2 bilhões foi disponibilizada na forma de apoio direto para financiar a ampliação de leitos emergenciais de UTI e a produção ou comercialização de produtos médico-hospitalares, como respiradores, máscaras e monitores. A expectativa é de que possam ser financiados até 3 mil novos leitos de UTI, um adicional de 10% à disponibilidade atual, 15 mil ventiladores (50% das necessidades do SUS nos próximos três meses), 5 mil monitores (20% das necessidades do SUS nos próximos quatro meses) e 80 milhões de máscaras cirúrgicas (33% das necessidades do SUS nos próximos quatro meses).

A economista Monica De Bolle, em sua entrevista ao Jornal EL Pais (01/01:2020), intitulada "Hoje, dane-se o Estado mínimo, é preciso gastar e errar pelo lado do excesso" afirma que o auxílio emergencial de R$ 600 por mês (por três meses) para amparar os

trabalhadores que perderam renda com a crise da pandemia do coronavírus é absolutamente insuficiente e que agora "este momento é de emitir dívida"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Marglin, Stephen A; Schor, Juliet The Golden age of capitalism : reinterpreting the postwar experience () Clarendon Press ; New York : Oxford University Press (1990)

Lipietz, A. Glyn, A. Hughes, and A. Singh (1988). The Rise and Fall of the Golden Age. Paper produced for the World Institute for Development Economics Research of United Nation Economic University.

MADDISON, A. (1989) The World Economy in the 20th Century. Paris: OCDE

IORIS, R. e IORIS, A. (2013). Assessing development and the idea of development in the 1950s in Brazil. In: Brazilian Journal of Political Economy, vol. 33, nº 3 (132), pp. 411-426, July-September/2013

FERNANDO AUGUSTO MANSOR DE MATTOS (2005). Elementos Explicativos da Expansão Econômica Virtuosa dos Anos Dourados (1945-1973) *,** Revista de Economia Política, vol. 25, nº 1 (97), pp. 29-52, janeiro-março/2005

Deepanshu Mohan (2015) THE MACROECONOMICS OF "OIL PRICES" AND "ECONOMIC SHOCKS": LESSONS FROM THE 1970S. IN: Risk governance & control: financial markets & institutions / Volume 5, Issue 4, 2015

TAVARES, M. C. (1973). Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In: Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar Editores, Rio de Janeiro

CAPITALISMO E A COVID – 19

CASEMIRO DOS REIS JÚNIOR[101]

A primeira e mais importante coisa que é preciso desmistificar nesta terrível crise da COVID – 19, que vem assolando a humanidade, é de que ela seja fruto de hábitos alimentares supostamente heterodoxos de determinados povos, tribos ou países. A ciência acumula suficientes evidencias que o universo se originou de uma gigantesca explosão há cerca de 14 bilhões de anos, gerando uma infinidade de galáxias, sistemas, estrelas, planetas e milhares de corpos celestes e fragmentos espaciais, estando esse mesmo universo, pelo menos até hoje, em constante expansão. Desenvolvida ao longo do século XX, a principal corrente de estudos quanto à origem do universo recebeu o nome de Teoria da Grande Explosão, em inglês a Big Bang Theory. Essa mesma ciência só encontrou, de modo efetivo e até o momento, evidencias concretas da existência de vida no terceiro menor planeta do pequeno Sistema Solar, o minúsculo Planeta Terra. Estima-se que a vida surgiu na Terra há cerca de 4 bilhões de anos e evoluiu as mais diferentes formas de se manifestar e desenvolver sempre constituindo cadeias alimentares equilibradas e biologicamente objetiva. Com exceção de acidentes externos, como na teoria do meteoro de 14km de diâmetro que atingiu península de Yucatán, no México e cujo impacto abriu uma cratera de 180km de diametro e foi responsável pela extinção dos dinossauros, a ciência nunca acumulou evidencias a sugerir que ,ao longo desses bilhões de anos, desde o surgimento da vida na Terra, a ação isolada de algum membro ou grupo da cadeia alimentar causou ameaça real a existência ou muito menos a extinção de qualquer espécie por predação direta, indireta ou por dano ambiental.

Há cerca de 350 mil anos, surge no leste da África o Homo Sapiens (Homem Sábio). Para sobreviver a um extremamente hostil o Homo Sapiens levou cerca de 300 mil anos para adquirir o comportamento moderno. Nesse período se alimentou de todos os tipos de seres possíveis, imagináveis e até inimagináveis. Para atingir o topo da pirâmide alimentar e dominar completamente o planeta, se adaptou a climas extremos, privações terríveis e adversidades de toda ordem.

A extensão das devastações ambientais que o capitalismo vem causando ao planeta nos Séculos XIX, XX e XXI é proporcional às diversas pandemias de que a humanidade tem sido vítima, ao custo de milhões de vidas. Essa devastação ambiental destrói várias cadeias alimentares e faz recair sobre a humanidade muitas doenças infecto contagiosas como a

---

[101] - Médico formado pela UNICAMP
- Especialização em Ginecologia e Obstetrícia pelo CAISM-UNICAMP
- Título de Atuação em Ultrassonografia pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO
- Especialização em Administração Hospitalar e Saúde pela FGV
- Especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo CESIT do Instituto de Econômica da UNICAMP
- Presidente da Federação Médica Brasileira

Covid – 19. Foi assim com a Febre Amarela, com o Ebola, com a Malária, com o HIV, com a Gripe Aviária, com a Gripe Suína, dentre outras mais que certamente mais estão por vir.

A diferença entre a pandemia atual e as que as antecederam é velocidade de contágio e a consequente letalidade da Covid – 19. O período médio de incubação do vírus dura de 5 a 6 dias e a transmissão geralmente se inicia de 24 a 48 horas após o aparecimento dos primeiros sintomas. Porém, um trabalho publicado por médicos chineses em 15/04/2020 na Revista Nature Medicine (Temporal dynamics in viral shedding and transmissibility of COVID-19) sugere que metade das transmissões podem ocorrer de dois a três dias antes do início dos sintomas, quando a pessoa infectada ainda não sabe que está doente, sendo o ápice da transmissão na véspera do aparecimento dos primeiros sintomas. Um indivíduo infectado pode gerar de 2 a 3 infecções secundárias. Por isso, os cientistas recomendam que as pessoas aparentemente saudáveis também cumpram as medidas de isolamento e distanciamento social. A pandemia de Covid – 19 tem avançado rapidamente e gerado o caos por onde passa, com graves consequências humanitárias e econômicas para todo o mundo. Apesar de haver indicativos de que, no médio e longo prazo irá matar muito mais os negros, os pobres e os desfavorecidos, cujo o direito de acesso a saúde bem se sabe que é recorrentemente desrespeitado, também mata os do andar de cima. Mesmo quando não mata, cobra um preço caro para o neoliberalismo, que faz pouco caso da saúde pública e, no Brasil, só tem o surrado SUS. Se a COVID – 19 matasse só pobre e "classe média" seria retratada apenas como mais um dos inúmeros dramas diários na mídia e do triste cotidiano das família das vítimas. Mas matou até banqueiro, como o presidente do Santander em Portugal e um dos ex presidentes do Real Madrid. Um vírus que mata preferencialmente idosos e principalmente idosos com comorbidades. O que isso significa num mundo em que ser idoso é um privilégio? E conseguir, com comorbidade, ser idoso é muito mais privilégio ainda? Significa que o algoz depende de sua vitima. Depois de desfinanciar e sucatear sua infraestrutura e equipamentos, de desrespeitar, desdenhar, achincalhar e desvalorizar os servidores públicos de saúde e o controle social, hoje tão mundialmente reconhecidos e admirados pelas sociedades, se veem totalmente SUS dependentes. O SUS que teve 25 Bilhões de Reais subtraídos pela Emenda Constitucional 95, aquela sem a qual o país acabaria e que hoje precisa desconsiderá-la para poder sobreviver.

O trabalho move, acumula e faz crescer o capital e o capital usa esse poder para explora o trabalho na mesma proporção em que degrada o meio ambiente para acumular mais capital. As consequências, para os donos do capital, são meros efeitos colaterais. A devastação ambiental, que leva a destruição de cadeias alimentares, limitando a biodiversidade do planeta, que geram as pandemias capitalistas e colocam a sobrevivência da humanidade ou a perpetuação da espécie para os mais ortodoxos em risco, são apenas efeitos colaterais. O Planeta Terra se comporta como um grande organismo vivo e sofre as consequências de toda essa devastação, como um ser vivo com febre (elevação da temperatura pelo efeito estufa), tem na COVID - 19 o comportamento similar ao de um anticorpo que combate a ação viral humana. Afinal o vírus cercou, isolou e conteve a ação viral dos homens e rapidamente vê a febre ceder com a queda da temperatura global gerada pela diminuição da atividade humana. A desaceleração econômica provocada pela pandemia deve ter um impacto bem maior do que a recessão global de 2008 nas emissões de gazes do

efeito estufa. Ou seja, teremos uma queda absoluta nas emissões globais de carbono em 2020 que talvez se estenda até 2021ou 2022. As mudanças climáticas continuam e continuarão sendo um problema grave enfrentado pela humanidade. Surge aí uma grande oportunidade para revermos as nossas ações e as consequências dessas ações sobre o Planeta, uma grande oportunidade pra a construção de uma nova ordem econômica mundial. Urge um novo modelo de desenvolvimento econômico e de organização da sociedade. O neoliberalismo escancara toda a fragilidade e insustentabilidade do capitalismo.

O confinamento de algumas poucas semanas esgota o modelo e limita profundamente os recursos acumulados e nos leva a literalmente ter que vender o almoço para tentar garantir o jantar. Contextualizada a problemática da COVID – 19, temos que enfrenta-la e esse é um desafio de todos nós. A gravidade, por sua velocidade de propagação e disseminação, não tem precedentes na história da humanidade e requer um esforço coletivo e concentrado (Gráfico 1).

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS) em 04/22/2020

Por ser um vírus novo não temos imunidade adquirida, não conhecemos com precisão o seu comportamento biológico, não dispomos nem disporemos, no curto prazo, de vacina ou de algum remédio que efetivamente possa mata-lo. Tudo isso aliado é responsável pela sua alta taxa de letalidade. Além desses aspectos a COVID – 19 apresenta um grande número de portadores assintomáticos e de quadros leves que se confundem facilmente com um simples resfriados, além de um número muito expressivo de casos graves não necessariamente letais, mas que por circunstancias podem se tornar letais. Que circunstancias são essas? Aquelas em que há uma enorme sobrecarga do sistema de saúde e ele, que poderia dar conta de 98% a 99% dos casos graves num prazo de 3 a 4 meses não consegue dar conta de mais de 75% a 80 % desses casos graves em 30 ou 45 dias. Países por todo o Planeta estão, por orientação da Organização Mundial da Saúde, tomando medidas para achatar a curva e tentar controlar a

velocidade de progressão da pandemia de Covid – 19 numa tentativa de evitar o colapso dos sistemas de saúde e assim procurar reduzir a mortalidade causada pelo vírus. A extensão e duração das estratégias de aliviamento e supressão implementadas incluem até o lockdown total da população em muitos países e irão determinar a duração e a profundidade do impacto econômico resultante. O confinamento e o distanciamento social parecem ter ajudado a retardar a disseminação do novo coronavírus de pessoa para pessoa em Seattle, uma das cidades mais afetadas pela pandemia nos Estados Unidos, segundo um estudo preliminar.

O Instituto de Análises de Doenças (IDM) analisou os números oficiais nas áreas mais afetadas pela COVID - 19 no estado de Washington (noroeste), além de dados anônimos das redes sociais para calcular o impacto do bloqueio. Washington, onde o primeiro caso nos Estados Unidos foi confirmado, proibiu aglomerações e fechou escolas no início de março. Dados da saúde pública, incluindo casos positivos e negativos, bem como mortes pelo vírus, parecem indicar que a epidemia diminuiu desde que as medidas entraram em vigor. A taxa de propagação da doença - o número de pessoas infectadas por um único paciente em média - caiu quase pela metade, de 2,7 no final de fevereiro para 1,4 em 18 de março.

A taxa de propagação deve ser menor que 1 para a pandemia ser considerada sob controle, disseram os autores. Os dados de localização das redes sociais, por sua vez, mostraram um declínio persistente na mobilidade e fortes evidências de que as pessoas ficaram em casa. O relatório demonstra o efeito positivo do confinamento e distanciamento social além de outras medidas adotadas, embora ainda haja um número significativo de casos e mortes.

A ameaça de um novo foco que pode sobrecarregar nosso sistema de saúde permanece latente e continuará a existir se baixarmos a guarda muito cedo conclui o relatório. A ordem de permanência em casa imposta pelo Estado foi "oportuna e necessária", mas deve ser mantida porque "é necessário mais progresso", apontou o relatório, esclarecendo que o modelo se baseava ainda em uma pequena quantidade de dados e continha considerável incerteza. Fonte:https://komonews.com/news/coronavirus/study-precarious-progress-being-made-in-king-county-to-stop-covid-19-spread

A Pandemia chega num momento de grande hegemonia da Teoria do Estado Mínimo do neoliberalismo, que nas últimas décadas vem promovendo um violento e acelerado desmonte do Estado de Bem Estar Social (EBES) construído a duras penas pela humanidade, principalmente na Europa e nos EUA no período pós segunda grande guerra mundial e em alguns países da América Latina no começo dos anos 2.000. Não é coincidência que depois da China, o primeiro epicentro da Pandemia, a Itália, a Espanha, a França, os EUA e o Reino Unido se tornam respectivamente os novos epicentros da Pandemia da COVID – 19.

Todos os países do chamado capitalismo central. Com exceção da Alemanha, que foi o país que mais preservou seu EBES esses países apresentam números alarmantes de novos casos e assustadores de mortalidade, colocando seus sistemas de saúde em completo colapso e paralisando completamente suas economias. (Tabela 1)

Casos

Local	Confirmados	Casos a cada um milhão de pessoas	Casos recuperados	Mortes
Global	**2.628.894**	**338,09**	**709.050**	**182.992**
Estados Unidos	851.789	2.584,65	77.184	47.684
Espanha	208.389	4.424,36	85.915	21.717
Itália	187.327	3.109,5	51.600	24.648
Alemanha	150.648	1.811,78	91.612	5.315
Reino Unido	133.495	2.009,39	—	18.100
França	119.151	1.776,36	40.657	21.340

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS) em 04/22/2020

Esse colapso, além de diminuir a capacidade de reversão dos casos mais graves, ainda impede que as outras pessoas portadoras de patologias graves diversas tenham acesso ao sistema de saúde. Exemplo disso é o aumento em 8 vezes da mortalidade por infarto do miocárdio na cidade de Nova Iorque nas últimas semanas.

Tudo aponta para a América Latina e a África como os principais territórios de expansão da COVID - 19 nos próximos meses. O Equador já agoniza com altíssimos índices de desassistências e de mortalidade e no Brasil, no Peru e no Chile a Pandemia avança na mesma velocidade que avançou na Europa. Há no Brasil o agravante de a COVID – 19 contar com um irresponsável aliado de primeira hora, que é o atual Presidente da Republica, o Sr Jair Messias Bolsonaro. Negacionista, não compreende ou não se importa com a gravidade dessa pandemia e com suas ações coloca a população brasileira a beira de uma calamidade humanitária. Parte de seus seguidores, como seguimentos da comunidade evangélica e do empresariado minimizam a gravidade da pandemia e fazem campanhas sistemáticas pelo fim do isolamento social, contrariando as orientações de epidemiologistas e da Organização Mundial da Saúde.

Segundo a OMS, o primeiro contágio da covid-19 ocorreu em Wuhan, capital da província de Hubei na China no dia 8 de dezembro de 2019, a OMS foi alertada sobre a COVID – 19 pelo governo Chinês no dia 31/12 2019 e em 11 de janeiro de 2020 foi anunciada a primeira morte em Wuhan. Dez dias depois, foi confirmado que a pneumonia poderia ser transmitida entre humanos. (Gráfico 2)

Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS) em 04/22/2020

O primeiro caso de Covid 19 foi diagnosticado no Brasil no dia 26/02/2020, portanto 57 dias após o alerta dado pela China à OMS, ou 46 dias após a confirmação da transmissão da doença entre humanos. Ela já havia atravessado o mundo. Nesse período todo o governo federal não se preparou para o enfrentamento da Pandemia. Com a experiência acumulada com surgimento da H1N1, popularmente conhecida como gripe suína, ocorrida em 2009, era mais do que previsível a rápida chegada da COVID - 19 em território brasileiro. O primeiro óbito foi contabilizado no dia 17/03/2020 na cidade de São Paulo, dia em que o Brasil atingia 290 contaminados confirmados, apenas um dia depois dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo terem adotado as primeiras restrições de serviços e de circulação de pessoas para tentar conter a pandemia da COVID-19. Nosso despreparo é gritante, temos um número muito reduzido de testes realizados o que certamente tem gerado uma grande subnotificação, tanto de casos como da mortalidade. Além disso a falta de testagem dificulta sobremaneira a adoção de ações de bloqueio territorial e de planejamento de locação de equipamentos, materiais, medicamentos e de recursos humanos. O sistema de saúde, além de sobrecarregado caminha às escuras com perda de um tempo precioso e irrecuperável. A falta de responsabilidade e planejamento do governo federal já atinge de maneira muito grave os próprios profissionais de saúde. Sem nenhum treinamento prévio, e também sem poder contar com a quantidade e a qualidade necessária de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIS) esses profissionais, que estão na linha de frente do enfrentamento da pandemia, se tornam vitimas fáceis do vírus e desfalcam mais ainda as já incompletas equipes de saúde envolvidas, gerando assim um agravamento da desassistência. Segundo levantamento junto as secretarias estaduais e municipais de saúde mais de 8.000 profissionais de saúde estão afastados do trabalho em plena pandemia. Esses profissionais foram afastados de suas funções por apresentarem sintomas da doença ou por comporem algum grupo de risco. O número real de profissionais afastados certamente é muito maior pois segundo o Ministério da Saúde o mesmo não teve acesso aos registros de alguns estados como São Paulo, que é o epicentro da doença no país, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás além de não ter contabilizado os profissionais afastados nas unidades federais.

O Brasil contava com cerca de 2,1 médicos para cada grupo de mil habitantes em 2018. O levantamento foi feito pelo estudo de Demografia Médica que apresenta os dados sobre o número e a distribuição desses profissionais no país. O levantamento foi coordenado pelo professor Mario Sheffer da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e contou com apoio institucional do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo (Tabela 2).

Evolução no número de registros de médicos e da população entre 1920 e 2017 – Brasil, 2018

Ano	Médicos	População
1920	14.031	30.635.605
1930	15.899	–
1940	20.745	41.236.315
1950	26.120	51.944.397
1960	34.792	70.992.343
1970	58.994	94.508.583
1980	137.347	121.150.573
1990	219.084	146.917.459
2000	291.926	169.590.693
2010	364.757	190.755.799
2017	451.777	207.660.929

Nota: nesta tabela foi usado o número de registros de médicos. A fonte para a população é o Censo Demográfico do IBGE.
Fonte: Scheffer M. *et al.*, Demografia Médica no Brasil 2018.

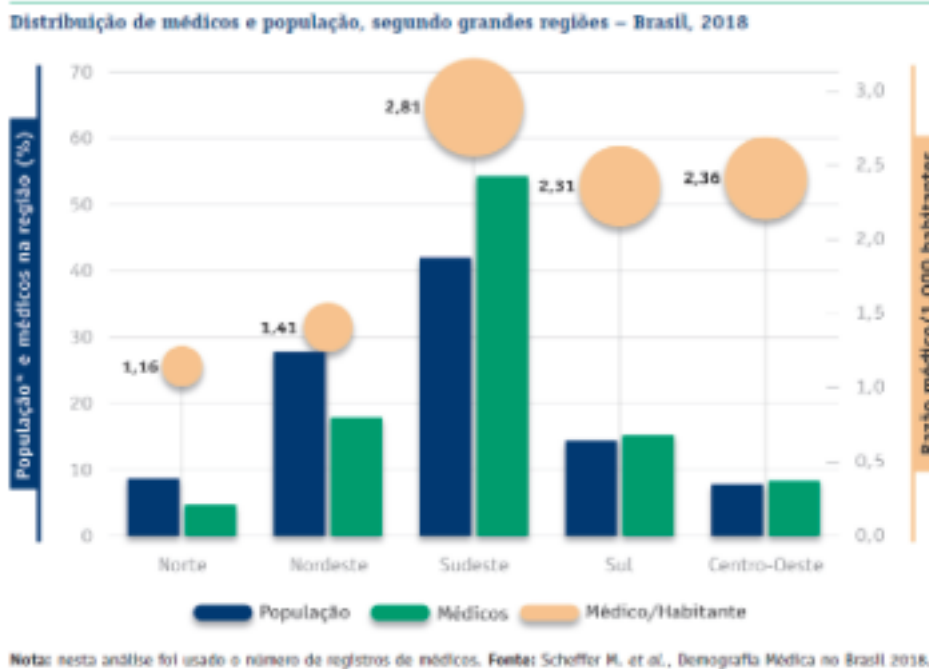
A OMS preconiza entre 2,5 a 3 médicos por 1000 habitantes, além de estarmos abaixo dessa meta, temos uma grande concentração de médicos nas capitais das unidades da federação que reúnem 24 % da população e 55% dos médicos (Tabela 3).

Razão entre distribuição de médicos nas capitais e nos municípios do interior – Brasil, 2018

	Indicador de desigualdade*
Brasil	**3,96**
Região Norte	**5,75**
Rondônia	3,26
Acre	4,02
Amazonas	12,37
Roraima	3,92
Pará	10,98
Amapá	5,95
Tocantins	3,43
Região Nordeste	**8,41**
Maranhão	13,98
Piauí	10,22
Ceará	7,48
Rio Grande do Norte	8,02
Paraíba	6,22
Pernambuco	11,78
Alagoas	12,37
Sergipe	28,47
Bahia	6,08
Região Sudeste	**2,97**
Minas Gerais	4,31
Espírito Santo	8,56
Rio de Janeiro	2,83
São Paulo	2,46
Região Sul	**4,89**
Paraná	4,22
Santa Catarina	5,63
Rio Grande do Sul	5,72
Região Centro-Oeste	**5,03**
Mato Grosso do Sul	2,89
Mato Grosso	4,78
Goiás	7,48
Brasília	–

* Razão de médicos por mil habitantes da capital sobre o interior.

Fonte: Scheffer M. *et al.*, Demografia Médica no Brasil 2018.

Quando analisamos os dados da Demografia Médica de 2018 por região temos o seguinte quadro: o Sudeste apresenta 2,81 médicos por 1.000 habitantes contra 1,16 no Norte, e 1,41 no Nordeste. Somente o estado de São Paulo concentra 21,7% da população e 28% do total de médicos do País. Por sua vez, o Distrito Federal tem a razão mais alta, com 4,35 médicos por mil habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro, com 3,55 médicos por mil habitantes. (Tabela 4)

Assim como o neoliberalismo acentuou a devastação ambiental causada pelo capitalismo ao longo do tempo, mais recentemente também devastou sem dó nem piedade direitos individuais, sociais e do trabalho. Ao desestruturar o EBES desmantelou várias serviços de assistência social e de saúde, particularmente os de prevenção, controles de epidemias e de proteção das populações mais vulneráveis. Além de criar um exercito de desempregados e de trabalhadores precarizados através da uberização das relações de trabalho, que subtrai direitos básicos e impõe jornadas insalubres e extenuantes. Mas a COVID – 19 já surgiu fora de controle e com o EBES desmantelado, sem a estrutura de barreira e proteção que, vale destacar, sempre serviu muito mais de salvaguarda às classes média e alta do que aos que eram diretamente beneficiados, expôs a todos e coloca em cheque o Capitalismo e em risco a própria humanidade.

É importante analisar a ineficiência do capitalismo como sistema econômico e do neoliberalismo como política de desenvolvimento. Enquanto os seus embaixadores argumentam que foi construído um sistema justo e meritocrático, o único sistema sustentável a longo prazo para a evolução humana e a estabilidade econômica, que converge para o desenvolvimento social, a realidade é que em intervalos cada vez menores nos vemos afundados em uma crise de estagnação ou recessão, localizada ou internacional. Sequer saímos da crise de 2008 para um ciclo de crescimento estruturado do PIB global e já estamos

imersos em uma recessão com efeitos muito mais severos. Os efeitos da COVID-19 sobre a economia mundial chegaram há poucos meses e já projetam um cenário de terra arrasada, com perspectiva de recordes de número de desempregados, recuperações judiciais e fechamento de empresas. Não conseguimos estruturar um sistema de relações econômicas sustentáveis. Além do sistema atual ser altamente instável, percebemos que no cenário em que o ser humano, mesmo que por curto espaço de tempo, passa a consumir somente o considerado básico ou essencial para viver em sua casa, o sistema se desmantela.

A conclusão mais evidente da crise causada pela pandemia que devem ser direcionadores de política pública no futuro, é que o Estado Mínimo é um genuíno suicídio. Sem o EBES, não há sistema de saúde ou organização social que impeça que a próxima pandemia chegue para dizimar a sociedade e não há outro agente forte, senão o Estado, para garantir a renda do trabalhador e a sobrevivência das empresas. No Brasil, vemos impactos tão rápidos e intensos da crise, devido à liderança cética e inerte que elegemos, mas também a consequência de meia década de políticas de redução do Estado e desativação de serviços públicos básicos. A próxima conclusão que somos obrigados a discutir, é a revisão do sistema de crescimento desenfreado, baseado no alto consumo de supérfluos. Seja pela manutenção do sistema capitalista, mas baseado no "crescimento zero", seja por uma mudança radical de sistema econômico, o certo é que teremos que alterar a política de desenvolvimento, enterrando definitivamente o neoliberalismo e adotando um sistema de consumo pragmático, harmonioso com o meio-ambiente, e que terá o Estado como protagonista.

CAMINHONEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

JOÃO CÉSARI NARDIN STEFANI[102]

Para escrever sobre isso, preciso trazer a lembrança do seriado da televisão brasileira “Carga Pesada" que tinha os personagens “Pedro e Bino". Estes retratavam de uma forma romântica a atividade do profissional do volante, suas passagens e experiências do dia a dia na vida dos caminhoneiros.

Na verdade, mostrava a atividade de uma profissão importante para o país e a sua a contribuição desenvolvimentista econômica do interior brasileiro. As lembranças desses personagens estão na memória de muitas pessoas, principalmente os mais velhos, mas também marcam um divisor de época de uma categoria que trabalhava transportando mercadorias e desbravando muitos caminhos com muito heroísmo, mas comendo em restaurantes, e até dormindo em Hotéis, isso mesmo, em algum momento os motoristas de caminhão se permitiam dormir em Hotéis, se alimentavam muito bem e descansavam merecidamente depois de uma estafante jornada de trabalho, sem falar da longa distância percorrida e que o separava de seus familiares por longos períodos, provocando muita saudade.

Os anos passaram, as imposições, as leis e os modelos econômicos se colocaram diante de muitas categorias e profissões, entre elas a dos caminhoneiros, para que se adequassem às modernas práticas tecnológicas e neoliberais. A nova ordem se dá então pela eficiência, da meritocracia, sem passarmos pela questão mínima da sobrevivência humana da categoria. A sua própria sobrevivência, de seu instrumento de trabalho e de sua família, ficou em jogo.

---

[102] Vice Presidente da Cooperativa de Transportes de Biocombustíveis e Serviços Correlatos Missões Ltda. CTB. Membro Sindical do Sinditac Ijui- RS Sindicato dos transportadores Autônomos de Ijui e região. Sindicato filiado na CGTB. Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Engenheiro Agrônomo e Administrador de Empresas de formação. Consultor de Armazenagem de Grãos e Perito Judicial.

Para se receber um pagamento pelo mérito, ou pelo trabalho “frete", se faz necessário à realização da tarefa. Não aquilo que se merece de forma justa e longe da necessária, mas sim o que lhe é oferecido ou estabelecido pelo senhor mercado, desprezando-se vários itens que devem ser contabilizados e que deveriam compor necessariamente nos cálculos básicos de custos, vitais a sobrevivência do indivíduo e manutenção de seu instrumento de trabalho.

As exigências são cada vez maiores, e a contrapartida tanto governamental como financeira são cada vez menores, mais escassas e muitas vezes ausentes. Imposições de horários, controladores de velocidades, multas e punições com pontuações na carta de habilitação, que precisam ser cumpridos pelo melhor desempenho e pela segurança de todos.

Mas é no contexto econômico, que cada vez mais buscamos e precisamos andar mais preparados e equipados, com uma tecnologia embarcada e mais eficiente, buscando maior desempenho e sucesso no empreendimento, mas com um retorno econômico financeiro cada vez menor, pois esta eficiência de nada ou pouco tem contribuído na questão do resultado econômico da sustentação financeira do seu grupo familiar.

A grande questão e que deveria estar na cabeça de todos os envolvidos, é a de que falta a percepção da realidade, pois somos os escravos da era moderna e que temos que sobreviver das migalhas que os detentores do poder econômico nos diferentes setores embarcadores. Muitos se agarram a tábuas de salvação, acreditando em políticos que prometem melhores condições de trabalho e renda, outros se agarram em promessas divinas, nas orações por melhores dias aos seres superiores.

Mas o fato é de que está categoria, principalmente os “autônomos" devem primeiramente se conscientizar, de que são “trabalhadores" do transporte rodoviário de cargas e não empresários que especulam em cima da circulação de mercadorias. O projeto neoliberal que impõe suas condições, não considera o envelhecimento da força de trabalho e nem das condições mínimas de saúde e alimentação destes profissionais, que não tem nem o direito de se isolarem em tempos de pandemia.

Um pouco por desconhecimento, não por falta de informação, mas principalmente pela necessidade de honrar seus compromissos econômicos que os escravizam com a necessidade de honrar os seus compromissos, e não os permitindo estacionar para simplesmente cuidarem de si e de seus familiares.

Para fazer frente a todas as barreiras existentes, os caminhoneiros tentam encontrar soluções por meio de propostas de organização e alternativas que possam estar contribuindo de alguma forma ao universo de seus membros. Buscam reduzir custos de produção por meio de compras coletivas, de maior volume, para tentar se viabilizar economicamente (pneus, combustíveis, grupos de seguros, recapagens, lonas e outros equipamentos).

Na questão de saúde, estão tomando precauções frente ao Covid 19, da melhor maneira possível e ou que está ao seu alcance, pois é recorrente a reclamação das péssimas condições existentes na infraestrutura para absorver estes trabalhadores viajantes, em banheiros limpos de forma adequada e em pátios para estacionamento, que abriguem a todos os seus veículos e espaços sociais que possibilitem o distanciamento social necessário. Embora estejam conscientes que precisam higienizar bem as mãos, o uso de álcool gel virou costume entre todos, agora também usam máscaras nos locais em que encontram com outras pessoas.

Grande expectativa surge também na organização de Cooperativas organizadas em diversos locais do país visando melhores condições de trabalho aos profissionais Autônomos, bem como uma grande Central Federativa de Caminhoneiros Autônomos que possa servir como seu instrumento e que lhes proteja e busque melhores condições de trabalho, novos negócios e renda a todos os envolvidos, pois novos tempos e novos métodos estarão a sua frente e se tornarão seus próximos desafios.

Perspectivas do pós-Covid-19

A UTOPIA PÓS PANDEMIA DE COVID-19: DIGNIDADE HUMANA E A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA COMO PARADIGMAS DE RECONSTRUÇÃO SOCIAL

ADELINO FRANCISCO DE OLIVEIRA;[103]

JOSÉ MACHADO[104];

MARCOS SORRENTINO[105]

> A utopia ecológica é realista, porque se assenta em um princípio de realidade que é crescentemente compartilhado (...). Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque para sua realização pressupõe a transformação global não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza, que substitua a relação paradigmática moderna. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos humanos da natureza. É uma utopia caótica, porque não tem um sujeito histórico privilegiado (...). Boaventura de Sousa Santos, Pela Mão de Alice.

Resumo

A crise sanitária de Covid-19 explicita a situação de abandono social dos mais pobres e torna relevante o diálogo sobre dignidade humana na formulação de uma economia centrada nos princípios de justiça, sustentabilidade e solidariedade. Analisar a urgência da Transição Ecológica para uma outra concepção de desenvolvimento social é tarefa fundamental para as pessoas comprometidas com a manutenção da vida em toda a sua diversidade, propiciando à totalidade da Humanidade presente e futura e aos demais seres e sistemas naturais melhorias crescentes das suas condições existenciais. O presente artigo aborda os limites do Capitalismo Neoliberal e enuncia a dignidade humana como

[103] Doutor em Filosofia. Mestre em Ciências da Religião. Professor de Filosofia no Instituto Federal de São Paulo, campus Piracicaba.

[104] Economista. Exerceu as funções públicas de Prefeito de Piracicaba/SP, Deputado Estadual, Deputado Federal, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas e Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

[105] Professor da ESALQ/USP e ambientalista. Coordenou o departamento de Educação Ambiental do MMA, de 2003 a 2008.

princípio ético fundamental e essencial para uma transição ecológica comprometida com a utopia de sociedades sustentáveis sob o ponto de vista socioambiental. Na conclusão, o artigo procura avaliar o contexto de crise no Brasil.

Introdução

A pandemia de Covid-19 tem suscitado múltiplas incertezas. Há um sentimento generalizado de perplexidade diante da velocidade dos acontecimentos. A exigência do isolamento social impôs um outro ritmo à existência. O futuro tem sido cada vez mais compreendido como um enigma aberto.

Em um cenário de distopia, marcado por tantos reveses e retrocessos estruturais e conjunturais, o futuro coloca-se como disputa, na medida em que a pandemia acabou por escancarar as profundas desigualdades sociais, evidenciando a realidade da luta de classes.

No sentido de conjecturar possibilidades de superação, o presente artigo avança na análise de dois pontos fundamentais e paradigmáticos, considerados estruturantes para a construção da utopia social pós pandemia de Covid-19: a dimensão da dignidade humana e a perspectiva da transição ecológica. Na parte conclusiva, o artigo procura inserir a questão dos desafios contemporâneos no contexto da sociedade brasileira.

Os Limites do Capitalismo Neoliberal

A dimensão econômica, dinamizada pelos princípios do capitalismo neoliberal – consubstanciados, grosso modo, no Estado mínimo, na política de privatizações, na desregulamentação dos mercados, na revogação das leis de proteção trabalhista, no enfraquecimento dos sindicatos (COMPARATO, 2013) – tem como base uma perversa lógica de mercado, reforçada pelas ideologias de competitividade, liderança, lucratividade, burocracia, sucesso, que reforçam a perspectiva da descartabilidade humana. Retoma-se o processo mais violento e mordaz de alienação e reificação, caracterizando a redução do humano à mera condição de coisa. No entanto, a lógica do mercado neoliberal, pautada na ideologia da livre concorrência, não demonstra preocupação em socializar os bens fundamentais para uma vida com o mínimo de dignidade. Sem promover equidade social, no neoliberalismo sobram os pobres.

Na atual fase financeira do capitalismo neoliberal, a lógica do processo de acumulação se altera em benefício do rentismo exacerbado e ávido por lucros imediatos. É o tempo do capital improdutivo. Neste contexto, as relações econômicas dinamizadoras das mais profundas injustiças e desigualdades; os mecanismos exploratórios ecologicamente insustentáveis, próprios de concepções equivocadas de progresso e desenvolvimento; bem como todas as formas de preconceito e discriminação, típicas de compreensões limitadas sobre a complexidade que compõe a vida, passam a ser abertamente explicitadas, sem pudor nem constrangimento. A barbárie ganha visibilidade tanto nos discursos quanto nas práticas neofascistas. Em última análise, o capitalismo neoliberal, com sua ideologia do mercado, é a instância emblemática, que congrega e representa o neofascismo.

A pandemia de Covid-19 evidencia a profunda crise deste modelo de sociedade. A lógica do individualismo exacerbado, do egoísmo competitivo, da indiferença social, da exaltação de sentimos como ódio, preconceito, racismo, ambição e cobiça tem revelado seus frutos, compondo uma realidade social imersa em violência e estruturalmente injusta. A economia neoliberal, pautada no capitalismo financeiro, não tem nenhum compromisso com os direitos humanos, por isso viola a dignidade das pessoas. O grande desafio consiste em criar alternativas à economia do mercado global, pautada em uma lógica de autoritarismo, exploração, dominação e opressão. A crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 impõe grandes desafios para as sociedades. É hora de repensar as relações humanas e as estruturas sociais.

É preciso construir uma nova economia que seja dinamizadora da divisão dos bens produzidos pelo conjunto da sociedade. Uma economia centrada na pessoa, a serviço do ser humano. Uma economia que se componha como base material estruturante para a consolidação de uma sociedade alinhada aos direitos humanos (OLIVEIRA, 2018). Essa nova ordem econômica requer o abandono do Estado mínimo e a construção de um Estado social forte, soberano e em bases radicalmente democráticas. Estas análises e considerações valem tanto em âmbito mundial, como também para o contexto específico da realidade brasileira.

A Dignidade Humana como Princípio Ético Fundamental

O programa dos direitos humanos, radicado no reconhecimento da dignidade de cada pessoa, deve avançar na proposição de novas estruturas sociais, sedimentadas no primado da democracia de alta intensidade, do direito, da justiça e da ética da alteridade. No horizonte dos direitos humanos está a utopia de uma sociedade que suplante todas as formas de

opressão e exploração. Cabe ao Estado, concebido como o grande gestor das dinâmicas sociais, garantir a efetivação do programa dos direitos humanos.

A dignidade humana é a base para a defesa e luta por direitos. O reconhecimento e compreensão de que cada pessoa, cada vida e existência singular, carregam uma dignidade que é inerente à sua condição de humano, é o elemento chave para a construção, afirmação e garantia de todos os direitos, para todos os indivíduos (OLIVEIRA, 2018).

Os direitos humanos, em seus mais diversos desdobramentos – direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e emergentes –, em um contexto genuinamente democrático, não podem ser mera abstração. Para além da normatização jurídica, da letra da lei e dos tratados internacionais, os direitos humanos passam a perfazer sentido quando se constituem como realidade histórica.

O critério primeiro para se avaliar a validade e pertinência de qualquer propositura política e econômica é a centralidade da pessoa humana. Esse é o princípio ético fundamental e inegociável. Tanto a política quanto a economia só alcançam relevância e significado quando avançam na direção de promover mais possibilidades de vida, em um sentido amplo, complexo e includente.

Atento aos direitos humanos, o discernimento político deve avançar para o fortalecimento da concepção de democracia. O espaço democrático desvela-se como fundamental para a efetivação dos direitos humanos (DALLARI, 1998). A política, articulada a partir de uma ampla e qualificada participação dos cidadãos, pode produzir uma democracia de alta intensidade, consolidando o campo dos direitos e contemplando a noção de sustentabilidade e de acesso universal aos recursos naturais e à riqueza social e cultural produzidas pelos esforços permanentes da civilização.

A noção de democracia pressupõe, de maneira concomitante, tanto a perspectiva da justiça social quanto a efetiva soberania popular. A superação das graves desigualdades sociais, no plano econômico e social, alinhada à plena participação dos cidadãos nos processos políticos e decisórios da sociedade é o que consolida uma democracia de alta intensidade.

A construção de uma sociedade equânime, sedimentada em uma democracia de alta intensidade, aberta à diversidade e multiplicidade do humano, com estruturas voltadas ao

pleno desenvolvimento das potencialidades de cada pessoa – reconhecida em sua dignidade –, constitui-se como o caminho a ser vislumbrado no contemporâneo.

As dimensões da política e da economia são desafiadas a consolidarem estruturas sociais basilares, que promovam justiça e equidade, possibilitando que todos tenham condições adequadas para o pleno desenvolvimento da vida. O Estado passa a ter sentido quando está estruturado para garantir e assegurar os direitos fundamentais de toda pessoa. A crise da barbárie que hoje assola as sociedades deve ser suplantada por projetos políticos e econômicos comprometidos com o ideário civilizatório.

O movimento de reconstrução civilizacional – negando e suplantando todas as formas e expressões de barbárie – desvela-se como tarefa urgente e fundamental. É preciso recompor a utopia de um mundo livre e igualitário, rompendo com os mecanismos de opressão e exploração. É preciso ainda recuperar o ideário de ser humano autônomo, emancipado, singular, sensível e ilustrado, apto a pensar a existência, as relações e a vida em sociedade em uma dimensão ética, crítica, aberta e plural. O que está em pauta é nada menos do que a própria concepção de cultura e humanidade (OLIVEIRA, 2020). Dentro desta compreensão, direitos humanos são direitos da natureza e da vida em toda a sua diversidade e aqui se insere a perspectiva da necessária transição ecológica no processo de construção de sociedades sustentáveis.

O Lugar da Transição Ecológica

A transição ecológica aqui proposta refere-se a um projeto de país que permita caminhar para uma economia de baixo carbono e de inclusão social, não apenas por meio de mudanças nas tecnologias de produção e maior acesso ao consumo, mas pela superação da própria lógica capitalista de acumulação ilimitada de propriedades e bens materiais.

Uma economia que contribua para a superação da ganância e de outros valores individualistas e competitivos em prol da solidariedade e da cooperação. Um projeto de país que compreenda o capitalismo e as suas classes sociais em luta e o enfrente e supere com um claro projeto de futuro pautado em justiça social e urgentes mudanças culturais.

Acumular forças para promover rupturas e viabilizar a transição, em sociedades marcadas por interesses antagônicos exige o questionamento das necessidades materiais e simbólicas, de forma a propiciar horizontes utópicos que não sejam aqueles supostamente atingidos pelo hiperconsumo.

Um projeto de país fundamentado na atualidade de autores como Montesquieu (2003) e Gramsci (1988). Montesquieu, ainda no século XVIII, escreve que o espírito das leis nas sociedades democráticas populares é o da frugalidade, da simplicidade voluntária, que busca a realização humana para muito além do acumulo de propriedades – hoje poderia ser simbolizada pelo resgate do conceito de bem viver, de povos nativos de vários continentes.

Gramsci, no século passado, sinaliza na direção do necessário acumulo de forças para promover as rupturas almejadas. Enfrentar a disputa de narrativas por meio de um projeto de país e da ocupação de espaços públicos com “empreendimentos sociais” que demonstrem a viabilidade das tecnologias apropriadas ou tecnologias sociais, da agroecologia e dos sistemas agroflorestais, dos circuitos curtos e da economia solidária, dentre tantos outros caminhos para a construção de um Bem Viver alternativo ao discurso hegemônico e simplificador.

Acumular forças, inclusive pela conquista de espaços na direção de municípios, de estados e do país, mas com um claro projeto de governança para a transformação social e cultural, que permita a inclusão social, não apenas como novos consumidores, mas principalmente como sujeitos protagonistas da dignidade humana e do bem comum.

Ocupar o Estado e outros espaços de organização da sociedade com um claro projeto de promoção de mudanças culturais fundamentadas no compromisso com a democracia e a soberania nacional.

A transição ecológica para a superação do estado de iniquidades e degradação socioambiental e humana, inerente ao sistema capitalista, agravado com os eventos climáticos extremos e com a pandemia do Covid-19, será necessariamente educadora, democrática e radical. Comprometida com mudanças culturais profundas exige o questionamento das necessidades materiais simbólicas que pautam o atual modo de ser e estar e, de produção e consumo dos humanos na Terra.

Uma economia fundamentada no hiperconsumo para uns e no subconsumo e submissão às mazelas de um desenvolvimento predatório a serviço do acúmulo de capital e bens materiais, centralizado, colonialista e brutalmente desigual, para muitos, é absolutamente insustentável.

Para fazer frente a um desenvolvimento que promove a exploração entre humanos, classes sociais e espécies, torna-se necessária “uma nova cultura da Terra”. Palavra de ordem do grupo ambientalista espanhol, Ecologistas em Ação, é complementada por SORRENTINO et al (2020), no sentido de chamar a atenção para a atuação local: “por uma nova cultura da Terra, terra e território!”.

A transição ecológica, que compreende e denuncia os limites do capitalismo liberal e tem como princípio ético fundamental a dignidade humana e a diversidade (cultural, de espécies e genética), se realizará a partir da atuação local, da participação e comunicação dialógica, que se compromete com a garantia de acesso à terra, ao teto e ao trabalho para todos, conforme enunciado pelo Papa Francisco.

Será construída por meio de pactuações sociais que possibilitem a universalização do acesso à saúde e educação pública, gratuita e de qualidade e, à natureza, bem comum que todos e todas têm o direito de usufruir cotidianamente e o dever de conservá-la em toda a sua integridade, como compromisso de solidariedade sincrônica e diacrônica com todos os humanos, demais espécies e sistemas naturais.

A participação popular e a comunicação dialógica para o desenvolvimento humano podem contribuir para a substituição dos desejos materialistas ilimitados de acúmulo de propriedades por uma cultura do cuidado com o outro (esteja ele próximo ou distante, seja ele uma pessoa ou um grupo social, toda a humanidade ou os demais seres vivos, simplesmente "o corpo e a alma que habito" ou todo o Planeta Terra e seus inúmeros ecossistemas), promovendo valores voltados à vida em toda a sua diversidade - espiritualidade laica, compartilhada por religiosos de todas as filiações, por ateus e agnósticos.

Portanto, **terra, teto e trabalho; saúde, educação e natureza; participação, comunicação e espiritualidade**, se tornam um desafio central para processos de transição ecológica comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis. Tais processos exigem a formulação e implantação de políticas públicas que promovam a produção e o consumo locais, gerando economias circulares que possibilitem o conhecimento (e atuação) sobre a origem (os agrotóxicos nos alimentos, por exemplo) e o destino (os resíduos sólidos urbanos, como exemplo) de tudo o que é consumido.

Políticas públicas que carreguem o compromisso com todos os habitantes do território ao qual se destinam - "nenhum a menos". Diagnostiquem a realidade, planejem e implantem programas de renda básica, moradia social e promoção de trabalho e renda sustentáveis para todas as pessoas, sempre perseguindo caminhos para que os trabalhos sejam criativos e emancipatórios.

O Município, compreendido como o conjunto de seus territórios, urbanos e rurais, centrais e periféricos, habitados por humanos e por outras espécies, pode e deve formular

políticas locais integradas e integradoras, no sentido de propiciar o bem comum e o bem viver a todos.

Superar a pandemia do Covid-19 e todo e qualquer evento extremo ocasionado pelas mudanças climáticas ou outros impactos socioambientais globais, significa encontrar soluções estruturantes para a manutenção da vida humana na Terra. Tais soluções estão centradas na promoção da dignidade humana em diálogo com a natureza. Sem isto não haverá humanidade e muito menos sociedades sustentáveis.

Neste sentido, são essenciais os processos educadores locais comprometidos com mudanças culturais em direção à manutenção da vida e da melhoria das condições existenciais, inclusive por meio das escolas, dos meios de comunicação e no cotidiano. Eles, os processos educadores, podem e devem engajar a cidadania nas ações em defesa e conquista de uma agenda que lhe é prioritária.

Essa agenda é diversa e deve ser definida por meio de processos participativos locais que estabeleçam também como conquistar tais demandas e as conservar. Acesso à água em quantidade e qualidade adequadas e às tecnologias apropriadas de saneamento básico, segurança e soberania alimentar, segurança pública e combate a todas as formas de violência, conservação dos solos e arborização de encostas de morros, fundos de vale, ruas e praças públicas, mobilidade urbana, agroindústrias locais e outras formas de agregar valor aos produtos da terra e tantos outros itens da agenda ambientalista e de direitos humanos serão conquistas da participação e mobilização popular a ser fomentada e qualificada pela educação.

Ela, a transição educadora socio-ambientalista/ecológica para sociedades sustentáveis, é democrática, pois comprometida com a participação de todas as pessoas de cada território, e é radical, pois voltada a profundas mudanças culturais e de valores. Exige a formulação e implantação de um projeto de futuro compartilhado, o delineamento de uma arquitetura de capilaridade educadora, capaz de percolar todo o tecido social, chegando a cada moradia e locais de trabalho, associativo e de lazer.

A transição para Sociedades Sustentáveis exige simultaneamente organizações autônomas da sociedade civil e compromisso do estado em fortalecê-las, para que sejam protagonistas e/ou parceiras efetivas no enfrentamento local de crises como a vivenciada com o Covid-19. Tal fortalecimento passa por políticas de inclusão social como as acima mencionadas e de participação social – orçamentos participativos e agendas 21 locais,

Conferências e Conselhos diversos, são exemplos das possibilidades do Estado ser agente fomentador da participação qualificada.

Qualificar a participação para e pelo delineamento e implantação de processos educadores populares que atendam às demandas de cada grupo social, desde o compromisso de superar o analfabetismo não desejado até o reaprendizado do fazer com as mãos e proteger e cultivar as sementes, passando pelo acesso e aprendizado do imenso ferramental das ciências e tecnologias, filosofia e sociologia, artes e direito, política e saberes tradicionais, dentre outros.

Considerações Conclusivas: Uma Breve Abordagem Conjuntural sobre as Perspectivas Brasileiras

As convicções expressas neste artigo, propugnando pela dignidade humana e pela transição ecológica como eixos estruturantes de um projeto de sociedade justa, soberana, democrática e ecologicamente sustentável, revelam um alinhamento com a compreensão de que outro mundo é possível. Diante da barbárie que se antepôs e ameaça a Humanidade, a senda civilizatória é a única eticamente a ser trilhada.

Como essa compreensão se encaixa no Brasil neste momento dramático de enfrentamento da epidemia do Covid-19?

Não há como negar o forte sentimento de perplexidade que assola a sociedade brasileira na atual conjuntura. A situação é trágica, não somente porque a agenda neoliberal é retomada após um lapso de treze anos de governos progressistas interrompido por um golpe jurídico-parlamentar-midiático, mas também, e sobretudo, porque assumiu as rédeas da Nação desde janeiro de 2019 um governo populista de extrema direita.

O atual governo brasileiro deflagrou um processo de radicalização da agenda econômica neoliberal, com todas as suas consequências no plano dos direitos sociais. Mas não se deteve nisso. Na política externa, alinhou-se servilmente aos Estados Unidos, abrindo controvérsias e conflitos com parceiros comerciais. Desdenhou do Acordo de Paris e promove o desmonte da política ambiental. A desconstrução das políticas públicas é generalizada, sendo substituída por um fundamentalismo negacionista. Ataca cotidianamente a liberdade de imprensa e estimula conflitos com os demais poderes constituídos, indicando a sua propensão autoritária.

Foi nesse quadro de crescente desordem política e institucional que o Brasil recebeu o impacto da pandemia do Covid-19. O Presidente da República, prisioneiro de suas convicções obscurantistas e incapaz de compreender o significado dessa catástrofe, ao invés de, como estadista, se constituir como coordenador da resistência nacional a ela, coesionando a sociedade, preferiu reduzir-se a presidente da facção fundamentalista e atrasada que o proclama como mito. Posicionou-se contrariamente ao isolamento social horizontal como medida para conter a velocidade da propagação do Covid-19, alegando, de um lado, que traz prejuízos à economia e, de outro, que as mortes advindas representam o preço a pagar pelos mais velhos e mais frágeis. Nessa perspectiva, colidiu irremediavelmente com o meio científico e com governadores e prefeitos, impulsionando a desordem e, por consequência, a crise política. O país está à deriva por falta de comando central e a crise epidêmica só não está pior por conta da desobediência de governadores e prefeitos e de amplos setores da sociedade.

Diante desse quadro desolador, o campo progressista deve envidar todos os esforços para relevar as diferenças político-ideológicas com os setores conservadores que prezam a senda civilizatória e se unir a eles na cruzada contra a crise epidêmica, sem descurar de erigir diques contra a tentação autoritária e sem abrir mão de lutar pela proteção aos mais pobres e vulneráveis e por medidas de apoio a estados e municípios e à atividade econômica como um todo. Esse esforço humanitário conjunto ensejará a reconstrução de laços de solidariedade na sociedade brasileira, fundamentais tanto para a firmação dos direitos humanos quanto para a transição ecológica, de modo a mitigar o ódio e a intolerância crescentes e resgatar um mínimo de civilidade para a convivência democrática cidadã, a qual será imprescindível para o enfrentamento da crise econômico-social medonha que advirá no rastro da crise epidêmica e para a construção de uma solução para a crise política do país.

Não obstante o anterior, não é aconselhável minimizar os formidáveis desafios que se antepõem ao desfecho da crise civilizacional em que nos encontramos tanto no Brasil quanto na escala planetária diante do cenário pós-pandemia. Alguns analistas estão céticos quanto a esse desfecho considerando que poderá haver uma recidiva da ortodoxia neoliberal e que novos arranjos geopolíticos se imporão, ampliando as distâncias econômico-sociais entre as nações mais ricas e as periféricas e, internamente a todas elas, entre os mais ricos e os mais pobres.

Ceticismo à parte, a irrupção de uma vontade política coletiva ferreamente acalentada e construída, aqui e alhures, é o que verdadeiramente fará a diferença para a superação da encruzilhada medonha que ora desafia a Humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2005.

COMPARATO, F. K. *A Civilização Capitalista: para compreender o mundo em que vivemos.* São Paulo, Saraiva, 2013.

DALLARI, D. de A. *Direitos Humanos e Cidadania.* São Paulo, Editora Moderna, 1998.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

MONTESQUIEU, C. L. de. *O Espírito das Leis.* São Paulo, Saraiva, vol. 1, ano 2003

OLIVEIRA, A. F. de. Direitos Humanos e Utopia. Rev. Educ., Brasília, ano 41, n. 157, p. 12-24, out./dez. 2018.

OLIVEIRA, A. F. de. Religião e Complexidade: uma aproximação ao pensamento complexo – contribuições e possibilidades ao estatuto epistemológico das ciências da religião. Curitiba, CRV, 2020.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 1997.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; SERANTES PAZOS, A.; VALES VAZQUEZ, C. *Por una Nueva Cultura de la Tierra, Tierra y Territorio: rutas de transición para sociedades sustentables*. *Carpeta Informativa del CENEAM*. Madri, v.1, pp. 3-9, 2020.

AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA

ANGELA M. SCHWENGBER[106]

Resumo

O ensaio trata da necessidade da organização e ação política das forças sociais, negando que fatos inusitados tenham por si força transformadora. Posicionando as agendas das forças sociais à esquerda como transformadoras das estruturas de dominação e potencialmente construtoras de um projeto de emancipação social e as agendas neoliberais como reacionárias, resgata os ideais e experiência da construção da economia solidária na história recente do país. A economia solidária é posta como uma das agendas a ser retomada com urgência para imprimir novo fôlego ao projeto de transformação em vista de um país com justiça social e democracia. É, sobretudo, um manifesto de uma militante que as vezes cansa, mas não desiste.

> "A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que 'fecham' ou 'abrem' os circuitos da história". (FERNANDES, 2010, p.31)

Nos primeiros meses do ano de 2020 parece que há apenas dois assuntos em pauta: como enfrentar a pandemia do COVID-19 e o que será o mundo depois dela. Há uma produção tensa, intensa e acelerada de conteúdo crítico, propositivo, noticioso, humorístico e cultural que tenta ajudar a humanidade a entender (ou a confundir) os atônitos dias. No momento em que este ensaio é escrito, dois terços da população mundial estão em reclusão doméstica, quase 170 mil mortos ao redor do mundo pelo vírus e milhões de vulneráveis com suas vidas concretamente ameaçadas. No Brasil, já nos acercamos a 3 mil mortes. É uma situação para provocar uma hecatombe, que para alguns significa a agonia do capitalismo, para outros uma etapa que pode aumentar ainda mais as desigualdades e a dominação.

---

[106] Mestre em Integração da América Latina e graduada em Filosofia, ambos pela USP. Atualmente é coordenadora de projeto na terre des hommes Alemanha e consultora no campo da ação pública. Integrou a Direção Técnica do DIEESE como coordenadora de estudos em políticas públicas e foi gestora de políticas públicas.

As disputas de narrativa sobre as saídas da crise atual estão postas e o pêndulo agora cede, numa guinada brusca, para o protagonismo do Estado na retomada da economia e das políticas sociais, em detrimento da mão invisível do mercado cantada e decantada em verso e prosa até há poucas semanas. A necessidade da intervenção do Estado mobiliza não apenas as correntes genuínas do pensamento keynesiano, como os cínicos oportunistas neo e ultraliberais (exceto aqueles que se aboletaram no governo brasileiro, a maioria do parlamento e boa parte dos que atuam no sistema de justiça, que ainda querem destruir o mínimo que restou do Estado social no país). Naturalmente que entre os genuínos e os neo oportunistas há diferenças substanciais de visão e proposição. Contudo, aqui não se pretende fazer uma fortuna crítica do que está sendo produzido nesse debate, pois ele está pululando nas nossas telas todos os dias. Tenta-se neste texto ser mais uma voz, falando no contexto da pandemia, mas com objetivo de recolocar uma estratégia que considera promissora para a reconstrução de nossas vidas em uma direção de justiça social e democracia, a economia solidária.

Parte-se do pressuposto que a normalidade existente previamente à pandemia do COVID-19 deveria ser combatida pelas forças políticas que lutam pela emancipação social contra as forças de dominação, e que a fissura aberta no circuito da história por esse vírus mortal deveria ser forçada até abrir grandes avenidas para outras possibilidades civilizatórias. A normalidade pré-existente é a do capitalismo que atingiu níveis absolutamente alarmantes de sua lógica, ou seja, a que "só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na mesma medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (MARX, 2013, p.574); que gera níveis de desigualdade social de classe, raça, gênero, entre outras, de uma profundidade inimaginável (OXFAM, 2020, p.5-6); e tais desigualdades geraram e "geram padrões de dominação cuja superação é um imperativo para a emergência de uma sociedade mais justa" (MIGUEL, 2018, p. 220); que é também a normalidade das "formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica)" (MBEMBE, 2018, p.71).

Tendo em mente esse necessário combate, algumas ideias serão abordadas de maneira exploratória, sem ser exaustiva, mas esperando contribuir com algumas reflexões sobre nossas escolhas a partir dessa situação pandêmica que nos colocou cara a cara com a morte: e ela estava viva! Porém ainda corremos o risco de sobrevivermos para continuar fechando e abrindo os circuitos da história, como escreveu nosso humaníssimo sociólogo Florestan Fernandes.

A ideia que atravessa este texto é a da sua epígrafe: não será a pandemia por si que encerrará ou abrirá circuitos na história que nos cabe construir. Precisamos ter capacidade de agir, potencializando os conflitos na direção das transformações necessárias para a emancipação social, caracterizada tanto pela conquista da igualdade e justiça social como das liberdades democráticas, cujos contornos serão uma construção da própria luta contra as estruturas de dominação, como escreveu L.F. Miguel,

> "já se sabe o que não se quer, já se sabe contra o que se luta. A sociedade futura é produto dessa luta e se desenha em seu curso, não com antecedência a ela. Se intelectuais projetam modelos de sociedade futura, como de fato projetam, sua capacidade de organizar o movimento de transformação da realidade depende da ressonância que encontram nas ações de resistência dos grupos dominados." (2018, p. 222)

As lutas populares articuladas com processos de educação, formação e organização de base, além da construção de agendas políticas mais amplas em torno de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos de esquerda permitiram, por exemplo, que acumulássemos forças ao longo das três últimas décadas do século XX para aprovar uma nova Carta Constitucional (1988) e dar início a implantação de um Estado democrático de direito no país, sobretudo na primeira década do século XXI. Os retrocessos dos últimos anos não apagam que as lutas de resistência e de esquerda foram capazes de dar passos em direção ao seu horizonte, mesmo que convenha uma reflexão sobre a efetiva capacidade de articular intimamente as lutas pela igualdade socioeconômica com as lutas pela autonomia ou por um projeto emancipatório mais profundo.

Desde a década de 1980, administrações públicas municipais no campo democrático popular foram sendo experimentadas, depois no âmbito estadual até chegar aos governos do Lula e Dilma. Foram implantados mecanismos de gestão participativa[107] que intencionavam criar a dimensão pública das políticas e converter ações de governo em políticas de Estado (institucionalizadas), apropriadas pela sociedade e significando conquistas na "guerra de

[107] Para ilustrar, no âmbito federal com repercussão em todas as UFs e municípios, em 2013 havia 40 Conselhos/Comissões nacionais de políticas públicas constituídos, dos quais 19 foram criados a partir de 2003 e outros 13 reformulados no mesmo período (SGPR, 2013). Entre 2003 e 2014 foram realizadas 103 conferências nacionais abrangendo 40 diferentes setores ou áreas temáticas. Em 2014, já no início do segundo governo da Presidenta Dilma, ela assinou o Decreto Nº 8.243, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.

posição"[108], seguindo a matriz gramsciana da luta pela hegemonia. São conhecidos todos os indicadores socioeconômicos de melhorias efetivas nas condições de vida da população, resultantes de políticas públicas discutidas e formuladas nesses conselhos e conferências. Boa parte desses mecanismos (conselhos) foi desfeita pelos governos seguintes encontrando resistência social insuficiente. A destruição dos conselhos nacionais não implicou, necessariamente, na desarticulação dessas instâncias em outras esferas da federação e, talvez, também não tenham impactado na desmobilização da organização social de onde saiam as lideranças que deles participavam. Mesmo assim, há que se refletir sobre o quanto a estratégia de participação social nas políticas públicas cumpriu um papel de acúmulo de forças efetivo.

Esses dois elementos, o processo de redemocratização e a política nacional de participação social, foram trazidos aqui apenas para exemplificar o quanto as forças democráticas e que buscam um projeto de transformação social tiveram um impulso importante no país nas últimas décadas mesmo em face da derrocada do bloco socialista do século XX e avanços do projeto neoliberal ao redor do mundo e no próprio Brasil. As forças sociais e políticas que sustentam a reconstrução de um projeto emancipatório e, por outro lado as que impuseram a agenda neoliberal, confrontam-se em enormes conflitos. Guerras foram realizadas e um imaginário de banalização da violência e da morte dos humanos e da natureza (necropolítica) foi construído para sustentar a superexploração e a dominação ao redor do mundo.

Chegamos no momento da pandemia, em 2020, com o mundo obrigado a parar, a ensandecida produção capitalista foi posta na camisa de força e teve que se acalmar e quem vive em áreas de extrema contaminação ambiental pode ver o horizonte, estrelas no céu, águas limpas, entre outras pequenas grandes maravilhas que a vida proporciona. Por outro lado, o PIB dos países desaba, a precariedade das relações de trabalho, o desemprego, a informalidade e a crueldade da desigualdade de há muito são escancaradas e ressuscitam discursos que lembram o papel redistributivo dos Estados. E a cínica filantropia empresarial resolve perder os anéis para não perder os dedos, de um lado socializa o prejuízo clamando pelo Estado, e de outro faz caridade por meio de suas doações.

[108] Gramsci trabalhou com dois conceitos ligados à estratégia socialista, a guerra de posição e a guerra de movimento, sendo esta as revoluções que tomam de assalto o poder e aquela "a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista." (COUTINHO, 1999, p. 155).

A Economia Solidária como uma possibilidade de transplantar horizontes

"Raízes, tronco, ramagem... Ramagem, tronco, raiz...
Abriu-se uma cicatriz de onde brotei na paisagem...
O tempo me fez mensagem que os ventos pampas dirigem,
Dos anseios que me afligem de transplantar horizontes,
Buscando o rumor das fontes pra beber água na origem."
(Payada, Jaime Caetano Braun)

As redivivas estratégias de dominação não são iguais em todas as partes e abrem possibilidades para que as forças democráticas e que lutam por um projeto emancipatório façam o enfrentamento urgente resgatando e reinventando suas agendas igualitárias e de autonomia social, aproveitando e enfatizando o esfacelamento do discurso reacionário neoliberal e da necropolítica.

Uma dessas agendas é a da economia solidária. Esta expressão é um guarda-chuva conceitual para inúmeras “formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade” (CNES, 2015, p.7). A economia solidária é uma estratégia de desenvolvimento que considera as múltiplas escalas do território, estimulando as economias de proximidade, a reciprocidade[109] e assentada na distribuição equitativa das riquezas produzidas socialmente e nos valores da democracia, da igualdade, da autonomia, da sustentabilidade social e ambiental. Visa o bem estar das pessoas e suas comunidades.

No Brasil essa expressão passou a ser usada inicialmente nas Universidades, sobretudo por Paul Singer, na segunda metade da década de 1990, mas logo foi incorporada pelos sujeitos sociais que se aglutinaram sob essa nova identidade política. Nos anais da III Conferência Nacional da Economia Solidária esses sujeitos estão relacionados: “cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais

[109] Genauto França Filho e Jean-Louis Laville pesquisam há bastante tempo as economias assentadas na reciprocidade, que definem como aqueles “tipos de produção e troca que são governados não pelo lucro, mas pela preocupação de fortalecer os vínculos sociais entre pessoas ou grupos” (ver em: https://diplomatique.org.br/repensar-a-relacao-entre-economia-e-sociedade/). Este artigo sintetiza de maneira muito interessante os seus estudos e as reflexões que permitem neste momento que vivemos.

ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos etc.” (CNES, 2015, p.7), que atuam no meio rural e urbano. Essas organizações de base em 2015, no Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES), mantido pelo então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), já somavam mais de 20 mil unidades no território nacional.

A emergência da economia solidária no Brasil naquele momento foi determinada pela crise econômica, que era profunda, e pela agenda de reformas neoliberais – privatizações, desmonte do Estado nas suas capacidades de ativar a economia e de impulsionar políticas públicas – que havia se imposto na agenda do governo federal, submetido aos interesses das potências econômicas mundiais. O desemprego e a miséria maltratavam contingentes imensos da população. Só os mais jovens não lembrarão do Betinho e a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Eram mais de 30 milhões de famintos no país naquela época.

Os trabalhadores, apoiados por diversas organizações religiosas, ONGs, universidades, movimento sindical entre outras, passaram a se organizar de maneira mais intensa e generalizada em diferentes formas de geração de trabalho e renda, entre elas as formas da economia solidária. A partir da virada do século/milênio, os empreendimentos da economia solidária e seus apoiadores na sociedade e na administração pública organizaram encontros internacionais de economia solidária em todas as edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre; o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e suas instâncias estaduais e municipais; uniões, confederações, associações, movimentos, redes e outras formas de representação de grupos distintos de organizações de base; a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; o Conselho Nacional, estaduais e municipais vinculados aos órgãos públicos responsáveis por políticas públicas para este campo; três conferências nacionais precedidas de suas etapas municipais, regionais, estaduais e temáticas apresentando diagnósticos e proposições para as políticas públicas.

Em 2003, primeiro ano do governo do Presidente Lula, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que completava um processo iniciado em estados e municípios que haviam criado anteriormente órgãos públicos para acolher as demandas e organizar políticas de apoio e fomento a esse segmento nas suas áreas de abrangência. Com isso, desencadeou-se um amplo processo de acúmulo de iniciativas, experiências, programas, projetos, ações que culminaram com a sistematização do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, elaborado durante a III Conferência Nacional do segmento em 2015. Também

houve algum avanço em termos de legislações em âmbito federal, mas sobretudo na criação de leis estaduais e municipais de fomento à economia solidária. É provável que o principal acúmulo tenha se dado na compreensão da economia solidária como estratégia de desenvolvimento que, para tanto, requeria instrumentos de políticas públicas mais amplos, transversais e intersetoriais, para além daqueles que os órgãos responsáveis por políticas de trabalho tinham condições de prover.

A economia solidária se expandiu entre 2003 e 2015 em algumas atividades com maior ênfase: agricultura familiar; artesanato e reciclagem de resíduos sólidos. Políticas públicas setoriais e intersetoriais foram impulso fundamental, especialmente no fomento à agricultura familiar e agroecológica, com programas como o de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), o de aquisição antecipada de alimentos (PAA) e o de alimentação escolar (PNAE) que priorizava o fornecimento dos pequenos produtores do entorno das escolas, além de políticas de desenvolvimento territorial e da política nacional de segurança alimentar e nutricional. A política nacional de resíduos sólidos que priorizou o modelo de cooperativas para sua operação foi fundamental para esse segmento. Os programas de feiras de economia solidária entre outros, foram importantes para o setor do artesanato. Além dessas, cabe destaque às políticas de valorização do salário mínimo, ampliação do alcance das aposentadorias e o Programa Bolsa Família que ampliaram a renda da população permitindo que as economias locais prosperassem. Cabe aqui também destaque para o Plano Nacional de Cultura e as políticas nele articuladas, além das iniciativas estaduais e municipais integradas, sobretudo o Programa Cultura Viva que fomentou a produção cultural por meio dos pontos de cultura, que mobilizaram a cultura popular em todo o país, em especial aquela desenvolvida por grupos culturais juvenis em áreas urbanas.

Do ponto de vista da integração e cooperação entre os entes da Federação, foi importante a ação da então Secretaria Nacional de Economia Solidária que em parceria com governos estaduais e municipais implantou inúmeros Centros Públicos de Economia Solidária, com a missão de integrar, articular e disponibilizar territorialmente mecanismos, instrumentos e serviços variados de apoio e fomento aos empreendimentos da economia solidária, com destaque para assessoria técnica, formação e comercialização.

Por meio do Programa de Apoio às Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), a SENAES e a FINEP patrocinavam a pesquisa e extensão universitária para a economia solidária. Outras iniciativas voltavam-se para o desenvolvimento de ciência e

tecnologia para este segmento, particularmente os editais da Fundação Banco do Brasil de tecnologias sociais.

Outros instrumentos voltados para as finanças solidárias, moedas sociais, microcrédito, comércio justo e solidário foram implantados em diferentes esferas do Estado brasileiro. Não cabe no espaço deste ensaio, mas para uma retomada desta agenda da economia solidária, vale uma revisão dos documentos das três conferências nacional de economia solidária, em particular o Plano Nacional proposto na terceira e última conferência realizada em 2015.

Uma das características importantes dessas experiências de políticas públicas, das municipais às nacionais, foi o esforço em integrar os agentes do Estado com as organizações da sociedade civil, impulsionando inúmeros experimentos de ação pública que permitiu fortalecer a auto-organização social, a percepção da dimensão pública, a imbricação das dimensões econômica e social como duas partes da mesma dinâmica de produção e reprodução da vida.[110]

As mudanças bruscas da agenda governamental federal a partir do golpe institucional, materializado no impedimento da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, e com isso a guinada política à extrema direita, consumada com a eleição de 2018, desarticularam todas as políticas públicas nacionais e federadas de desenvolvimento socioeconômico em curso naquele momento, tendo como um de seus fundamentos a aprovação da Emenda Constitucional do teto dos gastos. Os canais de diálogo e participação social foram dizimados ou reduzidos a uma insignificância brutal. Alguns governos estaduais, basicamente da Região Nordeste do país e alguns governos municipais resistem da forma que podem e investem o que tem sido possível assegurar nos orçamentos que minguam no ritmo da nova crise econômica. Os empreendimentos solidários, suas organizações de representação e apoio, resistem e insistem na medida de suas forças e capacidade de reprodução da vida.

Neste momento em que a crise econômica se arrasta desde 2012, mas sobretudo a partir de 2015 no país, com os milhões de desempregados, sub e desocupados, informalizados, precarizados em várias dimensões da vida, com a pobreza ascendente e a incapacidade da economia capitalista de dar respostas as necessidades da sociedade, é urgente retomar e reinventar as estratégias que se mostraram promissoras nos governos democrático-populares. É fundamental, em especial, que os governos estaduais e municipais deste campo

[110] Ver sobre o tema da ação pública, Lascoumes (2012) e Laville e França Filho (2006).

tenham a ousadia de apostar com maior vigor nessas estratégias, olhando para o que está acontecendo na sociedade nesse momento de pandemia, por exemplo, a força autogestionária das comunidades do G-10 das Favelas[111], que cansadas de esperar pela ação do Estado, correm contra o tempo e contra a miséria para salvar vidas. Que olhem também para os grupos culturais das periferias urbanas que retomam a agenda da economia solidária para fazer com que sua ação cultural possa ser fonte de renda[112]. Que olhem para a solidariedade genuína que vem da agricultura familiar assegurando a produção de alimentos mesmo em meio à crise e falta de investimentos públicos[113] e do Movimento Sem Terra, doando toneladas de alimentos para os miseráveis da cidade[114], lutando lado a lado pela vida de irmãs e irmãos. Que olhem para os movimentos urbanos pela moradia[115], que lutam para assegurar a vida dos seus e das populações periféricas das metrópoles e para que o Estado assegure o direito à cidade.

É hora de afirmar o papel distributivo do Estado, e criar estratégias para a sua reestruturação com essa capacidade e mostrar a falácia do neoliberalismo. Tempo exato de apostar na autonomia e autogestão social, com ações de fomento a elas. De defender com fôlego revolucionário a democracia substantiva, a solidariedade genuína, a fraternidade universal, a vida sobre a morte. De mostrar a inviabilidade e indignidade das desigualdades sociais com ações efetivas de valorização do trabalho e bem estar das pessoas e suas comunidades em detrimento dos mercados financeiros globalizados e sanguessugas da riqueza social. Momento de afirmar os direitos em contraposição a meritocracia cínica e pilantra que esconde os privilégios, racismos, machismos e outros ismos de perpetuação de desigualdades. Instante de afirmar a função social da propriedade contra o rentismo e acumulação privada de riqueza, de afirmar o público como bem comum. Instante de cuidar da nossa casa comum com amor e devoção à natureza e aos seres humanos.

[111] Ver: https://www.esolidar.com/pt/npo/detail/1451-g10-favelas

[112] Ver como exemplo: https://agenciasolanotrindade.wordpress.com/quem-somos/

[113] Ver: https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/03/agricultura-familiar-luta-para-garantir-abastecimento-mesmo-com-pandemia/

[114] Ver: https://mst.org.br/2020/04/17/em-jornada-nacional-de-lutas-mst-distribui-alimentos-saudaveis-por-todo-pais/

[115] Ver: https://movimentoscontracovid19.com/ e http://periferiaemmovimento.com.br/vaquinha-covid/

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR). Guia dos Conselhos Nacionais. Brasília, SG-PR, 2013.

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária. 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019: para promover o direito de viver e produzir de forma associativa e sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político – 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, Florestan. Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional". São Paulo, Editora Globo, 2010.

LASCOUMES, Pierre e LE GALÈS. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. In: R. Pos Ci. Soc., v. 9, n. 18, jul/dez 2012. São Luis, UFMA, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e Economia: um quadro de análise. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean Louis; MAGNEN, Jean Philippe; MEDEIROS, Alzira (orgs.). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva Internacional. UFRGS/UDUFBA, Porto Alegre, 2006.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro I. São Paulo, Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo, n-1 edições, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Dominação e Resistência: desafios para uma política emancipatória. São Paulo, Boitempo, 2018.

OXFAM Internacional. Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal

pago e a crise global da desigualdade. Documento Informativo da Oxfam, Janeiro de 2020. Disponível em: https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/

NOVOS CAMINHOS PARA A CIDADANIA:
UMA REFLEXÃO SOBRE O BRASIL E A COVID 19

CAMILO GOMES DA ROCHA FILHO[116]

DORIAN ISABEL SANTOS AZEVEDO[117]

LÍDIA CUTRIM DA ROCHA[118]

Resumo:

Neste artigo busca-se fazer uma reflexão panorâmica sobre os desdobramentos do contexto do capitalismo e sua capacidade de ressignificar-se diante de marcas indeléveis que a pandemia do Covid 19 deixará no cotidiano mundial e em especial no Brasil. O processo da propagação da pandemia expôs a fragilidade da saúde pública no Brasil, o contínuo crescimento da desigualdade social e os problemas inerentes à ausência de políticas públicas históricas no que diz respeito ao saneamento básico e os investimentos em recursos na saúde pública, o capitalismo camaleônico, se reconfigura com o cenário da COVID 19, apontando como estratégia a conectividade promovida pelo mundo virtual e reelaborando práticas sociais sob novos pilares como a solidariedade e cooperação, sem portanto, arrefecer as bases do "velho" capitalismo.

Em tempos de calamidades públicas, afloram os debates sobre a lógica do capitalismo frente ao ponto de partida dos acontecimentos, especificamente, as catástrofes como hoje vemos a pandemia da COVID 19. O que está posto na mesa é a discussão sobre o modo como o capitalismo hoje em sua vertente avançada no mundo, o neoliberalismo, elabora as suas práticas de reprodução, constitui elementos no campo ideológico para sua legitimação e como se recompõe diante das crises sócio-históricas, políticas e econômicas. O capitalismo nesse cenário atual de pandemia nos apresenta sua capacidade multifacetária que rompe com uma lógica ou uma essência, de se transformar à medida que se confronta com forças e entraves

[116] Bancário. Graduação em Pedagogia – UFMA. Graduando em Ciências Contábeis - Pitágoras

Articulador e mobilizador social

[117] Pós graduação em história do Maranhão – UEMA - Licenciada em História - Assistente Social - .UNICEUMA. Função: Professora e coordenadora executiva de projetos sociais.

[118] Graduação em Ciências Econômicas - UFMA

que encontra em seu caminho. Dadas as condições de análise do desenvolvimento do capitalismo, vemos no transcurso da história, formas de enfrentamento e reação se esboçando no cotidiano mundial. São espectros de um movimento ainda fragmentado, disperso e desconectado em algumas iniciativas no sentido de reunir forças para uma luta que envolve o antagonismo e a realidade que é contraditória.

No cenário de crise atual, como o da saúde mundial, os mecanismos inerentes ao sistema capitalista como a exploração e a lucratividade estão latentes, posto que o substrato para (re)alimentá-lo será a catástrofe, a calamidade pública que hoje afeta o mundo, ressaltando que, nesse processo de reinvenção, o capitalismo segue galgando o lucro, utilizando-se de novos artifícios dentre eles, o medo. No mundo, no Brasil e no Maranhão, os desdobramentos dos processos de uma crise do capital não são iguais, embora o mundo seja globalizado, essa perspectiva resguarda singularidades socioeconômicas que nos fazem refletir sobre o paradoxo de uma sociedade globalizada com a variável da desigualdade social definindo suas multifaces. A pandemia chega carregando nessa avalanche de incertezas, de incapacidades, de impotências, a necessidade de uma postura mais crítica da realidade capital. Sobretudo, quando o que se têm frente a frente é a correlação de forças numa desenfreada busca por hegemonia. O nosso Brasil historicamente foi construído sobre os auspícios da desigualdade e isso reverberou na formação social. As várias conjunturas que desenharam o cenário político nacional contribuíram e contribuem para a estrutura da ordem do sistema capitalista.

O que estamos vivenciando com a crise da saúde pública no mundo é um panorama onde o choque com o impacto da COVID 19 acelerou a evidência de uma das facetas do "velho" capitalismo, a capacidade de se metamorfosear, agora ele é capitalismo cibernético, uma forma elaborada para fomentar sua unidade de produção, a tecnologia da informação. A conectividade é estimulada para alcançar objetivos específicos e especializados necessários para fazer a roda da economia de mercado girar. No mundo globalizado, a administração desse modelo é gerida pelo poder das mídias de comunicação e informação.

Nessa perspectiva, as metodologias de ação utilizadas são a automação da produção, o estímulo ao fomento da inteligência artificial, entre outras inovações tecnológicas atuantes nas intervenções das crises atuais de saúde. Essa reconfiguração do capitalismo provocada pela emergência da COVID 19 provoca novas práticas sociais, permeadas por elementos que estão em permanente processo de mutação. Conceitos são ressignificados, a exemplo, o de coletividade, individualidade, solidariedade, entre outros. Ressaltando-se que nessa esteira social, o capitalismo se fortalece com os substratos que lhe são fundamentais, a saber, a intervenção política, a exploração econômica e a lucratividade. O próprio Marx nos dá uma definição da lógica do capitalismo:

> [...] em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e a saúde do corpo. [...] o capital não se preocupa com a

> duração da vida da força de trabalho que pode ser posta em atividade (MARX, 2008, p. 306).

Nesse contexto da COVID 19, a tecnologia tanto organiza o cotidiano das sociedades, suscitando novos campos de trabalho, quanto paradoxalmente forma o que Marx chamou de exército industrial de reserva:

> Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece suas necessidades variáveis de valorização. O material humano sempre pronto a ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2009, p.735).

A velocidade da propagação da COVID 19 nos impõe tomarmos decisões individuais e coletivas, sujeitas às diretrizes estabelecidas pelos governos dos países onde a pandemia está avançando. Para além dos desafios impostos ao sistema de saúde pública, no Brasil com sua dimensão continental, os problemas relativos à outros aspectos constitucionais como o direto à educação, a saneamento básico, a alimentação, são feridas que sangram permanentemente.

Muitas transformações se esperam com o pós pandemia, as nossas sociabilidades serão repensadas, o que dizer do conceito de pertencimento? Vislumbra-se novos recomeços permeados por dois elementos focais nesse contexto que são a solidariedade e a cooperação. A infecção viral provocada por esse novo Corona 19 acendeu a chama da resistência e do enfrentamento às desigualdades sociais, nesse tempo de perdas de vidas e dinheiro, a falta de leitos grita, a falta de água ecoa aos quatro cantos desse Brasil, a fome é uma variável constante em nossa história.

Portanto, a Covid 19, tão cara ao nosso povo, tem revelado estratégias de sobrevivência e de lutas. A propagação da doença faz fluir debates necessários sobre os desdobramentos no mundo, no Brasil e no Maranhão. O cotidiano ligado pela interconectividade ressalta a importância das trocas de informações para coordenar as ações de profilaxia e tratamento em todos os países infectados. Estamos vivenciando uma história onde as diferenças devem em tese, ficar em segundo plano. O que vemos emergir, é um modelo de sociedade desigual com possibilidades de reelaboração de fazeres e de mudanças de cosmovisão.

Nestes dias de pandemia COVID 19, a humanidade lança mão de estratégias sociais para tentar remediar os efeitos econômicos sofridos no mundo do emprego e trabalho, sobretudo, resultados da desaceleração das transações comerciais e outras formas

mercantilistas por causa das restrições sociais propostas pelos governos como forma de retardamento da proliferação do vírus. A solidariedade é um dos seis princípios da Declaração Universal da Bioética e Direitos Humanos. Este documento recomenda que:

> Os Estados devem respeitar e promover a solidariedade entre Estados, bem como entre indivíduos, famílias, grupos e comunidades, com atenção especial para aqueles tornados vulneráveis por doença ou incapacidade ou por outras condições individuais, sociais ou ambientais e aqueles indivíduos com maior limitação de recursos (art. 23, item c, UNESCO,2005).

O Brasil viveu na década de 90 um experiência de *solidariedade* liderada pelo sociólogo Herbeth de Souza, o Betinho, que enfatizava: quem tem fome tem pressa”. O Movimento pela Ética na Política lançou o programa Ação da Cidadania, tendo como objetivo a mobilização de todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome, a miséria e pela reforma agrária. Ação da Cidadania encampou a tarefa de estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais. É também de Betinho a frase "só a participação cidadã é capaz de mudar esse país", um chamado ao protagonismo cidadão, tão urgente nestes dias tenebrosos e que demandam atitudes altruístas e que sintonizem com as necessidades pontuais. Um aspecto prático da campanha de Betinho foi a arrecadação e distribuição de toneladas de alimentos por todo o Brasil, com apoio de comitês locais.

O momento circunscrito pela crise da COVID 19 apresenta-se como contexto propício para revivermos a solidariedade protagonizada por Betinho, agora em bases sociopolíticas mais propícias, sobretudo, com a vigência da Constituição Brasileira de 1988 e toda estrutura construída com este importante pacto social. Destaca-se que o momento apresenta-se com um certa complexidade ligeiramente diferente de 27 anos atrás.

A cidade São Luís, no Maranhão também está passando por este momento crítico e já sofre privações semelhantes à dos grandes centros. Neste sentido, a solidariedade pragmática precisa ser encampada em ampla adesão, atentando-se para as prioridades expostas, sobretudo entre os vulneráveis e demais categorias com a sobrevivência posta em cheque, apesar dos planos governamentais em andamento.

Dentre as ações de nível comunitário, cita-se a iniciativa da Associação Comunitária Itaqui Bacanga (ACIB) que está focada na campanha de arrecadação de 5 mil cestas básicas, colaborando com os comerciantes locais por meio da criação do aplicativo DiTudo, disponível na loja de App, além da realização de abordagens por meio de comunicação de carro de som, esclarecendo a importância de seguir a orientação do governo que indica o distanciamento social como alternativa primária de prevenção à pandemia.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em 2016 um estudo intitulado Estimativa da População em Situação de Rua e que coloca para debate a seguinte resultado:

> Estima-se que existam 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Deste total, estima-se que dois quintos (40,1%) habitem municípios com mais de 900 mil habitantes e mais de três quartos (77,02%) habitem municípios de grande porte, com mais de 100 mil habitantes. Por sua vez, estima-se que nos 3.919 municípios com até 10 mil habitantes habitem 6.757 pessoas em situação de rua, (6,63% do total) (IPEA, 2016, p. 25).

A pessoa em situação de rua também foi atingida pela pandemia COVID 19 e sua condição para enfrentar esta crise é certamente piorada pois a recomendação do estado é que o indivíduo recolha-se socialmente e resguarde-se em um ambiente que lhe garanta o mínimo de condições básicas de sobrevivência, atenção e proteção. Apesar das políticas públicas de âmbito nacional e local para este público, há ainda um contingente que perambula pelos espaços públicos, precisando de uma abordagem inclusiva que busque equacionar sua realidade de promover ações reparadoras.

O Movimento Nacional da População de Rua (PNPR) conta com esforço voluntário muito importante na cidade de São Luís e que já atua há 6 anos. Segundo o coordenador local José Marque, há um campanha em andamento, chamada “Adote um Pop Rua” que prevê arrecadação e distribuição de kit básico de higiene e produtos para lanches. Certamente este é um estado social que demanda solidariedade radical e urgente, tendo em vista a vulnerabilidade e fragilidade social deste público.

Com a COVID. 19 a humanidade é intimada à importantes e amplas reflexões sobre a utilização de seu acúmulo econômico, social e político para enfrentar este momento que lança incertezas sobre a sobrevivência mundial. O Sistema Capitalista, estruturado em sua agenda de produzir lucro, tendo na sua base a exploração da força trabalhadora, ver-se acuado e sem estratégia para superar esta situação. Novas estratégias já começam a ser testadas como se tivéssemos caminhando para um momento singular, onde a solidariedade e a cooperação são princípios basilares para retomada da normalidade, sobretudo em locais desprovidos da atenção do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IPEA. 2016. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política, livro 1, vol. 1: O processo de produção do capital, São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

____________. O capital: crítica da economia política, livro 1, vol. 2: O processo de produção do capital, São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Tradução brasileira da Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília, 2005. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf>. Acesso em: 22 abril. 2020.

PULSÃO DE MORTE OU DE VIDA?
QUEM SABE O VÍRUS NÃO NOS PERMITA ESCOLHER?

***ALESSANDRO CESAR ORTUSO*[119]**

Resumo

Este ensaio tem como objetivo avaliar as possibilidades de uma civilização no qual a pulsão de vida prevaleça sobre a pulsão de morte. A pandemia do coronavírus, de alguma maneira, serviu de gatilho para detonar uma grande crise do capitalismo que há tempos se anuncia no horizonte, dada a agudização das contradições intrínsecas do sistema. Nesse sentido, a tese apresentada é que há uma mudança importante nas condições históricas atuais que pode ser interpretada com um espaço para o florescimento da pulsão de vida e sublimação da agressão. Para que isso fique claro, foi antes necessário a construção de um arcabouço histórico e psicanalítico com bases nas teorias freudianas e nas análises feitas pela Escola de Frankfurt.

Em 30 de julho de 1932, Einstein, às vésperas da nomeação de Hitler como chanceler alemão, incentivado pela Liga das Nações, escreveu para Freud convidando-o para uma franca troca de ideias. Logo nas primeiras linhas veio a pergunta definitiva: "Existe alguma forma de livrar a humanidade da guerra?". O assunto era de "vida ou morte para a civilização". A resposta do fundador da psicanálise, com 76 anos, apenas confirmou e ampliou o que o premiado físico já antecipara em sua carta: "(...) o homem encerra dentro de si um desejo de ódio e destruição." Freud então apresentou ao colega sua hipótese sobre as pulsões humanas. E o que é uma pulsão?

Pulsão é um conceito ligado à nossa condição instintiva animal. É uma fonte interna do corpo que gera um fluxo de estímulos contínuos, uma força, uma pressão, ou uma energia, que serve de motor para nossas atividades psíquicas. A hipótese freudiana é que essa energia pode ser de vida ou de morte. A primeira explica nossa necessidade de reunião. De sermos membros de uma comunidade e lutarmos pela sua preservação. É um esforço de vida, de amor, que pressupõe a existência do outro. A segunda, explica nossa vontade de agredir,

[119] Doutor em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É Professor e Coordenador do Curso de Relações Internacionais na Faculdade de Campinas – Facamp.

destruir ou mesmo aniquilar o outro ou a nós mesmos. Essas duas pulsões nunca operam isoladas, mas agem concomitantemente o tempo todo. A preservação da vida, ou autopreservação, por exemplo, precisa ter à sua disposição a agressividade para atingir seu objetivo. Também o amor quando dirigido a um objeto, necessita da contribuição de uma energia de domínio, agressiva, para que obtenha esse objeto. Mas, fiquemos por aqui. Maiores explicações não parecem ser necessárias. Mesmo porque, basta um auto exame honesto e corajoso para, ao menos, desconfiarmos da veracidade da hipótese. Para reconhecermos que o ódio e o amor, de alguma maneira, juntos, estão e sempre estiveram presentes na grande maioria das relações que estabelecemos com as pessoas.

O que nos interessa são as interpretações possíveis a partir dessa hipótese. E avisemos, desde logo, que a paciência do leitor precisa ser agora invocada. Comecemos exagerando, um pouco, para tornar claro o argumento e irmos logo ao ponto. Se a pulsão de morte prevalecer, é perfeitamente possível interpretar o futuro da humanidade de uma maneira pessimista. Não tem jeito mesmo! Estamos fadados a extinção como civilização! O homem é mesmo o lobo do homem! O ser humano não presta! Mas há também os que acham perfeitamente imaginável uma tribo ou família global colorida e alegre, onde as pessoas cultivem a paz e o amor ao próximo em comunhão com a natureza. Onde prevaleça o respeito, a tolerância, a vontade de ajudar e ser solidário. É uma espécie de terapia do amor, que, deliberadamente, escolhe ignorar a agressividade humana. É parte fundamental do discurso dos inúmeros candidatos a gurus espalhados pelo mundo.

Resumir e limitar o debate sobre o futuro da humanidade entre pessimistas e otimistas revela uma enorme pobreza no entendimento da condição humana. Não diz nada. O pessimista limita as possibilidades de transformações ao permitir que um certo desespero, melancólico, iniba o uso da inteligência humana para mudar a realidade em que vivemos. Já o otimista, num ato de fé, fatalista, ignora as peculiaridades do contexto histórico e se entusiasma com a ideia do inevitável progresso da humanidade. Não importa o que aconteça as coisas serão melhores.

Ao invés do pessimismo ou otimismo, do desespero e de seu antídoto mágico, melhor seria cultivarmos a esperança. Que atenção, não é um ato de fé. Mas sim uma atitude de confiança na possibilidade da justiça (LASCH, 1991). É ter a convicção de que as coisas podem ser melhores do que são, sabendo que também podem ser piores. Aqui não há ingenuidade, magia, desespero ou qualquer passividade na ação. Quem tem esperança sabe que outras possibilidades, melhores, precisam ser construídas pela ação humana quando houver oportunidades para tal. Quem tem esperança tem confiança na razão esclarecedora

que pode nos afastar da condição animal. E, nesse sentido, é preciso ser muito enfático: o homem tem pulsões, mas não natureza. O destino último das forças irmãs, amor e ódio, depende de nossa atividade intelectual. Caso contrário, deveríamos ser comparáveis a qualquer outro animal. Um leão, se tem fome, mata. Se quer copular a fêmea, o fará e agredirá seu concorrente se ele existir. Não lhe cabe a dúvida ou uma pausa para a reflexão. Não existe um intervalo entre a percepção da força pulsional, somática, e a ação. Por isso, um leão tem natureza. Um leão nasce um leão e morrerá um leão. Um outro leão, sendo leão, terá exatamente o mesmo destino único. Mas e o homem? O homem nasce homem, mas pode morrer um homem melhor ou pior. Usando seu intelecto, ele pode reagir às forças pulsionais, irracionais, mediá-las e decidir como vai lidar com essa energia de vida e de morte. Daí a esperança. Daí a história.

Não foi por razões puramente estéticas que Freud ficou obcecado pela estátua de Moisés, esculpida por Michelangelo por volta de 1513. ‘É preciso descobrir a intenção do artista?” (FREUD, 1955). Está escrito no Êxodo 32: 19, que depois de passar quarenta dia e noites no Monte Sinai, Moisés desceu carregando as duas pesadas pedras tabulares com os Dez Mandamentos escrito com o dedo de Deus. Assim que viu seu povo dançando e cantando em torno do Bezerro de Ouro, Moisés, dominado pela ira, jogou-as no chão despedaçando-as ao sopé do Monte. A escultura de Michelangelo mostra Moisés sentado, com as tábuas apoiadas no chão e seguras displicentemente pelo braço e parte da palma da mão direita. Com os dedos da mesma mão ele ainda puxa para a direita sua longa barba. Os detalhes aqui são fundamentais. A posição da perna esquerda parece mostrar que ele está prestes a se levantar, o que faria com que as tábuas inevitavelmente caíssem. Digo parece, porque para Freud, depois de uma minuciosa análise dos detalhes, a eminência do movimento é exatamente no sentido oposto. Ele não está prestes a se levantar, mas sim prestes a sentar-se e acomodar-se totalmente. Qual é, portanto, a intenção do artista para Freud? Michelangelo teve a ousadia de reinterpretar, com uma sutiliza quase imperceptível, essa importante passagem do Velho Testamento. Diante do pecado do seu povo, Moisés, num arroubo, quis levantar-se, mas parou no caminho. Conseguiu controlar sua ira. Consternado, refletiu, segurou a barba, sentou-se de volta e decidiu racionalmente não destruir as pedras escritas com o próprio dedo de Deus. Melhor assim!

O que queremos aqui dizer, depois dessa longa digressão, necessária, é que os impulsos humanos mais primitivos podem sim ser controlados e desviados para outros fins. As pulsões podem até ter uma origem e uma existência biológica, mas sua manifestação é sempre histórica. Seu destino final é sempre algo em aberto. Depende de nossas decisões

racionais. O homem, ao contrário de outros animais, pode pensar no que pensa e no que sente. Isso, tratado na totalidade social e suas relações define, justamente, o movimento e a direção da história. O homem é antes de mais nada um animal histórico. Que vai fazendo história na medida em que vai tomando decisões. Na medida em que vai historicizando suas energias pulsionais. Isso, por si só, já complica bastante nossa análise. Mas é preciso ainda dar um passo adiante. Um passo bastante difícil. Tomemos fôlego.

O passo já foi dado por Marx em 1852 quando disse no seu 18 de Brumário: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem". E por que não fazem como querem? Simplesmente porque nossas escolhas são sempre feitas em condições históricas específicas prévias. As decisões tomadas, que irão definir os novos rumos da história, são sempre diretamente influenciadas pelo contexto histórico em que estamos vivendo. Dito de outra maneira, a gama de escolhas possíveis é limitada pelo momento histórico presente que, por sua vez, é definido pelo passado. Pelos rumos pregressos que nos fizeram chegar até aqui. Isso inevitavelmente obriga a nos perguntarmos: quais são as condições históricas atuais? Como chegamos até aqui?

Vivemos hoje num regime de produção marcado pela busca incessante da acumulação de capital. Um regime que se tornou plenamente constituído após a constituição da grande indústria. Fato ocorrido originalmente na Inglaterra. Mas, ao longo do tempo, a ação das leis de movimento do capitalismo foram transformando sua forma de manifestação na sociedade. Diferentemente do século XIX, não se trata mais de um capitalismo liberal marcado pela presença de vários capitalistas, proletários e do mercado como grande mediador da produção e da distribuição. O movimento de concentração e centralização do capital, a emergência da grande empresa moderna, a produção industrial massificada, o consumo de massa e institucionalização do Estado como o grande poder administrador da economia e da sociedade, isto é, aquilo que Adorno chamou de "Capitalismo Tardio" (ADORNO, 1986), dizimou, por exemplo, a instituição da pequena família patriarcal burguesa. Condição magistralmente descrita no primeiro romance de Thomas Mann, "Os Bunddenbrook". E por que isso é tão importante para nós? Porque, a partir de então, vivemos num contexto histórico que proporciona o surgimento de um novo tipo social. Um tipo com um ego fraco, incapaz de perceber os limites do Eu e do mundo externo, que faz escolhas infantilizadas para satisfazer suas pulsões mais primitivas sem mediações racionais sofisticadas. Expliquemos melhor!

O pai da família burguesa no século XIX era uma figura central cuja autoridade era inquestionável. Nesse contexto histórico específico, a formação do ego da criança se dava através de uma disputa e posterior identificação libidinal com o pai. Era a solução típica para

o conflito edipiano retratado por Freud. Uma disputa no qual os filhos reconheciam a autoridade paterna como um limite insuperável. Quando existe um anteparo firme, uma fronteira que não se pode superar, a criança sabe até onde pode ir. Na medida em que ela vai aceitando o não, o instransponível, vai conhecendo seus limites e as fronteiras com o mundo externo. Isso permite a constituição de um ego forte, firme, autônomo, conhecedor de suas potencialidades e seus limites. Um ego que sabe quem é! E por isso mesmo sabe lidar melhor com suas pulsões primitivas inconscientes e as exigências de um superego internalizado, cujo pai teve outrora uma influência decisiva. É um ego que não desmonta frente às frustrações e fracassos inevitáveis da vida. É nesse sentido, um ego que se afasta gradativamente da condição infantil. A criança, no seio materno, não sabe distinguir o que é seu e do mundo. Tem seus desejos imediatamente satisfeitos pelo colo da mão. Se tem fome, basta chorar para logo ter o seio materno ao seu alcance. Eu quero, eu posso, eu tenho!

Pois bem. Essa constituição familiar típica do capitalismo liberal do século XIX foi gradualmente desaparecendo com o avanço do capitalismo tardio. E por que isso aconteceu? Porque a unidade familiar, principalmente a figura do pai como autoridade definitiva, o superego externo, foi sendo esvaziada pelo movimento despótico do capital e o progressivo esmagamento dos indivíduos. E como se dá esse esmagamento?

A figura paterna tinha uma certa autonomia em relação ao sistema capitalista. Era ele quem tomava as decisões importantes e definia as normas do convívio familiar. Esse papel, entretanto, foi sendo substituído pelos interesses das grandes empresas monopolistas, pela produção em massa e as agências estatais de proteção social. Dito de outra maneira, as empresas foram transformando o empresário independente, o operário chefe de família, senhores dos seus destinos e de suas famílias, em meros funcionários totalmente subordinado aos seus interesses. E até mesmo a função protetora da unidade familiar foi perdendo espaço para ação direta do Estado por meio da institucionalização do Estado de Bem Estar Social. Isso esmagou definitivamente a autoridade paterna. (COOK, 2018)

Na verdade, o esvaziamento da autoridade paterna caminha *pari passu* com o avanço da mercantilização de todas as relações sociais. Tudo vira valor de troca. O pai ao vender seu tempo e sua subjetividade para a grande empresa, deixa de ser uma autoridade pessoal no seio da família. Seu poder tornar-se abstrato e redutível à quantidade de bens que ele pode oferecer. Vale dizer, os filhos passam a ver o pai como mero provedor de bens e conforto material. O meio de acesso ao consumo massificado de uma gama ilimitada de produtos. Esse novo papel do pai, mercantilizado, traz uma mudança profunda no encaminhamento da dissolução do complexo de Édipo. A criança agora se identifica com esse papel abstrato nada

pessoal. Em última instância, a figura do pai constitui um superego muito diferente daquele observado nas famílias burguesas típicas do século XIX. O pai não é mais visto como uma autoridade externa fixa, firme, personalizada e instransponível. Um muro do qual não posso passar. Ao contrário. Na medida em que se torna um provedor abstrato de bens materiais num mundo marcado pelo avanço ilimitado do consumo, de massa, seus limites são vagos e flexíveis. Não há muros, pois amanhã haverá sempre um produto novo para ser comprado.

A figura paterna, fundamental para a constituição de um superego externo, que depois foi introjetado no ego dos filhos e assim os ajudou a constituírem seus próprios egos firmes e autônomos, conhecedores de seus limites, já não existe mais. Os filhos não mais se identificam com ele, mas sim com pessoas que tem acesso aos mais novos e modernos bens de consumo. Quem são essas pessoas? Aqueles que estão na moda do momento. Aqueles que configuram o que Jurandir Freire Costa chamou de "A moral do Espetáculo". "É assim que a massa de indivíduos é levada a admirar e a querer imitar o estilo de vida dos ricos, poderosos e famosos" (COSTA, 2005, pg 166). Essa moral espetacular nada mais é do que a chamada "Indústria Cultural" promovida pelos meios de comunicação de massa (ADORNO & HORKHEIMER, 1985) Vale perguntar, o que diriam hoje os teóricos da Escola de Frankfurt frente ao avanço colossal dos *smartphone*s e das mídias sociais?

Dito tudo isso, temos agora o arcabouço psicanalítico para tentarmos interpretar nossa atual condição histórica e as possibilidades no horizonte da humanidade. O fato é que, hoje, o superego é definido abstratamente e coletivamente pelas enormes exigências colocadas pelos padrões de sucesso definidos pela "indústria cultural ou a moral do espetáculo". São exigências enormes e infinitas. Enormes porque o padrão estabelecido não é a figura individualizada de nossos pais no seio familiar, mas sim os grandes atores, modelos, cantores, jogadores de futebol, CEO de empresas, banqueiros etc. E são infinitas porque tais celebridades são sempre efêmeras. As que estão na moda hoje não estarão amanhã. Mais do que isso, o padrão de consumo dos ricos e famosos está sempre se movimentando para um patamar além. Nesse incessante desfile de mercadorias, tudo que é novidade hoje se desmancha no ar para ficar velho amanhã. Não há limites preestabelecidos.

Nesse contexto, nossos egos não encontram mais os limites necessários para se constituir com firmeza. Não sabemos quem somos como indivíduos. Nos perdemos numa massa de pessoas que busca incessantemente a diferença para que todos fiquemos iguais. Cada nova tatuagem, personalizada, diferente, torna nossos corpos iguais a todos os demais. Cada nova peça de roupa que compramos para nos tornar únicos, nos grandes magazines globais, nos aproxima cada vez mais de uma massa uniforme.

Para nos defendermos desse superego muito duro, de exigências infinitas, cruel, damos um passo para trás. Ou, talvez, não damos um passo à frente. Para irmos em frente, seria necessário conhecermos nossos limites, sabermos quem somos como indivíduos, termos um ego firme, para assim podemos enfrentarmos as agruras e os infortúnios do mundo exterior. Sem esse ego firme, não nos lançamos nessa aventura desconhecida e ameaçadora. Investimos toda nossa energia libidinal em nós mesmos para recuperar a sensação de onipotência característica do estágio primário do narcisismo, quando as fronteiras entre nosso ego e nossas mães, um objeto externo, não estavam definidas. É como se voltássemos para o seio materno. Lugar onde todas nossas vontades eram imediatamente satisfeitas e o mundo era uma extensão de nossas vontades. É a ilusão infantil da auto suficiência. E assim, continuamos a nos identificar apenas com imagens grandiosas de nós mesmos ou ideais perfeitos de nós mesmos. Entretanto, trata-se sempre de um ego muito fraco e vulnerável por não conseguir se contrapor nem as demandas pulsionais inconscientes e nem as demandas absurdas de um superego coletivo introjetado.

Enfim, chegamos ao ponto que queríamos quando começamos esse ensaio. A personalidade típica do tempo histórico atual é a narcisista. Um sujeito que tem sua individualidade completamente esmagada por forças que lhe são estranhas. É a força abstrata, impessoal, do capital que age sobre todos nós impreterivelmente. Foi exatamente para entender como essa força, esse poder, age no indivíduo em diferentes particularidades históricas, que Michel Foucault dedicou toda sua vida. Para entender a natureza desse poder e suas relações na constituição de ‘corpos dóceis e úteis”. Mas a questão que nos interessa é compreender que esse força ou esse poder, sintetizado no superego coletivo, implica na vitória ou preponderância da pulsão de morte sobre a de vida. É a vitória da agressão e da morte sobre a vida. Isso porque temos, de um lado, a energia das pulsões inconscientes (Isso), de outro, temos o superego coletivo do capitalismo tardio. O ego, esmagado no meio, sofre, portanto, uma combinação de forças cuja síntese é, digamos, diabólica. Por que diabólica? Porque a busca da satisfação das exigências absurdas do superego exige uma enorme ação da agressividade.

O narcisista, certo de estar dotados de poderes infinitos, busca incessantemente a vitória e o sucesso num ambiente cada vez mais competitivo. O capitalismo estrutura e ordena a sociedade através da competição. Algo que fica evidente, por exemplo, no mercado de trabalho, que é por excelência o palco ou a arena de competição entre os indivíduos. Competição é luta. Em qualquer luta teremos sempre perdedores e vencedores. No capitalismo, o trabalho, é o único meio de inserção social possível do indivíduo. Ele vai

estruturando e ordenado as posições relativas de cada um na sociedade. Define e avalia quem somos! Define os ganhadores e os perdedores na acirrada luta da concorrência! Define os não existentes, isto é, os desocupados.

O narcisista, portanto, ao buscar a vitória e o sucesso exigido usa todas as suas armas. Agredir num ambiente de competição é, sempre, funcional. É sempre útil e será, inclusive, bem visto por todos seus pares se a agressão não ultrapassar as fronteiras mínimas da vida civilizada. Por exemplo, não vale, literalmente, matar o outro. Mas todos os jogos políticos de intrigas e manipulações são muito bem vindos. Podem até receber nomes mais apropriados, tais como autoconfiança, coragem, determinação, autenticidade, proatividade e capacidade de liderança. Melhor ainda se você dedicar seu tempo livre para atividades esportivas radicais ou ultracompetitivas, como o triátlon, a maratona, o alpinismo, o salto de paraquedas ou mesmo disputas com armas que atiram bolinhas de tinta colorida.

O que queremos, enfim, dizer, é que o funcionamento do capitalismo nos tempos atuais incita as pessoas a satisfazerem suas pulsões primitivas mais agressivas, muitas vezes quase sem nenhuma mediação, em quase todas nossas atividades cotidianas. Isso fica, evidentemente, mais claro na disputa dos melhores postos no mercado de trabalho, mais acontece também na disputa de notas na escola, na disputa pela compra dos melhores carros, celulares, roupas, viagens etc. Uma disputa cruel na medida em que a qualidade das coisas e experiências vividas são quase sempre relegadas ao segundo plano. A definição dos vencedores é definida por critérios puramente quantitativos. É melhor quem tem um trabalho que paga mais. É melhor o carro ou o celular mais caro. Melhores são as viagens se ficamos nos hotéis mais caros. Quanta mais países visitei, melhor a viagem!

O que precisamos enfatizar é que a agressividade, a ambição desmedida, a ganância, que passa por cima do concorrente, são todas atitudes funcionais para a definição dos vencedores no capitalismo. Daí a vitória da pulsão de morte ou, talvez, da sua manifestação quase direta sem medicações sublimadoras. Daí a constituição de uma sociabilidade marcada pelo individualismo competitivo, evidente, por exemplo, na revista Você S/A. Daí a preponderância de personalidades narcisistas, infantis, que buscam agressivamente o sucesso a qualquer custo. Pessoas que, convictas que o mundo é uma extensão de suas vontades, não sabem lidar com o fracasso e os limites impostos pela realidade, sempre, implacável. E o que fazem quando isso acontece? Respondem com mais agressividade. Há três alternativas possíveis.

A agressividade pode voltar-se contra si mesmo, vale dizer, a angústia, a depressão e a síndrome do pânico. Mas também pode ser uma agressividade dirigida ao outro. Trata-se do

ressentido, que acha que todos seus fracassos são culpa de alguém que o persegue e o atrapalha. E, por fim, pode ser também uma junção destes dois caminhos. Isso fica expresso na escolha de um líder de massas. "Alguém como nós", com a qual as pessoas se identificam afetivamente. E isso é também absolutamente infantil. É escolher uma figura paterna ou materna que nos livre de todas as angústias e governe nossas vidas. Mas isso seria assunto para um outro ensaio. Paremos por aqui!

Finalmente, já era tempo, estamos prontos para voltar à questão proposta por Einstein no início deste texto: "Existe alguma forma de livrar a humanidade da guerra?". É possível conter o "desejo de ódio e destruição" presente em todos nós? E, já que isso é um ensaio, uma tentativa de interpretação, ousemos, e perguntemos para nós mesmos: é possível uma civilização no qual a pulsão de vida prevaleça sobre a de morte? Ou então que desviemos a agressão para outros fins, a ponto de sublimá-la?

Nossa resposta, longe das interpretações pessimistas ou otimistas, carrega a âncora da esperança. E aqui nosso vírus tem um papel fundamental. Ele apertou o gatilho. Precipitou uma crise que sempre esteve no horizonte. Agiu como catalizador, explicitou e levou ao limite as contradições intrínsecas do sistema capitalista. E, nesse sentido, ele mudou as condições históricas atuais abrindo espaço para reflexões. Para que o homem possa, usando sua capacidade intelectual, talvez, decidir trilhar outros rumos e fazer uma outra história, no qual a vida prevaleça sobre a morte. Vejamos os fatos.

Do ponto de vista ecológico, é fato que os canais de Venezia estão cada vez mais limpos. É fato que a qualidade do ar nos grandes centros urbanos melhorou significativamente, permitindo a contemplação do céu e das estrelas. Também é fato que o Everest e a cadeia do Himalaia pode agora ser admirado por cidades do norte da Índia, que há décadas não o viam.

Do ponto de vista do emprego, é fato que os programas de renda básica se generalizaram pelo mundo. Para existir hoje e ter uma renda, basta ser cidadão e não ter um emprego. O vírus tornou evidente a necessidade de um outro olhar para os desempregados. Que são a maioria e não desaparecerão automaticamente quando tudo isso passar, pois há muito tempo o capital vem mostrando que é verdadeira a ideia de Marx sobre a "base miserável de acumulação" e o desemprego tecnológico. Algo que se acentua com a percepção de que muitos empregos podem hoje ser perfeitamente realizados dentro de casa. Também é fato que precisamos repensar nosso padrão de consumo. Há algum sentido em comprar um carro construído para ganhar o rali Paris-Dacar para levar os filhos para a escola? Há algum sentido em usarmos tantos carros para nos locomovermos quando é perfeitamente viável um

sistema de transporte público ecologicamente limpo? Precisamos mesmo de todas as funções e capacidade de memória que os celulares oferecem? Quantos pares de calças e sapatos precisamos para sermos elegantes?

E o rentismo? A expressão máxima do amor ao dinheiro! Está bastante claro hoje que a acumulação de capital na esfera financeira só não acabou porque os Estados impediram. Porque houve uma estatização colossal de grande parte do sistema financeiro. Houve e continuará havendo. Mas isso não significa o privilégio de poucos pago pela maioria? Aliás, faz sentido que 2.153 bilionários do mundo tenham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, ou seja, 60% da população mundial? (OXFAM, 2020).

E dada a enorme capacidade produtiva criada pelo capitalismo, tem algum sentido alguém morrer de fome ou porque não teve acesso à um respirador? Porque não direcionar a produção para o que realmente seja necessário. Para nossas necessidades absolutas? Será que os sistemas de saúde, que visam sempre a coletividade, a universalidade, podem ser privados? O vírus escolhe suas vítimas de acordo com seus planos de saúde? Poupa os mais abastados? A vacina só funcionará quando a maioria estiver vacinada. Só assim poderemos circular tranquilamente pelas ruas, praças e praias.

Em suma, o vírus trouxe a necessidade imediata de reflexão sobre todas essas questões e fatos. Estamos vivendo a perspectiva de uma mudança no contexto histórico. Talvez porque já exista no horizonte uma transformação em curso do nosso superego. Que continua sendo extremamente exigente, mas não é mais tão efêmero e volátil. Agora os limites foram impostos. Agora há um muro do qual não podemos passar. Esse novo superego está dizendo não para o consumo conspícuo ilimitado. Está tornando explícito os limites da destruição do planeta, nossa casa. Deixa evidente a necessidade de limitar a concorrência no mercado de trabalho, pois muitos serão excluídos. Deixa claro que o amor ao dinheiro não tem nenhum sentido. Morre-se por falta de ar e não de dinheiro.

Talvez o ponto chave seja pensar que esse superego, coletivo, está impondo limites também coletivos. Todos somos afetados. Todos somos perdedores. E mesmo que haja poucos vencedores, não faz sentido celebrar vitórias individuais quando muitíssimos poucos podem ser convidados para a festa. Não haverá aplausos. Talvez seja mesmo hora de aceitar nossos limites, procurarmos outros tipos humanos, mais solidários, para nos identificarmos. Talvez seja hora de parar um pouco para refletir, aceitar que o mundo não é uma extensão de nossas vontades, e sermos, portanto, menos infantis, menos narcisistas, menos agressivos e, portanto, menos bárbaros.

Se o fizermos, nos afastaremos da culpa. Reforçaremos nossos egos e assim poderemos escolher, racionalmente, privilegiar a pulsão de vida e sublimar a morte. Essa é a esperança. A mesma esperança que talvez tenha feito Michelangelo reinterpretar a Bíblia e que promoveu grandes mudanças no curso da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

COOK, Deborah. Adorno, Foucault and the Critique of the West. London, New York: Verso, 2018.

COSTA, Jurandir Freire. O Vestígio e a Aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FREUD, Sigmund. The Moses of Michelangelo. In: The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud. Volume XIII (1913-1914) – Totem and Taboo and Others Works . London: The Hogarth Press, 1955.

FREUD, S. & EINSTEIN, A. Um Diálogo ente Einstein e Freud: Por que a Guerra? Santa Maria: Fadisma, 2005. https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05620.pdf, acessado em 21/04/2020.

LASCH, Christopher. The True and Only Heaven. London, New York: Norton Company, 1991.

MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

OXFAM. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxfam Brasil: 2020.** https://oxfam.org.br/publicacoes/, acessado em 21/04/2020.

O CAPITALISMO COMO RELIGIÃO
NO CONTEXTO DA PANDEMIA POR COVID-19

JOSÉ RICARDO MACIEL NERLING[120]

Resumo:
O presente texto faz uma análise do capitalismo atual a partir dos parâmetros da religião, demonstrando algumas das formas pelas quais o sistema econômico capitalista se fortaleceu nas últimas décadas, ocupando espaço central na vida das pessoas, como uma espécie de parasita que adentra os diferentes aspectos da cultura. De maneira especial, este trabalho expõe de que forma o capitalismo reagiu frente à pandemia do Covid-19 e a sua consequente crise, especialmente em espaços como a religião, a política e o mercado, no intuito de manter o seu poder e centralidade.

O capitalismo como religião no contexto da pandemia por Covid-19

O capitalismo nasceu com o fim do sistema econômico medieval, até então baseado no modo de produção feudal. Com o início da idade moderna, marcada essencialmente pela ascensão da burguesia aos espaços de poder, o capitalismo se tornou um sistema hegemônico, especialmente na sociedade ocidental. Fortalecido pela chamada Revolução Industrial, o capitalismo, num primeiro momento, se instituiu como uma forma de organização econômica, baseada nos princípios do liberalismo clássico da oferta e da demanda.

Com o fortalecimento dessas relações produtivas e seu impacto cada vez mais global, o capitalismo passou a afetar de forma ainda mais contundente a vida das pessoas, tornando-se por si próprio "a oferta e a demanda" do atual contexto, como uma grande estrutura autótrofa. Nesse novo contexto, é possível dizer que o capitalismo dos últimos anos deixou de permear apenas as questões relacionadas à produção de riquezas, passando a atingir de forma direta ou indireta todas as questões do mundo contemporâneo, conforme propõe Bauman (2010), ou seja, o que antes era apenas uma "forma de organização da economia" hoje é uma "forma de organização da vida".

[120] Mestre em Direito (UNIJUÍ), bacharelado em Direito (UNIJUÍ), bacharelado em Teologia (UNINTA) e licenciatura em História (UNINTA), é advogado (OAB/RS), escritor e compositor.

O principal mecanismo de controle das subjetividades nesse novo capitalismo é o consumo, porém, se observa um avanço para as outras áreas da existência, fazendo com que o sistema se comporte como uma espécie de "parasita", habitando todas as esferas da humanidade.

Nesse contexto, é possível dizer que o capitalismo contemporâneo se comporta como uma verdadeira religião, sendo responsável por (res)significar tudo o que há e tudo o que acontece no cotidiano. Em outras palavras, o que antes se relegava ao mundo dos objetos e dos negócios, passa a ocupar espaço central na existência humana, marcando a pós-modernidade pelo amor pelo dinheiro e uma guerra sem fronteiras por uma economia cada vez mais neoliberal.

Alguns fatos ocorridos no contexto da pandemia por Covid-19 nos ajudam a elucidar essa hipótese. Um bom exemplo disso são as passeatas organizadas por empresários (especialmente do ramo do comércio) apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, ocorridas na última semana do mês março de 2020. Nessas manifestações, pessoas ligadas a esses setores pediam, de dentro de seus carros (talvez por medo do vírus que, contraditoriamente, o bolsonarismo nega a existência ou a periculosidade) a reabertura de lojas e o funcionamento normal do comércio de produtos não essenciais (ZYLBERKAN, 2020).

Na prática, o que se vê é que tais grupos colocam o dinheiro acima de tudo, numa espécie de "sacralização" do lucro a qualquer custo. Assim, a razão, a ciência e até mesmo a vida (seja ela humana ou de qualquer outra natureza) são desconsideradas, desprovidas de todo e qualquer valor. A fé no dinheiro acaba superando qualquer argumento ou fato inegável/irrefutável, nos mesmos moldes de uma religião totalitária e cheia de fanáticos malucos.

O filósofo Walter Benjamin foi o primeiro a propor o capitalismo como uma nova religião. Para ele, o capitalismo "está essencialmente a serviço da resolução das mesmas preocupações, aflições e inquietações a que outrora as assim chamadas religiões quiseram oferecer resposta" (2013, p. 21). Reforça essa tese o fato de que toda religião, assim como faz o capitalismo, representa os valores e os hábitos de determinada sociedade em certo período.

Isso se dá porque a religião não possui sentido metafísico propriamente dito, e sim um sentido meramente humano e social. Isso explica o fato de existirem tantas religiões e, mais ainda, os motivos de tantas rupturas, mudanças, interpretações ou seitas dentro de cada uma delas.

No caso do ocidente, o capitalismo emergiu como uma espécie de “parasita do cristianismo” (BENJAMIN, 2013), fazendo surgir movimentos como o neopentecostalismo e a teologia da prosperidade, em que a pobreza é interpretada como castigo e a riqueza como bênção, colocando a divindade como eixo central das relações econômicas e a desigualdade como resultado de sua preterição.

É com base nos mesmos preceitos que alguns religiosos têm desafiado as medidas de prevenção à pandemia, como se o “povo escolhido” (no caso, as pessoas que seguem os ritos e doutrinas da religião) estivesse imune à doença. Nota-se que há, novamente, uma lógica de “bem e mal”, de “nós e eles”, como se os humanos pertencentes àquele grupo fossem cobertos por uma espécie de “escudo sagrado” contra um fator puramente biológico, transformando o que não passa de um evento natural em um fato espiritual.

Um bom exemplo desse fenômeno “negacionista” da ciência ocorreu nos Estados Unidos da América, onde o pastor evangélico Gerald Glenn afirmou: “eu acredito firmemente que Deus é maior que esse vírus amedrontador”. Contrariando as indicações dos cientistas e das autoridades sanitárias, o religioso continuou realizando cultos normalmente. Dias depois, Gerald Glenn morreu vítima de Covid-19 (G1, 2020a).

Uma postura parecida foi adotada por alguns líderes religiosos brasileiros. Exemplo disso foi o pastor Silas Malafaia, que pediu autorização ao Poder Judiciário para realizar seus cultos e, assim, manter a arrecadação. O Judiciário, por sua vez, proibiu a realização dos eventos, com base no Decreto 46.973/20, emitido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente seu artigo 4º, que suspendeu a “realização de eventos e atividades com a presença de público, [...] que envolvem aglomeração de pessoas” (ANGELO, 2020). Não bastasse isso, alguns dias depois a rede social Twitter excluiu publicações do líder religioso, em virtude do compartilhamento de notícias falsas relacionadas ao Covid-19, o que, segundo a empresa, “infringia as regras sobre coronavírus” (G1. 2020b), vez que colocava em risco a vida e a saúde das pessoas.

O que se constata diante disso tudo, é que essas religiões capitalistas não estão preocupadas com as pessoas, e sim com o dinheiro oriundo de dízimos, ofertas e campanhas que deixam de ganhar nesse período. Ademais, parar por medo de uma doença acaba sendo uma incongruência no discurso, pois se a divindade que pregam é capaz de milagres e curas, como a igreja vai ter medo desse perigo? Segundo Benjamin (2013, p. 24-25), a resposta está no fato de que “para o capitalismo, a religião não possui interesse moral e mais elevado, e sim um interesse prático, imediato, objetivo. Por isso a importância do mito e sua relação com o dinheiro e o poder”.

Vale citar, ainda, que os ensinamentos dessas igrejas capitalistas, baseados nos dogmas da chamada “teologia da prosperidade”, são diametralmente oposto aos ensinamentos de Jesus, que, segundo os evangelhos de Matheus, chegou a dizer a um jovem rico que, para que ele fosse perfeito aos olhos de Deus, ele deveria dar os seus bens aos pobres. De acordo com os textos, Jesus também teria dito que é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus. Além disso, é possível dizer que a teologia da prosperidade, que promete riquezas pela barganha com o divino, se aproxima muito do discurso do diabo, que prometeu a Jesus o mundo caso ele o adorasse. Porém, mesmo com tamanhas contradições, o capitalismo consegue adentrar como um parasita em algumas vertentes do cristianismo e, como decorrência disso, na própria cultura dos países ocidentais, massivamente identificados com seus dogmas e, por isso, presa fácil para lobos vestidos de cordeiro.

A verdade é que, como todo parasita, o capitalismo não pode existir sem prejudicar o hospedeiro, ocasionando, uma hora ou outra, o seu enfraquecimento e, por vezes, a completa destruição. Quando as vertentes cristãs se deixam influenciar pelas influências do capitalismo, como, por exemplo, o calvinismo, elas perdem a sua essência, tornando-se meramente um fenômeno de mercado, onde as promessas da religião são vendidas como negócio ou, então, fazem parte de uma engrenagem que sustenta o neoliberalismo.

Além das questões éticas, dogmáticas e doutrinárias relacionadas à religião, existem determinados fatores estéticos que também possuem grande importância na sua efetivação e manutenção, a saber: o rito e os locais de culto. O capitalismo, além de se apropriar de outros fatores das culturas locais (como os costumes e as religiões tradicionais dos antepassados), também possui os seus locais de culto. Um bom exemplo disso são os comércios e os shoppings centers, que são locais que têm por destinação a venda de produtos e serviços, mas que se tornaram espaços de convivência nas últimas décadas. Por meio desses espaços, o capitalismo cooptou até mesmo as relações humanas, que se desenvolvem num espaço destinado puramente ao capital econômico.

Com a disseminação do Covid-19, os shoppings centers foram obrigados a fechar suas portas, fazendo com que tais “locais de culto à religião capitalista” também não pudessem funcionar de forma normal, gerando uma brusca diminuição no volume de vendas e atingindo em cheio o sistema. Por outro lado, as vendas no sistema e-commerce obtiveram aumento, segundo pesquisa, sendo que 71% dos brasileiros passaram a comprar mais pela internet no contexto da pandemia (E-COMMERCE BRASIL, 2020).

De qualquer forma, mesmo com um volume alto de vendas à distância, os dados apontam para uma queda geral na economia nacional, em todas as áreas do mercado, inclusive no varejo. De todos os setores, o mais afetado de todos é um dos que mais tem relação com a lógica religiosa: o turismo. Isso porque as primeiras formas de turismo surgiram há bastante tempo, no contexto das viagens a locais considerados sagrados pelos seguidores de determinadas religiões. Hoje, até mesmo as viagens religiosas são vistas apenas como oportunidades de negócio para agências de viagens, comerciantes, hoteleiros e outros prestadores de serviços, confirmando a tese do capitalismo parasitário. Segundo dados fornecidos pela Agência O Globo, (2020), só na segunda quinzena do mês de maio, "o setor perdeu R$ 11,96 bilhões em volume de receitas".

Diante dessa realidade, que dificulta a vida de milhões de trabalhadores, a postura de alguns políticos também não ajuda em nada. Um bom exemplo de postura irresponsável frente à pandemia é a do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que chegou a participar de manifestações públicas, indo às ruas e incentivando a aglomeração de pessoas, contrariando as indicações científicas (RIBEIRO, 2020). Conforme é possível ver em suas redes sociais, Bolsonaro, que se diz "conservador liberal", deu apoio a passeatas e eventos organizados por seus seguidores durante o período de isolamento, inclusive divulgando os acontecimentos.

Somado a tudo isso, em seu discurso oficial em rede nacional, o presidente minimizou a gravidade da doença e distorceu fatos (BÄCHTOLD, 2020). Confirmando sua postura de relativização e defendendo a volta de todas as atividades econômicas, inclusive as não-essenciais, Bolsonaro frequentou até mesmo padarias e cumprimentou pessoas que encontrou (GOMES, 2020).

A postura de Bolsonaro diante da crise se parece com a posição de outros líderes políticos mundiais, confirmando a hipótese de que o capitalismo como religião não tem fronteiras, podendo se manifestar em qualquer continente. Um exemplo disso é o presidente norte-americano Donald Trump, neoliberal convicto, que encorajou protestos contra a quarentena e disse que as pessoas que saíram de casa nesse intuito são "os que amam o país" (VEJA, 2020). Dentre outros políticos que minimizaram a gravidade do momento, também chamou a atenção o atual presidente da Tanzânia, John Magufuli, que conclamou a população a manter a economia do país funcionando e chegou a dizer: "é hora de consolidar nossa fé e seguir orando a Deus, em vez de colocar máscaras no rosto. Não deixem de rezar em igrejas e mesquitas" (ISTOÉ, 2020b).

Esses acontecimentos reforçam o que Walter Benjamin preceituou sobre o capitalismo: "uma religião puramente cultual e desprovida de dogma" (BENJAMIN, 2013, p.

24), ou seja, capaz de se inserir em qualquer nação, porque não requer mudanças culturais, para ele basta existir, independente do contexto cultural. O capitalismo é uma religião desprovida de dogma, tem a liberdade como princípio, mas ela não se trata de um princípio absoluto.

A religião capitalista já está tão arraigada na vida das pessoas, que até mesmo o isolamento tem causado pânico em determinados indivíduos, os quais têm dificuldades em simplesmente "não fazer" alguma coisa. Segundo se observa, a busca por ajuda psicológica ou psiquiátrica também aumentou nesse período (MACHADO, 2020). No fundo, se faz muito presente o vazio de "não produzir", que se torna uma espécie de "vazio da existência". Confirma isso o que diz Brampatti (2020), quando expõe que "a teoria do 'ócio criativo' traduz a ideologização do tempo livre na perspectiva da produção".

A questão do "tempo parado" é algo impensável para o capitalismo, uma vez que ele é "a celebração de um culto sem trégua e sem piedade" (BENJAMIN, 2013, p. 21-22), fato que é plenamente perceptível na fala dos neoliberais. Nesse sentido, é possível citar dois exemplos: o primeiro deles é o do empresário brasileiro Roberto Justus, que, no início da crise ocasionada pelo Covid-19, se manifestou contra a quarentena, expressando que "o total de mortos no mundo até agora foi de 12 mil. 12 mil pessoas morreram do coronavírus até agora. Isso é absolutamente nada!" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). O segundo exemplo é o de Junior Durski (um dos principais apoiadores de Jair Bolsonaro), que disse em suas redes sociais que o Brasil não poderia parar "por causa de 5 ou 7 mil mortes". O empresário do ramo de alimentos chegou a dizer que as "consequências que teremos economicamente no futuro vão ser muito maiores do que as pessoas que vão morrer agora com o coronavírus. [...] Agora vão morrer 5.000 pessoas por coronavírus que nós não podemos evitar" (ISTOÉ, 2020a). No mesmo sentido é a fala do presidente do Banco Central do Brasil, que em uma *live* feita a investidores, expressou que "quando você tem um achatamento maior, você tem uma recessão maior e vice-versa" (AUDI, 2020), instruindo que o isolamento social é prejudicial para economia.

Falas como essa reforçam a tese do capitalismo como religião, vez que relativizam a importância da vida das pessoas, como que dizendo quem pode e quem não pode viver. Mais do que isso, oferecem essas vidas como holocausto ao deus do capitalismo: o dinheiro. Nesse sentido, o capitalismo não é uma religião que oferece redenção e esperança, pelo contrário, oferece culpa e desespero.

No capitalismo, "a religião não é mais reforma do ser, mas seu esfacelamento" (BENJAMIN, 2013, p. 22), o sacrifício/imolação/expiação é justamente o que marca a

passagem do profano ao sagrado. O próprio significado dessas palavras nos remete a isso: “oferenda ritual a uma divindade que se caracteriza pela imolação real ou simbólica de uma vítima”. Nesse caso, a divindade é o capital e a vítima é o pobre. É a velha máxima de que é preciso “salvar a economia” a qualquer preço, mesmo que esse preço custe a vida de seres humanos.

Diante de todas essas questões, Agamben (2012) assevera que “o capitalismo é uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro”, em outras palavras, “a economia não pode parar”, nem que para isso tudo seja destruído.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2013), o que vivemos nos dias atuais é resultado dos acontecimentos do século XX, o qual, segundo ele, foi um século anti-humanista e de fortalecimento do capitalismo como religião. Diante disso, como forma de (r)existência, se faz necessária a profanação a essa religião capitalista, por meio da ressignificação do homem e até mesmo da ideia de Deus. Isso passa por uma maior valorização de outras questões da existência, como a vida, a humanidade, a cultura, a arte, a espiritualidade e inclusive do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **"Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro"**. Entrevista com Giorgio Agamben. Instituto Humanitas UNISINOS. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>. Acesso em: 21 abr. 2020.

AGÊNCIA O GLOBO. Ig. **Covid-19: turismo será setor mais afetado e levará mais tempo para se recuperar**. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2020-04-12/covid-19-turismo-sera-setor-mais-afetado-e-levara-mais-tempo-para-se-recuperar.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANGELO, Tiago. CONJUR. **Justiça do Rio proíbe cultos de Silas Malafaia por risco de contágio**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-22/justica-rio-proibe-cultos-silas-malafaia-coronavirus>. Acesso em: 19 abr. 2020.

AUDI, Amanda. The Intercept Brasil. **Presidente do BC diz a investidores que reduzir mortes por coronavírus é pior para a economia**. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/04/16/banco-central-presidente-coronavirus-economia/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BÄCHTOLD, Felipe. Folha de São Paulo. **Bolsonaro contrariou órgãos de saúde e distorceu cenário sobre coronavírus; veja discurso comentado**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-contrariou-orgaos-de-saude-e-distorceu-cenario-sobre-coronavirus-veja-discurso-comentado.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **O turismo como mercadoria no capitalismo avançado: uma análise conceitual**. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/43.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

COPETTI NETO, Alfredo. NERLING, José Ricardo Maciel. WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi. **O capitalismo como religião: um diálogo entre Walter Benjamin e Giorgio Agamben**. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ. Belo Horizonte, ano 16, n. 23, p. 245-262, jan./jun., 2018.

E-COMMERCE BRASIL. **71% dos brasileiros aumentaram compra online após Covid-19, aponta pesquisa**. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/brasileiros-aumentaram-compra-online-apos-pandemia-coronavirus/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Roberto Justus debate com Mion e diz que isolamento é necessário, mas 'vai custar caro'**. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2020/03/roberto-justus-debate-com-mion-e-diz-que-isolamento-e-necessario-mas-vai-custar-caro.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

G1. **Pastor evangélico dos EUA que desafiou regras de distanciamento social morreu de Covid-19**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/14/pastor-evangelico-dos-eua-que-desafiou-regras-de-distanciamento-social-morreu-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2020a.

G1. **Twitter apaga publicações de Silas Malafaia que infringiam regras sobre coronavírus**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/03/twitter-apaga-publicacoes-de-silas-malafaia.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2020b.

GOMES, Pedro Henrique. **Bolsonaro abraça pessoas e posa para fotos em padaria de Brasília**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/09/bolsonaro-abraca-pessoas-e-posa-para-fotos-em-padaria-de-brasilia.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.

ISTOÉ. **Dono do Madero diz que Brasil não pode parar por '5 ou 7 mil mortes'**. Disponível em: <https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/>. Acesso em: 20 abr. 2020a.

ISTOÉ. **Tanzânia se entrega a Deus e recusa sacrificar sua economia pela Covid-19**. Disponível em: <https://istoe.com.br/tanzania-se-entrega-a-deus-e-recusa-sacrificar-sua-economia-pela-covid-19/>. Acesso em: 20 abr. 2020b.

MACHADO, Leandro. BBC. **Coronavírus: alguns sentem tanto medo que precisam negar o que está acontecendo, diz psicanalista**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52160230>. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIBEIRO, Janaína. Exame. **Após deixar isolamento, Bolsonaro participa de manifestação em Brasília**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/no-twitter-bolsonaro-posta-videos-de-manifestacao-no-para/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

VEJA. **Discurso de Trump encoraja protestos contra a quarentena nos EUA**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/discurso-de-trump-encoraja-protestos-contra-a-quarentena-nos-eua/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. Veja. **Coronavírus: apoiadores de Bolsonaro fazem carreatas por fim da quarentena**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/coronavirus-apoiadores-de-bolsonaro-fazem-carreatas-por-fim-da-quarentena/>. Acesso em: 16 abr. 2020.

DESPERTAR PÓS COVID-19

CLARICE INÊS MAINARDI[121]

Resumo:

Como despertaremos no conceito sociedade pós COVID-19? Nas últimas semanas estamos vivendo basicamente para produzir bens de consumo. E em 2020 o mundo estagnou por causa de um vírus invisível, mas que colocou em xeque o que conhecemos como sistema de saúde no mundo, além de nos tirar grande parte do convívio social, do modo de demonstrar nossas emoções. Como todo grande evento histórico certamente será um marco a ser estudado e conceituado no futuro, espero que seja uma conceituação baseada no homem para o homem, com participação de todos os seres sociais atingidos por ela. No Brasil o enfrentamento do COVID-19 tem paralelamente o enfrentamento da situação política, completamente instável e com uma peculiaridade surpreendente a do retrocesso histórico onde se questiona até o fato do planeta ser redondo, pode-se dizer que é quase uma batalha entre os que já estão no século XXI, e os que ainda acham que pandemias são castigo de Deus, e que comunismo é diabólico, como criancinha. Este retrocesso no país é visto desde 2014 quando iniciou-se o golpe contra a então presidenta Dilma, mas não é exclusivo no nosso país, toda a América do Sul, vem novamente, repetindo a década de setenta sendo alvo do que podemos entender como uma disputa para obter o status de IMPÉRIO ECONÔMICO, entre os EUA e a China, entre o capitalismo selvagem e explorador do primeiro e o socialismo inovador do segundo. Sem a visão acadêmica, mas como observadora do dia a dia, como militante sindical tenho a noção de que é preciso reconstruir nossa sociedade nos transformando em cidadãos melhores, e que daqui a cem anos se outra epidemia assolar o planeta não se repitam os mesmos erros de agora, e que possamos aprender a respeitar-nos e a respeitar o planeta todo.

Como despertaremos no conceito sociedade pós COVID 19? Hoje os seres humanos vivem uma vida totalmente voltada ao trabalho, consumir, ter. Um momento socialmente instável no mundo, com o ressurgimento de movimentos extremistas de direita, deixando

[121] Formação acadêmica: Gestão Pública. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI; Diretora de Formação Politica da Federação dos Servidores Municipais do Rio Grande do Sul - FEMERGS

mais do que nunca ideologias políticas disputando o controle da sociedade. Mas três tipos se sobressaem, os capitalistas, os socialistas e os de centro. Falando de forma mais popular, capitalista são conhecidos como aqueles que gostam de possuir, socialistas os que gostam de dividir, e os de centro se consideram os perfeitamente adequados, um pouco de cada uma da visão de cada um dos outros dois. O sistema capitalista foi avançando sobre a sociedade com a máxima “precisamos produzir, produzir...”, assim foram sendo retirados dos trabalhadores direitos trabalhistas conquistados com muita luta, demonizando mais do que nunca o movimento sindical. O trabalhador foi transformado em um ser disposto a trabalhar muito, ganhar pouco, feriados e domingos passaram a ser considerados pecaminosos, pois o homem só é digno se trabalhar muito, para cada domingo e feriado retirados do trabalhador, a justificativa era "o mundo não pode parar e não volta ao passado". No ano de 2020, um vírus, invisível, desconhecido vem e acaba com esta teoria em menos de trinta dias. O mundo parou, o sistema capitalista está frente a maior crise de produção que vimos nas últimas décadas, e mesmo assim a vida, a sociedade continua, com abalos, com receios, com descrenças, mas a vida continuou.

O mundo parou, muitas vidas perdidas pelo colapso causado na saúde, e os países com maior número de mortes foram justamente aqueles que no momento de efetivar a única arma eficaz contra a disseminação incontrolável são aqueles que optaram pelo capital ao invés de vida, que não quiseram parar a produção para frear o causador do COVID19, países onde tudo é gerador de lucro, inclusive a saúde. Os governantes nunca mostraram tão claramente sua face cruel, mediana ou solidária. Os países, quanto mais adeptos do capitalismo, mas cruéis foram com seus cidadãos com as vítimas, pessoas morreram em casa, sem nenhuma dignidade, outras morreram no hospital, sem o direito primário de dizer adeus aos seus entes queridos. Nunca na história da humanidade vimos enterros sem o ritual considerado ideal, mesmo nos primórdios da civilização humana, os atos fúnebres sempre foram destacados na sua importância, mas até isto o vírus nos tirou. Já os governantes medianos, correram distribuir auxílio aos seus cidadãos, mas já alertando de que todos pagarão a conta no futuro, pois será necessário reconstruir. E não surpreende que a atitude mais solidária, tenha vindo justamente dos países onde o socialismo predomina, onde médicos cubanos viraram heróis, cidadãos venezuelanos dando diariamente depoimentos de solidariedade, proteção e cuidado para todos os cidadãos daquele país. Com todas estas situações, o abuso do poder econômico na aquisição de itens para proteção contra o vírus se contrapôs a cenas de pura solidariedade. Este vírus vai ser vencido, pode levar dois anos, mas a humanidade superará este novo desafio, como já superou a lepra, peste negra, gripe espanhola. Resta saber como

renasceremos do COVID19, é esta a questão que precisamos debater, para poder ter esperança de uma reconstrução social e econômica mais justa, com valores solidários e igualitários para todos onde haja garantias de que toda a humanidade tenha direito a uma vida mais digna.

Muitos teóricos farão grandes pesquisas, grandes teses sobre este período, que certamente como todo evento histórico, no futuro fará parte da educação formal, como foi a Peste Negra, ou qualquer outra epidemia que já ocorreu. Mas cabe a nós cidadãos fazer uma análise mais cotidiana, mais voltada ao que no dia a dia podemos perceber e analisar. Quem faz parte dos movimentos sociais, do mundo dos sindicatos já estava muito preocupado com os retrocessos que estão ocorrendo a nível mundial nos últimos tempos, em que o extremismo voltou a cena como no tempo da guerra fria. É como se o ser humano não conseguisse viver sem grandes conflitos, sem medos. Se fizermos um comparativo no histórico das civilizações sempre houveram elementos aterrorizantes na sociedade, o inferno, monstros marinhos, magias, demônios. Com a entrada da humanidade na modernidade, muitos destes medos foram desaparecendo, foram cientificamente explicados, foram sendo desvendados, enfim, evoluímos. Aí surge um novo, o nazismo, que varre a Europa em uma guerra mundial, que quando acaba, deixa o planeta dividido e com um novo elemento para deixar a sociedade com medo, surge o temido Comunismo, antônimo do capitalismo. Não vamos nem entrar profundamente na questão de troca do império econômico que ocorreu no final da segunda Guerra, vamos focar na construção do medo do comunismo e do endeusamento do sistema capitalista, que seria o sistema que reconstruiria a humanidade após a destruição causada pelo avanço do nazismo, o sistema que garantiria a todos uma vida digna, as palavras usadas para convencer os seres humanos sobre os benefícios do capitalismo eram sempre as mesmas: Trabalhar, poupar, se sacrificar, e querer, era só seguir estas regras e todo mundo seria feliz. Já o comunismo, era total privação de liberdade, era coisa do demônio, comiam criancinha, era a personificação do mal, histórias fantasiosas sobre religiosos sendo queimados, igrejas sendo destruídas não tinham contexto histórico, eram usados para amedrontar toda uma geração, a minha geração. O medo de uma terceira guerra mundial, com a explosão de uma bomba atômica, uma bomba de hidrogênio, capaz de eliminar todos os seres vivos e manter a estrutura física construída pelo homem em pé. Só este último item fez muitas pessoas perder o sono, algumas chegaram ao extremo de construir abrigos nucleares para tentar sobreviver.

Uma geração que no século XX, sentiu tanto medo desta terceira guerra, comparado ao medo que os seres humanos tiveram das “bruxas”, tanto medo que queimaram centenas de mulheres inocentes, como o inimigo invisível do comunismo, estava atrás do Muro de

Berlim, ou preso dentro das fronteiras da URSS de Cuba. A arma foi o terror psicológico, e acredito que usaram dos dois lados, no lado conhecido como ocidente contra o comunismo e do lado de lá o mesmo extremismo usado contra o capitalismo. E aí, seres humanos comuns, não intelectuais estudiosos de ciências políticas e sociais foram sendo contaminados por estes medos, por este PRÉ conceito durante muito tempo, e neste mesmo período na América do Sul golpes militares que usaram o medo do comunismo para convencer de que a ditadura militar era a melhor solução, aliada ao sistema capitalista é claro. Devemos refletir muito sobre este período de retirada de direitos civis, de uma verdadeira hipnose coletiva tentando direcionar todo cidadão a um mesmo caminho. A ditadura, a exploração pode ser aceita desde que, não seja executada pelo diabólico comunismo. Mas o que tudo isto tem a ver com o agora, com a epidemia de COVID 19? Eu acredito que tenha muito a ver além das teorias de conspiração existentes, já que hoje o medo da guerra biológica é real, é conhecido pois elimina o adversário preservando suas riquezas, perfeito para o sistema capitalista, além disso nosso modo de viver pode ser alterado em consequência da forma que estamos enfrentando esta epidemia, pode ser a análise equivocada de uma cidadã comum, funcionária pública e sindicalista, mas a única forma de descobrir isto é justamente através da elaboração desta análise para que seja compartilhada e discutida, e com a facilidade da globalização de informações que ainda não é a ideal, mas permite que os estudos, as concepções possam ter a participação de um grande número de pessoas, e não esteja mais confinada somente nos ambientes acadêmicos. Teremos talvez o conceito de Pós modernidade concebido de modo nunca visto, e que foi idealizado por Paulo Freire para as crianças, e talvez nos pós epidemia os adultos percebam que ele também é aplicável para todos.

"aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele" (FREIRE, 1968)

"através de sua permanente ação transformadora da realidade objetivo, os homens simultaneamente, criam a história e se fazem seres históricos sociais." (FREIRE,1068)

No mundo o colapso nos sistemas de saúde foi até agora geral, não perdoou nem os sistemas mais estruturados, como na Europa, EUA. A China até agora demonstrou mais eficácia no combate a epidemia pela rápida ação de QUARENTENA, com milhões de pessoas sendo confinadas a suas casas, indústrias paradas, comércio. Já quanto mais os governantes demoraram a tomar esta atitude que foi transformada em principal orientação da Organização Mundial de Saúde, mais vítimas ocorreram, mais vidas foram perdidas. A crueldade do capitalismo foi escancarada, de Cuba, da China vieram manifestações de solidariedade, vieram materializada através de ajuda com equipamentos e médicos, já dos Estados Unidos da América, os EUA veio a estratégica colocação de sua frota naval próximo

no território Venezuelano, o monstruoso embargo a Cuba, mesmo com toda solidariedade demonstrada pelo governo Cubano em relação ao mundo, não foi relaxado ou finalmente eliminado. Mais especificamente no Brasil, após um impeachment absolutamente desnecessário e controverso, após um mandato cheio de maldades contra os trabalhadores aconteceu uma eleição polarizada e que apesar de ser inacreditável mostrou em uma parcela da população brasileira um absoluto retrocesso, onde a face do fascismo, nazismo veio à tona com todas suas crueldades, seus preconceitos e estupidez. E neste novo contexto político em nosso país estamos enfrentando a epidemia COVID-19.

Estamos no nosso país vivendo literalmente uma situação de conflito, com manifestações absolutamente incoerentes e doentias, que não são explicáveis diante do avanço tecnológico e científico que temos hoje em pleno século XXI, grupos de pessoas agem de forma tão ignorante quase que repetindo os absurdos cometidos pela humanidade na época da Peste Negra no século XIV, em que judeus foram queimados vivos acusados de serem os causadores da peste, pessoas se flagelavam por acreditar que era castigo de Deus, e pasmem, cinco séculos depois, QUINHENTOS anos, tem pessoas que só não queimam chineses vivos por falta de oportunidade, pois vemos nos noticiários, médicos, enfermeiros e orientais serem agredidos estupidamente por estes lunáticos que parece ocuparam uma máquina do tempo e querem nos levar de volta para o período conhecido historicamente como idade das trevas. Até a teoria de que a terra é plana o nossos país enfrenta neste conturbando momento, e tudo, tudo o que está acontecendo, e baseado novamente no medo plantado durante a guerra fria do comunismo. Berlim, parece que uma grande parcela da população ainda acha que é melhor viver no caos do que correr o risco de ser comunista, mas o mais intrigante nesta minha análise totalmente despojada de justificativas ou dados cientificamente comprovados já, é de que esta parcela da população na verdade, não sabe nem o que é comunismo, e muito menos o que é capitalismo, pois os mesmos cidadãos que no impeachment da Dilma gritavam: “fora Dilma, por mais saúde, mais educação, por uma aposentadoria justa”, permitiram que o governo que substituiu a presidenta, congelasse o orçamento público na área da saúde, da educação e finalmente após anos de tentativa aprovou a reforma da previdência que veio exclusivamente para agradar o sistema capitalista, mais especificamente o sistema bancário do lucro as custas do trabalhador.

Neste contexto todo despertaremos para o amanhã, para o pós COVID-19 de acordo com o que vamos aprender agora, com o que vamos nos permitir mudar. Algumas mudanças positivas já são visualizadas dentro de todo este triste momento para nos dar esperanças de

um novo período para raça humana como sociedade, afinal todos os grandes ciclos aconteceram na humanidade após um marco do tipo que estamos vivenciando agora.

De imediato, a COVID 19 nos ensinou que podemos viver com menos consumo, menos pressa, menos companhia. Certamente o COVID 19 veio para ser o "marco zero", de um novo tempo, um novo período, que os teóricos certamente vão encaixar, nominar e produzir grandes obras sobre o assunto em um futuro bem próximo, afinal estamos vivendo num mundo onde tudo é muito rápido, onde a informação passou a ser instantânea. A globalização não permite mais a imposição de uma verdade apenas, como por muito tempo foi. E nós no dia a dia de nossas pequenas cidades, em locais que a maioria da população ainda não consegue assimilar o marco histórico da queda do muro de Berlim para a sociedade do século XXI, sim, ainda existe um grande número de habitantes nesse planeta que não é plano, que viverão e morrerão sem entender um milésimo dos movimentos políticos que nos normatizam e nos controlam.

Tem quem nunca ouviu falar de Karl Marx, imagina a reação quando souberem que ele é alemão e não russo. Que não possui o hábito da leitura, do buscar. Que nem tudo o que foi ensinado na escola absorveu, pois não era útil para o dia a dia do trabalho, e hoje recebe uma avalanche de informação de má informação através de mídias como facebook que são muito importantes, mas não possuem normatização nenhuma para garantir a qualidade e a imparcialidade das informações. Quando vivemos uma sociedade onde a "privacidade é hackeada", onde se criam informações destinadas a produzir uma resposta desejada por um grupo definido. Isto tudo somado a problemas que já estamos enfrentando a décadas, ou melhor dizendo estamos fingindo que não existem, como por exemplo a devastação sem limite da natureza, a destruição do planeta para garantir a fome voraz do consumo capitalista. E não podemos esquecer que estamos frente a uma nova mudança de Império, nova pois a última ocorreu na segunda guerra mundial, quando a Inglaterra perdeu o posto para os EUA. Muitos dos habitantes destas comunidades, sobre política entendem somente o que o candidato a prefeito, deputado ou vereador deu a sua comunidade para saúde, educação ou jogo de bocha, não possuem a noção do que são garantias sociais, individuais, ou sobre qual o papel do Estado frente a nossa sociedade.

Como exigir desta grande parte da população que ela entenda o que é tributação sobre grandes fortunas é justa, adquirir a consciência de que nem uma grande fortuna veio sem a mão de obra do trabalhador, o que significa um programa político que garanta a todos uma renda mínima básica, capaz de garantir suas necessidades mínimas, se por séculos e novamente vamos para o viés religioso, é indigno perante muitas crenças religiosas o ser

humano não suprir suas necessidades, tornando este cidadão incapaz de lutar para defender uma renda tipo a que foi criada no Brasil, que conhecemos como salário mínimo e que deveria teoricamente garantir, alimentação, moradia, lazer, saúde e educação, mas nunca foi cumprida, nunca foi executada, muito menos lutar para defender um SUS, um bolsa família.

Nós brasileiros, nunca enfrentamos uma situação de desastre em grandes proporções, a maior grande guerra que enfrentamos ficou conhecida como Guerra do Paraguai, e hoje estamos frente uma das situações dramáticas mais globalizadas que a raça humana enfrentou, pois de uma forma ou outra parou o mundo, está atingindo todos, diferentemente da segunda guerra, não destrói países fisicamente e mata pessoas em lugares de conflito, todo lugar, qualquer país vira local de conflito contra este inimigo comum, economias derrubadas, vidas ceifadas, sem falar no imenso choque que é a população viver de forma totalmente diferente do que era acostumada, menos convívio social, menos afetividade física, menos liberdade individual.

E nós brasileiros estamos enfrentando esta guerra como estão chamando, justamente em um momento que passamos não por instabilidade política, mas sim pelo enfrentamento do que muitos já estão chamando de um governo comandado por uma "seita medieval ", que contra todas as previsões sociais poderíamos imaginar que no século XXI pessoas que pensam de forma tão arcaica, que muitos defendem que a terra é plana, que Freire não é um intelectual que mereça respeito, que o país não precisa de tantos doutores. E mais inacreditável ainda é que esta camada social elegessem o presidente do país. Os brasileiros estão em situação de guerra sem comando, e pior que estar sem comando é estar em constante insegurança sobre o que poderá ser decidido por este presidente e seus seguidores. Como sairmos frente a tudo isso somente o futuro dirá, mas já podemos antecipar algumas coisas. Entre elas o receio de que algumas pessoas que seguem cegamente as teorias conspiracionistas e sem fundamento cientifico do grupo do presidente, podem acordar do estado hipnótico que estão e reagirem de duas formas, com sentimento de culpa ou inertes, e a culpa muitas vezes provoca reações violentas e drásticas, e as que não acordarem podem se aprofundar no conhecido ódio que propagam, sendo assim um agravamento da situação social que estamos vivendo.

Ninguém se iluda. Enquanto a pandemia é enfrentada, nosso futuro já está sendo discutido, ou melhor DETERMINADO. No mundo grandes corporações estão se reunindo com presidentes das grandes potências, e tenham certeza de que se reúnem, não para discutir como vão proceder para fortalecer organizações sociais, ou diminuir o sofrimento pelo mundo, não estão discutindo como será o controle sobre o capital, e destas discussões virá a

resposta de como será nosso futuro economicamente falando. E historicamente nós na América do Sul principalmente que já somos resultado de uma disputa econômica que buscavam a ampliação das fronteiras, e fortalecer o poderio econômico de países da Europa, formamos nossa personalidade como sociedade baseada neste período colonizador, não conseguimos verdadeiramente nos libertar e firmarmos nossa própria identidade como povo, como nação.

Na disputa que ocorreu na segunda guerra mundial passamos literalmente da posição de colonizados pela Europa, para a posição de submissos e objeto de manipulação política do império econômico dos EUA. Ou seja, tudo é consequência, tudo na sociedade é resultado. E um século para a sociedade como um todo, não passa de uma semana para um indivíduo, então, estamos sim presenciando uma nova mudança secular, um novo evento mundial que mudará os rumos da raça humana como sociedade. Hoje nosso objetivo maior é lutar pela vida ameaçada pelo vírus, um grande grupo acha que isto é o mais urgente. Mas não se iludam, existe o chamado grupo que defende o capitalismo, e sua forma selvagem de ser que acha até benéfico que o vírus mate milhões. Serão menos pobres, menos seres humanos para dividir o alimento e a riqueza do mundo. É preciso, porém, fazer algo ainda mais difícil: lutar pelo futuro pós-vírus.

Estamos em um processo conhecido como tomar decisões sobre o lado que eu vou estar como pessoa, não cabe mais para a humanidade ficar em cima do muro, mesmo que não possamos escolher por aqueles que ainda não tem capacidade de perceber toda "política ideológica" contida nesta escolha de futuro, teremos que como privilegiados do conhecimento fazer esta escolha e tentar trazer os não privilegiados como parceiros e companheiros para esta nova batalha que é iminente, a escolha do nosso futuro. Se não o fizermos, a retomada da "normalidade" será a volta da brutalidade cotidiana que só é "normal" para poucos, uma normalidade arrancada da vida dos muitos que diariamente têm seus corpos esgotados, explorados, a brutalidade do desrespeito ao planeta, ao meio ambiente, enfim, da barbárie capitalista em busca do lucro que não respeita nada e nem ninguém.

O rompimento do "normal", provocado pelo vírus, pode ser a oportunidade que precisamos para desenhar uma nova sociedade baseada em outros princípios, capaz de barrar a catástrofe climática e promover mais igualdade entre os homens e mais respeito aos seres vivos, esta sociedade já descrita por vários intelectuais como a sociedade justa para com todos. Precisamos refletir sobre o pior quadro que poderemos enfrentar após a epidemia ser justamente voltar à "normalidade".

Nos acostumamos com a “banalidade do mal” (ARENDT, 1963), com a miséria do outro, com a fome, passamos por moradores de rua sem a menor empatia como passamos por uma pedra, sim uma pedra, pois hoje nesta sociedade, AC COVID19, a preocupação com os animais de estimação, sua segurança, saúde, higiene, alimentação são fundamentais para os conhecidos cidadãos do bem. E sou defensora dos animais, mas este é outro aspecto desta sociedade AC COVID19, o extremismo, você não pode defender os animais e os pobres, as mulheres e os adolescentes, os negros e os brancos, os gays e os heteros, você precisa se posicionar do lado de um deles, pois não se concebe uma sociedade justa e igualitária aquela em que todos somos iguais e com direitos a respeito, saúde, dignidade.

Passou a ser normal, defender o direito de alguns através da carência de outros, e este aspecto o vírus está fazendo sua revolução, travando sua batalha, mostrando as faces sem a máscara da hipócrita sociedade do bem, sociedade esta que acusa o comunismo de ser a maior chaga da humanidade mas que não percebe que todas estas reações quase que irracionais são na verdade baseada em todos os preceitos capitalistas do ter. Hoje além do ter a qualquer custo, o ser humano encontrou na evolução do uso das imagens, dos textos, instantaneamente distribuídos pela facilidade da internet, o “ser” perfeito também, não é mais o ato que te faz bom, mas sim as mensagens que você compartilha te fazem ser bom. A caridade, a solidariedade, não é mais prática, é simplesmente postagem.

E aí em 2020, de janeiro até agora estamos nesta guerra, quase uma terceira guerra mundial, sim pois afeta todos os continentes, todos os povos, e o mais incrível é que o inimigo, é invisível, mas é poderoso, pois nos faz ter todas estas reflexões, mostra momentos de profunda emoção nas janelas dos abrigo contra o inimigo em contraponto, nos mostra a fragilidade ainda das mulheres no século XXI, que neste mesmo abrigo que deveria ser de proteção, estão sofrendo mais do que nunca a violência física, psicológica e emocional do machismo. Tudo o que aqui escrevi, absorvi nos anos de luta e trabalho social e sindical que tenho, e nesta reflexão, reafirmo que a única forma de despertarmos para um mundo melhor após tudo o que estamos passando, é nos permitir analisar, sentir e vivenciar estes momentos com o mais profundo desejo de sermos melhores amanhã, de desejarmos com convicção a construção de uma sociedade melhor de tal maneira que se daqui a cem anos, a humanidade enfrentar outra grande epidemia, que não se repitam os absurdos que estamos vendo e vivenciando hoje.

Que estejamos abertos para aprender, para compreender que somos seres sociais, que precisamos uns dos outros, que se todos puderem ter acesso ao que o mundo tem de oportunidade de dignidade compreenderemos que não é preciso viver com medo, com raiva,

com mais é simplesmente preciso viver em harmonia, com os outros, com o planeta e toda a diversidade nele existente, até mesmo com os vírus e bactérias, já disse Rosa Luxemburgo (1918) **“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? ”.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. (1968). Pedagogia do Oprimido. Saberes necessários à prática Educativa. Editora paz e Terra, coleção primeiros passos. São Paulo, 1998. GRAMSCI. Antonio. Machiavel, a Política e o Estado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

ARENDT, H. Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal. Tradução de Ana Corrêa da Silva. Coimbra: Tenacitas, [1963].

LUXEMURGO, Rosa. A Socialização da Sociedade. Die junge Garde, Berlin, dezembro 1918. Disponível em: < https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm>. Acesso em: 18, abril de 2020.

EM NOME DE DEUS:
A RELAÇÃO ENTRE PODER POLÍTICO, IGREJA E SOCIEDADE

NEILSON XAVIER DE BRITO[122]

"O meu reino não é deste mundo, se o meu
reino fosse deste mundo, pelejariam os meus servos,
para que eu não fosse entregue aos judeus;
entretanto, o meu reino não é daqui".
João 18.36

Resumo

A pandemia da COVID-19 tem estimulado a sociedade a refletir sobre valores éticos, políticos, econômicos, religiosos e da saúde pública. Precisamos encontrar uma resposta para o valor da vida. Este artigo busca refletir sobre o pensamento fundamentalista dos protestantes evangélicos, revisitando sua história e memória e a sua relação com a política imperialista norte-americana, especialmente através dos movimentos conservadores da *The Family* e do *Tea Party* e a sua influência na práxis da política brasileira.

Introdução

Philip Yancey em *Maravilhosa Graça* afirma ser "a graça o maior presente do cristianismo ao mundo [...] mais forte do que o racismo, do que o ódio". (YANCEY, 2007, p. 25) Entretanto, há vários indicadores históricos evidenciando que em muitos momentos o cristianismo, através da *práxis* de muitos cristãos, se afastou dessa graça em busca de um empoderamento político na relação Igreja, Estado e sociedade. A evangelização proselitista

[122]Doutor em Teologia – Faculdades EST/RS (2020). Mestre em Teologia – FABAPAR/PR (2015) Pós-graduação em Aconselhamento – FTBSP/2013. Especialización en Epistemologías del Sur. Universidad Sur-Sur. CLACSO/ARG e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/PT (2019). Pastor batista.

marcada pela pessoalidade (missão) seria substituída pela imposição de um Estado Cristão – "O Brasil é de Jesus".

Em alguns períodos da história, a igreja tornou-se parceira de projetos imperialistas, passando a ter "cumplicidade com esses projetos hegemônicos que incentivaram o processo de coisificação do 'outro'". (NASCIMENTO, 2015, p. 45) Na busca da salvação da alma, o corpo e todo o seu entorno em relação ao "outro" tornou-se irrelevante. "O cristianismo foi engolido pela 'cristandade', uma nova cultura, com um novo estilo de vida mais preocupado com posição social de que com uma vivência ética e solidária" (NASCIMENTO, 2015, p. 51), mas tudo centrado na igreja e em um movimento vertical. Portadora de uma "nova cultura", a igreja temporal começa a sonhar com o poder, não através das vidas e da Ética, mas de um poder político. A Igreja tomou uma atitude de contemplação e caridade. Quanto à ética, observe-se o envolvimento e a naturalidade dos cristãos com a propagação de *fake news*.

É fácil percebermos essa busca pelo poder político nas palavras proferidas em maio de 2016 pela atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, combativa do estado laico, Damares Alves: "Chegou a nossa hora, é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar". Em razão da luta pelo poder temporal não foram poucas as ocasiões em que a Ética Cristã foi e está sendo infectada por uma Teologia do Domínio.[123]

1. Revisitando a história no processo de estruturação do imaginário religioso e político dos evangélicos no Brasil.

"A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas". (LE

[123] Teologia de Domínio - É caracterizada por um comportamento belicoso e ultraconservador. Surgida nos anos 90 nas igrejas neopentecostais norte-americanas, a Dominion Theology é uma declaração de guerra espiritual do cristão contra o Diabo. Desigualdade social, injustiça, violência e guerras podem ser explicadas como maldições hereditárias ou territoriais. Nada está fora da ação demoníaca e seus *agentes:* futebol, política, artes, religião, poesia, música, intelectualismo, psicologia. Dessa forma é preciso combater através dos "soldados cristãos", e de forma agressiva. O poder político se torna então, uma arma de combate. (DIP, 2018, p 86-93)

GOFF, 2013, p. 193) Por isso, presente nas questões políticas que envolvem as ações e reações dos evangélicos de hoje, a consciência não deveria se limitar a um instante, a um ponto, a uma estrutura "imposta" ao presente, ainda que chancelada por uma (*pseudo)* consciência. (LE GOFF, 2013, p. 193)

Muitos dos comportamentos observados na sociedade estão ligados à memória – que tem "a propriedade de conservar um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar (ou não) impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". (LE GOFF, 2013, p. 387) Por isso, interpretamos a *práxis* evangélico-política atual em duas categorias: 1. Os que têm fundamentos ideológicos e apresentam maior potencialidade para o domínio e 2. Um segundo grupo que denominamos de "herdeiros comportamentais", e que a partir de comportamentos herdados e conceitos aprendidos e reproduzidos por gerações, se tornam mais susceptíveis ao domínio dos que exercem poder ideológico. Por isso revisitaremos, ainda que de forma sucinta, parte da história para lançarmos luz a esse tema, considerando quase dois séculos de influência protestante no Brasil.

Laurentino Gomes, em sua mais recente obra *A Escravidão*, evidencia em suas narrativas o envolvimento da Igreja Católica Romana no contexto Portugal e Brasil, na prática da escravização de homens e mulheres, e no caso do Brasil, em sua maioria, vindos da Angola e do Congo. Afirma o autor que a "escravidão no Brasil foi uma tragédia humanitária de proporções gigantescas. [...] é uma chaga aberta na história humana". (GOMES, 2029, p. 34, 63) E qual a posição da Igreja Romana diante dessa história de domínio, crueldade e opressão iniciada por volta de 1535? Foi quase sempre ambígua, desde a Bula Papal *Romanus Pontífex* do Papa Nicolau V, que autorizava os portugueses a escravizar os infiéis entre o Marrocos e a Índia. (GOMES, 2019, p. 11)

O envolvimento da Igreja com a escravização é percebido desde o primeiro leilão realizado em 8 de agosto de 1444, em Lagos – PT, onde quatro escravos foram doados para as igrejas e monastérios "sendo um deles vendido porque o padre precisava comprar ornamentos novos para o altar". (GOMES, 2019, p. 51). Sob o pretexto de evangelizar as almas pagãs, a Igreja e suas várias Ordens não somente consentiram, mas também se tornaram proprietárias de muitos escravos. Diante da "morte social" que significava a escravização, o padre Manoel Ribeiro Rocha estabeleceu orientações sobre a forma de castigo a ser ministrado. (GOMES, 2019, p. 309). É claro que houve clérigos que contestaram

a escravização, mas como consequência da escravidão, nasce o racismo. (WILLIANS, 2015, p. 144-145)

Nas vertentes protestantes, destacamos o fato de que nos Estados Unidos os cristãos-protestantes desenvolveram a teoria de que a escravidão era essencialmente boa e não má, se tornando uma possibilidade de evangelização (cristianizar almas pagãs). (MARTINS, 2015, p. 120) "Quem condenasse a escravidão, como pecado, como faziam os abolicionistas, atacava a própria Bíblia. Os abolicionistas eram tidos como incrédulos, porque estavam se opondo à Bíblia". (REILY, 2003, p. 2)

Interpretações textuais equivocadas e literalistas de que toda autoridade emana de Deus, e por isso não haveria espaço para contestações (Romanos 13.1-4)[124], aliadas ao pensamento social de Calvino de que " um mal governo é um chicote de Deus para corrigir os vícios do povo [...] Mesmo que injusta, imoral ou antirreligiosa, a autoridade política deve ser respeitada", (BIÉLER, 1990, p. 373) serviriam como base de apoio ao *status quo* do imperialismo norte-americano fundamentado em teorias econômicas neo (liberais). E nesse aspecto, a partir da Teologia do Domínio os "pobres" neopentecostalizados se unem a burguesia financeira, numa política contrária ao socialismo e ao social liberalismo. O neopentecostalismo é a base de sustentação do neoliberalismo nos países pobres e da tomada do Estado pelo sistema eleitoral. O que explica, por exemplo, a rejeição da participação do Estado na distribuição de renda durante a pandemia da COVID-19, uma vez que se prega o Estado mínimo. Em 1965, Carlos Lacerda já proferira em seu discurso: "O povo não pode morrer de fome para salvar a moeda", (LIRA NETO, 2019, p. 320) o que era uma afronta à proposta econômica de Roberto Campos durante a primeira fase da ditadura.

Nos países pobres, as igrejas, especialmente as neopentecostais têm servido de porta de entrada para estes sistemas de domínio, o que não isenta da responsabilidade os chamados protestantes históricos (presbiterianos, batistas, metodistas, congregacionais, assembleanos), mas que nos coloca diante do desafio de uma proposta de consciência bíblico-educativa em relação à missão social e política da Igreja.

[124]Todo o homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se a ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação. Os que governam incutem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1973, p. 1486)

A partir da Revolução Cubana (1959), a política externa dos Estados Unidos procurou através da Aliança para o Progresso impedir a ameaça "comunista" na América Latina e o Brasil foi o país prioritário nessa ação. J. F. Kennedy utilizou fartamente esse recurso. Na época, o Nordeste brasileiro, considerado uma "região explosiva" foi o alvo principal da Aliança no Brasil. As igrejas encheram suas despensas para distribuir alimentos aos pobres, como resultado da benesse norte-americana. Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil (1961-1966) objetivava criar então através da Aliança, "Ilhas de Sanidade", que serviriam de demonstração daquilo que os Estados Unidos poderiam fazer de bom no Nordeste, no Brasil e em toda América Latina. A ideologia do "anticomunismo" estava cada vez mais fortalecida. (PEREIRA, 2005, p.1-8).

Leandro Seawright, em *Messianismo protestante: a resposta de Deus no golpe civil-militar de 1964* afirma sobre o imaginário messiânico protestante:

> Os protestantes históricos brasileiros e os pentecostais renovados desenvolveram paulatinamente um imaginário messiânico-milenarista sobre a intervenção de Deus na história brasileira por meio das Forças Armadas. Os ortodoxos anticomunistas reforçaram os seus imaginários com Deus e o Diabo como opositores lógicos em suas tramas narrativas. Houve um processo de demonização das esquerdas. [...] Assim, os protestantes históricos brasileiros, e os pentecostais renovados, impuseram-se como respostas divinas ao sistema "diabólico comunista" que pôs os brasileiros à prova. (SEAWRIGHT, 2014, p. 148-149)

Portanto, foi nosso objetivo através dessa breve e incompleta revisão histórica relacionada com o protestantismo, levantar a hipótese que muitos dos conservadores e (ultra) direitistas protestantes, estão mais alicerçados no "*ouvi dizer*" do que arraigados a fundantes ideológicos, o que favorece a intervenção e influência de grupos fundamentalistas e conservadores ideológicos norte-americanos, ainda que isso represente o afastamento na crença prática de um Deus amoroso e que ama a justiça. (Miquéias 6.8; Mateus 9.13; 12.7)

John Stott reconhecia que nossa doutrina de Deus "precisa ser mais abrangente, pois tendemos a esquecer de que ele se preocupa com toda humanidade e com a totalidade da vida humana. [...] e por ser religioso demais, acaba sendo pequeno demais". (STOTT, 1989, p. 33) O conservadorismo apequena a ação e amor de Deus na medida em que se torna legalista e insensível às diversidades humanas. O fundamentalismo começa a dominar a fé e a prática cristã.

Convém lembrar que até o Pacto de Lausanne (Suíça/1974) quando cerca de 150 nações cristãs refletiram sobre a Missão Integral da Igreja, nas ocasiões em que a igreja se

envolvia com política, havia sempre uma onda de protestos. "A igreja não deve se meter com política. [...] Religião e política não se misturam". (STOTT, 1989, p. 27) Entretanto, essa prática vai mudar especialmente na região norte-americana chamada *Bible Belt - Cinturão bíblico,* onde a fé cristã protestante faz parte da cultura local. A influência da religião na política e da política na religião não se trata de uma novidade. No Brasil isso acontece de maneira mais contundente especialmente a partir de 1986, ano em que as igrejas se organizaram para eleger políticos representantes na Assembleia Constituinte. (ROCHA, 2011, p. 583)

2. **Os movimentos fundamentalistas norte-americanos e sua influência na política brasileira**

Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade* aponta o fundamentalismo (*fundamentalismo/intégrisme*) como característica e resultado das contradições da vida pós-moderna. (BAUMAN, 1998, p. 226) Esse fundamentalismo terá grande influência na política dos Estados Unidos e na América Latina através de dois grupos principais:

1. **The Family:** movimento fundamentalista norte americano que se tornou mais conhecido a partir do livro *"**The Family**: The Secret Fundamentalism at the Heart of American Power"* de Jeff Sharlet, que já indicava a mediação do governo americano com a ditadura brasileira de 1964-1985.[125]

Segundo Ariel Finguerut em *Uma nação com alma de Igreja:*

> A direita religiosa é um movimento de conservadores sociais cujo objetivo é a retomada da moralidade americana que, no século XX, esteve ameaçada pelo avanço do homossexualismo, feminismo e uso de entorpecentes, além do currículo evolucionista e do banimento da oração nas escolas públicas. Seu maior inimigo é o Estado secular, humanista e liberal, que deu espaço para a atual crise de valores - crescimento da promiscuidade, divórcio, índices de suicídio, eutanásia e aborto - e da família americana. (FINGUERUT, 2009, p.142)

[125] Fonte: https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2019/09/13/segundo-autor-brasil-foi-alvo-de-familia-antidemocratica-tema-da-netflix/?cmpid=copiaecola

Esse discurso também tem sido a base do movimento em toda América Latina desde o surgimento desse movimento em 1920. Com a eleição de Jimmy Carter (1977-1980) que frustrou conservadores com suas propostas progressistas, nos anos oitenta o jogo político americano começa a mudar influenciado pela aliança entre os neoconservadores e a direita religiosa. “Os cristãos conservadores iniciaram, então, uma aproximação com o universo judeu americano, dando espaço para discursos pró-Israel, e consolidando o sionismo cristão moderno”. (MATEO, 2011, p. 2) A partir da eleição de Ronald Reagan (1981-1989), políticas econômicas neoliberais e antitrabalhistas começam a ser implantadas. Essa política elege os republicanos George Bush (1989-1993) e George Walker Bush (2001-2009). Nesse período, os evangélicos cresceram em número e capacidade de influência e consequentemente também, as ideias da direita religiosa. No governo de G.W. Bush vários cargos em Washington são oferecidos a conservadores morais. Alguma semelhança?

> Nesta administração, a direita religiosa celebrou ganhos tangíveis - Bush assinou o *Partial-Birth Abortion Act* (2003), o *Unborn Victms of Violence Act* (2004), aumentou o financiamento para campanhas de educação sexual pela abstinência, restringiu a pesquisa com células tronco-embrionárias e deu uma ordem executiva, dias após sua posse em Washington, para estabelecer as iniciativas baseadas da fé. Além dos evangélicos que ocuparam assentos no Executivo, Bush apontou conservadores sociais para a Suprema Corte e importantes postos no exterior. (MATEO, 2011, p. 4)

2. Tea Party – TP é um movimento estadunidense criado entre 2009-2010 visando oferecer suporte a qualquer partido, mas preferencialmente o Partido Republicano, visando o bloqueio de qualquer candidatura moderada. Sua liderança (simbólica) é exercida por Sarah Palin, aliada a outros membros conhecidos como Glenn Beck (mídia conservadora) e Donald Trump. O TP tornou-se uma grande máquina de arrecadação através de grandes empresas. Em suas práticas:

> Focaram suas bandeiras contra os pacotes econômicos de estímulo, no resgate financeiro dos bancos e contra a legislação de saúde pública em discussão no Congresso (pejorativamente “*Obamacare*”). Suas palavras de ordem acompanhavam acusações contra o presidente e sua gestão, alegações racistas, anticomunistas, xenofóbicas, homofóbicas, pela criminalização do aborto e pesquisas com células-tronco, pró-armas, contrários ao controle de armas pelo Estado, dentre outras – todas justificadas por um nacionalismo ufanista profundamente militarizado. (PATSCHICKI, 2013, p. 3)

Segundo Delcourt, a TP pretende ser a “guardiã das tradições fundadoras da nação e uma resposta ao declínio dos valores e à erosão dos costumes”. (DELCOURT, 2016, p.127) Identificada também como sendo parte da terceira onda fascista sobre a sociedade, reduziria o

seu direito argumentativo. (PATSCHIKI, 2013, p. 1-2) Considere-se também a política contra a imigração. (PATSCHIKI, 2013, p. 6)

No Brasil, segundo Delcourt e também numa referência a M. Amaral:

> Se novidade existe, esta se resume na utilização de repertório de ação há muito tempo associado à esquerda e ao desvio seus símbolos [...]. Engalanada de novas roupas, ela é apenas a versão mais recente do velho acervo elitista, reacionário, anticomunista e antissocial da sociedade brasileira, convertido em ideologia antipetista. Apenas dissimula velhas reivindicações atrás de uma linguagem nova destinada a "seduzir e controlar o público de esquerda" [...]Sem qualquer exceção, o Partido dos Trabalhadores e seus representantes no governo são depositários de todos os vícios e tornados responsáveis por todos os males da sociedade brasileira; criminalidade galopante, corrupção, má gestão, dissolução dos costumes e dos valores, crise etc. Abundantemente amplificado por uma imprensa carnívora, ávida de sangue e de lágrimas, cada drama, cada caso, cada escândalo é colocado na conta seja do PT, seja do governo, seja de políticos, seja ainda do ambiente que eles teriam contribuído para instaurar. (DELCOURT, 2016, p. 128,130)

Compreendemos que toda essa influência dos movimentos conservadores e imperialistas estadunidense no Brasil e nos demais países da América Latina acontece com a bênção dos protestantes fundamentalistas, que não se propõem a repensar as relações com a sociedade e suas mais diversas expressões. É importante olharmos no Brasil a relação das igrejas com a pandemia da COVID – 19. As igrejas têm se ocupado em sua maioria, a repetir discursos governamentais sem responsabilidade social, exceto na prática da caridade e não confrontando a questão da saúde pública.

Conclusão

Rubem Alves, em seu texto *De dentro do furacão* afirma que "há um ditado zen que diz: 'o dedo aponta para a lua. Mas ai daquele que confundir o dedo com a lua'. Quem se deixa enfeitiçar pelo dedo nunca descobrirá a beleza da lua". (ALVES, 1985, p. 19)

Claro que se olharmos par os "dedos" do poder político, da igreja, da sociedade, do que se faz "em nome de Deus", dos pastores lobos, da soberba norte-americana, da manipulação midiática e religiosa que incita o povo a não pensar, teremos grandes frustrações. Que Evangelho é esse? Quem é esse Deus Encarnado? Mas se olharmos a "lua" teremos esperança e esperança se faz educando, transformando as mentes pelo ensino da

Palavra e suas afinidades. É claro que isso não nos isenta da atividade política, sob pena de cairmos apenas na contemplação. Mas, Deus é fundamentalmente amor e essa premissa precisa ser vivenciada pelos cristãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. *O Deus do furacão.* In: ***De dentro do furacão.*** *Richard Shaull os primórdios da Teologia da Libertação.* São Paulo: Sagarana; CEDI; CLAI, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. ***O mal-estar da pós-modernidade***. Trad. Mauro Gama; Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. ***Lé Editiond du Cerf.*** Paris, 1973. Tradução do texto em Língua Portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

BIÉLER, André B. ***O pensamento econômico e social de Calvino.*** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

DELCOURT, Laurent. ***Um Tea Party tropical:*** *a ascensão de uma "nova direita" no Brasil.* Lutas Sociais. São Paulo, vl. 20. n. 36, p. 126-139, jan./jun.2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/download/31852/pdf. Acesso: abril/2020.

DIP, Andrea. ***Em nome de quem?*** *A bancada evangélica e seu projeto de poder.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRANCO, Bernardo de Melo. ***É o momento de a igreja governar***. 06/12/2018. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/e-o-momento. Acesso em: 15/04/2020.

FINGUERUT, Ariel. *Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos.* In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). ***Uma nação com alma de igreja:*** *religiosidade e políticas públicas nos EUA.* São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GOMES, Laurentino. ***Escravidão*** *– Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.* Vl. 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LE GOFF, Jacques. ***História &Memória.*** Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. rev. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2013.

LIRA NETO, João L. Cavalcante. ***Castello*** ***– A marcha para ditadura.*** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PATSCHIKI, Lucas. ***Tea Party***: *Integrantes, Ideologia e Metodologia Organizativa de um Movimento Fascista na Contemporaneidade.* Cadernos do Tempo Presente, Ed. n.11, 10/03/2013. Disponível em: https://seer.ufs.br/index .php/tempo/article/view/2762 Acesso: abril/2020.

MATEO, Luiza Rodrigues. ***A direita cristã e a política externa norte-americana durante a administração W. Bush.*** Abril/2011. Disponível em: www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid... Acesso: abril/2020

MARTINS, Jaziel Guerreiro. ***Biografia do Diabo brasileiro*** ***–*** *Estudo e análise das práticas e crenças da demonologia. Curitiba-PR: A.D. Santos Editora, 2015.*

NASCIMENTO, Analzira. ***Evangelização ou Colonização:*** *o risco de fazer missão sem se importar com o outro.* Viçosa-MG: Ultimato, 2015.

PEREIRA, Henrique Alonso de A.R. ***Criar Ilhas de Sanidade:*** *Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil.* 2005, p.1-8. Disponível em: www.sapoentia.pucsp.br//tde_busca/aequivo-php?codArquivo=793 Acesso: abril/2020

REILY, Duncan. ***A história documental do protestantismo no Brasil.*** 3.ed. São Paulo: ASTE, 2003.

ROCHA, Daniel. ***"Ganhando o Brasil pra Jesus":*** alguns apontamentos sobre a influência do movimento fundamentalista norte-americano sobre as práticas políticas do pentecostalismo. Belo Horizonte.v.9. n. 22 p.583-604, jul./set.2011. Disponível em: https://www.academia.edu/2113262/_Ganhando_o_Brasil_para_Jesus_alguns ... Acesso: abril/2020.

SEAWRIGHT, Leandro. ***Messianismo protestante:*** *A resposta de Deus no golpe civil-militar de 1964.* 2014. Disponível em: www. ufcg.edu.br/historia/mnemosinerevista/Revistas/vol.5. Acesso: abril/2020.

STOTT, John R.W. ***O cristão em uma sociedade não cristã.*** Trad. Sileda S. Steuernagel. Niterói-RJ: VINDE, 1989.

YANCEY, Philip. ***Maravilhosa Graça.*** Trad. Yolanda Krievin. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Editora Vida, 2007.

WILLIANS, Eric. ***Capitalism and Slavery.*** Philadelphia : The Great Library Collection by R.P. Pryne, 2015.

O CAPITALISMO NEOLIBERAL: BREVE HISTÓRIA DA FINANCEIRIZAÇÃO E SEUS EFEITOS POLÍTICOS E SOCIAIS EM MEIO À PANDEMIA

PEDRO GERALDO SAADI TOSI[126]

LEANDRO SALMAN TORELLI[127]

Resumo

Neste breve ensaio, procuramos descrever as raízes da formação do capitalismo neoliberal, bem como problematizar algumas de suas características principais, destacando aqueles aspectos que consideramos essenciais para a compreensão dos elementos que podem significar pontos de crise e/ou ruptura deste modelo de capitalismo ou talvez do próprio sistema. Nesse sentido, destacamos a financeirização descolada da riqueza real como o elemento marcante desse tipo de capitalismo, levando-o a vivenciar constantes solavancos críticos resultantes de suas "bolhas" financeiras, que são aprofundadas na conjuntura atual de crise sanitária. Assim, as transformações impostas pelo capitalismo neoliberal na organização da vida política e na reprodução social, nesse instante, apresentam-se como pontos nevrálgicos de ruptura, que podem significar transformações de fundo na reprodução do sistema capitalista.

As crises como propriedades intrínsecas do capitalismo

Desde os chamados arbitristas e panfletistas, rios de tinta foram gastos por pensadores da dimensão econômica da vida para desvendar os seguintes dilemas: o que vale a riqueza? Como e quando se desvaloriza a riqueza? Ocorre, entretanto, que essa busca de respostas, ocorrida na passagem para a época contemporânea, apareceu sob forte chancela de teses postas umas contra as outras no sentido de compreender aquilo que a literatura denominou de teoria do valor e do capital. Ou seja, a maneira pela qual o capital incrementa riqueza a si mesmo, sendo certo que incrementos negativos eram, inclusive, parte do problema.

Karl Marx (1989) foi, com certeza, o pensador que singrou as maiores distâncias e auferiu maior profundidade nesse debate. As indicações a respeito das fortes desvalorizações que a riqueza produzida poderia experimentar de tempos em tempos faz com que textos desse debate sejam revisitados com o concomitantemente reconhecimento da deflagração das crises de realização do capital. Ocuparemos aqui da tentativa de retratar a crise da financeirização na qual estamos imersos e que será agravada sobremaneira com o impacto que a pandemia Covid-19 terá sobre a economia, para concluir sobre os impactos que esse processo de

[126] Doutor em História Econômica pelo Instituto de Economia da Unicamp-SP, mestre em História Social pela Unesp-SP (Campus de Franca). Professor do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas da Unesp-SP (Campus de Franca).

[127] Mestre em História Econômica pela Unicamp-SP. Cientista Político pela FESP-SP. Historiador pela Unesp-SP (Campus de Franca).

instalação e desenvolvimento do capitalismo neoliberal vêm impondo à vida política e à reprodução social.

Nessa trajetória, podemos considerar, conforme afirmou Schumpeter (1970), que foi com a Crise de 1929 e a consequente Depressão da década de 1930 que se consolidou cientificamente a visão marxista de que a economia capitalista oscila em ondas de ascensão e declínio em suas taxas de acumulação. Desde então, a reiteração da acumulação capitalista passou a ser admitida como cíclica e Keynes (1988) foi o principal intérprete que reconheceu, ainda na década de 1930, as limitações do pensamento neoclássico no sentido de não ser capaz de apreender a mecânica das crises do sistema capitalista, já que essa vertente teórica do pensamento econômico desposava o anátema da "oferta que cria sua própria procura" e, além disso, compreendia os fatores da produção – terra, trabalho e capital – como recursos submetidos a este anátema. Além disso, os neoclássicos teriam abandonado a dimensão social do processo e, tendo deixado à Sociologia tal papel interpretativo, encalacrando sua interpretação na dinâmica de trocas entre famílias e empresas e numa estreita compreensão de modelos matemáticos que não admitiam que, sob determinadas circunstâncias, os preços e, consequentemente, a expectativa de lucro no emprego dos fatores apresentavam rigidezes que se espalhavam e passariam a contaminar os mercados, precipitando as chamadas crises de destruição da riqueza produzida pela não realização dos capitais investidos.

Do sistema keynesiano ao capitalismo neoliberal

O sistema keynesiano, adotado em geral como saída da Depressão dos anos 1930, e o modelo da contabilidade nacional, bem como a instituição dos Bancos Centrais assumindo a qualidade de emprestadores de última instância, foram instrumentos e peças importantes criadas na formulação e operacionalização de políticas macroeconômicas desde o *New Deal* de Roosevelt, em 1932. O sistema foi se consolidando mundo afora em sucessivas ondas que atravessaram a Segunda Grande Guerra, passando pelo Tratado de Bretton Woods (1944) e pela Guerra Fria, encontrando na Crise do Petróleo de 1973 verdadeiros desafios, até chegar à severidade da Crise das Dívidas dos países subdesenvolvidos verificada na década de 1980.

O modelo keynesiano – vale dizer, a relação entre Banco Central, demais bancos de primeira linha (*deallers*) e economia da dívida – foi, mais do que nenhuma outra, a vertente prático-teórica que conferiu sustentação à hegemonia estadunidense consolidada *pari passu* na ordem mundial do período pós-Segunda Guerra e a replicação do desenho institucional dos Estados Unidos na ordem internacional. Conforme destacam Belluzzo e Galípolo:

> O *New Deal* demonstrou que era possível governar o ciclo econômico em ambiente de liberdade e conquistas sociais. Só a ação coletiva, empreendida através do Estado democrático, impediu o mergulho da sociedade americana no desconhecido. Seria difícil imaginar o destino das economias capitalistas, sem que a mão visível do Estado as tivesse protegido do autoflagelo da mão invisível do mercado. Somente a substituição dos mecanismos "automáticos" do mercado pela ação consciente do Estado foi capaz de evitar a desordem social e o avanço do totalitarismo à esquerda e à direita. O Estado regulou as relações econômicas fundamentais e o *New Deal* preparou o imaginário das sociedades para a defesa da democracia no embate

> com o nazifascismo e para a reorganização econômica, social e política, que orientou o estrondoso sucesso do capitalismo no pós-guerra (Belluzzo e Galípolo, 2017, p. 21-22).

Aquilo que alguns autores chamaram de anos dourados, entre 1945 a 1973, período em que o dólar manteve-se não só como a moeda de pagamentos nas transações internacionais, mas também como moeda convertível em ouro, não foi só um importante mecanismo de pacificação, de reconstrução e de desenvolvimento, como também legou uma espécie de espraiamento das condições e instituições de gestão macroeconômica da economia interna dos EUA repercutindo fortemente no funcionamento do sistema financeiro privado internacional, que passou a ter no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional, no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no Banco Interamericano de Desenvolvimento e no Acordo Geral de Tarifas e Comércio fontes indutoras de financiamento em dólares americanos convertíveis em ouro.

Óbvio que aqui não se pode deixar de mencionar o papel do FED (Reserva Federal, Banco Central estadunidense), na medida em que ao fazer a gestão do dólar na economia interna dos Estados Unidos, também operou em conjunto com os organismos financeiros multilaterais, acima mencionados, criados para municiar os países da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – não só nas fontes de financiamento, mas nos eventuais socorros em conjunturas de desequilíbrios. Seu papel tem sido decisivo e acabou sendo fortemente incrementado desde quando, em janeiro de 1970, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), decretou unilateralmente a não convertibilidade do dólar, sendo parte inextrincável da chamada hegemonia americana.

Com a Crise do Petróleo, iniciada em 1973, que se seguiu à não convertibilidade do dólar, o papel emissionista do FED passou a assumir proporções titânicas na ordem mundial, em decorrência da manutenção do dólar como unidade de conta no desenho das contabilidades nacionais, mesmo inconvertível, característica que se generalizou em quase todo o mundo. Com o aumento da demanda mundial por dólares americanos destinados ao fechamento dos balanços comercial e de pagamentos de cada uma das nações – especialmente aquelas altamente dependentes do petróleo, porque essas economias precisavam da moeda para pagar a conta petróleo –, o FED passou a exercer crescentemente o papel de Banco Central dos Bancos Centrais, como também passou exercer importante papel em relação aos interesses dos bancos do Sistema Internacional Privado enquanto autoridade monetária internacional que exerce a senhoriagem sobre a principal moeda demandada.

De meados de 1970 ao início dos 1980, ocorreu o excesso de liquidez causado pelo substancial aumento dos dólares em circulação na economia mundial e a queda das taxas de juros em simultâneo ao aumento dos preços do petróleo. Dessa situação decorreu que uma demanda por petróleo caro e a excessiva quantidade de dólares, petrodólares e eurodólares fizeram com que os juros fossem barateados – entre 6 a 8% ao ano. Estava aberta a janela de oportunidades que motivaria países do mundo todo a se endividarem para reposicionar seus respectivos parques industriais nos marcos das tecnologias do petróleo de então.

No decurso da década de 1980, estavam dadas as condições para a emergência da Crise da Dívida, que assolou principalmente os países subdesenvolvidos que haviam se

endividado na década anterior. Isso de fato ocorreu na medida em que os Estados Unidos precisavam controlar a quantidade de dólar em circulação na economia mundial e, também, como resultado do período imediatamente anterior, no qual a economia americana tinha perdido posições importantes para a concorrência internacional no abastecimento de seu mercado interno. Ou seja, com a necessidade de reposicionar o seu parque industrial para o abastecimento de bens de consumo *made in USA* e na medida em que poderia enfrentar fortes crises de desvalorização de sua moeda, os Estados Unidos e o seu sistema bancário, juntamente com o sistema bancário da Europa e do Oriente, na época principalmente Japão, elevaram unilateralmente as taxas de juros para a casa dos 12% e, próximo ao meado dessa década as taxas alcançaram a casa dos 22% anuais.

As assimetrias e contradições entre o público e o privado

O enredo dessa ópera é longo, cheio de marchas e contramarchas, mas vale lembrar que surgiram desse contexto as tendências ao *Tatcherismo* e ao *Reaganomics* marcando um claro retorno a postulados teóricos de inspiração neoclássicas e, com isso, o *mainstream* da economia liberal foi retomado principalmente no registro de uma ordem discursiva que ecoou não só a partir de Cambridge, mas também de Chicago e da conhecida Escola Austríaca. Surgia o capitalismo neoliberal. A "nova" vertente passou a indicar pontualmente – aqui e acolá – economias que pudessem exibir algum grau de êxito e coerência quando submetidas aos princípios neoliberais. O Chile, da ditadura militar liderada por Pinochet, foi elevado à categoria de modelo a ser seguido.

Estava dada a nova ordem do discurso econômico, ou seja, tudo que fosse estatal era, também, intrinsecamente ineficiente e tudo que fosse privado era, automaticamente, inovador e fortemente eficiente. A suposição de que menos Estado e mais mercado fosse o único caminho possível estabeleceu-se muito mais na qualidade de uma proposição do que uma prática efetiva. Isso porque quando se tratava de projetos de vulto e de horizonte temporal dilatado, ou coordenação das economias, mesmo com forte presença de capitais privados, jamais estiveram totalmente apartados da significativa presença estatal, pelo menos nas economias líderes.

Ocorre, todavia, que no plano financeiro – do meado dos anos 1980 até primeira metade dos 1990 – assistiu-se à consolidação da percepção de que as vultosas dívidas acumuladas pelos países devedores tinham ,ou estavam em vias de, se tornarem impagáveis, uma vez que contratadas a juros de 6%, teriam que seguir sendo amortizadas a taxas na casa dos 20%. Além disso, os projetos a que capitais tinham sido aplicados nos países devedores resultavam em investimentos de longa maturação e com retornos previstos para longos prazos, em um viés ainda fortemente consumidor de petróleo, o que impactava tanto no balanço comercial, quanto criava uma inconsistência econômica de difícil solução, quanto também, para além de ter a dívida agravada por pesados serviços, compunha um contexto em que o conjunto das variáveis não aplacava desequilíbrios no balanço de pagamentos desses países que passaram, ainda, a necessitar de mais financiamento para concluir o que estava apenas começando.

O que sucedeu, daí em diante, foi talvez a mais vultosa operação do capital financeiro do sistema privado internacional no sentido de assumir definitivamente a condição de

detentores da fórmula do "valor que se autovaloriza", vale dizer: estavam dadas as linhas de contorno de uma nova era. A era em que planos de renegociação de dívidas tais como os Planos Brady e Baker – sobrenomes de sucessivos presidentes do FED estadunidense naquele período – buscavam enquadrar os devedores em postulados e posturas que, ao fim e ao cabo, acabaram sendo consolidadas pela adoção das medidas decorrentes do Consenso de Washington, da Rodada Uruguay do GATT e dos Acordos de Plazza I e de Plazza II. Todas iniciativas idealizadas e colocadas em prática para salvarem os bancos privados credores ou intermediários dessas operações, em prejuízo dos Estados dos países em desenvolvimento.

Assim, no plano teórico, o discurso em prol do neoliberalismo correspondeu, no plano prático e institucional, à liberalização dos fluxos internacionais de capital facilitando a circulação de novos títulos derivados da renegociação dos países devedores que, acrescidos de uma porcentagem de ações e debêntures de empresas de alta tecnologia e, ainda, adicionados em um terço de títulos da dívida hipotecária das economias líderes coadjuvaram um verdadeiro enredo de capitais voláteis. Eram, portanto, títulos tecnicamente chamados de derivativos, que se combinavam para lastrearem o portfólio de investimentos e para sustentarem a longo prazo a solvabilidade de fundos de pensões, planos de saúde, previdência privada e que, ao comporem os ativos bancários na forma de papéis lastreando outros papéis, passaram, simultaneamente, a terem a função de "recuperar" o valor dos títulos podres renegociados como títulos da dívida dos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que serviam para compor portfólios de investimentos do setor privado. Privatizações, *joint-ventures*, fusões e conglomerações foram movimentos nos quais os capitais privados se envolveram no período.

Nesse diapasão, os bancos empreenderam acordos internacionais mediados, sobretudo pelo FED, e com a chancela dos organismos multilaterais. A partir desses acordos, as dívidas não iriam impactar na saúde financeira dos bancos na medida em que, numa operação globalmente orquestrada de securitização, as instituições financeiras passariam a recuperar suas posições com o emprego de uma modalidade de contabilidade criativa que, na prática, escondia os efeitos nocivos de papéis de rentabilidade declinante e aumentava o valor dos ativos disponíveis a serem negociados nas bolsas de valores em operação em todo o mundo e que tinham como objetivo obterem valorização adicional em negociações de mercados secundários de títulos.

A consequência disso para o sistema mundial, em particular na sua dimensão produtiva, foi um brutal descolamento entre os volumes de riqueza que circulam no plano nominal – representada pelos volumes sempre crescentes de novos papéis lastreados em papéis – e a não correspondência numérica disso com a produção e com a oferta de bens e serviços reais na economia.

A financeirização ou "o valor que se autovaloriza"

Foi à compreensão desse fenômeno que se dedicou Robert Brenner (2003), resultado de longo percurso investigativo no qual o autor se preocupou em salientar um descompasso que, àquela altura era previsível e que levaria, como de fato levou, à Crise Financeira Global de 2008. Isso porque tanto com o que foi acordado em Plazza I (no tocante à disciplina financeira das instituições em franco processo emissionista privado) quanto em Plazza II (no

que se refere à possibilidade das novas tecnologias de comunicação e informação exercerem o mesmo papel que as tecnologias baseadas em petróleo exerceram na Crise de 1929) acreditava-se que teríamos o poder de reeditar, no fim do século XX, aquilo que as tecnologias baseadas em petróleo, de 1932 em diante, fizeram. Naquele momento de meados do século XX, aquelas tecnologias superaram a dimensão especulativa das operações financeiras e alavancaram mais que proporcionalmente a produtividade econômica de modo que o movimento da produção diluiu os efeitos emissionistas e inflacionários da multiplicação acelerada dos ativos nominais da economia. Já no final da década de 1990 e princípio dos anos 2000, isso efetivamente não aconteceu, apesar da disseminação das tecnologias de informação e comunicação.

Na prática, isso significou duas ordens de coisas que foram gestadas desde os anos 1980 e que, a despeito da volumosa injeção de recursos oriundos de orçamentos públicos no sistema bancário estadunidense, por exemplo, não estancaram, mas ao contrário, continuaram a ser amplamente protagonizados pelo sistema financeiro privado internacional, que são: 1) a política do dinheiro fácil, ou a capacidade de, em nível mundial, uma crescente oligopolização das instituições financeiras conferirem ao setor a faculdade de multiplicar o valor nominal da riqueza empregando, simultaneamente, securitização/derivação de dívidas e papéis de rentabilidade duvidosa ou incobráveis por meio da chamada contabilidade criativa e; 2) a "nova economia" resultante da crescente subordinação dos bancos centrais e congêneres FED/Bundesbank aos interesses e às necessidades contábeis dos bancos líderes e suas formas de conglomeração, chamadas de fundos de investimentos, que passaram a controlar em torno de 80% da riqueza material real do planeta e, ainda assim, sequer chegarem próximo de uma posição de equilíbrio entre o que existe de riqueza financeira e de riqueza real.

A despeito de tudo isso, o mais notável desde a Crise de 1929, foi a capacidade desses instrumentos desencadeados desde os anos 1980 de criarem mecanismos de controle regional dos efeitos de eventuais processos críticos e, o que aconteceu em 1992/3 no Japão, em 1998 na Rússia, Coréia do Sul e Brasil, bem como em 2008 nos Estados Unidos, 2010 na economia central da Europa, 2014 nas economias da Islândia, Portugal, Espanha, Itália e Grécia e, mais recentemente desde 2016 na América Latina, não tiveram a capacidade de criar efeitos de espraiamento do tipo dominó em prazos curtos.

O esforço mobilizado para tanto é de proporções colossais e envolvem algumas variáveis. A primeira delas é a pressão proveniente de centros econômicos e financeiros líderes sobre as economias periféricas no sentido de ajustarem seus desenhos institucionais para que a circulação de capital financeiro seja preservada e que inovações jurídicas nos chamados desenhos institucionais/marcos legais desses países possam incorporar figuras jurídicas do tipo parcerias público/privadas, governança corporativa em empresas estatais, bem como privatização de redes e estruturas de serviços públicos, entre outras a serem implementadas ou adequadamente adaptadas. Essas inovações exercem forte impacto de proporções nunca antes experimentadas na medida em que muitas decisões jurídicas importantes passaram a ser tomadas em cortes superiores (Supremo e Superior Tribunal de Justiça) ao arrepio do que é doutrinária ou costumeiramente previsto em códigos e legislação processual infraconstitucional que restam atinentes apenas aos foros descentralizados, ou que estavam ancorados em acórdãos anteriores que deveriam ser reformados. A tendência vem

ganhando adeptos e, novos arranjos jurídicos ganham as seguintes proposições que se replicam nos manuais:

> A primeira impressão é a de que a justiça exige que a parte causadora do dano pague por ele. Entretanto, *da perspectiva da eficiência, o direito deve ser alocado à parte que mais o valoriza*. No caso de as partes seguirem o direito de modo não cooperativo, a alocação de direitos afetará a eficiência. No caso de as partes negociarem com êxito, a alocação de direitos não importará para a eficiência. Pressupondo-se que a negociação foi bem-sucedida, o uso dos recursos é eficiente, *independente da norma legal aplicada* (Porto, 2019, p. 45, grifos nossos).

A segunda variável para além da necessidade de cooperação com o capital e sua suposta eficiência é a pressão exercida sobre os centros de produção de conhecimento, mormente no ensino e na pesquisa de nível superior, no sentido de influenciar e defender os efeitos positivos de doutrinas individualistas, consumistas, competitivas e liberais. Por fim, e não menos importante, a terceira variável refere-se a pressão sobre a imprensa, as mídias e seus congêneres no sentido de induzir o processo editorial a fabricar notícias ancoradas em visões de mundo que oferecem uma espécie de sentimento de magnanimidade para com estilo de vida, ciência e a tecnologia proveniente do modelo capitalista neoliberal.

Ao lado disso tudo, os sistemas financeiros regionais secundários, com pouca capacidade de influência sobre o sistema privado de abrangência internacional, acabam se adequando como economias de forte endividamento de modo que as práticas financeiras como operações de financiamento e de rolagem de dívida pública compreendam operações de câmbio a partir de conceitos como: *hedge* e *swap*, que oferecem garantias legais ao sistema financeiro de terem preferência no pagamento da dívida pública, entre outras medidas que tenham a faculdade de transferir aos cofres públicos os riscos econômicos, minimizar as incertezas e gerar exclusividade na apropriação privada dos benefícios por esses bancos. Em outras palavras, na reiteração de formas legais de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

É nesse ambiente institucional que a pandemia de Covid-19 está colhendo a quase totalidade das economias nacionais do planeta e não é difícil perceber que, apesar dos efeitos deletérios que irá causar à saúde e à vida das pessoas, uma de suas consequências mais visíveis será a pressão maior por se mobilizar aquilo que estava direcionado para sustentar o sistema financeiro de maneira parasitária para se voltar a questões sociais e aos gastos do Estado direcionados à produção anteriormente vedados em função da instalação de um verdadeiro paradigma. O paradigma da dominação na era da financeirização do capitalismo neoliberal, na era em que o capital se tornou de forma absoluta o valor que se autovaloriza e essa autovalorização ocorre tão somente na imposição do número que, contido na contabilidade criativa das instituições financeiras, impedem-nas de exibirem a dimensão especulativa do rentismo em escala mundial.

O capitalismo neoliberal, a democracia e a reprodução social

A elaboração que fizemos até aqui procurou demonstrar o quanto a consolidação do capitalismo neoliberal veio acompanhada da diminuição, cada vez mais significativa, do papel das decisões coletivamente referendadas no que diz respeito à destinação do fundo público e mesmo da organização da vida social e sua reprodução. Um passo será dado, por fim, no sentido de acrescentar algumas linhas sobre seus efeitos na vida política e social no instante em que vivemos a pior crise sanitária dos últimos cem anos.

O sociológico alemão Wolfgang Streeck (2018) sugeriu uma interpretação de longo alcance para a compreensão da ascensão neoliberal. Em sua visão, os anos 1970 são palco de uma crise de legitimação do que o autor denomina "capitalismo democrático" dos anos pós-Segunda Guerra Mundial. Essa crise de legitimação, entretanto, teria vindo do capital. Os que "vivem de lucros" não aceitaram mais sustentar o pacto resultante dos escombros de 1945, isto é, os custos de reprodução do Estado de bem-estar que garantiam um padrão de vida razoável, ao menos nos países centrais, aos que "vivem de salários", e iniciaram práticas de greves de investimento, já apontadas por Kalecki (1943) como possibilidade diante do aumento das pressões salariais e por políticas públicas de interesse dos trabalhadores. Assim, o rompimento desta "união arranjada" entre capitalismo e democracia tem nesse instante a sua raiz. Desde então, continua Streeck, o regime capitalista avança numa "revolução neoliberal", que de tempos em tempos enfrenta crises de legitimação que vão se tornando cada vez mais intensas e significativas.

Esse processo da crise sistêmica e de algumas das saídas encontradas pelo capitalismo neoliberal apontamos nas linhas anteriores. Porém, conforme afirma Wendy Brown, o neoliberalismo não é apenas uma ordem econômica, mas também é dotado de uma racionalidade política que, em última análise, significa a destruição de um dos princípios fundamentais da democracia conforme a concebemos desde a Antiguidade: a ideia de que as decisões são políticas, tomadas no espaço público, onde os atores devem atuar no sentido de buscar convencimento e acordo. Na racionalidade neoliberal, já concebida, em muitos sentidos, desde os seus fundadores – como Friedrich Hayek e os ordoliberais – "democracia demais" atrapalha o mercado. Assim, *gestão*, *contratos* e *tecnocracia* devem se impor a *deliberação*, *contestação* e *partilha de poder* (Brown, 2019). O debate público, especialmente no que se refere a decisões econômicas, deve ser reduzido e se transformar em objeto dos "especialistas" e/ou "técnicos". Ações políticas contrárias a essa visão são logo taxadas de "populistas" nos discursos midiáticos. Não faltam exemplos desse tipo de interdição do debate da política econômica: desde os posicionamentos incontestes das chamadas agências de risco que classificam as condições de solvência dos Estados frente à sua dívida, passando pela "autonomia" dos Bancos Centrais e chegando até ao congelamento dos gastos públicos em áreas sociais ou de investimento, com exceção, é claro, dos títulos da dívida que expropriam boa parte dos recursos estatais.

Acresce-se à discussão do caráter do capitalismo neoliberal o fato, cada vez mais claro, da ressignificação da esfera da reprodução social. A diminuição significativa dos investimentos públicos nas áreas sociais e a queda dos salários reais mudaram dramaticamente a lógica de reprodução da vida social, obrigando cada vez mais pessoas das famílias a trabalharem em tempo integral para garantir o sustento de todos, inclusive nas

famílias de classe média. O argumento de Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, nas palavras da primeira, é de que:

> A ordem de gênero do capitalismo financeirizado foi construída sobre as ruínas do salário familiar no centro histórico. Esse arranjo sucumbiu a um duplo golpe. Primeiro, a queda acentuada nos salários reais, ancorada na passagem do trabalho manufatureiro sindicalizado para os McEmpregos, o que tornou virtualmente impossível para todos, com exceção de uns poucos privilegiados, sustentar uma família com um único salário. Depois, ao carisma do feminismo, que deslegitimou a dependência das mulheres de um provedor masculino. O que surgiu no lugar foi outro ideal, mais moderno: a "família com dois assalariados". Parece simpático, não é mesmo? Assim como o ideal do salário familiar, no entanto, esse também é uma mitificação. Aquilo que ele obscurece é o acentuado aumento do número de horas de trabalho pago necessário para sustentar um domicílio. Por definição, isso é problemático para famílias com somente um assalariado em potencial. [...] Praticamente todos são obrigados a transferir tempo e energia antes dedicados à reprodução para o trabalho "produtivo" (isto é, pago). Entre o maior número de horas de trabalho e os cortes no serviço público, o regime do capitalismo financeirizado espreme a reprodução social a um ponto de ruptura (Fraser e Jaeggi, 2020, p. 104-105)

Assim, o capitalismo neoliberal vai destruindo o ideal de democracia liberal, transformando as decisões das urnas em mera troca de quem está no comando dos governos, mas interditando as mudanças efetivas e reais na condução das políticas, especialmente a econômica. Além disso, dificulta as condições de reprodução social, entregando milhões de pessoas ao desamparo, familiar e estatal, diante da necessidade de reduzir os salários de base para alimentar a financeirização, obrigando que mais pessoas tenham de trabalhar por remuneração baixa ao mesmo tempo em que se reduz gastos sociais. É nesse quadro, de amplo avanço do capitalismo neoliberal sobre a política e a reprodução social, que assistimos ao surgimento devastador de uma pandemia que ameaça amplamente o esquema desse tipo de capitalismo realmente existente.

Ao que nos parece, a crise provocada pela pandemia, atinge mais forte e principalmente estes dois pilares fundamentais do capitalismo neoliberal: 1) a interdição do debate público e, por consequência, da democracia; e 2) a necessidade da ressignificação do cuidado com a reprodução social. A ideia do isolamento social, ou mesmo de um total *lockdown*, para que o vírus tenha uma velocidade menor de contágio e o sistema de saúde possa suportar a pressão, exige que os Estados tenham de executar políticas de assistência social, de garantia de renda, de proteção aos mais vulneráveis que as urnas não conseguiram impor desde a década de 1980. Além disso, a demanda por ficar em casa, cuidar de si e dos seus, propõe uma reflexão mais profunda sobre o significado da reprodução social num contexto imediatamente anterior onde as pessoas dedicavam-se quase que integralmente ao trabalho para a garantia da sobrevivência. Por fim, é importante considerar também os efeitos benéficos sobre o meio

ambiente, conforme apontam alguns estudos científicos, que a quase paralisação das atividades produtivas e de deslocamento das pessoas têm provocado.

Talvez, diante dessa pandemia, o neoliberalismo, e o próprio capitalismo, estejam sob uma nova crise de legitimação, como argumenta Streeck. Pode ser também que esse cenário permita uma crítica mais profunda e radical do capitalismo, conforme desejavam ver acontecer Fraser e Jaeggi. Por outro lado, pode acontecer de uma crise dessas redundar num aprofundamento do reacionarismo xenófobo, do conservadorismo e do Estado totalitário, como parece crer Wendy Brown.

Entretanto, afirmar de que para além do capitalismo, e mais especificamente do capitalismo neoliberal, não há saída é tão somente um argumento ideológico dos seus defensores. Conforme afirma Immanuel Wallerstein (1985), o capitalismo é um sistema histórico, fruto de processos econômicos, sociais, políticos e culturais que permitiram o seu surgimento e desenvolvimento e que, possivelmente, um dia encontrarão os seus limites. A questão é até que ponto “os que vivem de lucros” estarão dispostos a ir para preservar o capitalismo, e até que ponto “os que vivem de salários” conseguirão suportar as privações diante do cenário que se vislumbra. As decisões coletivas desses agentes, bem como da ampla zona cinzenta entre eles, é decisiva para, talvez, a preservação desta ou de outra forma de capitalismo, mais ou menos inclusivo, dependendo da perspectiva, ou do surgimento de um novo sistema a se construir, também bom ou ruim a depender do olhar dado a este futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BROWN, Wendy. *Nas ruinas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia, 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate*: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

KALECKI, Michal. Political Aspects of Full Employment. *The Political Quarterly*, n. 14, vol. 4, 1943. p. 322-331.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção *Os economistas*)

PERES, Ramiro de Ávila. Equality and responsibility in Financial Crisis: an ethical approach to the regulation of bail-outs, moral hazards and accountability. *Working papers series*. Brasília, nº 520, March, 2020. p. 1-26.

PORTO, Antônio José Maristrello. Princípios de análise do direito e da economia. In: PINHEIRO, Armando Castelar; PORTO, Antônio J. Maristrello & SAMPAIO, Patrícia Regina Pinheiro. (Coords.). *Direito e economia*: diálogos. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 25-50.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I: O processo de produção do capital. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

SCHUMPETER, Joseph. *Teorias econômicas*: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado*: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

A CRISE DO CAPITAL E A COVID-19: IMPACTOS E ALTERNATIVAS

JOÃO CLAUDINO TAVARES[128]

> Vivemos conjugando o tempo passado (saudade, para os românticos) e o tempo futuro (esperança, para os idealistas). Uma gangorra, como vês, cheia de altos e baixos – uma gangorra emocional. Isto acaba fundindo a cuca de poetas e sábios e maluquecendo de vez o *Homo sapiens.*
>
> (Gramática da felicidade - Mário Quintana)

Resumo:
A crise mundial associada à pandemia do novo coronavírus apresenta uma situação nova para a humanidade que é o fato de ser um fenômeno efetivamente globalizado. A crise do capital, por sua vez, não tem nada de novo. Ela é uma crise de superprodução, estrutural e também está associada ao esgotamento da perspectiva neoliberal. Os gestores do capital não apresentam qualquer alternativa positiva porque estão subordinados à acumulação financeira e não tem perspectiva para além das teses do neoliberalismo, isto é, do próprio capital financeiro. Estes também não querem aceitar nem as propostas conservadoras do keynesianismo. O meio técnico-científico-informacional ou o acúmulo de ciência e técnica conseguirá controlar ou eliminar a COVID-19, mas a crise do capital é muito mais complexa e parece não encontrar respostas nos limites da reprodução do capital. A consciência da encruzilhada histórica do século XXI é quem nos desafia efetivamente à construção de novas mediações sociais e humanas na produção da vida. As vítimas da perversidade da globalização são as únicas capazes de construírem um mundo novo. Estes são os argumentos e as provocações apresentados no presente artigo, composto pelos ítem: singularidades da pandemia mundial da COVIC-19; A crise de superprodução do capital agravada pela pandemia da COVID-19 e sua politização; A dificuldade de economistas e gestores do sistema de entenderem que salvar vidas é um caminho para salvar a economia e não ao contrário e; Retomando os desafios do novo milênio incluindo o combate à pandemia da COVID-19, onde apresentamos as últimas considerações.

Singularidades da pandemia mundial da COVID-19

Estamos num momento bem complicado na história da humanidade. Quase ninguém parece duvidar. Por momentos, perdemos o controle da nossa própria vida e ela se apresenta

---

[128] Docente associado do Departamento Interdisciplinar do Campus Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Ciências Econômicas (1991) e Mestrado em Economia Rural (1995) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Campus II em Campina Grande. Doutor em Geografia (2008) – área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano – pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ameaçada para quase todos os seres humanos do planeta terra. A ameaça é real, contundente e singular. Vejamos.

Nos idos dos anos de 1980, por exemplo, o nosso jovem poeta brasileiro Cazuza[129] disse: "*Senhoras e senhores. Trago boas novas*. *Eu vi a cara da morte e ela estava viva*". Ele estava se referindo ao HIV que o acometeu e a uma parcela da população. Lá poucos estavam em grupo de risco e contra eles acirraram-se preconceitos e discriminações. Outras ameaças se sucederam a exemplo do Ebola e da gripe aviária. Estes processos foram específicos e territorializados. Eles ameaçavam determinados grupos de pessoas em determinados lugares.

O que acontece com o novo coronavírus é que ele se tornou um fenômeno efetivamente universalizado. Todos, ou quase todos, em qualquer lugar do planeta terra estamos em risco. Agora, quase todos, como Cazuza naquele momento, estamos vendo a cara da morte e ela está viva. O novo coronavírus tem provocado um caos mundial.

Num mundo globalizado, este é, sem dúvida, um fenômeno efetivamente globalizado. Na perspectiva de interpretação da globalização, como observou Milton Santos, este é um fenômeno da globalização que se apresenta como perversidade e muito mais perverso para a classe trabalhadora. Não obstante, o contexto coloca em questão a globalização como fábula e esclarece sobre as contradições do processo (SANTOS, 2000).

Coloca-se para a humanidade a batalha contra a morte em primeiro plano. Cada um, por meio de sua maneira de participação na produção da vida social e humana, é chamado à responsabilidade de combater o coronavírus até que os meios técnico-científico-informacionais (SANTOS, 2002) possam controlar e/ou eliminar a COVID-19. Portanto, lutar contra a COVID-19, tentando evitar a morte de qualquer ser humano, não é uma questão individual nem só de profissionais da saúde. Também não é uma questão que o capital financeiro consiga resolver por meio de suas negociações.

A contradição e disputa de narrativas está na própria percepção do que se entende por globalização. Desde a última década do século XX, tem sido hegemônica a perspectiva da globalização enquanto fábula, sufocando todos os que denunciam a perversidade. A lógica do capital financeiro tem atropelado a todos. Na atual conjuntura ele já vinha impondo reformas que retroalimenta a perversidade contra a classe trabalhadora.

Vale lembrar que já se passaram três décadas que o neoliberalismo vem destruindo as políticas públicas e sociais na organização básica da vida social e humana. São as privatizações e cortes de políticas públicas sobretudo no campo da saúde e da educação e em

[129] Cazuza foi um jovem e rebelde poeta brasileiro, ícone da juventude de sua geração, que viveu, combateu e foi vitimado pelo HIV, na década de 1980. Citamos uma parte da música "*Boas novas*".

seu lugar colocando a mercantilização e a financeirização. Processo este que começou com os ajustamentos das dívidas dos países dependentes, entre o final da década de 1980 e o começo da década de 1990.

Por outro lado, a crítica mostrava as implicações do neoliberalismo e as consequências para a classe trabalhadora, isto é, para imensa maioria da população, a pandemia escancara a falência ou a impossibilidade da perspectiva do neoliberalismo. A COVID-19 escancara a realidade nua e crua. O capital e suas mediações não tem remédio nem remediado está.

Entretanto, a pandemia mundial do novo coronavírus não pode ser considerada como a causadora da crise atual do capital. Ela agrava a crise ainda mais. Não parece restar dúvida. A crise de superprodução e de acumulação de capital é muito mais profunda. Ela não é só produto do movimento cíclico do capital. Ela é agravada pelo esgotamento de todas as alternativas que se colocaram para fazer frente à derrubada do muro de Berlim e ao esfacelamento da URSS. Ela escancara o esgotamento da fábula da globalização neoliberal.

A crise de superprodução do capital agravada pela pandemia da COVID-19 e sua politização

O sistema atual de reprodução social, digo, o capitalismo e suas mediações, está, há muito tempo, numa autofagia, como nos ensinou o professor Francisco de Oliveira. Sabendo-se disso e tendo-se debatido por mais de três décadas sem conseguir algo para além de tentar empurrar os problemas um pouco mais para a frente e sem muito êxito é que a intensificação da agressividade passou a ser uma alternativa para os gestores do capital.

Assim, por não conseguir meios efetivos de enfrentamento de sua própria crise tem apelado para a violência como método para conter insatisfações e protestos por parte da classe trabalhadora em nível mundial. No momento, considerando a necessidade de isolamento social, como meio para reduzir os impactos da COVID-19, para salvar vidas, determinados gestores agem sem terem contraponto dos afetados por meio da necropolítica.

Na verdade, a violência, no processo, tenta esconder a incompetência para tratar da situação real e os governos violentos são violento porque são incompetentes. Os assessores são incompetentes. Para eles uma educação boa deve ser atacada porque ajuda educandos no desvelamento do que tentam esconder. Vale aqui lembrar o poeta (Zé Geraldo) quando disse: "*Não se deixe intimidar pela violência. O poder de sua mente é toda sua fortaleza. Pouco*

importa esse aparato bélico universal. *Toda força bruta representa nada mais do que um sintoma de fraqueza*"[130] (grifos nossos).

No meio da incompetência temos oportunistas que ficam o tempo todo na espreita tentando tirar algum proveito e quando a oportunidade surge é para se aproveitar das situações dificultosas dos outros, ou como se diz no popular "*se aproveitam da desgraça dos outros*". Mas, como disse Luiz Gonzaga, "*todo mundo lamenta a desgraça que acha que passa num dia de azar. Mas se disso tirar algum proveito sorri satisfeito fingindo chorar*"[131].

Isto é o típico caso das agências financeiras, operadoras de crédito, que se aproveitam das situações de endividamento das famílias para as endividar ainda mais. Elas se fazem de boazinhas para trabalhadores pelo fato de emprestarem quando outros não mais confiam ou quando outras possibilidades de endividamento já foram esgotadas. É assim que agem os oportunistas que ganham a vida com a desgraça dos outros. Estes só se importam com questões estritas, pelo chamado funcionamento normal da economia porque é aí onde reside a sua expectativa. Se incomodam se o fluxo de produção e consumo deixa de funcionar porque o risco de não receber as parcelas dos empréstimos passa a existir.

Entretanto, vale salientar que o endividamento se converte, para o trabalhador, em tempo de trabalho, de *sobretrabalho*.

Quando falamos da perversidade da crise para a classe trabalhadora, dessa vez como das outras anteriores é porque é só ela quem produz a si própria como produz o capital, em suma, produz a sociedade burguesa. A produção da sociedade tem como base a exploração da força de trabalho. O capital luta o tempo todo para que este desvelar não se faça consciência. Não querem uma educação que formem sujeitos sociais críticos. Como mostrou Marx, ainda no desvelar da "*Economia vulgar*":

> Na medida em que o capital apareça no processo de circulação, o que de modo particular contraria a concepção corrente; desde que apareça, no capital comercial, como uma espécie de capital que exclusivamente se encarrega dessa operação, o lucro se torna associado a uma surda representação de logro generalizado, de modo mais específico, o comerciante logrando o capitalista industrial, como este logrando o operário. Ou ainda, o comerciante logrando o consumidor, como os produtores se logram mutuamente. Seja como for, o lucro é explicado a partir da troca (exchange), a partir de uma relação social e não a partir de uma coisa (MARX, 1982, p. 190).

---

[130] Zé Geraldo é um importante representante da música popular brasileira, originário lá da "Serra da Onça", em Minas Gerais. A citação é da música "*Como diria Dylan*".

[131] Luiz Gonzaga foi um dos maiores representantes da música popular brasileira do século XX. A citação é parte da música "*Fogo pagou*", com letra de Rivaldo Serrano de Andrade.

Lograr aqui tem o sentido de se conseguir ludibriando alguém[132]. Parece um jogo. Entretanto, todos logram os trabalhadores. É a luta de classes. Isto significa que, em essência, os trabalhadores não recebem pelo que produzem, mas pelo preço da força de trabalho. Mais tarde foi desvelado o segredo do enriquecimento que está na exploração da classe trabalhadora onde os proprietários dos meios de produção vivem do trabalho não pago (MARX, 1983). Quanto mais profunda é a crise maior é a necessidade de apropriação de trabalho não pago, que representa a elevação da negação do tempo livre para a classe trabalhadora.

As sucessivas crises também têm o papel de colocar a dialética nas cabeças dos mais tacanhos. Sobre isto Marx destacou que:

> O movimento, repleno de contradição, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivens do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante – a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quando pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunados do novo Sacro Império Teuto-Prussiano (MARX, 1983, p. 21).

Este aspecto, quando a crise se faz contundente e consciência para os burgueses práticos eles se sentem verdadeiramente ameaçados. No século XX eram ameaçados também pelo chamado socialismo real e agora é pela própria estrutura da reprodução do capital sem outros subterfúgios. A dialética se tornou esclarecedora.

A dificuldade de economistas e gestores do sistema de entenderem que salvar vidas é um caminho para salvar a economia e não ao contrário.

Porque a maioria dos economistas e especialmente os que estão em gestões não conseguem dar respostas plausíveis do ponto de vista da lógica do capital, aos problemas econômicos da realidade atual? Temos algumas indicações.

Os economistas de hoje são produto de aproximadamente gerações influenciadas pela hegemonia do pensamento vulgar neoliberal que invadiu os cursos de Graduação em Ciências Econômicas e anda lado a lado com as políticas neoliberais. Na verdade, a grande maioria aderiu às concepções manualescas que quase haviam sido extintas com as reformas

[132] "Logro: Ato ou efeito de lograr; burla; engano propositado; o mesmo que embuste; logração; burla; dolo; embrulho; fraude; manganilha; manta; mofatra; papironga; trapaçaria; gozo; fruição; (ant) lucro; (pl. logros)" (BUENO, 1984, p. 669).

curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas, particularmente no Brasil. A maioria dos economistas e seus professores influenciadores desconsideram os clássicos das grandes correntes do pensamento econômico e, por consequência, aderiram às visões tecnoburocráticas que não dão conta de enfrentamento dos problemas reais. Entretanto, quando os gestores erram, seus erros afetam a grande maioria da população e emperram até o sonhado desenvolvimento econômico ou qualquer outra perspectiva de positividade, mesmo para o capital, em médio e longo prazo.

John Kenneth Galbraith, no seu livro "*A economia das fraudes inocentes: verdades para o nosso tempo*", escrito em 2003 e publicado em 2004, apresentou importantes críticas ao processo de formação de economistas e administradores ao que chamou de umas fraudes inocentes e outras nem tão inocentes, marcadas pelo obscurecimento da realidade "*por preferências sociais e rotineiras e por vantagens pecuniárias ou de grupos tanto em economia e política como em qualquer outra área*" (GALBRAITH, 2002, p. 9).

No primeiro capítulo, Galbraith faz a seguinte observação e questionamento: *"Esta obra deve enfrentar, de início, uma aparente e grave contradição: como a fraude pode ser inocente? Como a inocência pode ser fraudulenta?",* indicando que: "*Algumas dessas fraudes decorrem da economia tradicional e de seu ensino, e outras, das visões habituais da vida econômica*" (GALBRAITH, 2004, p. 15).

Não sabendo o que fazer resta obedecer quem estiver no poder e os contratarem. Podem mesmo tomar decisões que afetam o próprio capital se não no curto, no médio e longo prazos. As reformas ancoradas no neoliberalismo foram perversas para a classe trabalhadora mas afetaram o próprio capital. Aliás, vão na direção contrária ao que propôs John Maynard Keynes, para salvar o capitalismo diante de uma de suas maiores crises; a crise de 1929. As alternativas parecem ter se esgotado. Ainda há o que fazer?

São os representantes das fontes de rendimentos do capital financeiro dando as cartas e tentando se salvar sufocando suas fontes que são os trabalhadores por meio do endividamento cada vez mais crônico. Endividamento que para o trabalhador implica em sobretrabalho; trabalho extensivo, intensivo e precarizado.

Keynes, por sua vez, denunciou a "*eutanásia do rentier e, consequentemente, à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital*" (KEYNES, 1985, p. 255). Para fazer face à crise de superprodução deveria ser mantido o rendimento real da classe trabalhadora e distribuir renda através da criação de atividades que empreguem trabalhadores sem aumentar a produção de riqueza material. Para tanto, é importante a intervenção do Estado. Nesta perspectiva, Keynes mostrou que:

> (...) O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, recorrendo a outras medidas. (...) Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação próxima do pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitem ao Estado cooperar com a iniciativa privada. (KEYNES, 1985, p. 256).

Portanto, frente às observações acima e na atual conjuntura, a necessidade é de salvar vidas como sinônimo de salvar a economia e não colocando uma coisa em oposição a outra. O caminho que deve ser trilhado é o da manutenção da renda de trabalhadores formalizados e a garantia de alguma renda para todos os demais. Lembrar que para o capital não somos nem gente, somos força de trabalho a ser explorada para produzir o próprio capital ou somos renda para consumir os produtos que nós mesmos produzimos.

Se as reformas com intuito de cortar gasto, concentra renda e impede que a classe trabalhadora mantenha certos níveis de consumo sem que seja pela ampliação do endividamento - o que implica na *"eutanásia do rentier"* -, já vinha prejudicando cronicamente a economia, a necessidade da "*influência orientadora sobre a propensão a consumir*" se coloca como a tábua de salvação do capital no momento ainda mais afetado pelo novo coronavirus, pela COVID-19.

Do ponto de vista do capital, como do ponto de vista de Keynes, outrora, o isolamento social – que para nós salva vidas humanas – é para salvar consumidores. O burguês prático entende isto. Perguntem para Bill Gates. Ele sabe que a sobrevivência do capital depende do consumo da classe trabalhadora e não dos capitalistas. Por isto fazem doações que não tem nada de filantropia. Com isso, salvar a própria pele, lhe é uma questão vital. Fora disso é estupidez.

Não importa o que custar para salvar vidas. Os gastos monetários de hoje para salvar vidas é o mesmo que salvar consumidores. Vidas de idosos salvas, nos dias de hoje, são rendas familiares mantidas. As operadoras de empréstimos têm em idosos, aposentados, funcionários públicos, fontes de seus rendimentos. Perguntem para a Crefisa. É uma questão de lógica formal e bem óbvia.

Retomando os desafios do novo milênio incluindo o combate à pandemia da COVID-19

No livro *"Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*", que consideramos o melhor livro do século XX sobre o Século XX, Eric Hobsbawm encerra dizendo que estamos numa encruzilhada histórica.

Eric Hobsbawm observou que "[....] *uma paisagem já deixada irreconhecível pelas convulsões tectônicas do Breve Século XX* [....]" (HOBSBAWM, 2004, p. 561), e que (re)coloca importantes desafios. Estes desafios não apresentam comparativos históricos. Desde a derrubada do muro de Berlim e do esfacelamento da URSS, isto é, do encerramento do "breve século XX", da farra dos apologistas do capitalismo alardeando sobre o fim da história, *à la Fukuyama* se tornou mais difícil falar em possibilidades de superação das relações constitutivas da sociedade burguesa.

Os estragos materiais, políticos e ideológicos do início do século XXI (desde 1991, considerando o dito por Hobsbawm) tem pesado mais contra do que a favor das indicações de alternativas que superem as relações sociais burguesas.

Não obstante, considerando que a crise tem explicitado os limites e as impossibilidade de continuidade do processo de acumulação do capital por muito tempo, o futuro é incerto. O que colocar no lugar? Hobsbawm foi bem contundente quando disse que:

> [....] Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum.* O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de serem destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar.
>
> Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (HOBSBAWM, 2004, p. 562).

Não restam muitas escolhas. Fica também o dito por um dos grandes poetas, o tocantinense Juraildes da Cruz, que disse: *"Se correr o bicho pega, mas se limpar o bicho some. Tem que desembaraçar o novelo da vida do homem*"[133].

Alguma perspectiva positiva, ainda que para a reprodução social, tem que passar por políticas públicas para as necessidades básicas da população, particularmente para a classe trabalhadora. São as políticas envolvendo as questões essenciais da produção da vida como alimentação, educação, saúde, moradia em contraposição à voracidade do capital financeiro.

Na conjuntura atual, em meio à pletora de obnubilações (pensamentos confusos), o ódio e o medo tem sido métodos dos que estão no poder para intimidar a crítica e s contraposições. O segredo da esfinge foi desvelado e, paradoxalmente, quem desvendou é quem está sendo empurrado penhasco abaixo. Não vamos cair! Primeiro venceremos a pandemia, depois ...

E o desafio que se coloca para a classe trabalhadora que agora deve entender porque ela está efetivamente globalizada ainda que por uma pedagogia perversa como a colocada pelo novo coroavírus. A classe trabalhadora não tem nada a perder a não ser as suas correntes que retroalimenta a sua miséria. Aliás, algo que já foi dito em 1948.

Embora, na imediaticidade, a luta seja pela reprodução das condições sociais existentes, não tardará a percepção segundo a qual a vida impõe a ruptura como o sistema atualmente posto, isso é, com a produção da vida mediada pelo capital.

Por fim, vale lembrar que: viver é um direito humano e envelhecer é uma vitória da vida, apesar da *necropolítica*. Quando vencermos a conjuntura difícil e desafiadora, que se trata de vencer a COVID-19, talvez possamos valorizar mais a vida humana e a emancipação humana possa ser levada a sério pela maioria. Assim, talvez possamos produzir algum futuro sem repetir o passado ou o presente. Prestemos atenção no que nos disse Eric Hobsbawm.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11 ed. 8 tiragem. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

GALBRAITH, John Kenneth. **Economia das fraudes inocentes**: verdades para o nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

[133] Juraildes da Cruz é um cantor e compositor de Aurora do Tocantins. A citação acima é parte da música "*Correr de mim*". Ele é autor da música "*Nóis é Jeca mais é joia*".

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991), 2 ed, 29 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Col. Os Economistas).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).
_________. **O Capital**: crítica da economia política. L-1; vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).

QUINTANA, Mário. **A vaca e o hipogrifo**. 3 ed. 2 reimpr. São Paulo: Globo, 2006.
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002. (Col. Milton Santos; 1).

Organizadores	Apresentação
Daniel Castro	Jornalista, escritor e consultor em relações internacionais, com ênfase em China. Criador e editor do portal BrasilChinaPlay.com
Danillo Dal Seno	Formado em jornalismo e especializado em Ciência Política. Idealizador da plataforma Preparatório Eleitoral, portal de formação e consultoria política.
Márcio Pochmann	Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho e professor do Instituto de Economia da Unicamp

SUGESTÕES SÃO BEM-VINDAS!

SIGA / COMPARTILHE

Capitalismo x Covid19

@capitalismoxcovid19

Capitalismo x Covid19

Capitalismo Covid 19

ISBN: 978-65-00-02193-6